

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
CASA DE OSWALDO CRUZ**

***JOÃO BATISTA RAMOS***  
**(Entrevista)**

## Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – João Batista Ramos (JB)

Entrevistadores – Marcos Chor Maio (MC), Luiz Octávio Coimbra (LO)

Data – 20/10/1986

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 9h05min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

RAMOS, João Batista. *João Batista Ramos. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2022. 147p.

Data: 20/10/1986

### **Fita 1 – Lado A**

JB - Mas o Funaro não existe como símbolo. Existe uma penca de assessores, não é ...

MC - Economistas, técnicos.

JB - O setor ministerial foi assim sempre, não é? Grandes passos da discórdia, esse foi o mais alto, foi a aposentadoria por tempo de serviço, que só a CAPFESP tinha, depois virou IAPFESP, e que eu fiz questão de estender a todos os trabalhadores, porque era reivindicação deles. Mas a todos, então o comerciário, o industriário e todos passaram a ter direito à aposentadoria por tempo de serviço; 30 anos, com 80% e 35 com salário de benefício integrado, dentro daquelas, depois aí, em [19]62, dois anos depois, mas em [19]60 eu tive que fazer uma concessão. Ao estabelecer a aposentadoria por tempo de serviço aos 30, 35 anos, 80% ou integral, eu estive pressionado por chefes de divisões conservadores, todos da UDN e o PDS naquele tempo. Eu tive que ceder num ponto, admitir a idade de 55 anos como limite não é? Mas em [19]62 eu consegui, o João Goulart então era Presidente eu fui e disse: “Olha, doutor Jango, tenha paciência. Eu não terminei minha obra, eu vou apresentar um projeto aqui.” “Pode apresentar, se não der ...” Aí eu apresentei em defesa e consegui tirar a lei, aí tirei os 55 anos como exigência. Então ficou como eu queria: 30 anos 80%, 35 anos aposentadoria integral e não tinha mais a exigência de haver completado os 55 anos de idade para o trabalhador. E aí depois houve a exigência para os cinco anos do benefício de contribuição e como outras publicações que não queria entrar por enquanto.

MC - Tudo bem ... E ...

LO - Eu vou colocar o microfone no senhor ...

MC - Como nós estávamos dizendo antes, nós vamos ver primeiro como é que surge esse homem Batista Ramos, que vai ser o ministro do Trabalho. Vai ser um pouco as memórias do senhor, a gente vai começar por aí. A gente não vai fazer uma entrevista com o senhor a partir da LOPS, apesar de que isso é fundamental para o projeto que a gente está fazendo. Vai começar lá do início mesmo. Nossas perguntas vão começar por aí.

LO - Nós estamos então em mais um encontro da Pesquisa Memória da Previdência Social, desenvolvida através do Convênio Fundação Oswaldo Cruz, INAMPS em Brasília, na residência do Ministro João Batista Ramos. Então os pesquisadores Marcos Chor Maio e Luiz Octávio Coimbra, dia 20 de outubro de 1986.

MC - Doutor João Batista Ramos, onde é que o senhor nasceu? Em que ano, por favor.

JB - Eu sou de 1910, nasci em Queluz, estudo de São Paulo. É uma cidadezinha pequenina que está justamente nos limites entre Rio de Janeiro e São Paulo.

MC - E o que fazia o seu pai?

JB - Meu pai era escrivão, minha mãe era professora, e meu pai era comerciante também. Mas logo, quando ele fez 28 anos, ele era um homem de muita capacidade de trabalho, e ele resolveu mudar, mudar-se com a família para Noroeste. Então fomos para Noroeste, eu tinha nesse tempo, evidentemente um ano, não pude consentir nem discordar, e eu tive que acompanhar a família e lá passei a minha meninice até os 15 anos.

MC - Até os 15 anos. A família do senhor é toda de São Paulo, ou de outro lugar?

JB - É toda de São Paulo, toda é paulista.

MC - E a parte assim materna?

JB - Também, toda é de São Paulo. Todo o ali chamado norte de São Paulo. O norte de São Paulo aqui é o Paraíba, é o rio Paraíba.

MC - E o seu pai era escrivão e também comerciante, não é?

JB - E comerciante ...

MC - Mas, ele tinha alguma formação intelectual, universitária?

JB - Não, não tinha. Ele era um homem inteligente, bem alfabetizado, escrevia com correção, tinha muita facilidade de linguagem, e era um homem ambicioso. Achava que Queluz não era mais cidade para ele já naquele tempo, porque Queluz como as cidades do Paraíba haviam estacionado, estavam numa decadência muito grande. Ele achou que precisava sair como muitos naquele tempo, como muita gente daquele tempo saiu rumo Noroeste, que era o eldorado do tempo.

MC - Em Bauru, qual foi a atividade que ele exerceu?

JB - Continuou comerciante, comerciante sobretudo. Lá ele tinha uma casa de comércio, Casa Ramos que era uma casa que se fez com o tempo uma casa conceituada. Meu pai foi um comerciante, eu posso dizer de boca cheia, ele foi um comerciante de bom conceito.

MC - Bom conceito ... E comerciante de quê?

JB - Secos e molhados. Tinha também, depois ele tinha um sítio, tinha uma serraria e exercia várias atividades. Antigamente se chamava de homem de sete ofícios, era comerciante, tinha uma serraria na parte baixa da cidade, tinha um sítio Conceição ali que hoje é a da cidade, quase que de Bauru, entendeu, exercia outras atividades.

MC - Além disso, quer dizer, em Bauru, ele exerceu a atividade basicamente de comércio, não é? E o senhor estava com que idade nessa época?

JB - Isso foi até eu completar 15 anos de idade, aí meu pai, evidentemente, sobre as pressões maternas, minha mãe tinha a preocupação de que seus filhos estudassem, meu

pai tinha mais a preocupação de que seus filhos trabalhassem, fossem os sucessores dele na casa de comércio. Meu pai achava que na Casa Ramos, os filhos em poucos anos estariam ricos, não precisavam estudar mais, bastava fazer o curso (TI) no máximo, ali por perto mesmo ou se viesse a São Paulo por algum tempo, mas que deviam ser comerciantes. Minha mãe discordava, achava que nós devíamos mudar para São Paulo, e que os filhos deviam estudar. Ela queria que eles tivessem a sua carreira bem definida, fossem advogados, fossem médicos, fossem engenheiros, fossem qualquer coisa, enfim uma atividade profissional do tipo que agrada muito aos brasileiros.

MC - Quando o senhor diz assim os filhos ...

JB - Os filhos, eu que era o segundo, o mais velho, professor Nabantino que faleceu já há alguns anos, e o terceiro filho já falecido também o Luiz Ramos, éramos três, fora a menina, caçula Maria da Conceição. Éramos três e depois quatro, que a caçula se distanciou um pouco pela idade de nós, ela é (TI) menos do que eu.

MC - E ela está viva?

JB - Como?

MC - Está viva?

JB - Está viva, em São Paulo. Tem vários filhos, filhos já muito bem encaminhados todos eles.

MC - Quando o senhor fala que brasileiro gosta muito ver os filhos formados, em universidades, o que o senhor quer dizer com isso?

JB - Eu quero dizer o seguinte: no meu tempo, já posso falar assim, no meu tempo, a preocupação dos pais mais esclarecidos era de que os filhos tivessem uma carta como se dizia. Brincava-se dizendo que era um canudo. É preciso ter o seu canudo, ou seja advogado, ou seja engenheiro, ou seja médico, essas eram as profissões mais desejadas da minha época. Não se podia ter outra solução, para o homem ter certa cultura naquele tempo ele precisava sair por uma dessas carreiras. Nós não tínhamos ainda por exemplo, se falasse naquele tempo em se formar um filho economista, era uma coisa de certa forma estranha, de dar a ele, ensinar a ele uma técnica especializada, era um pouco estranho. Porque os horizontes eram muito estreitos, ou saía para Advocacia, ou saía para Medicina ou saía para Engenharia, não é? Era a preocupação ainda bacharelesca, mas que era imposta pelos tempos.

MC - Os seus irmãos seguiram que carreiras?

JB - O mais velho formou-se em Direito, eu também me formei em Direito pelo Largo de São Francisco, em São Paulo. O mais velho depois foi professor de Direito Financeiro da Universidade, da USP em São Paulo. Foi presidente da Folha de São Paulo muitos anos depois. Advogado, um homem de cultura geral, muito ampla. E eu fui o redator chefe da Folha depois do tempo dele, quando ele foi presidente, isto é, antes, quando ele foi superintendente da Folha de São Paulo, eu já fui convidado por ele mesmo para ser o redator chefe. Isso me desviou um pouco da minha carreira, mas me abriu a porta para a

política, porque a imprensa é a ante-sala da política, de tanto criticar os políticos, os jornalistas acabam políticos também.

MC - Doutor Batista, o senhor fez o primário em Bauru e o ginásio?

JB - O primário, o ginásio mas aí surgiu aquele problema sério do tempo também, próprio da época. Em Bauru não se podia esperar um curso superior, o próprio ginásio ainda não existia, havia escolas particulares, cursos particulares, mas não eram oficiais, nem oficializados. Então minha mãe e meu pai combinaram que a família viria para São Paulo e estudariam, os filhos estudariam e depois de formados cada um tomaria seu rumo, se possível voltariam para Bauru. Foi o que aconteceu.

MC - Quais são as lembranças que o senhor tem dessa época de infância, desse período de estar vivendo em Bauru?

JB - Assim, são tantas que é difícil escolher, sabe o que é infância, a infância é fértil. De maneira que selecionar assim instantaneamente o que mais me impressionou naquele tempo ... Eu me impressionei por muita coisa, minha infância foi uma infância, eu posso dizer, relativamente feliz, não digo felicidade completa, que isso não existe na face da terra. Mas eu fui, os meus pais eram muito trabalhadores, minha mãe era professora para aquele tempo até uma mulher culta, minha mãe formou-se pela Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, naquele tempo de Carlos Lentes, Lentes e de outros professores eminentes, de maneira que foi um curso muito bem feito o dela. De modo que ela ajudou muito depois os filhos a estudar, pela formação que ela tinha. Minha mãe tinha mais cultura que meu pai, meu pai ainda que minha mãe reconhecesse fosse mais inteligente que ele. Eu me lembro da casa grande onde moramos, era uma das casas mais bonitas de Bauru, das molecagens, das (TI), disso tudo eu me lembro assim, de maneira grata. Mas assim especificamente dizer, alguma coisa me marcou mais, me impressionou mais nessa infância até os 15 anos, eu não saberia dizer. Foi uma infância feliz, e fui moleque também, um moleque danado.

MC - A sua mãe exercia a profissão de professora em Bauru?

JB - Foi também professora em Bauru, 30 anos.

MC - Ela foi professora de escola?

JB - Não, grupo escolar, 1º grau. Ela lecionou durante 30 anos, se aposentou com 30 anos de professora.

MC - E em termos da escola que o senhor estudava, um grupo escolar. Que lembrança o senhor tem em relação aos professores, ao ensino?

JB - Naquele tempo? Sim, nós não tínhamos curso secundário em Bauru, Bauru só tinha primário, o secundário não havia. Havia como eu disse alguns cursos particulares, e eu cursei vários. Eu não era um bom aluno, não fui um aluno muito estudioso. Eu era um pouco abstrato, muito imaginativo, entendeu? Foi uma fase que eu marco muito bem. Eu era mais amigo de ler o que eu bem entendia, de fazer o que eu bem queria, do que aceitar uma disciplina escolar, eu fugi muito da escola. Mas era lido, foi o que me valeu. O meu ambiente em casa ajudava muito os filhos, porque minha mãe uma mulher bem preparada

como se dizia naquele tempo. Meu pai muito inteligente e muito conversador, mas ainda minha casa parecia um caldeirão quente, fervente, porque havia muitas discussões à mesa, muitas visitas, o senhor me chamou atenção agora para um fato. O senhor me perguntou o que mais me impressionou, e veio um deles. Naquele tempo em Bauru quando eu tinha 13, 14, 15 anos, Bauru era a porta para noroeste. Abria-se aquela grande zona que ia em demanda de Mato Grosso, e para o exterior. E nesse tempo muita gente, como que fez a mesma coisa que meu pai fez, deixou aqui o norte do estado, a sua cidade aqui lado Paraíba, à beira do Paraíba, essa gente todo emigrou para lá, e meu pai era uma espécie de cônsul, exercia um consulado assim amador. E hospedava muitos parentes, os amigos que vinham de passagem por Bauru em demanda da Noroeste, que aquilo tudo eu vi povoar-se. Eu vi nascer a Noroeste inteira, não é? Naquele tempo, até Araçatuba, Pontaporã, tudo aquilo eu vi nascer. Aprendi a escrever à máquina batendo aqueles nomes: Ara-ça-tu-ba, Bi-ri-güi, Que-ná-po-lis, Pi-ra-juí, por aí afora. Eu aprendi a ler assim, praticamente depois que sabia ler eu aprendi a bater à máquina, aprendi, aprimorei os meus conhecimentos de escola, batendo envelopes da firma de meu pai. Mas era isso, aquilo era uma espécie de ponto de baldeação para o Eldorado, da Noroeste. A turma que emigrava aqui do Norte do estado para o Noroeste passava, necessariamente por Bauru, que era o ponto de baldeação, Paulista/Noroeste, e se hospedavam muitos em minha casa. O porão da minha casa, da chamada casa grande era o porão de hospedagem. Lá aquela turma toda se aninhava. Aí tinha bóia boa, cozinha boa, aquele tempo. E a mesa de meu pai tinha sempre dez, 12, 15 pessoas. Gente que estava passando por lá, parentes, amigos, homens de negócios, gente que queria fazer a vida, desenvolver uma atividade qualquer mais lucrativa na Noroeste, esquecendo-se do velho ninho de onde provieram.

MC - O senhor nasceu em 1910?

JB - Eu sou de [19]10...

MC - Esse período que o senhor está relatando ...

JB - 15 anos.

MC - O senhor tinha 15 anos. Então era por volta dos anos [19]20...

JB - 1910, eu cheguei lá em 1910, em 1920 eu tinha dez anos. Foi daí em diante. Essas as impressões vivas que eu tenho de 1910 a 1915, não é, de 1920 a 1925, justamente foi nessa época que eu me lembro como o momento em que Bauru era uma espécie de estância, por onde passavam toda aquela gente que emigrava do norte do estado, ou seja, aqueles homens moços, dispostos a trabalhar, que deixavam as cidades do Paraíba para ali tentar uma atividade mais lucrativa, econômica, na Noroeste.

MC - E quais eram as atividades que naquela época atraíam esse contingente de pessoas que ...

JB - Terras novas, não é ... Já o [rio] Paraíba não tinha muito o que oferecer não é? Terras velhas já, terras novas já estavam justamente naquela zona. Todo Bauru não era uma terra boa, sempre foi terra ruim, areal, areia. Mas naquele tempo, pelo menos, era assim que se considerava Bauru. Mas ele era o ponto, o centro de que irradiava, primeiro a grande linha das preocupações das atividades comerciais para a Noroeste em demanda de Mato Grosso. A Noroeste nasceu ... Mato Grosso nasceu com a Noroeste também, que não

havia ligação entre Mato Grosso, por exemplo, e São Paulo. A grande via do Oeste, aquilo já é Oeste, não sei se é bem Oeste. Sim, é Oeste, é Oeste ...

LO - Presidente Prudente?

JB - Não, não, isso é muito mais à esquerda. Era Oeste.

MC - É, Bauru, vai para Mato Grosso e vai para Corumbá.

JB - Corumbá ...

MC - E Corumbá era um porto ...

JB - Porto, e dali para o exterior ...

MC - Exportava, era um grande porto.

JB - Grande porto de exportação. Agora então ali a preocupação era a terra, a abertura de fazendas novas. Meu pai abriu a grande fazenda de café do Schmidt, o rei do café naquele tempo. Era o rei do café, Schmidt, coronel Schmidt. Tinha grande fazenda em Ribeirão Preto, uma grande fazenda em Pirajuí, e meu pai foi quem abriu a primeira casa de comércio na fazenda dele, o Coronel Schmidt, considerado o rei do café naquele tempo. Depois ele evoluiu também não é, mas aquele tempo era o todo poderoso da zona, no setor do café. Então era a lavoura do café a preocupação. As pessoas que tinham alguns recursos, que podiam comprar terras muito baratinhas, terras dadas por assim dizer, podiam abrir fazendas novas, fazendas de café e de criação, mas o café predominava, a cafeicultura dominava aquela zona. E Bauru ainda tinha uma vantagem como centro, porque ele tinha de um lado a Paulista que o ligava através de trem a São Paulo, e de outro lado tinha a Sorocabana também que ligava Bauru a São Paulo, via Sorocabana, e a Noroeste que saía. Depois eu vi nascer a alta Paulista, que saía em demanda de Marília. Bauru estava numa situação admirável, como grande centro, com quatro estradas de ferro permitindo toda essa concentração e irradiação de pessoas que viviam atrás de novas oportunidades, no sentido econômico, não é?

MC - Então nesse período o senhor estava muito em contato com toda essa atividade agrícola, com todo o ...

JB - Meu pai mesmo tinha um sítio em Conceição, tinha um sítio lenheiro não é? A lenharia, lenheiro não existe, eu vi no dicionário. E lenharia fornecia à Sorocabana, ele tinha serraria como disse, tinha várias atividades. Depois, foi o homem que foi diretor do primeiro banco que se abriu na zona, Banco São Paulo- Mato Grosso. A conselho do Machado de Melo, que era diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, qualquer coisa de muito importante no tempo, não é? A conselho dele e de pessoas da cidade meu pai constituiu o primeiro banco, um banco mesmo de comércio, o Banco São Paulo- Mato Grosso, me lembro bem. Chegou a funcionar na parte da frente da nossa casa grande. Era muito grande a casa, ele cedeu três cômodos para o banco, que lá funcionou durante vários anos. Esse banco ajudou muito o crescimento da zona. Era limitado, mas naquele tempo era limitado, mas não se ouvia falar em banco até aquele tempo. Foi o primeiro banquinho que surgiu, depois esse Banco São Paulo- Mato Grosso passou a ser uma agência de certa importância, da máxima importância, me lembro eu do Banco Comércio e Indústria de

São Paulo. Mas naquele tempo, não de COMIND, naquele tempo de Palmieri, naquele tempo de Pádua Sales, de banqueiros mesmo bem formados, rígidos, mas homens respeitáveis pela honestidade e probidade, não?

MC - Doutor Batista, esse período que o senhor está vivendo em Bauru, como é que são assim as condições da população que vive nesses lugares, os trabalhadores. As condições sociais da população que está vivendo ...

JB - Aquele tempo?

MC - Naquele tempo ...

JB - Você está se referindo àquele período de [19]20/[19]25. Aquele tempo pelo que eu me lembro no setor, não havia ainda as grandes questões sociais, não havia. Havia o problema social, mas a questão não estava, digamos assim ... Por exemplo, eu que conhecia o trabalhismo, fui 20 anos deputado federal eleito por trabalhadores. Eu que me lembro disso, procuro fazer um confronto com aquele tempo. Por exemplo, meu pai era um comerciante, era um homem justo, bom, correto, tinha qualidades muito boas, como cidadão. Mas meu pai, por exemplo, nunca eu o ouvi falar que ia haver uma, dar uma gratificação para o empregado porque ele trabalhou depois do período normal de oito horas, não havia disso. Trabalhador, o caixeiro, por exemplo, entrava para trabalhar, o comerciário entrava às sete da manhã ou às oito da manhã e ia manhã adentro, tarde adentro até o sol desaparecer. E quando meu pai chegava e dizia: “Fim de mês, vamos aqui fazer um serão”, ninguém discutia se tinha direito se não tinha direito. Aquela era a voz do patrão, e ele era bom patrão, hein? Eu pelo menos considero, pelo que me lembro meu pai era considerado bom patrão, tanto que os empregados dele eram sempre amigos de casa, mesmo quando deixavam de trabalhar na casa de meu pai. Mas eu me lembro, meu pai era homem da disciplina, achava que o homem deve fazer em primeiro lugar, é dedicar-se de corpo e alma ao seu trabalho, o problema era trabalhar, não era pensar em dinheiro. Porque trabalhando o dinheiro vinha necessariamente, então os bons empregados progridem. Era a teoria do tempo, não podíamos pensar ainda em 1930. Só em [19]30 que surge o trabalhismo, eu vi aquilo nascer, mas só em [19]30. Aqueles tempos de [19]25 era muito cedo para se pensar nisso. Não havia condições de trabalho, eram também condições de trabalho, eram aquelas que se praticavam comumente, no comércio, não havia ainda uma organização dos trabalhadores, eles estavam completamente desorganizados, isso nasceu bem depois, não é?

MC - O senhor, por exemplo, presenciou miséria em Bauru, pessoas passando fome?

JB - Não, naquele tempo era pouco. Porque as oportunidades que a zona oferecia eram muito grandes, havia muito terreno, muito campo para o trabalho. Havia sempre algum trabalho para fazer devido a ser um centro de expansão, de irradiação, não havia essa preocupação assim de desemprego, nunca ouvi falar em desemprego no meu tempo. Isso surgiu muito depois com a indústria, com a industrialização, não é? Sobretudo com a industrialização, não é? Agora lavoura, trabalhador da lavoura, era um que trabalhava duramente, era o homem da enxada, não se falava nem em mecanização em nada, que trator! Nem bico de pato se falava naquele tempo, aquilo era de enxada, foice entendeu? Aqueles instrumentos primitivos da agricultura, da vida agrícola.

MC - E doenças, o senhor lembra de doenças da época que o ...

JB - Naquele tempo falou-se de uma famosa chaga de Bauru, mas isso foi depois cancelado dos registros médicos das associações, porque aquilo não tinha sentido. Aquilo foi uma espécie de pecha que se atirou contra Bauru simbolicamente, não se sabe por quê. Eu nunca encontrei explicação, porque não havia chaga em Bauru. A chaga, a célebre chaga de Bauru nunca houve, eu não me lembro disso ... Havia esporadicamente talvez alguma doença. Porque uma zona inóspita que se desbrava, evidentemente que deve apresentar muitas mazelas, muitas dificuldades. Por exemplo, basta lhe contar que quando meu pai chegou em Bauru, ele estava, havia combinado com o coronel Schmidt abrir a casa de comércio dele em Pirajuí, e meu pai levava minha mãe periodicamente de Bauru a Pirajuí, naquele (TI) ali de algumas dezenas de quilômetros, não sei quantos quilômetros hoje, não me lembro agora. Mas atravessava aquelas matas a cavalo, que a Noroeste não estava ainda trafegando e levava minha mãe a cavalo com ele, mas de revólver na mão. Até o nome dos cavalos eu tenho até hoje. O cavalo do meu pai era um cavalo imponente, bonito, ele atravessava aquelas matas ali de revólver na mão com a minha mãe do lado, que era mocinha naquele tempo. Quer dizer, devia haver muita coisa ruim naquele tempo, não é, muita coisa triste. Porque onde existia um centro assim nascente de negócio, de comércio, de indústria, seja do que for, nessas fases primitivas há sempre a exploração do homem pelo homem, há sempre a doença, há sempre a velhice desamparada, esses males sempre existiram. Bauru teve uma Santa Casa, eu me lembro nessa fase a Santa Casa em Bauru era importante, porque eu me lembro bem, meu pai tinha sido provedor dela, da Santa Casa de Bauru, da farmácia da Santa Casa. Era tudo nascente, Bauru ainda tinha aqueles problemas todos que todas as cidades nascentes, as zonas nascentes, sob o ponto de vista econômico apresentam, não é? Não havia nada de diferente, não era uma zona digamos de impudismo, uma zona sob o ponto de vista sanitário ou da saúde muito diferente das outras, porque havia trabalho, havia expansão, não havia estagnação.

LO - Ministro, o senhor falou que com relação à chaga de Bauru, isso foi retirado depois ...

JB - Foi cancelado eu me lembro.

LO - O senhor estava se referindo a que associações?

JB - Associações médicas?

LO - De Bauru?

JB - Havia nas associações médicas do estado ou federais, eu não me lembro agora. Eu sei que havia esse registro que era muito desairoso. Muita gente de Bauru dizia: “Mas como onde é que nós vimos isso aqui?”. Eu explicaria assim, é qualquer coisa lá dos cafundós do alto da Noroeste ou de Mato Grosso, que se projetaram como as coisas acontecidas em Bauru, em razão do fato de Bauru ser aquela cidade onde se tinha que passar, necessariamente passar em demanda daqueles outros centros, que se estenderam a Mato Grosso e depois para Araçatuba, Corumbá, aquele fim do mundo da Noroeste, não é? Acredito, cidade seca Bauru, não era. Conto isto porque eu me lembro que havia essa pecha contra a qual afinal houve uma reação muito grande, justamente por não haver razão para ela, para que houvesse essa pecha. E ela foi eliminada.

## Fita 1 - Lado B

LO - Quanto o senhor está falando que a presença da estrada de ferro em Bauru era muito marcante. As estradas de ferro foram se expandindo a partir de Bauru, e Bauru era um entroncamento ferroviário.

JB - A Noroeste nasce dali, a Alta Paulista nasceu dali ...

LO - Será que o senhor tem alguma lembrança da instituição de Previdência Social nessas estradas de ferro, na Paulista que foi a primeira Caixa de Previdência Social do Brasil?

JB - Não tenho, não. Eu tenho de outro setor. Por exemplo eu me lembro com muita nitidez da Caixa da Noroeste. Porque antes de existir IAPFESP, Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e Servidores Públicos, antes do IAPFESP era o CAPFESP, as Caixas. Eu estive presente à celebração do convênio. Num grande acontecimento em relação às Caixas, a sua unificação, formação da CAPFESP, eu estive presente a essa solenidade. Mas antes da CAPFESP eram as Caixas isoladas, autônomas, cada setor tinha a sua Caixa. São Paulo, a Light tinha a sua Caixa, Bauru a Noroeste tinha a sua Caixa. Porque Bauru lembrou-me muito nitidamente do fato porque um dos diretores, um dos administradores dessa Caixa em Bauru, da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da Noroeste, foi um assessor meu mais tarde, o Euzébio Guerra, um grande assessor que eu tive, já falecido. Ele foi o diretor muitos anos, e era o maior técnico que eu já conheci em matéria de legislação ferroviária. Eu o levei, quando eu fui Ministro eu o trouxe. Eu me lembro muito dessa Caixa, das suas origens por ele não, ele já é falecido. Agora sabia da existência das outras Caixas, mas elas não me marcaram a memória. Porque elas são a origem. Depois a CAPFESP foi crescendo a organização, depois o IAPFESP.

LO - Com relação a essa Caixa da Noroeste, o senhor falou que lembra. O senhor lembra do período dela em Bauru, quando o senhor morava em Bauru o senhor lembra?

JB - Aí remotamente. Eu lembro por rememoração. Eu já conhecia o senhor Euzébio Guerra quando ele... Eu quando conheci o senhor Euzébio Guerra, já foi nesse período de 1920, [19]25, mas depois eu esqueci dele, ele era para mim um homem comum, sei que era da Caixa da Noroeste, ligado muito ao setor ferroviário. Mas não anotei mais, com maior precisão, a lembrança sobre ele, porque não tinha ligações maiores com ele. Depois que eu fiquei conhecendo o homem, depois que eu já estava muito adiante na minha carreira.

LO - Agora, o senhor acredita que naquele momento nos anos [19]20 com relação às Caixas, quer dizer, havia um... eram consideradas boas as Caixas, quer dizer, havia uma certa admiração ...

JB - Boa pergunta sua. Porque as Caixas eram um fenômeno curioso, eram autônomas. Então o senhor sabe, como existiam muitas entidades autônomas, umas são boas outras são ruins. Porque quando se fez a CAPFESP, sabe porque se fez a CAPFESP, se juntaram as Caixas para constituir a chamada CAPFESP, Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Servidores Públicos ...

MC - Isso foi em [19]53, não foi isso?

JB - Isso foi em [19]53 mais ou menos, se não me engano. Eu ainda não era deputado federal, eu fui em [19]54. Eu me lembro da solenidade feita em São Paulo na Rua Formosa. Fui convidado, compareci. Foi por essa ocasião mais ou menos. Mas já aí se comentava vivamente esse fato, porque se queria formar a CAPFESP? Porque havia umas Caixas muito fracas, sem recursos, outras muito fortes como as da Light. Umas que atendiam de uma maneira muito precisa, muito exata aos reclamos dos seus segurados, outras que não atendiam nada, que também eram pobres, desorganizadas e pobres. Então se fez a fusão, estabeleceu-se que haveria a fusão, obedeceu-se aos novos comunicantes. Os que tinham nível mais alto de recursos tiveram que transmitir para aquelas organizações que tinham nível mais baixo e assim estabeleceu um nível comum. Mas houve reclamação dos que tinham, porque achavam que aquilo era tirar dos que tinham para dar para os que não tinham. E os que tinham achavam que o que eles tinham era apenas o bastante para satisfazer os seus compromissos, e que com a CAPFESP o que ia haver era um relaxamento na concessão dos benefícios e no atendimento dos segurados. Essa era a crítica do momento.

LO - Ainda com relação à Caixa da Noroeste, o senhor lembra se havia atendimento médico?

JB - Havia, havia. A Caixa da Noroeste foi uma boa Caixa, boa. E por causa desse homem também. Esse eu reputo, é um homem que passa pela história, nem entra na história do Brasil talvez, mas que foi do ponto de vista da história da Previdência muito importante para mim. Foi meu assessor muitos anos.

MC - O senhor poderia repetir o nome dele por favor?

JB - Euzébio Guerra.

LO - O senhor Euzébio Guerra morava em Bauru?

JB - Morava em Bauru, de família tradicional de Bauru. Ele casou-se numa família tradicional, ele não era ...

LO - Ele era presidente?

JB - Não! Ele foi chefe do serviço, foi diretor do serviço, mas era a alma daquilo. Ele conhecia a legislação da CAPFESP, e antes das Caixas, e da Caixa da Noroeste na palma da mão não: “Euzébio, onde é que está o artigo tal, da lei tal ...” E naquele tempo não era fácil porque a legislação era um tanto quanto exagerada, abundante como sempre entre nós, país dos bacharéis.

LO - Ainda com relação à Caixa da Noroeste. E, ele, esse senhor morava em Bauru?

JB - Morava em Bauru. Era alto funcionário da Noroeste e foi designado para esse setor da Caixa.

LO - E de Bauru ele administrava toda a Caixa da Noroeste?

JB - Da Noroeste. Ele era o centro, que Bauru era o centro não é, dali se irradiava tudo.

LO - O senhor lembra se a Caixa da Noroeste fazia algum tipo de convênio com a Santa Casa de Misericórdia?

JB - Não me lembro. Não me lembro não, porque ela tinha um serviço médico, isso eu me lembro. Tinha um serviço médico, tinha atendimento médico hospitalar, não lhe garanto nada, não me recordo. A Santa Casa era uma outra entidade que eu conheci também, em razão de meu pai ter sido provedor dela. E meu irmão mais velho, professor Labantino naquele tempo muito entusiasmado com a Engenharia, já era eletricitista prático, e fez toda a instalação da farmácia da Santa Casa, e foi homenageado no dia da inauguração da farmácia. São coisas que ficam na cabeça da gente.

MC - O senhor lembra de alguma estória que esse senhor Euzébio ...

LO - De Aguiar ...

MC - Tenha contado ao senhor em relação à Caixa da Noroeste. O senhor lembra assim, cotidiano da Caixa, de uma situação.

JB - Não, assim de momento eu não me lembro, às vezes haja coisas enterradas no subterrâneos da memória. Porque funcionava tudo normalmente. O homem era muito equilibrado, muito competente, muito presente, muito apaixonado das coisas da CAPFESP e antes da Caixa, de maneira que tudo corria assim *sur les roulettes*, como diz o francês.

LO - De certa forma parece que era valorizado esse tipo de serviço médico, e trabalhar na Noroeste, trabalhar numa empresa com Caixa de Aposentadoria e Pensão era alguma coisa importante para as pessoas na época ...

JB - Muito, muito. Aliás eu considero esse fenômeno, como um fenômeno assim precursor, não é. Aí foi se avolumando no estado inteiro, em outros estados, surgindo Caixas, Caixas. Os ferroviários também tinham, não é. A Sorocabana tinha também, todas as estradas de ferro tinham suas Caixas. E aí depois surgiu a grande organização, a CAPFESP, organização maior em que as pequenas se diluíram.

MC - Senhor João Batista, o senhor viveu até 15 anos em Bauru? Até 15 anos em Bauru?

JB - Até 15 anos.

MC - E depois o senhor foi viver na capital?

JB - Aí meu pai e minha mãe resolveram que o mais interessante para os filhos não era ficarem ricos no balcão da Casa Ramos, e sim estudar na capital, formar-se. Depois minha mãe tinha tido, minha mãe foi, era sobrinha, não sobrinha não, foi criada por um tio em São Paulo, e no meio de gente culta. O primo irmão dela morreu, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Cardoso Ribeiro, me lembro de outros, agora a cabeça não está me ajudando. Professores ilustres que ela conheceu na escola. A escola normal da Praça, era assim, por assim dizer um núcleo, um *foyer* de gente culta, de professores eminentes. Era qualquer coisa de importante a escola normal naquele tempo,

não saía analfabeto, não. Minha mãe com 70 anos escrevia corretamente, letra bonita, redação boa, concordância perfeita. Teve aquela formação básica importante de professores não é, na casa dela, não. Ela tinha uma prima casada com um ilustre professor de que agora não me lembro, Professor Viana, ela sofreu muita influência do professor Viana, quer dizer, minha mãe tinha esse acervo que nos ajudou muito, que nos valeu muito, não, nos ajudou muito. Nós não precisávamos sair de casa para pedir uma informação, pedir uma orientação, preparar uma aula ou uma tarefa que nós não tínhamos condições suficientes. Ela nos ajudava muito não, isso valeu muito.

MC - Quando o senhor vai morar em São Paulo, o senhor vai morar com a família ou só ...

JB - Minha mãe e os filhos, e os quatro filhos. Minha mãe e os quatro filhos. O Nabantina, o mais velho, o José Nabantino Ramos, eu, o João Batista Ramos, o terceiro, Luiz Paulo de Arantes Ramos, esse assinava o nome da mãe, que eu não assinei porque houve um erro no registro e a Maria da Conceição de Arantes Ramos. Nós viemos para São Paulo.

MC - E seu pai ficou em Bauru?

JB - Meu pai ficou em Bauru trabalhando lá, e vinha todo mês ver a família.

MC - E nesse período o senhor fez, como é que ficou a formação do senhor?

JB - Aí foi no ginásio do Estado. Ginásio do Estado e Colégio Rio Branco. E meu irmão também, ginásio do Estado e daí para a Faculdade.

MC - O senhor notou alguma diferença em termos de qualidade de ensino ou do ambiente escolar em relação ao grupo escolar lá de Bauru?

JB - Não, porque aqui eu não fiz grupo escolar. Em São Paulo, olha que confusão, em São Paulo eu fiz o ginásio e 2º grau.

MC - Mas o senhor percebeu muita diferença desse momento do estudo em relação a Bauru?

JB - O ginásio do estado no Colégio Rio Branco o meio era muito bom sob o ponto de vista intelectual de formação, professores muito bons não, professores eminentes. Eu tive um professor de português por exemplo, que nas minhas memórias eu presto uma homenagem a ele. Falo das aulas que ele dava, a filosofia, com que espírito filosófico ele sabia apresentar até os assuntos de linguagem, não é? Eu conto, Mario Pereira de Souza Lima, esse teve uma influência muito benéfica sobre mim, que me despertou muita admiração por Rui Barbosa. Aí fiquei ruibarboseano.

MC - Em que pontos o senhor se identificava com Rui Barbosa?

JB - Basicamente em torno da réplica, não é. O Código Civil de 1917, o projeto havia sido revisto pelo professor Carneiro Ribeiro e por Rui, não é? E houve uma polêmica acesa entre Rui e Carneiro. E nessa celeuma Rui brilhou mais, ainda que Carneiro soubesse mais português do que ele. Era o julgamento do meu professor, mas que era um ruibarboseano também, acendrado. Mas ele nos contava histórias, e eu achava isso mais

importante do que ficar nos ensinando aquela terminologia gramatical. Porque escrever não depende de saber muita gramática, pelo contrário, a gramática é capaz de atrapalhar, me perdoe se estou dizendo uma heresia. Quem nasce com a seiva do escritor escreve com naturalidade. Pode até escrever um pouco errado, mas tem vida, tem calor, tem idéias, criatividade. Ao passo que a gramática, aquela coisa toda, ele não tinha isso. Ele saía da gramática e nos dava comentários, fazia comentários sobre os escritores que apareciam, sobre certos aspectos filosóficos da vida. Eu achava aquilo um encantamento, nunca me esqueci dele.

MC - Nesse período teve outro professor que tenha marcado o senhor, outra matéria que o senhor tenha ...

JB - Eu citei o mais importante. Outro que eu me lembre, sim, o professor de inglês era o Briquet\* muito bom professor, o Freitas Velho, o senador, foi nosso professor por sinal de francês também, muito disciplinado, muito bom professor que logo saiu. E era um ... Agora está faltando a memória, está escorregando aqui, está deslizando, professor Correia.

MC - Professor Correia?

JB - Professor Correia. Esse foi um grande latinista, um dos maiores. Foi professor de Direito Romano da USP. Era um homem excêntrico, difícil, complicado, de poucos amigos. Até com os alunos não chegava a fazer amizade, tratava a todos com certa rispidez e dureza. Mas para mim foi bom que eu era estudioso.

MC - Nessa época o senhor ficou estudioso?

JB - Fiquei estudioso nessa fase ...

MC - Por que razão?

JB - Porque sim, eu precisava ser estudioso. As pressões, as lutas de meu pai em Bauru, isso eu não quero contar que seria fazer um relatório grande demais, e meu pai teve lutas muito grandes depois. Lutas políticas.

MC - O senhor poderia colocar de maneira sucinta ...

JB - O grande acontecimento político da família eu não queria falar. Mas quer que eu fale?

MC - Claro!

JB - Meu pai era um político muito equilibrado, ele não tinha paixões. Mas ele votava com deputado da zona que era o Edgar Veiga de Lorena, que era amigo dele desde o norte do estado aqui em Queluz. E um dia, e quem chefiava a política de Bauru não era propriamente o deputado Veiga de Lorena, era o juiz Romeiro, Juiz de Direito, era o chefe político, um velho gordo, baixo, de barbicha, severo, mas no fundo um politiqueiro terrível, péssimo juiz. E meu pai caiu na tolice de um dia votar no candidato do governo

---

\* Transcrição aproximada do nome.

que era o Luís Pisa Sobrinho, faleceu há poucos anos, o doutor Luiz Pisa Sobrinho, que era candidato do governo. Meu pai resolveu votar nele. Porque meu pai além de ser homem de banco, era gerente do Banco Comércio e Indústria, já naquele tempo, foi a transcrição do banco São Paulo- Mato Grosso para o Banco Comércio e Indústria. Meu pai era casado com minha mãe, e minha mãe era prima irmã do Secretário de Justiça, que depois foi Ministro do Supremo, foi desembargador, não foi desembargador, era naquele tempo o Tribunal de Justiça de São Paulo não tinha desembargadores, tinha Ministros. Ministro primo meu, Cardoso Ribeiro que depois foi Ministro do Supremo Tribunal Federal. E houve assim uma suave pressão de parentesco, não pressão mas uma certa incompreensão. Meu pai não podia estar militando no partido de oposição quando Pisa Sobrinho era um candidato do governo, a que pertencia também esse primo irmão de minha mãe. Devido a essa conjuntura familiar, meu pai resolveu dar o votinho dele, mas sem barulho, sem nada no Luís Pisa Sobrinho, por causa disso aconteceu então o pior. O mais curioso, que é bem símbolo de uma época sob o ponto de vista político. Por causa disso, o Juiz de Direito juntou-se com o coronel Maciel, que era o coronelão do tempo, fazendeiro de café, chefe político de oposição. Os dois se juntaram, o Vergueiro de Lorena escondeu-se, não entrou na luta, e chamaram o sócio de meu pai numa grande empresa de Bauru, a fábrica do Divino Espírito Santo, é um nome esquisito, não fabricava nada, nem vela, nem barbante. Era a organização da igreja que fora transferida a eles, para explorar o direito sobre os terrenos de Bauru. Era uma sociedade civil Cintra e Cia. Essa sociedade estava constituída por meu pai e de um advogado chamado Antônio de Almeida Cintra. E esse Antônio de Almeida Cintra estava envolvido num processo terrível em Bauru, por ter assassinado um colega barbaramente. Esse colega, ele não assassinou, ele foi conivente com o colega que assassinou, o Quartim de Moraes, está na história de Bauru. O doutor Carlos Quartim de Moraes advogava um grupo, era advogado de um grupo que debandava dessa sociedade civil Cintra e Cia, que não existia, mas veio a existir. Que advogava contra aquela organização que depois ia se transformar na sociedade civil Cintra e Companhia. E por causa disso houve um assassinato horroroso em Bauru. E o Cintra, Antônio de Almeida Cintra era sócio desse entendeu, era sócio de meu pai. Meu pai entrou a pedido do juiz, do padre, de todo mundo. Meu pai era apaziguador, entrou para fazer os acordos e acabar com aquela briga. Eu estou até fazendo confusão em contar isso, devo continuar?

MC - Vamos lá ...

JB - Depois vocês cortam aí o que não estiver claro. Mas então havia essa sociedade civil Cintra e Companhia, de que era sócio o meu pai e esse Antônio de Almeida Cintra. Devido ao voto de meu pai, vejam bem que fato curioso, a política da oposição se juntou e obrigou a esse Antônio de Almeida Cintra a romper com meu pai sob pena de ser desamparado no processo criminal que havia contra ele, e ele ir a júri. Esteve na mão do juiz. O juiz disse: “Ou você rompe com o Ramos, ou você vai ser abandonado no júri. Você vai comer cadeia.” E com esta grossa ... Foi essa conversa de bastidor. Então o Antônio de Almeida Cintra, um homem astuto, o caráter muito leviano, foi ao meu pai e disse: “Olha, eu estou nessa situação, ou eu rompo sociedade com você ou eu vou ser jogado às traças, ou vou ser jogado aos cães aqui no júri.” E o júri naquele tempo vocês imaginam o que era, era muito bem preparado, não é, para decidir o que o potentado do local desejava. Meu pai resistiu: “Não, isso não tem nada a ver uma coisa com a outra, meu voto é livre. Eu votei no Luís Pisa Sobrinho, porque o Luís Pisa Sobrinho é muito ligado ao secretário de justiça, que é o Cardoso Ribeiro, que é primo-irmão de minha mulher. Minha mulher foi criada em casa dele, pelo pai dele, prima-irmã dele. Mas não,

o Antônio de Almeida Cintra resolveu então demandar contra meu pai. E moveu contra o meu pai 106 ações, veja que luta foi, 106, com processos crimes, com tudo. Inventaram tudo que podiam imaginar para destruir um homem, por causa de um voto, de um voto no governo. Não no governo, por causa de um voto que não foi no partido que eles queriam. Vejam bem, eu estou contando toda essa história, depois vocês cortam isso aí. Mas devido a essa luta, é que se precipitou a nossa mudança para São Paulo. Meu pai disse: “Que eu fique sem nada, mas que meus filhos estudem”, não é. Vendeu a casa grande que tínhamos, e nós viemos para São Paulo. Foi isso que aconteceu, mas qual era a sua pergunta?

LO - O senhor acompanhou na época a política estadual, quer dizer, a questão da política estadual e da política federal, que de certa forma sofria com as injunções que o levaram primeiro ao governo autoritário, e depois à queda do Júlio Prestes?

JB - Não, eu não estava aí não. Esse episódio agravou-se muito, porque esse episódio da luta de Bauru, de Antônio de Almeida Cintra contra José Ramos de Paulo para mim teve influência muito grande, falo pela insegurança que gerou em mim. Era um menino de 10 anos quando isso começou, e acabou quando tinha 16. Isso me selou muito, o outro irmão saiu logo aos 17 anos para advocacia, foi solicitador aos 17 anos, só por causa dessa questão do pai. Mas esse fato eu focalizei foi para explicar porque não é, vocês fizeram essa pergunta, por que, o que eu fui, por que eu fui para São Paulo, em parte foi isso. E lá então eu passei a ser estudioso, a insegurança, eu precisava contar comigo mesmo. Só para deixar de ser tão imaginoso quanto eu era, imaginoso não, tão imaginativo quanto eu era, para ser mais aplicado nos estudos e pensar mais no futuro da minha vida e no futuro da minha família. Aí que eu fiquei mais estudioso, é muito comprida a história, não pode cortar, não é?

LO - Mas como é que a sua família recebeu a Revolução de [19]30?

JB - Eu conto isso nas minhas memórias, a Revolução de [19]30, bem, todo moço é revolucionário não é, eu era imaginativamente um revolucionário, meu irmão mais velho também, meu pai neutro, entendeu, mas os dois irmãos eram revolucionários. Eu queria a vitória de Getúlio naquele tempo não é, a vitória da Revolução, era o Getúlio. O Getúlio foi presidente por um acaso, por habilidade e por um acaso, que juntou-se, não é? Ele era um homem apaziguador e acabou flutuando sobre as ondas. Mas eu era favorável à Revolução de [19]30, porque havia acontecido aquele incidente, não é incidente, aquele fato muito desagradável, não é. Todos sabíamos que Júlio Prestes havia sido eleito na pena, pelo voto de cabresto dos coronéis, e o Washington Luís queria impor seu sucessor. E a Revolução que se fazia em [19]30 era justamente uma Revolução que tinha por um de seus objetivos, acabar com esse mandonismo coronelista. E impedir, acabar com essa coisa de um presidente se sentir no direito de impor o seu sucessor. Eu achava que isso era um absurdo.

LO - O senhor acredita que seu pai tenha votado no Júlio Prestes, em São Paulo, em 1929?

JB - Aí não garanto nada. Meu pai era muito conservador, ele tinha lá a filosofia dele. Ele não era muito preocupado não, ele acompanhava de longe, assim, sempre filosofando e tudo. Nós dois os irmãos éramos os revoltosos e prosa. Eu tinha naquele tempo, em [19]30, eu tinha 20 anos e o outro mais velho 21 e meio, 22 anos, quer dizer, nós não

fomos atingidos pela Revolução. Não chegou a haver nenhuma convocação, não houve nada.

MC - O senhor nessa época já estava na faculdade de Direito?

JB - Ainda não, já estava no limiar. Eu entrei foi entre 21 e 20, 20 anos eu já estava entrando, com 20.

MC - Foi em [19]20?

JB - Com 20, eu estava ainda, não me lembro bem. Não estava não.

MC - Não estava não ...

JB - Estava concluindo o curso ginasial no Colégio Rio Branco.

MC - No Rio Branco. E nessa época o senhor trabalhava?

JB - Não, eu só estudava.

MC - Só estudava.

JB - E imaginava.

MC - E imaginava ...

JB - Eu gostaria de ler coisas. Eu nunca liguei muito para estudo, para programa. Fui mau aluno por isso, eu não era muito obediente aos programas, isto é, aos professores que me programavam. Eu gostava de discutir, de ler minhas coisas.

MC - E nesse período que o senhor estava no Colégio Rio Branco, houve algum outro tipo de discussão, a Revolução de [19]30, de certa maneira, ela se refletiu dentro do colégio ou não?

JB - Não, não houve nada. Foi muito rápida, nesse tempo os senhores deviam ser muito jovens, muito crianças, ou nem existiam, não me lembro bem, isso eu não sei.

MC - Nós não existíamos.

JB - Não existiam. Naquele tempo não havia essa preocupação. Ela não chegou a empolgar, não deu tempo porque eu acho que ela se liquidou em menos de um mês. Foi um estouro no sul, uma marcha para São Paulo via Rio, não é. Rio via São Paulo, e foi aí que o Flores da Cunha prometeu amarrar seu cavalo no obelisco, no Rio. E houve aquela avalanche, mas aí houve golpe no Rio. O movimento no Rio com os três generais ...

MC - O Bertoldo Klinger ...

JB - Não, Fragoso, me escapa agora, não me lembro, não me lembro não. Foi uma estréia ainda do movimento, da cúpula das Forças Armadas do Rio, que provocou a queda do Washington Luís. Mas o Getúlio, e os revolucionários do sul chegaram vitoriosos lá, não chegaram a combater, não é.

MC - Luís Octávio ...

LO - Ainda com referência a esse período que nós estamos tratando, de 1930, esse período revolucionário, quer dizer, o senhor diz que não percebeu ou não acompanhou o movimento revolucionário. Agora, nós sabemos que o setor dos proprietários rurais, grandes proprietários em São Paulo ficaram descontentes. O senhor confirma esse tipo de afirmação?

JB - Descontentes com o quê?

LO - Descontentes com o movimento revolucionário, com a derrubada do Júlio Prestes e com ...

JB - Não ficaram assim não, não acredito. Pelo que eu posso me lembrar sem muita precisão no que digo, não chegou, não houve assim um movimento favorável ao Washington Luís. Não houve ... Não chegou a haver isto. Porque o Washington era antipático. Sabemos que o Júlio Prestes havia sido eleito, mesmo no bico da pena, não é? E isso imposto, candidato imposto, e Washington Luís tinha uma característica, ao lado de austeridade administrativa dele, ele era um homem sério. Ele tinha essa característica também, ele era autoritário, não é, era autoritário.

LO - O senhor acompanhou a campanha de Getúlio Vargas para a Presidência da República? Em [19]29?

JB - Quando?

LO - Em [19]29.

JB - 1929. Muito de leve, muito por cima.

LO - O senhor acompanhava os temas relativos à Previdência Social que já eram adiantados por Getúlio Vargas na campanha, ou tinha alguma noção?

JB - Em [19]29 ...

## **Fita 2 – Lado A**

LO - Mas eu estava falando com relação à campanha de Getúlio Vargas em 1929, na qual já são lançadas algumas idéias, durante a campanha, com relação à Previdência Social, ao sistema de Caixas, a generalização do benefício das Caixas. O senhor tomou conhecimento disso à época?

JB - Tomei muito por cima, porque em [19]30, veja bem, vocês falam em [19]29, em [19]30 eu já estava terminando o meu ginásio, de modo que eu ainda não estava preocupado com esses aspectos programáticos da Revolução. A Revolução de [19]30 para mim foi isto; há uma revolução que vem do sul, que rompeu no sul e que acabou tendo um desfecho em razão do movimento rebelde que se alastrou no Rio, que arreventou no Rio, há uma revolução em que se quer destituir, derrubar o Presidente Washington Luís que é um homem muito despótico, um homem autoritário, que quer impor o seu sucessor à Presidência. Foi assim que eu vi, não entrei no detalhe. Não havia tempo, 90% das pessoas, que naquele tempo não havia essa (TI) de programa. Queria saber lá um fator que eu poderia fazer análise assim ligeiramente psicanalítica. O movimento contra o autoritário, contra o paísão autoritário, o *big brother* autoritário. Foi aquela avalanche contra ele, e aquela imposição do Júlio Prestes, que diga-se de passagem era um homem sério, também, apesar de que disseram na época. Foram informações que eu tive dele. Mas a imposição, o povo não quer imposição, ninguém quer imposição. Criança não quer imposição. As pessoas esclarecidas não querem imposição, foi isso que houve. Esse é o aspecto central da participação popular naquele tempo. Começa assim depois é o voto secreto, não é. Lembram-se? Voto secreto era uma das coisas que mais se falava. Depois eles adotaram, para afinal fracassar a Revolução de [19]30, sob certos aspectos. Porque a minha filosofia sobre revolução é esta, ela vale sempre 10 ou 20% daquilo que promete. [19]70, [19]80 vai por água abaixo.

LO - Agora, já que o senhor está fazendo uma avaliação de ordem matemática ...

JB - Filosófica, filosófica.

LO - Eu vou pular dos anos [19]32, o senhor está já na faculdade de Direito. O senhor acompanha ...

JB - [19]32, eu estava na faculdade de Direito, 1932, Revolução Paulista. Aí eu me entusiasmei por São Paulo, eu era paulista. Eu fui também de novo, e sob o ponto de vista efetivo eu era a favor, eu não podia deixar de ser a favor de uma revolução de meu Estado. Eu vivendo ali dentro do estado, aquela movimentação apoteótica das legiões que se formavam para ir para o *front* não é. E eu fui também, mas não participei de nada, não cheguei. Quando eu podia decidir acabou a Revolução.

LO - O senhor chegou quase ...

JB - Eu não podia ir, se eu for explicar isso .. Só nas minhas memórias, eu vou guardar o endereço de vocês, vou mandar minhas memórias para vocês se divertirem um pouco, para insônia é um ótimo remédio. Mas eu naquele tempo estava debaixo de um impacto muito grande das discussões ainda com meu pai e meu irmão mais velho. Minha casa era um caldeirão fervente como eu disse, e meu pai era contra qualquer participação dos filhos em revolução. Ele era contra as revoluções, ele achava que não precisava fazer aquilo, era precipitação de São Paulo, de certos elementos de São Paulo, sobretudo os de oposição, entendeu, que podiam ter um pouco mais de esperança, mais um pouco de paciência não é, e que pressionassem o presidente Vargas, o ditador, que ele havia de ceder e dar a Constituição que ele estava sonhando já há dois anos. Porque na Revolução, um de seus compromissos era de fazer o país voltar à sua vida normal, funcional rapidamente. Mas não, ele começou a se eternizar, gostou do poder como todo gaúcho gosta, mais do que nós. Gostou e ficou, a pressão foi grande em São Paulo, mas ela se

precipitou fazendo a revolução. Se ela esperasse mais meio ano, talvez Getúlio cedesse às pressões que estavam se exercendo. Então meu pai era muito contra a revolução. Não muito contra, ele era contra a precipitação, está aí o termo. Meu pai era contra a precipitação de São Paulo, do governo de São Paulo, na saída para essa revolução.

LO - O senhor falou que estava em discussões com ele ...

JB - E meu pai era um homem que tinha uma dialética terrível. Eu tenho até um ensaio sobre a coragem, nas minhas memórias, vocês vão ver o que é a coragem, discutir conosco. Ele não achava coragem em vestir farda ou dar tiros em ninguém, ele era contra a agressão. Ele achava que nós precisávamos, São Paulo precisava de trabalhar como estava trabalhando, pressionar o governo federal, mas numa boa, até que o Getúlio cedesse. Ele ia cansar, ia ter que ceder a esses justos reclamos dos idealistas constitucionais de São Paulo, era essa a tese dele, influenciava muito, o outro irmão doente, mais velho, estava com pleurisia não é, o professor Labantino nesse tempo estava em Campos do Jordão com pleurisia. E eu indo vê-lo, voltando para São Paulo, indo para Bauru, aquela coisa toda, foi uma hora muito confusa para nós, em família também. Mas eu era, se pudesse ia, mas encontrei dificuldades muito grandes. Minha mãe, sabe como é mãe, mãe não quer que o filho vá morrer por aí, não é, morrer por aí afóra por causa disso ou daquilo. Mãe pode falar em ideal, enquanto não vê o filho estendido numa mesa morto, com quatro velinhas.

LO - Agora, na escola, na universidade, na faculdade de Direito, o senhor também não podia fugir da discussão, quer dizer, lá ...

JB - Mas ali era tanto ... ali todo mundo era revolucionário naquele tempo. Nós éramos revolucionários, mas revolucionários, vamos dizer assim, teóricos, sem ação. Muito pouca gente, muito pouco estudante aceitou o alistamento, aquelas convocações dramáticas, vocês não viveram aqueles dias não é, também não, gente feliz. Aquelas convocações pela rádio, nós não tínhamos televisão ainda. Pela rádio, aquela coisa de despertar a bravura, as marchas guerreiras. Aquilo tudo criava ambiente de estudantada que é muito entusiasta, idealista ainda porque não foi provada pela vida. Depois vai arrefecendo um pouco o entusiasmo porque vai vendo que a realidade é outra. Mas havia grande entusiasmo também em razão de promoção que o governo fazia através da rádio difusão e da imprensa, não é. *O Estadão*, [*O Estado de São Paulo*] aquele furor, *A Folha [de São Paulo]* mesmo, aquele furor. Aquilo entusiasmava as massas, e São Paulo isolado. E os que foram, depois, viu-se confirmada a tese de meu pai. Muitos que foram voltaram renegando, acharam uma coisa detestável, que nós não tínhamos elemento para sair nada. Diziam: “Lutamos até com matraca, não tinha, para imitar a metralhadora, o pipocar da metralhadora, usavam matraca. Não tínhamos enfim, armas, Minas falhou, prometeu vir com São Paulo, falhou não é, aquela coisa que a gente sabe. Só a história longinquamente, a grande distância, pode fazer uma história verídica, verdadeira. Ninguém conta história em cima do fato.

MC - Bom, isso aí, já vi até diversos estudos sobre isso. Doutor Batista Ramos, o senhor quando entra para a faculdade de Direito, como é que foi o estudo do senhor nessa época?

JB - Quando eu entrei para faculdade eu fiz um vestibular muito bom. Aí eu vivi uma crise ... Mas eu vou contar essa história muito comprida, só quando vocês lerem as minhas ... eu vivi uma crise religiosa muito grande. Eu tinha problemas íntimos muito grandes,

só escrevendo. Não quero contar mentiras para vocês. Vocês lerão um dia. Eu estava vivendo uma crise interior muito grande, religiosa sobretudo. E eu na faculdade, eu não ligava muito não, para faculdade. Eu ia indo, meu irmão muito mais à frente. Apesar de pequena diferença de idade, o Nabantino era uma cabeça muito mais objetiva, não. E, aí na faculdade, eu levava, fui passando até o segundo, terceiro, quarto ano, quinto. Fui levando, mas sem entusiasmo, sem maior. Mas contar isto para vocês, vocês são muito moços. Deixa para vocês lerem isso.

LO - Seus pais eram católicos?

JB - Não, minha mãe de formação católica, família católica, meu pai espírita. De certa forma me fez confusão, e eu fui espírita. E conservo aquela crença nos dois fatos fundamentais do espiritismo, que não contradizem muito o catolicismo, fundamentalmente. Eu acredito em Deus à minha moda, que eu tenho de Deus uma concepção filosófica diferente do comum. Porque li muitos místicos e acredito na sobrevivência da alma. Eu acredito nesses dois pontos, mas por fatos que ocorreram comigo, que eu conto nas minhas memórias, não vou expor a vocês porque é muito comprido.

LO - O senhor acha que a sua preocupação com a assistência médica, da Previdência Social, dos desamparados, tem alguma relação com esse ponto de vista religioso, com essa perspectiva religiosa?

JB - Não, não. Pelo contrário, tem relação sim, você ponderou bem. De fato, minha formação religiosa é fundamentalmente evangélica, eu sou contra a seita, eu sou evangélico, digamos à minha moda. Não evangélico da seita. Eu acho que o evangelho para mim é fonte de toda sabedoria, entendeu. E eu acho que Jesus é o mais alto padrão da vida, mesmo sob o ponto de vista histórico. Mesmo não sendo imortal, para mim ele é o padrão. Eu creio num mundo só, num só rebanho entendeu, num só pastor. Eu tenho essas idéias todas que dirão são (TI) mas estão dentro de minha formação filosófica. Mas eu acho que essa formação cristã, digamos então assim, cristã e evangélica, me deu certa sensibilidade entendeu, pelas causas dos que sofrem. O espiritismo também me deu, mesmo deixando de lado o espiritismo, por certas complicações difíceis de se explicar. Deixando de lado, me atrelando unicamente aos princípios evangélicos, eu acho que a formação evangélica e cristã, nos ajuda a formar o nosso caráter de maneira a compreendermos melhor o sofrimento do próximo e os problemas sociais. Daí por que eu para me eleger, eu não me elegi com dinheiro não, foi muito pouco, porque eu não tinha. Eu criei um escritório chamado soluções trabalhistas em São Paulo, em que eu dava consultas de graça, sobre Previdência e Trabalho. Eu fiz isso 20 anos gratuitamente, era uma promoção. Eu tinha um assessor para trabalho e um para Previdência, cada um com uma secretária. Chegava o trabalhador de gravata ou sem gravata, a Previdência, hoje, tem muita coisa sobre ... a Previdência tem também ... perdi o fio do pensamento. Eu achava que eu precisava fazer um canteiro político, buscar votos. Mas como? Comprar votos, preliminarmente, eu não podia nem pensar porque eu não era homem de recursos, não podia sair pela luta, sair pela fenda econômica da conquista do voto. Então tinha que fazer qualquer coisa, criei então esse escritório chamado soluções trabalhistas. Que o Menotti, cujo nome foi escolhido por Menotti Del Pichia, eu levei vários nomes para ele e disse, Menotti escolhe, e ele disse, é este. E eu adotei Soluções Trabalhistas. Aí os meus assessores atendiam as consultas diárias, vinham dez, 20 pessoas por dia, às vezes 30. Das oito da manhã ao meio dia, uma hora. Mas eram atendidas com um certo carinho,

não havia pressa em atender, não pressa em fazer com que o consultante abreviasse o caso, ele podia desabafar. Era até um pouquinho de psicoterapia, porque eles desabafavam. Xingavam o governo, xingavam presidente, xingavam tudo, entendeu e diziam o que queriam. Os meus assessores davam o conselho e orientação e eles iam mais satisfeitos. E com esse escritório assim, eu me mantive 20 anos na Câmara. Eu chegava na eleição, eu só avisava: “Eu sou candidato”. Mas não havia nenhuma garantia de que eles iam votar em mim. Porque eu não perguntava de que partido era, de onde vinha, quem mandou. Chegou ali sentou, eu atendia ...

LO - Em que ano o senhor abre esse escritório? O senhor lembra mais ou menos?

JB - Eu abri esse escritório em 1950.

MC - Isso foi bem mais adiante não é ?

LO - Eu queria voltar um pouquinho à fase em que o senhor estava saindo da escola. Quando o senhor sai da escola, o senhor começa a trabalhar com Direito Agrário, não é verdade?

JB - Não. Quando eu saí da escola, da faculdade? Quando me formei? Quando me formei, casei-me, foi o meu primeiro casamento. A dona Lina é minha segunda mulher. Eu casei-me e fui para Monte Aprazível, para a boca do sertão. Porque eu não tinha para onde ir. Bauru já tinha o meu irmão que era um homem muito competente, esse podia viver em Bauru, e não haveria terreno para mais de um. Então casei-me e fui embora para o sertão, para Rio Preto, e lá morei seis anos, mas não em Rio Preto. Eu fui para o sertão mais fundo, eu fui para Monte Aprazível. Lá eu me estabeleci. Meu sogro me ajudou a mobiliar minha casa. Sobrou uma letrinha que eu paguei religiosamente, e lá advoguei seis anos e fui muito feliz. Porque eu já levava uma bagagem boa de estudante. Eu não contei que durante anos, eu trabalhei com o doutor Benedito Costa Neto, que foi um grande advogado em São Paulo. O escritório mais movimentado, conceituado. Trabalhei com ele, e ele é que me deu uma grande causa em Monte Aprazível. Ele disse: “Você quer ir para o sertão então você já vai com uma causa.” Então me deu uma causa muito importante, que era da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Ela se defendia numa execução, numa ação executiva, que era movida contra ela pelo agrimensor da fazenda Araçatuba que havia dividido 24.000 alqueires, e cobrava uma fábula pela divisão. Vinte e quatro mil alqueires, o que era a terra naquele tempo. Então eu peguei essa causa que ele me deu e fui muito feliz. Ganhei e já deu para viver uns anos quase. E aí fiquei conhecido como bom advogado no júri, e também fazia júri, fazia tudo. E também como civilista (TI). Fiz muito boa advocacia, tinha um dos melhores escritórios de Monte Aprazível. Tinha uns 40 advogados e uns 50 de Rio Preto que advogavam lá, que era perto. Foi a minha sorte aí, foi o sertão. Agora quando eu tinha uns 31, 32 anos, sem filho, minha mulher doentinha, primeira mulher. Eu disse: “Vamos embora para São Paulo, nós temos um pé de meia, não temos filho nem nada”, E viemos. Em São Paulo, eu abri escritório com meu mano que veio de Bauru. Aí aconteceu aquilo que só o destino fez acontecer. O doutor Costa Neto, o Ministro Costa Neto foi Procurador Geral do Estado de São Paulo e foi Ministro da Justiça do Marechal Dutra, ele chamou meu mano Nabantino para trabalhar com ele, por que ele seria candidato a deputado federal por São Paulo, e já era Procurador Geral do Estado e homem de confiança do Fernando Costa. E eu vim então para ficar no escritório. Não no escritório do doutor Costa Neto, Nabantino ficava no escritório do doutor Costa Neto, e eu ficava no escritório do Nabantino e meu

também. Mas aí o Nabantino um dia, e ele não recebeu e eu recebi uma visita do Doutor Costa Neto, que já era candidato a deputado federal e Procurador Geral do Estado, estava deixando a Procuradoria para se candidatar. Ele disse: “Aconteceu uma coisa importante para vocês”. Eu digo: “O que é?” O doutor Fernando Costa acaba de me convidar para integrar um grupo que emite a *Folha de Manhã*, que é hoje a *Folha de São Paulo*, vocês conhecem.” E eu disse que eu não podia por causa da candidatura para federal, mas que eu indicava o Nabantino, que era o meu mano mais velho. Agora eu queria convencer o Nabantino a aceitar a superintendência da *Folha*. E eu me desincumbi muito bem da tarefa, quando Nabantino chegou eu disse: “Olha, o doutor Costa Neto me visitou, ele conversou com o Fernando Costa, e ele quer que você aceite a superintendência da *Folha*. Nossa Senhora! Desabou para nós. Divulgando com nossa advocaciazinha boa. Ele tinha bons clientes já, velhas relações. “E agora, isso vai me prejudicar.” “Está bem, eu fico no escritório e você vai.” E ele aceitou. Aí mudou toda a nossa vida de novo. Ele foi para *Folha*, acabou sendo presidente. Era o grupo formado pelo doutor Alcides Ribeiro Meireles, que era pessoa de total confiança do Fernando Costa, amigo íntimo, o José Nabantino Ramos pelo Costa Neto não é, e o conde Chiquinho Matarazzo que ia emprestar 5 milhões, que naquele tempo era muito dinheiro. Doutor Alcides, 5 milhões, ele 5 milhões e mais 5 milhões era fácil de arranjar no Banco do Estado. Aí só para concluir, a ante sala da imprensa é a ante sala da política não. Eu virei cronista, cronista e bom, eu assinava com o pseudônimo chamado Sancho.

MC - Sancho?

JB - Sancho. Esse fez época no tempo.

LO - Cronista político?

JB - Era cronista político. Uma vez, fomos esperar o Fernando Costa no aeroporto, e o senhor Fernando Costa deixou uns 50 ou 100 políticos que estavam no aeroporto esperando por ele, no local apropriado e me chamou de lado para conversar comigo, me deu prestígio.

LO - O senhor era Sancho por causa do Sancho Pança não?

JB - Não era pelo Sancho Pança, era um pseudônimo. O Pança eu achava que seria pejorativo, não é. Eu era Sancho só, mas com aquela figurinha de Sancho Pança. Eu punha a figurinha do Sancho, gordinho, era irônico e agressivo. E o doutor Fernando Costa se entusiasmou por mim, o Chiquinho mesmo, uma vez me chamou para escrever uma carta. Eu tinha três estilos, eu escrevia cartas individuais, cartas ao Senhor Prefeito Municipal, carta ao Governador do Estado, carta a fulano de tal. Eu escrevia pensamentos pseudamente filosóficos e fazia cartas pensamentos, e as crônicas, variava. E eu fiz nome, tanto que em [19]50 eu saí para deputado federal a convite do Partido Trabalhista, e eu fui derrotado, tive 8.300 votos porque ninguém sabia que eu era o Sancho. Por isso que eu perdi, só entrei em [19]54.

MC - O senhor quando fala assim em pensamentos pseudo filosóficos, o senhor volta e meia fala em Filosofia. É no campo estritamente da imaginação, como o senhor colocou antes, o senhor era muito imaginativo, ou o senhor tinha realmente uma leitura, ou o senhor buscava um conhecimento de filosofia? Fundamentos ...

JB - Bem perguntado.

MC - Naquele período ...

JB - A Filosofia é inata no homem não é. Quando Adão cominado com a Eva e a serpente, resolveram provar daquele fruto de ciência do bem e do mal, estavam justamente no centro do paraíso, e que era proibida para eles, ele já estava fazendo Filosofia, entende. Todos nós somos (TI) filosóficos, nós queremos sempre buscar a causa das coisas. Em face do que acontece o por que sempre surge como uma pergunta natural, que eu acho válida. O por que não é uma pergunta que representa uma deformação ao intelecto. Eu acho válida a pergunta porque também, nesse sentido filosófico. E ali também o que pude, eu procurei Filosofia mais por Filosofia científica. Eu não quero saber o que os grandes filósofos pensavam, porque todos pensaram dentro da sua época, com os conhecimentos objetivos da sua época. Hoje eu prefiro pensar não lendo História da Filosofia, mas vendo o que acontece nas ciências, basicamente nas ciências físicas, acontece na Biologia, estudar por exemplo o fenômeno da Física Atômica. Indagar sobre as origens da matéria, o quanto se possa avançar ou então, estudando a Filosofia, ou melhor, estudando na Biologia geral, estudando a evolução como fato, como processo e como causa. Tudo isso eu aprofundi muito. É Filosofia mais no sentido de quem filosofa em face dos acontecimentos científicos que conhece. Não sob o ponto de vista da História de Filosofia ou da repetição, ou da lembrança daquilo que eles disseram, das filosofias que eles levantaram, o que me preocupa é agora.

MC - O senhor teve essa perspectiva, essa visão, essa concepção em relação à filosofia desde cedo, desde esse momento dos anos [19]40. O senhor já tinha essas idéias?

JB - A minha causa ajuda a filosofar, meu pai era um grande discutidor. E quem discute acaba virando filósofo.

MC - Mas quais eram os autores assim que mais o impressionaram?

JB - A mim? Lembro eu, por exemplo, eu estudei, por exemplo, grandes problemas da vida me interessavam muito, as origens da vida, não. Eu li tudo quanto um leigo pode ler sobre a matéria. Por exemplo, eu conheço bem a teoria da evolução biológica. Eu tenho uma carta que eu vou juntar, uma peça de 20 páginas que eu junto às minhas memórias, mas como um adendo porque é pesada, é carga pesada. Em que eu exponho toda a evolução biológica até o homem, e faço assim, traço uma perspectiva, faço uma futurologia biológica digamos assim. Mas sempre me apliquei muito ao estudo da Biologia em geral. Li Darwin, li bem. Li Huxley, Gilbert Huxley, *Evolution* dele. Eu tenho um trabalho, eu li Bergson ...

MC - Bergson?

JB - A *Evolução criadora*. Darwin que pensa entender o porquê da vida (TI). Eu li os modernos, os experimentalistas modernos dos Estados Unidos, Morgan que fazia experiências com as drosófilas, as moscas das frutas, estudando mutações, procurando explicar o processo da evolução. Eu li tudo isso, passei dez anos para ler tudo isso.

MC - Eu queria voltar um pouco para o seu período de faculdade, quer dizer, eu gostaria que o senhor falasse um pouco desse período de faculdade, de qualidade de ensino, de colegas, professores, como é que é esse ambiente universitário?

JB - Na faculdade de Direito, eu já falei que eu frequentei pouco a faculdade, porque eu trabalhava. Por isso que eu tive facilidade mais tarde de ir embora para o sertão sozinho, com 500 cruzeiros de livros debaixo do braço.

MC - O senhor trabalhava na época ...

JB - Com o Costa Neto.

MC - O senhor trabalhava por necessidade, ou porque já havia uma perspectiva de sua vida profissional ...

JB - Por necessidade. Eu precisava ganhar meu pão.

MC - Mas o seu pai nesse momento não tinha condições de ...

JB - Podia ajudar mas tinha dificuldades. Depois dessa grande luta que ele teve, ele perdeu muito economicamente, e eu não queria onerá-lo. Então eu precisava trabalhar, trabalhei com o Costa Neto que era sério, e pagava não era coisa alta. Naquele tempo eu ganhava 500 mil réis e dava para tudo.

MC - Sei. Mas o que o senhor se lembra assim da faculdade?

JB - Da parte que eu gostava?

MC - É, marcante, um professor que o senhor considerou ...

JB - A faculdade de Direito de São Paulo mesmo, na USP, estava numa fase boa, mas os professores universitários, eu reputo que na sua maioria são um pouco faltosos, eles são deficientes. Porque eles não se dedicam de corpo e alma, agora parece que mudou, não sei se mudou. Mas no meu tempo, por exemplo, tinha professores ótimos, admiráveis. Eu tive, por exemplo, aulas com a figura dele, está aqui bailando, não me lembro o nome. Eu tive grandes professores, meu Deus. O Raul, Ato Jurídico, que tem dentro das obras dele é um primor de jóia. Teve o Mário, me escapa, o que é a memória, já estou esquecendo meus professores da faculdade. É capaz de vir adiante, daqui a pouco ela é capaz de brotar, mas eram professores bons, valia a pena ouvi-los, valia a pena ouvi-los. Foi um período bom, eu gostava, a minha turma, eu tinha colegas eminentes, o Buzaid foi meu colega de turma, nós festejamos. Em novembro eu fui a São Paulo só para a festa do cinquentenário. Cinquentenário, [19]36, não é? [19]86. [19]36, 16, é [19]36. Formados. O Odilon da Costa Ramos que foi desembargador ilustre, quer dizer, muitos colegas agradáveis eu revi lá no cinquentenário de nossa formatura.

MC - Esse período que o senhor faz a faculdade de Direito no Largo de São Francisco, é um período de certa radicalização política. Primeiro é, a revolução constitucionalista de [19]32, e depois um período de formação da Ação Integralista e da Aliança Nacional Libertadora que culminou ...

## Fita 2 - Lado B

JB - Eu acompanhei esses acontecimentos. Agora, mais precisamente o que o senhor desejaria saber?

MC - Como é que o senhor viveu esse período. Como é que o senhor se posicionava nesse período?

JB - Muito pouco, politicamente muito pouco, por algumas razões fáceis de explicar. Primeiro porque eu precisava ganhar meu pão, eu não podia fazer muito aquilo que se chamaria a vida acadêmica, o papo, que é gostoso, não é? Eu freqüentava uma roda muito reduzida, de modo que eu precisava trabalhar. E trabalhar com o doutor Benedito Costa Neto era qualquer coisa de muito sério: hora de entrada certa, hora de saída do almoço, hora de retorno do almoço, hora de fechamento do expediente. Ali aquela presença contínua, de maneira que eu não tinha muito tempo. Mas como os bedéis eram sempre camaradas, davam freqüência para a gente. Era o que acontecia com todo mundo, não é? E eu ia levando, mas quando podia dava uma fugida e ia assistir uma aula. E gostava, mas freqüentava pouco, e uma outra razão que não me permitia ter vida acadêmica era aquela minha preocupação introspectiva que eu falei, essa preocupação mais filosófica. Eu confesso que eu não tenho amores pelo Direito. Vocês ficaram decepcionados comigo, eu acho, eu fui bom advogado entendeu? Não é? Mas não fui um amante do Direito como o Buzaid, por exemplo, meu amigo o Buzaid, eu o ajudei a completar a grande obra dele aqui. Eu fui relator, eu fui presidente da comissão especial para relatar o código de processo civil dele.

LO - No governo Médici?

JB - É, fui o presidente da comissão, mas eu acho que o Buzaid ama o Direito, eu não chego a amar. Eu vivi do Direito abusando um pouco da imagem como o sapateiro vive da sola, a figura está um pouco forte, não é, quer dizer, não tinha amor por ele, eu tinha a preocupação do pensamento geral como até hoje. Isso está me valendo hoje, porque o meu pensamento geral hoje para mim, vale mais do que todos os códigos e leis que eu já pude compulsar. Eu estou preocupado com as grandes idéias, o Direito acho, tinha muito soldado, muito batido entendeu. Eu escrevi um livro, no Tribunal eu escrevi um livrinho sobre ...

MC - Legalidade.

JB - *O Princípio da Legalidade e A Legalidade e Ordem Administrativa e a Despesa*, mas assim porque eu me empolgo quando estudo o caso, me dediquei durante sete anos ao Tribunal de Contas da União, fui um ministro eficiente. Então até naqueles momentos eu me entusiasmo, mas se não houver assim uma razão objetiva para me deslocar a energia no setor de atividade, eu me encolho e quero filosofar, entende? Será que vocês estão me entendendo?

MC - Estamos entendendo sim, perfeitamente. O senhor mencionou por exemplo o nome do Alfredo Buzaid, e o Alfredo Buzaid foi na época da universidade, e deve ter sido naquele período, membro da Ação Integralista Brasileira.

JB - Foi.

MC - O senhor tinha alguma simpatia pela Ação Integralista?

JB - Não, mas não hostilizava também.

MC - Não hostilizava ...

JB - É que eu nunca vivi, eu não cheguei a sentir esses movimentos. Não senti, eu sempre vi muito na política muita ambição e pouco ideal.

MC - Naquele período?

JB - Sempre.

MC - Sempre...

JB - Muita ambição e pouco ideal. Eu acho que o que domina o homem no mundo são duas grandes forças, digamos dois impulsos. *Las impulsiones e los deseos*, como dizem os espanhóis, *las impulsiones e los deseos*. O impulso do mando quer o poder, pisa em tudo que lhe nega o poder, cada um pisa ao seu modo, entendeu? E a ambição e los desejos amorosos, o sexo. Poder e sexo, este são os dois grandes pólos em torno dos quais gira toda a força humana na sociedade. Podem me contestar ...

MC - Não, não. Nós não estamos aqui para contestar o senhor. A gente está aqui para aprender.

JB - De modo que eu não pude viver muito isso, eu nunca acreditei muito nessas bravatas de política, e fui político. O que se deduz que eu nunca nem acreditei muito em mim. Estou sendo paradoxal com vocês ou estou fazendo uma confissão, quer dizer, eu não acredito muito nessas coisas por isso é que eu não vivi muito esses fatos políticos.

MC - Sei.

JB - Eu vi o Plínio, foi meu amigo ...

MC - Plínio foi ...

JB - Plínio votou em mim na última eleição para presidente da Câmara, me dava muito com ele, jantei com ele, ele jantou aqui nessa sala. Mas o Plínio era a encarnação do poder, quer dizer, o homem ambicionando o poder, ele pode chegar ao poder e exercê-lo bem. Eu não nego que há a ética no homem quando eu digo que o poder é que o leva. Ele pode chegar ao poder e exercer bem aquelas tarefas que lhe são impostas pelo poder. Esse é que é o meu pensamento filosófico e político, de modo que o Plínio era um ambicioso do poder mas ele era um homem bem intencionado. Mas por isso mesmo, porque essa

faixa de ambição um tanto quanto indefinida no homem, no coração do homem é que eu não acredito muito nesses movimentos, integralismo.

MC - Mas nessa radicalização ...

JB - Acompanhei assim como um historiador acompanha o que está acontecendo.

MC - Mas pegando esse período de radicalização entre integralismo e comunismo, o senhor se lembra mais ou menos a que o senhor estava mais próximo?

JB - Pela minha formação evangélica eu sou muito mais do que comunista, eu sou um ultra comunista. Porque para mim, e eu me julgo, eu fui classificado uma vez por um pastor protestante, cuja amizade me honrou muito, me ajudou muito quando eu era estudante, o Dante Ferraz, falecido já. Ele então um dia olhou para mim, que era estudante, ele já setentão, olhou, me mostrou uns livros de biblioteca dele, discutiu muito comigo. Ele era pastor protestante, homem muito lúcido, homem altamente bom. Disse: “João”, ele me chamava de João, “já cheguei a uma conclusão, não vou discutir mais com você, mas uma coisa me satisfaz, você é cristocêntrico, não é?” Eu nunca mais me esqueci daquilo, que aquilo me agradou. E eu acho que se eu sou cristocêntrico no pensamento, ainda que não possa ser integralmente na ação, ou nem aproximativamente com relação ao modelo que é Jesus. Se eu sou cristocêntrico, entende, eu acho que nós devíamos atentar muito para a realidade humana. Quando eu vejo um homem empenhado, e até encarniçado na conquista do poder, eu não sei até que ponto vai o ideal, ou até que ponto vai a ambição e principia o ideal. Eu acho os homens muito pouco sinceros no seu idealismo político, muito pouco. Não sei se estou me fazendo claro.

MC - Não, está claro sim ...

JB - Agora, então, eu sou muito mais exigente do que o comunista. Eu acho o socialismo por exemplo, de que o comunismo é uma corrente, o socialismo entendeu, sempre sonhou com o quê? Com a igualdade, não é isso? Ele sonha com a igualdade, todo movimento humano como o movimento socialista, todo movimento é naquele sentido igualitário, de fazer uma sociedade o mais possível igualitária, desfazer as diferenças. Aumentar a participação da grande massa nos proveitos da riqueza, não é? Então esse igualitarismo em Jesus é muito mais profundo. Eu acho impossível de atingi-lo na sociedade humana sem ainda uma evolução muito grande das sociedades. Precisa evoluir muito, vai chegar mas num longínquo futuro, vendo isto sob um prisma bem distante, então, vamos atingir essa meta, mas muito longínqua porque no momento esse igualitarismo eu acho impossível. Então como a sociedade resiste a esse igualitarismo que o socialismo quer, o que acontece, vira um conflito. O Marx quando batia a luta de classes, o que ele queria, com a luta de classes é conflitar com a riqueza dos potentados, dos industriais, dos homens do poder econômico, conflitar, conflitar até derrubá-los. Mas ele queria fazê-lo através da violência e eu sou contra a violência. Eu acho que nem ao bem se deve almejar com violência, que eu sou cristocêntrico. Jesus disse tudo que tinha de dizer numa sociedade cheia de preconceito, de hipocrisia e de inferioridade aos doutores da lei, aos fariseus, aos saduceus. Disse tudo que tinha de dizer, raça de víboras, sepulcros caiados de branco e por dentro cheio de rapina. Disse tudo, mas na hora da violência ele disse: “Pedro embainha a tua espada”. Ele não foi à violência. Então a postura do homem realmente ideal, que para mim seria o modelo que é ele, seria esta. Lutar de corpo e alma pelas suas idéias no sentido da implantação de uma melhor forma de governo, numa nova ordem na

vida social. Mas estacar em fase da violência, não chegar a violência. Porque basta dizer a verdade que um dia ela vingará. Basta desmascarar a hipocrisia, que um dia a verdade vingará, entende o meu pensamento? É por isso que eu digo que eu sou mais que comunista, muito mais. Por isso é que eu não posso ser um comunista marxista.

LO - Ministro João Batista Ramos, com referência ao período que o senhor estava vivendo na região de Rio Preto, o senhor estava exercendo a advocacia como profissional liberal utilizando uma experiência que o senhor adquiriu na capital de São Paulo, exercendo principalmente junto a latifundiários, direito agrícola e outras questões que o senhor falou que era o direito em geral, que o senhor trabalhava. A presença e a proximidade com esses setores nunca fez que o senhor transformasse num latifundiário ou num proprietário de terras, quer dizer ...

JB - Eu cheguei em 1936 em Monte Aprazível e ...

MC - 1936?

JB - É, cheguei lá dia 25 e entrei na minha casinha amarela, minha gaiolinha amarela pequenininha mas muito bem arrumadinha. Entrei lá no dia 25 de janeiro de 1936, me lembro hoje, dia de São Paulo. Aí fiquei seis anos, mas eu ganhei muito mais do que eu esperava, eu pensei que eu ia ficar lá no mínimo dez anos, no sertão, e eu estava disposto a isso. Mas eu tive sorte e meu sogro também era fazendeiro, e logo que se liquidou a questão, uma célebre questão de que eu fui advogado, a questão do Viradouro, eu ganhei uma fazenda. Fazenda não, ganhei terra não é, ganhei umas áreas de terra. E aí eu disse ao meu sogro: “Eu precisava agora pôr um gadinho lá.” Ele disse: “Não, vamos ao banco”. Havia aqueles empréstimos rurais naquele tempo. Fui lá, o banco me deu naquele tempo acho que 5.000 réis, eu não me lembro se era cruzeiro naquele tempo, não era não, me deu um dinheirinho emprestado por seis meses, o Banco do Brasil e eu comprei 120 cabeças, começou aí, no terceiro ano eu já tinha esse núcleo e foi desenvolvendo. Quando eu saí de lá já tinha, não sei eu não me lembro mais, a fazenda já estava grandinha, eu estava com uns 300 alqueires mais ou menos, que era terra, não é. Uma parte de pastagem formada e algumas centenas de cabeça de gado. Eu fiquei fazendeiro, fazendeirinho, não é, porque isso lá era pequeno perto dos grandes lá isso não era nada, mas para mim não é, que não tinha nada.

LO - O senhor tratou nessa época que o senhor ainda era advogado ...

JB - Aí que eu pude criar coragem e eu ainda tinha a fazenda, essa questão que eu tinha ganho da fazenda Viradouro, eu desfiz um grilo que havia lá. Desfiz mesmo, porque eu levei pareceres do Plínio Barreto de São Paulo, e outros pareceres e venci essa ação que estava perdida. Foi aí que eu ganhei essas terras. Aí começou e depois vai adiante.

MC - O senhor disse que solucionou o grilo?

JB - É o grilo do Viradouro.

MC - Quer dizer, havia uma grilagem na época?

JB - Havia numa divisão da fazenda Viradouro que tem terras muito valorizadas na Vila Arandiara, hoje é cidade já. Havia numa divisão, havia sido apurado um título que era

uma segunda hipoteca, a execução de uma segunda hipoteca, quando a primeira hipoteca do meu cliente é que devia ser apurada primeiro, e a sobra para a segunda, isso é princípio. Mas como se tratava de hipoteca, de parte ideal, era questão jurídica delicada. Eu que levantei a lebre, não, isto está criado, eu disse: “Não, como apurar uma segunda hipoteca só porque ela foi registrada antes, a execução dela, quando há uma primeira hipoteca que também foi registrada ainda que depois. Vale a prioridade do título, se é uma hipoteca minha, pouco importa que ela seja registrada depois. A minha é a primeira hipoteca, e levantei a questão, uma questão muito bonita. Eu fui a São Paulo tirei um parecer com o doutor Plínio Barreto que era o jurista do tempo, e com isso eu ganhei tudo.

LO - O senhor se tornou então um homem com certo conhecimento da pecuária brasileira.

JB - Não, pouco conhecia, mas devido à parentela da minha mulher. Era de pecuaristas.

LO - Mas a prática rural se tornou uma coisa ...

JB - Sim, eu sabia o que era um pasto. O que era um colônião, o que era um Jaraguá, o que era um gado, o que era um bezerro, uma vaca. Eu acompanhava, conhecia já os tourinhos, conhecia já alguma coisinha, o abc. E tive um irmão que foi grande fazendeiro. O mais novo já falecido foi grande fazendeiro.

LO - Agora dentro desse substrato do conhecimento sobre a área rural brasileira, eu vou adiantar uma questão, trazer uma questão e depois a gente pode até retornar a esse período. Como é que o senhor explica o fato da LOPS ter sido aprovada excluindo os trabalhadores rurais.

JB - Porque naquele tempo não havia recursos. Havia aquela disputa terrível, que não se esqueçam de que a Previdência nasceu nas cidades, ninguém nunca pensou na lavoura, em primeiro lugar. É cidade, é o grupo de trabalhadores, esse grupo que fermenta, que quer direitos reconhecidos. Formou-se nas cidades como as Caixas, você veja bem que é nas rodovias. A ferrovia veja bem que núcleo fermentativo que se possa dizer assim a ferrovia, os trabalhadores das ferrovias representam, não é? Então a Previdência surgiu na cidade, é depois que se expande. Quando se tratou da Lei Orgânica pensou-se nisso, mas não era possível porque estourava o plano de benefícios, não havia recurso no tempo. Era 1960, não sabia se havia recurso para pagar aposentadoria por tempo de serviço. Esse foi o meu pecado no tempo. Eu fui me redimindo pela estrela e pela sorte, porque naquele tempo o Aluísio: “Não tem recurso para aposentadoria por tempo de serviço”. Era a tese da UDN, tese do Lacerda. Eu disse: “Tem sim senhor. Desde que haja mais disciplina na administração, mais poupança, menos esbanjamento e vocês vão ver que há dinheiro para pagar a aposentadoria por tempo de serviço. Se os ferroviários têm, por que os demais institutos não vão ter?” Era o meu argumento, isso que matou. Eu ganhei depois de uma tempestade em torno dessa tese, uns contra outros a favor. A UDN contra, o PSB contra, os eternos conservadores. O PTB com todos os seus defeitos, tinha este colorido trabalhista entendeu, que naquele tempo tinha. Nós não votávamos numa medida odiosa assim. Eu nunca votei numa medida contra o trabalhador, tenho a consciência tranqüila, eu não votava, não havia perigo para haver coerência não.

LO - Mas por que o senhor acha que a Previdência Social se inicia nas cidades, permanece nas cidades ...

JB - Porque é fato. Não é porque eu acho.

LO - Não, por que o senhor acha que isso ocorreu dessa forma?

JB - Pelas razões que eu dei. Porque onde o pessoal se organiza, é o pessoal das cidades. Veja nos países europeus, veja na Inglaterra, não é que é a pátria, digamos assim, no sentido ideológico não é, não de nascimento de Marx. Ele falou, entendeu aquela luta de classes que defendeu como um de seus pontos altos doutrinários, ele se inspirou na sua doutrina vendo o que se passava na indústria, nas tecelagens. O regime de trabalho, horário de trabalho, o trabalho das crianças. O desamparo, as condições higiênicas de trabalho, ele viu tudo isso ali na Inglaterra, na indústria, não foi na roça não. Na indústria é que havia entendeu, que esta pobreza assistencial. É na indústria, então aqui surgiu o problema, podemos estender à zona rural a Previdência, não dá. Eu queria entender também, muitos queriam mas não dava. Se para estender a aposentadoria por tempo de serviço era uma luta, ninguém acreditava. E eu venci aquilo porque foi um golpe de sorte, porque naquela hora foi mesmo uma dureza conseguir aquilo. O Lacerda contra, o Aluísio contra, a UDN toda, portanto contra. O único dos poucos homens que me ajudaram nisso foi como disse o Guilherme Machado que era secretário geral da UDN, que me aproximou do Lacerda. Eu me dava bem com o Lacerda, que eu era líder do PTB, em [19]57 eu já era líder do PTB, era uma bancada de 62 deputados. Então, pudemos fazer um acordo com eles. Trouxemos os líderes de São Paulo e do Rio, fizemos uma reunião lá no Palácio entendeu, foi no Rio. O Guilherme Machado presente e o Lacerda presente, e batemos uma chapa que é histórica. Primeira vez que a UDN conversava com o trabalhador. Aí fizemos o acordo, mas tem que passar a aposentadoria por tempo de serviço. Era o meu pé, que eles batiam nisso e administração colegiada, que o Lacerda aquiesceu: é verdade que ele era terrível, depois foi a tribuna, ele e o Aluísio mesmo uma vez, e defenderam a tese de que aquilo era uma imposição descabida financeiramente. Os cofres da Previdência iam estourar. Eu disse: “Não vai estourar nada, vamos ver.” A história está confirmando, eu afirmei com fé. Olha o que aconteceu, moralizaram um pouco a Previdência, está sobrando dinheiro. Até os aposentados foram liberados da sua cota de desconto. Porque é questão de esbanjamento. E nós não falávamos naquele tempo de roubalheira que havia também, mas não se falava. Era muito menor os escândalos, mas depois se avolumaram os escândalos terrivelmente nesses 20 anos de ditadura sobretudo. Avolumou-se demais devido à falta de disciplina, falta de chefia, não é?

LO - Ministro João Batista, eu volto à minha questão procurando ainda um esclarecimento, quer dizer, eu vou colocar... O senhor diz então que a Previdência se estabelece nas cidades na medida também em que os trabalhadores da cidade se mobilizam em torno de determinadas questões. O senhor acha que a Previdência do Brasil, ela não chega ao campo por um lado período de tempo, até bem pouco tempo atrás, ela não chega ao campo principalmente por qual motivo, ou seja, dos dois...

JB - Mas está chegando ...

LO - Está chegando claro. Mas durante o período, até os anos [19]60 ela não chega ao campo, as áreas rurais por falta de mobilização dos trabalhadores agrícolas, ou por excesso de mobilização dos setores latifundiários que barraram a Previdência rural?

JB - Tudo junto. São com causas, não é uma causa. Foi um delito praticado por muitos. Então a resistência dos latifundiários que não querem ônus de espécie nenhuma, e é uma

gente muito tacanha ... Vocês estão vendo aí o caso dos pecuaristas, por exemplo, que no meio de suas razões, também estão fazendo coisas muito erradas. Eu diria a tendência natural do homem de terra, do proprietário é uma tendência muito egoística. O homem da terra, não sei se pelas origens, pelas durezas da vida, não daquilo que sofreram, mas que viram talvez, eles se retraem diante das reivindicações, os trabalhadores. Então vem isso da origem feudal, e porque os da cidade são mais ativos, que se reúnem mais, tem organização sindical, não é? Também é outro fator, tem organização. E porque também os da terra, o rurícola digamos assim, o rurícola é um homem desorganizado. Todos esses fatores entram na explicação desse fenômeno.

MC - Doutor Batista, esse período em que o senhor é advogado lá em Monte Aprazível, não é, o senhor estava em bastante contato com a terra, o senhor chegou a presenciar ou atuar mesmo como advogado em algum tipo de conflito de terra. Ou o senhor naquele momento tinha notícias sobre alguns conflitos de terra, ou a questão da própria... Problemas relacionados à estrutura agrária brasileira, naquele período o senhor ...

JB - De maneira muito distante, longínqua, remota. Já havia pruridos de queixas das reivindicações do pessoal da terra. Já havia o apossamento, é o apossamento. Já havia posses, eu mesmo fui advogado de uma turma da fazenda chamada Lambari, em que ela estava invadida, tomada por posseiros. Havia esse fenômeno, porque lá havia grandes áreas de terra. Então naquelas grandes áreas que eram de proprietários legítimos, com seus títulos legais registrados no cartório de imóveis, entendeu? Não obstante essa situação, digamos jurídica, límpida de grande parte dos proprietários, havia já as posses, já chamávamos de posses, entendeu? Gente que invadia, as invasões, mas muito restrito isso, muito restrito. Isso ocorria, é um fenômeno que ocorria nas zonas mais afastadas dos pontos já cultivados, das áreas cultivadas.

MC - Quando o senhor sai de Monte Aprazível e volta para São Paulo não é ...

JB - Vim direto e passei dois anos em Bauru ainda. Eu estou simplificando a história para não complicar. Passei, vim em 1931 e [19]32 em Monte Aprazível, fiquei em São Paulo um pouco. Meu irmão precisou ficar em São Paulo e achou melhor ficar em São Paulo, e eu descer para Bauru para advogar dois anos lá com o sócio dele, que era o maior advogado da zona. Ele associou-se ao famoso Paulo Vale, não é esse candidato daqui não. É o famoso Paulo Vale, um rábula admirável, talentoso, eu aprendi muito com ele. Trabalhava muito bem em tudo. Então eu voltei dois anos para não perder esse lugar, esse sócio tão bom que nós tínhamos. Então eu passei dois anos lá e depois é que vim para São Paulo.

MC - O senhor poderia lembrar o ano em que o senhor trabalhou com o senhor Paulo Vale, em Bauru?

JB - Em [1931 eu vim, [19]32, [19]33. É.

MC - O senhor estava em São Paulo nessa época?

JB - Eu estava vindo para São Paulo. Foi um ano e meio, dois que eu fiquei em Bauru.

MC - Sim, mas o senhor como advogado já?

JB - Como advogado ...

MC - Então foi depois da faculdade?

JB - Foi ...

MC - Então foi em que ano?

JB - Aí eu já tinha 32 anos, 33.

MC - Sim, não. Eu estou dizendo o ano em que o senhor voltou para Bauru.

JB - O ano que eu voltei para Bauru?

MC - É.

JB - É...

MC - Esses dois anos ...

JB - Eu primeiro formado, ou formando, eu fui para Monte Aprazível ...

MC - Sim ...

JB - Via Rio Preto ...

MC - O senhor foi em [19]36 para lá?

JB - Fiquei seis anos lá.

MC - [19]36 ...

JB - Em [19]31, mais ou menos ...

MC - Em [19]41 ...

JB - Em [19]41. Seis anos depois. [19]41, seis anos que eu fiquei lá. Seis anos. Depois em [19]41 eu vim para São Paulo. Mas cheguei em São Paulo, meu mano que já estava lá disse: “Olha, nós não podemos perder um sócio tão bom quanto o Paulo Vale. Ele é um pai e um irmão, e tem uma banca excelente. Desce você para lá se você quiser, fica no meu lugar, ganha lá seu dinheiro entendeu, e me cobre a retaguarda. Eu fico aqui em São Paulo, já com meu novo escritório de advocacia.”

MC - E aí o senhor ficou [19]42 e [19]43 em Bauru?

JB - É, em [19]44 eu já estava em São Paulo.

MC - Em [19]44 o senhor já estava em São Paulo. E aí o senhor que já tinha tido uma experiência com o doutor Benedito ...

JB - Isso como estudante ...

MC - Como estudante ... Mas o senhor voltou e ...

JB - Não, aí não trabalhei mais com ele.

MC - Não trabalhou mais com ele. Quem trabalhou com ele foi seu irmão.

JB - Nabantino.

MC - Foi Nabantino.

JB - É Nabantino. Eu quando vim para São Paulo, já vim para o escritório que o Nabantino estava abrindo. Aí ele disse: “Não vamos perder um sócio como Paulo Vale. Você desce para Bauru, fica lá algum tempo, até que eu consolide em São Paulo o meu escritório. Aí você vem. Então eu vim pouco tempo depois. Quando eu vim ...

MC - Foi em [19]44.

JB - Foi aí que o Costa Neto convidou para ir para o escritório dele, convidou o Nabantino para trabalhar com ele de novo. Nós trabalhamos várias vezes com o Costa Neto. Trabalhou com ele. Depois deixou o Costa Neto, voltou para o escritório, ia muito bem no escritório, quando aconteceu o fato *Folha*.

MC - Sim, aí que ...

JB - Aí mudou tudo, quer dizer, o Costa Neto perdeu o Nabantino mas por outro lado, o Nabantino não é por ser meu irmão, eu até tenho um certo complexo por ele de inferioridade, porque ele era um homem excepcionalmente objetivo e capaz. Cobria todo o campo jurídico, tinha uma experiência. O Nabantino estava lá, estava eu como contei, ele tinha saído, o Costa Neto entra. Era Procurador Geral do Estado e já candidato potencial a deputado federal por desejo de Fernando Costa, que era o interventor. Disse: “Olha você vai se encarregar de convencer o José Nabantino de aceitar a superintendência da *Folha da Manhã*.” Tirando o *Estadão* já era a *Folha* naquele tempo, o jornal e os *Diários [Associados]* não é? Eram três, *O Estado*, os *Diários* e *Folha*. Chateaubriand não é, Mesquita, Chateaubriand e *Folha*. E você vai para lá, não o Costa disse: “O Nabantino vai para *Folha* e vocês fazem aqui o que quiser com o escritório de vocês.” E eu fui incumbido e me incumbi bem. O Nabantino aceitou a superintendência da *Folha*, e lá ficou e fez carreira 20 anos.

MC - O senhor quando fala de Fernando Costa é o interventor em São Paulo ...

JB - É o interventor em São Paulo.

MC - Na época do Estado Novo.

JB - Do tempo do Getúlio ...

MC - Do tempo do Getúlio. Mas o senhor, quer dizer, o senhor já relatou de certa maneira a atividade do senhor como jornalista. De certa maneira teve uma grande influência na sua futura carreira política não é?

JB - Como eu digo, eu acho que o jornalismo é uma ante sala da política. Você entra em contato. O Sancho fazia reportagens, eu vinha, ia freqüentemente ao Rio. Toda a semana ao Rio, não é?

MC - Estritamente no campo político que o senhor trabalhou?

JB - Político. E também entrava um pouquinho no econômico, mas sobretudo político. E depois eu entrevistava deputados, senadores, políticos em geral.

LO - O senhor cobriu a Constituinte em [19]46?

JB - Não deu para cobrir. A Constituinte em [19]46, [19]46 ...

### Fita 3 – Lado A

LO - O senhor estava na *Folha*?

JB - Eu estava na *Folha*.

MC - O senhor estava na *Folha*, e exercia também a advocacia?

JB - Um pouquinho, mas fui relaxando na advocacia, desinteressando. Eu gostei da imprensa, entendeu? Aquela coisa de escrever todo dia, de eu ser lido. A imprensa é uma espécie de vitrine, satisfaz a vaidade. A gente está exposto, não é? Eu era muito lido, ouvia comentários, aquela coisa toda. Aquilo foi me entusiasmando, e daí me jogar no vale perdido da política foi um passo.

MC - O senhor nessa época que o senhor era jornalista, ainda na ante sala da política partidária, nesse sentido, o senhor tinha alguma simpatia por algum partido, com o momento, a partir da democratização de [19]45?

JB - Tinha vocação mais para o Partido Trabalhista.

MC - Partido Trabalhista ...

JB - Pelo seguinte, porque eu tinha essa preocupação não é, de fazer política, e com essa preocupação nasceu a idéia de eu ter um escritório, em que eu pudesse promover, fazer uma promoção para captar simpatias. Como deu certinho, 20 anos que eu tive, 15, 20 mil votos saíam daquele escritório. Era regime militar, abria às oito e fechava meio-dia, uma hora. Com dois assistentes de primeira qualidade, não é? E eu atendendo sábados, religiosamente, chovendo ou fazendo sol, sexta-feira de noite estava pingando em São

Paulo. Sábado, cedo, eu estava entrando no escritório, e saía uma, duas horas. Era o meu entendimento pessoal.

LO - Agora, quando o senhor abre o escritório, o senhor já se definiu pela política, quer dizer ...

JB - Já, aí eu já estava ...

LO - Em [19]50.

JB - Já em [19]50.

MC - O senhor abriu o escritório em [19]50?

JB - É, [19]51 eu já tinha os programas. E eu tinha mais, eu tinha a seção na *Folha* também, uma colunazinha com meu retrato. Essa era João Batista Ramos, não era Sancho, João Batista Ramos. E tinha na rádio Excelsior, que era da *Folha*, na rádio Excelsior, eu tinha um programa às sete horas da manhã dando consultas. Então eu atendia, pessoalmente, no escritório, na rua 24 de Maio, atendia, dava respostas por escrito para essa sessão trabalhista da *Folha*, e também irradiava, tinha esse serviço de irradiação, das respostas pela rádio Nacional de São Paulo e pela rádio Excelsior, às sete horas da manhã.

LO - Ministro, o senhor saberia dizer em que momento o senhor teve realmente completa certeza de que o senhor estava traçando uma estratégia de participação política, de ingressar na política pública ...

JB - Cheguei num momento em que eu entrei, fui candidato, candidato como candidato, a gente por necessidade, não é, pela necessidade da própria salvação, a gente identifica com os seus objetivos.

LO - O senhor era candidato a partir de ...

JB - [19]50. Quando o Getúlio chegou em São Paulo não é, eu tinha sido convidado pelo diretor da regional, o Major Nilton Santos. Era militar, não era militar do Exército, era da Força Pública, mas ele estava aposentado. Mas eu perdi porque a Ivete Vargas me passou para trás. A Ivete chegou lá, mocinha, bonita, não é? Com o tio ...

LO - Era jornalista também.

JB - Ela foi ... Eu que era o preferido da regional, do presidente da regional, candidato praticamente, por quem ele nutria simpatia e a quem ele queria eleger, e chegou a Ivete e tomou meu lugar. Evidentemente ela era muito mais bonita e graciosa do que eu, não é?

LO - A Ivete passou a escrever também na *Folha*?

JB - Eu fui afastado, e ela chegou-se e tomou conta da banca.

LO - E ela passou a escrever também na *Folha*?

JB - Não, ela não.

MC - Doutor João Batista, tem um fato antes da gente pegar mais nesta parte dos anos [19]50, que é curioso na sua biografia. É o seguinte, o senhor foi assessor, o senhor auxiliou como assistente jurídico do Ministro da Justiça, a formalizar a denúncia contra o Partido Comunista Brasileiro.

JB - Está dito isso aí é?

MC - O senhor teve alguma participação nisso?

JB - Não.

MC - A biografia do senhor, é até bom o senhor depois ...

JB - Não, como é que diz?

MC - Essa é a biografia do Dicionário Histórico e Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, feito pelo CPDOC. Eles colocam que o senhor ...

JB - Como é que diz?

MC - Auxiliou, como assistente jurídico do Ministro da Justiça a formalizar a denúncia contra o Partido Comunista Brasileiro, que na época era Partido Comunista do Brasil.

JB - Denúncia?

MC - Em [19]47 isso ...

JB - Eu era secretário do Ministro da Justiça, do Costa Neto.

MC - O senhor era secretário em [19]47?

JB - É, é. E logo depois ele saiu. Espera um pouco, foi um ano que ele foi, ele foi, promulgada a Constituição de [19]46, como ele tinha sido um dos relatores da Constituição, a Constituição de [19]46 era ele, o Prado Kelly e o Nereu Ramos, são os três. Terror aquela Constituição, começo a avaliar. Ele convidou o Nabantino para ir para lá, mas o Nabantino não podia porque já estava na *Folha*. “Não vou deixar a superintendência da *Folha* agora, para ir assessorar Costa Neto no Rio”. Então disse a ele, “Por que o senhor não aproveita o João?” Então eu fui assim como o coringa, como é que se diz? Como um ...

MC - O regra três ...

JB - Um regra três. Então o Nabantino diz, venha o João que serve para meu secretário.

MC - Sim, e o senhor se lembra ...

JB - Então, eu vim e fui secretário durante seis meses só. Não fiquei muito tempo. Eu fiquei freqüentando o Ministério apenas para ir almoçar com ele, porque houve uma briga muito grande que eu não vou contar para vocês, que é um negócio contra o Chiquinho. Para tirar o Chiquinho da *Folha* quase houve tiro.

MC - O senhor se lembra desse, desse. O senhor se lembra desse trabalho em que o senhor auxiliou o Ministro de formalização?

JB - Não, não. Como é que diz aí?

LO - O senhor lembra da cassação dos mandatos?

JB - Lembro.

MC - Dos comunistas ...

JB - Foi Dutra, foi Dutra.

MC - Foi na época do Dutra que foi cassado mandato ...

JB - [19]46.

MC - Não foi [19]47.

JB - Foi [19]47?

MC - Foi [19]47.

JB - É, eu pensei que fosse [19]46.

MC - A cassação do Partido Comunista foi em [19]47.

JB - Mas como é que eu fui assistente ...

MC - O senhor foi assistente jurídico do Ministro, o senhor auxiliou como assistente jurídico do Ministro da Justiça, da época, a formalizar a denúncia contra o Partido Comunista Brasileiro, que antes era chamado de Partido Comunista do Brasil. O PCB era ...

JB - Auxiliou ao pedido ...

MC - Ao pedido, à formalização da denúncia contra o Partido Comunista. Houve uma denúncia de que o Partido Comunista ...

JB - Não foi ...

MC - O senhor não participou disso?

LO - O senhor não deu nenhum parecer na época ...

JB - Não dei, não.

LO - Ao ministro sobre ...

MC - O senhor não se lembra? Houve uma denúncia não é, de que os comunistas, através daquela história de que o Prestes, se tivesse uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, o Prestes ficaria do lado da União Soviética. O senhor não se lembra disso?

JB - Não, não me lembro de nada, não. E se foi pecado meu, o inconsciente engoliu.

MC - Sei. Não, porque isso está, quer dizer, isso é uma coisa que está escrita no dicionário, não é.

JB - Eu também não sou muito de desmentir não. Não foi atingida a minha honra própria da família.

MC - Sei. Eu achei curioso destacar esse fato, para saber o que o senhor, como é que o senhor entendia ...

JB - Eu não formalizei nada, não pedi nada. A gente comentava assim que eu era secretário. Era comum o Costa Neto me levar para almoçar com ele, não é? O Ministro, a gente conversava assim, mas eu não participei de nada de cassação, de nada, nada.

LO - Qual era a sua opinião na época, quanto à participação dos comunistas na política partidária?

JB - A participação dos comunistas na política partidária?

LO - Em [19]46, [19]47?

JB - Como eu falei, era aquilo que eu disse a princípio a vocês, que eu nunca tive essa preocupação partidária acirrada. Eu entrei para o Partido Trabalhista que não hostilizava o Partido Comunista, não é, quando eu entrei para política. Antes, eu tinha assim uma participação muito serena nessas coisas, eu não era integralista também, nunca pude compreender. Eu achava o integralismo, que o Plínio me perdoe se estiver por aí, eu achava muito petulantes, muito petulantes. Muito (TI) aquela marcha, aquela coisa do Plínio. Eu não gostava do integralismo também, era assim equidistante. Como disse, o fato da minha formação evangélica me esvaziou muito de paixão. Eu sempre fui muito sem paixão nessa coisa de política. Eu só me entusiasmava num certo momento, mas acidentalmente, mas eu tomar posição ...

LO - Quem levou o senhor para dentro do PTB?

JB - Foi o Major Nilton Santos. Porque eu era jornalista, tinha contato com eles, e eles tinham uma preocupação muito grande de ter o apoio da *Folha* porque *O Estadão* hostilizava muito o Getúlio, e o Partido Trabalhista. Em razão disso, eles agradavam muito a gente da *Folha* e a mim que freqüentava não é, ia lá, agradava, agradava. E o Nilton então achou ... “Por que o senhor não aceita?” Ele me chamava de senhor naquele tempo. Eu digo: “Eu não sei não, a *Folha* não quer saber de política.” Nabantino não gostou no começo, não, meu irmão mais velho. “Não sei você vai entrar nisso.” Mas era

o partido da voga, mesmo para efeito de voto, não é? No momento era o partido em voga, com aquela apoteose, com aquele movimento negrótico nacional, com aquela onda negrótica nacional que levou Getúlio não é? Ele chegou lá foi uma coisa admirável, a população inteira, os trabalhadores. Então aquilo me entusiasmou, e eu achava o velho simpático e fiz muitas crônicas simpáticas a ele, pessoalmente, ainda que às vezes cutucasse também. Mas então eu aceitei, mas não fui, não tive êxito por causa da Ivete que tomou meu lugar.

MC - Como é que o senhor define a seção paulista do PTB, nesse período que o senhor atua, que é basicamente do PTB nos anos [19]50. A sua atuação foi no PTB assim, mas engajado assim, o maior período foi nos anos [19]50. Como é que o senhor define a seção paulista do PTB?

JB - Naquele período?

MC - Nos anos [19]50?

JB - [19]50? Vitória do Getúlio, até o ...

MC - Não, mas até, passando por Juscelino, até [19]64. Como é que o senhor define a seção paulista do PTB?

JB - Ela era dirigida pelo Nilton Santos, esse coronel. Homem acanhado, mentalmente homem pobre, ignorantão. Mas com chefia, ele tinha chefia, e eu considerava o PTB uma espécie de braço esquerdo do Getúlio. Assim como o Getúlio tinha o braço direito que era o PSD, seu partido conservador. Porque Getúlio no fundo, entendeu, tinha dois grandes amores. Getúlio tinha o grande amor, a paixão do mando, tipicamente, não é? Agora ele por outro lado tinha a paixão das terras, ele era um estancieiro, esses dois amores. E de outro lado viu que as pressões de esquerda se exerciam cada vez mais efetivamente, movimento sindical, aquela coisa toda que vinha crescendo. Então ele criou o braço esquerdo que é o PTB, então para haver a grande jogada. Para pressionar o PSD, não era ele que pressionava, a fazer concessões, pressionar justamente, pressionar o PSD conservador não é, feudal, industrialista, enfim, o partido conservador por excelência naquele tempo. Para pressionar esse partido, ele então criou uma mão esquerda para pressionar, não era ele, era a mão esquerda dele. Assim que eu via, quer dizer, então eu achava válido isso, porque para pressionar a direita é preciso uma esquerda, eu não sou comunista, entendeu, estou longe disso. Eu sou mais do que comunista, eu sou cristocentrista. Acho tudo isso até desprezível entendeu, ser de direita, ser de esquerda. Porque o homem tem tanta riqueza interior, ele devia ser tanto mais capaz de se dar e servir que tudo isso é pouco, é pequeno, é um jogo de paixões. Então eu achava, e sempre acho, continuou achando que era preciso uma mão esquerda pressionando a mão direita. Então daí sairia uma média, um equilíbrio nas concessões, e das reivindicações. Se deixasse o PSD sozinho no campo, ele iria cada vez mais pressionar os trabalhadores, os industriais seriam cada vez mais duros, os senhores feudais da terra seriam cada vez mais severos, não é? Mais resistentes às reivindicações dos trabalhadores da terra, mas criando uma esquerda não. Há a pressão dela sobre a direita e as duas se encontram num ponto equidistante, e daí se pode então admitir um acordo, um (TI). Foi para isso que Getúlio criou, é assim que eu acreditava, e eu acho válido isso. Como não vamos falar do Sarney agora, mas como é preciso. Eu não sou comunista, eu disse, mas não sou contra também. Porque acho que não o comunismo não é o que me interessa, que é um partido, mas as

forças de pressão que ele representa contra o conservadorismo. Como não vingue como partido, como não vai vingar é muito difícil, vocês vão ver em São Paulo agora, classe média, terrível, gente o sujeito que tem sua casa, seu carrinho, seu filho, sua mulher, seu *modus vivendi*, suas férias, que é o grosso de São Paulo, essa classe média, o autônomo, entendeu? Vai desde o economista, o advogado, o engenheiro, ao médico, ao farmacêutico, ao pequeno proprietário, essa gente toda não quer saber de revoluções sangrentas, que venham desestabilizar o seu *modus vivendi* gostoso, não é? Não quer, todos são hedonistas no fundo, todos nós somos hedonistas. Então eu acho que não como partido, que não vencerá, Lula vai ser apenas, Lula vai ser apenas um chefe, um líder mesmo de uma faixa operária, que não tem visão para mais, agora que não está sabendo conciliar e jogar. Lula não sabe jogar, ele é aquilo, ele é até sincero, mas é aquilo entendeu, ele não tem flexibilidade, precisava ter jogo de cintura, que ele não tem. Então, essa esquerda precisa existir, não o Partido Comunista que eu vejo não, é a esquerda que eu vejo no Partido Comunista, para pressionar a direita a fazer suas concessões àqueles que trabalham. É esse jogo, digamos, não sei se eu poderia dizer hegeliano, de tese e antítese. A tese e a antítese, tese e antítese para dar solução intermediária que permita enfim, que a sociedade evolua sem violência para um estágio mais alto do convívio humano. Entendeu minhas idéias? Essa é a minha filosofia política.

MC - Doutor Batista, me parece que o PTB nos anos [19]50, em São Paulo era um partido fraco... Em São Paulo, historicamente foi um partido fresco, o senhor concorda com essa colocação?

JB - Concordo, o PSD estava na frente, a bancada era muito maior.

MC - Por que o PTB em São Paulo, era fraco?

JB - Porque naquele tempo não havia uma arregimentação maior. E o PTB não tinha uma liderança assim à altura, não tinha. A liderança do Major Nilton era fraca, era um chefe de polícia, chefe de rádio patrulha como chamávamos, ele não era líder. Ele não era um líder que pudesse dar a representatividade ao PTB daquela época. Era fraco mesmo, porque as estruturas sindicais eram frágeis também, eram mais fracas.

MC - Mas em outros lugares o PTB era mais forte. No Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro ...

JB - Sim, mas acredito por fenômenos não propriamente. Em que época que o senhor diz?

MC - Pegando o período dos anos [19]50.

JB - Anos [19]50? Em São Paulo, deixa eu ver se eu rememoro.

MC - Até a Revolução de [19]64. O PTB de São Paulo foi caracterizado ...

JB - Não, não. Mas aí é um trato digamos assim, é uma área. O senhor está se referindo a um período muito vasto para poder a gente analisar em conjunto. Naquele tempo era um PTB, ele não era mal intencionado não, agora com muita gente de direita também. Porque onde está o teu tesouro, aí está o teu coração, sem dúvida nenhuma. E lá havia muita gente de direita no PTB, havia uma ala de direita e uma ala de esquerda, havia tudo. Era uma espécie de PMDB daquele tempo. Então se juntava aquilo tudo e dava o PTB, cabia tudo

dentro do PTB, mas ele era fraco relativamente ao PSD que era o partido mais forte, basta ver a bancada aqui, nós éramos ... eu fui líder em [19]56, [19]57. [19]57 eu fui líder do PTB, aqui da bancada. Setenta e dois deputados federais, veja numa câmara de quantos, de quatrocentos. Veja bem, havia a fragmentação, eram treze, mais de dez legendas, não é? Mas o forte era PSD na frente, UDN em seguida, é a UDN não era outra coisa a não ser um PSD mais escovado entendeu, e com idéias muito bem definidas quanto as liberdades individuais e a democracia, não é, as liberdades políticas. Essa era a UDN, mas era conservadora do ponto de vista econômica, conservadoríssima. E do outro lado, em terceiro lugar vinha a bancada do PTB com 70 deputados, 72, quer dizer, o PTB ia bem, setenta para quatrocentos mais ou menos.

MC - Eu estou frisando bem esse aspecto paulista, porque pelo que parece, dentro do espectro ideológico que existia dentro do PTB, parece que a seção paulista era aquela que carregava aquela qualificação de ser o setor mais fisiológico do partido.

JB - O PTB?

MC - De São Paulo. Eu estou querendo frisar mais o PTB que o senhor participou, que é o de São Paulo, e que o senhor falasse dessa particularidade.

JB - Se ele era fisiológico?

MC - É considerado pela literatura, que o PTB em São Paulo era muito fisiológico.

JB - Mas agora eu pergunto ao senhor, a vocês, meus amigos já, mas qual o partido que não é fisiológico. A política é uma fisiologia organizada e estilizada, com muito pouco de ideal, às vezes ela usa o penacho do idealismo. Mas via de regra, quem busca a política quer o mando, quer o poder, o poder, a busca do poder, que evidentemente tem implicações econômicas. Ninguém quer o poder pelo poder, quer o poder também para ter o poder econômico. E quando não para tê-lo, ter a sua titularidade, que o poder pelo menos para desfrutar das sobras benéficas, entendeu. A alma humana é feita de ambição, o fisiologismo do PTB naquele tempo, era como o fisiologismo do PSD também.

MC - Sim, mas parece que por exemplo, nas eleições, principalmente no final dos anos [19]50 início dos anos [19]60, o PTB começa gradativamente a ter um perfil cada vez mais de esquerda. O senhor concorda?

JB - A partir de quando?

MC - A partir do final dos anos [19]50, início dos anos [19]60, o PTB ... Nas eleições de [19]58 e de [19]62, o PTB cresce significativamente, e mais pelo seu setor à esquerda.

JB - Acredito, houve uma tendência esquerdista, mas não vamos pular de uma questão a outra sem uma explicação. Você me disse primeiro ... Ele era fisiológico? Eu disse era mas dentro daquela minha teoria de que política é fisiologia estilizada com muito pouco de ideal. É difícil estabelecer o percentual, entendeu? Essa é a verdade para mim, a minha verdade. Eu não estou falando mais como um homem prático, político, nada. Eu hoje sou um ministro aposentado. Então, mas todos os partidos naquela fase eram fisiológicos, e hoje são fisiológicos.

MC - E por que então do final dos anos [19]50 até o Golpe Militar de [19]64, pelo menos a nível do PTB, esse partido deixou de ser ...

JB - O quê?

MC - Deixa eu ver se me faço entender. O PTB, como o senhor disse até como o PMDB, atualmente, era composto de diversas tendências. O que a literatura sobre os partidos políticos no Brasil diz, é que o PTB paulista era um PTB que a gente poderia chamar de um PTB de direita, enquanto que outras seções eram mais à esquerda. E ao mesmo, o PTB, que era mais à direita, era mais fisiológico em São Paulo, era um PTB fraco. Tanto é que o senhor mesmo numa eleição, o senhor se aliou ao PSP não é? Agora, o que eu quero é entender isso. Por que o PTB em São Paulo, regional, esse PTB regional se comparado com as demais seções, era tão fisiológico, tão de direita.

JB - Sim, mas fisiológico é uma coisa, ser de direita é outra, entendeu? Há nuances aí. Ele era fisiológico mas como todos os partidos eram fisiológicos. Eram e são, eram e são. Aqueles partidos todos lá são fisiológicos, e vão ser. Nós vamos ter que tomar muita água ainda no ribeirão e comer muito sal, até nos constituirmos numa sociedade política mais arejada, mais idealista, mais sincera, mais pura, muito difícil, só o tempo, como as democracias européias, a inglesa, americana que com todos os defeitos estão muito adiante de nós. Vai custar, mas eu acho que fisiológicos eram todos. Essa nuance aqui que você está estabelecendo entre o fisiologismo paulista do PTB, e o não fisiologismo dos outros, essa nuance é que eu não estou ...

MC - O senhor não faz essa diferenciação dentro do PTB?

JB - Não, não. Isso pode ser uma coisinha ocasional, que o instantâneo tenha apanhado. Posso contar uma historinha?

MC - Pois não.

JB - Eu era líder do PTB e Juscelino me chamou, disse: “Ô Batista, eu sei que está havendo rebeldia na sua bancada com relação ao nosso governo, dessas (TI). Você precisa trazer os rebeldes para conversar comigo”. Olha, eu levei quase que a bancada inteira. Sabe o que era? Reivindicações. Um, o Adaime que me lembro muito inteligente, muito vivo...

JB - Elias Adaime?

JB - É. Sentou-se assim, o Juscelino aqui, eu ali, e o Adaime ali. E faz de conta que você é o presidente agora. Você substitui o presidente, eu sou o Adaime, me reduzo portanto. E chegou e disse, “Oh, presidente, eu estou magoado.” “O que há Adaime? Não vai por quê?” “Magoado, magoado, não consigo nada no meu estado, Santa Catarina, a delegacia do INPS, lá, tiraram dos meus amigos.” Então, quer dizer, uma de duas, assim meio salientezinho. O presidente, então, deu uma gargalhada, e disse: “Adaime, você parece criança, uma de duas não. Diga como Venceslau dizia: Uma de três.” Sabe como é que é, a rebeldia era essa, a turma era rebelde, criava problemas para o governo por uma questão de interesses pessoais, de chefia. É válido isso, porque esse é o jogo do Butantã político. E lá uma delegacia do INPS era importante, tirar da mão de um amigo dele. Mas por que

a delegacia tem que estar na mão de um amigo dele? Atendimento melhor para os seus amigos, mesmo em termo de licitude, não é?

LO - O senhor está se referindo ao IAPI não é?

JB - É, IAPI. A delegacia do IAPI, quer dizer, eu estou contando esse fato que tem certos aspectos pitorescos, é para mostrar que o que eu senti na realidade política é mesmo essa tendência fisiológica muito forte, um percentual de ideal muito pequeno, é a luta pelo poder.

MC - O senhor não acha que o senhor abrindo aquele escritório de advocacia também não fez o mesmo tipo de trabalho?

JB - Fiz, mas com mais estilo. É diferente de eu chegar, como eu conheço um cidadão ilustre da República, que chegava na eleição direta. Ele chegou e disse: “Quanto é o seu voto?” “É três mil!” “Está aqui o cheque.” E assim ganhou uma eleição. Mas é diferente. O meu serviço era assim: entrava o trabalhador, se era trabalho a secretária conduzia para o advogado especialista em trabalho, se era Previdência conduzia ao técnico em Previdência. Chegava o consulente, expunha o seu caso: aposentadoria, atrasados que não recebia, condições para aposentadoria por tempo de serviço, para invalidez, a invalidez dele não saía, queria transformar a invalidez em aposentadoria. Então recebia conselhos. A orientação era: “Você tem direito ou não tem. Não se mente. Não é saquear a ética. Aqui não se mente, o doutor João não quer mentira aqui. Não se engana ninguém, porque nós não cobramos nada de você.” Agora, não se perguntava de onde ele vinha: se era do PSD, se era da UDN, se era do PTB, isso não tinha na ficha. Era apenas a consulta ...

### **Fita 3 - Lado B**

JB - O meu escritório de “soluções trabalhistas”, não era assim um escritório que se pudesse dizer do baixo fisiologismo, mas sim eu diria do alto fisiologismo. Um amigo meu, por mim já citado aqui várias vezes, pela contribuição que ele deu à minha carreira, o Guilherme Machado, uma vez me disse: “Batista, a diferença entre o nosso fisiologismo e de um certo partido é apenas essa. Enquanto a fisiologia desse partido cujo nome não queremos pronunciar é uma fisiologia baixa a nossa é uma fisiologia à Claude Bernard.” O Claude Bernard foi o grande fisiologista da... Então eu dizia também: a minha fisiologia é a Claude Bernard, quer dizer, eu dava a consulta de graça, mas anotava, então aqui o fisiologismo, a raiz fisiológica, mas anotava o nome e o endereço da pessoa. Quando chegava a ocasião da eleição eu mandava uma cartinha dizendo: “Caro amigo, sou candidato à reeleição se você puder me ajude.” Só, ele podia ajudar ou não ajudar. Eu não cobrava. Eu prestava um serviço e não cobrava sob o ponto de vista monetário, material, como muitos cobravam. E por outro lado também, o consulente não assumia compromisso de nenhuma espécie comigo, de votar em mim ou não votar. Ele podia votar em mim ou não votar, dependia dele, da simpatia com que ele me estaria vendo na ocasião em que eu postulava, em que eu pedia a ajuda dele. É por isso que eu disse que é alta, porque a fisiologia baixa, sim muitas vezes, e quantas vezes aconteceu isso: um consulente tinha um atrasado e não recebia devido à burocracia do instituto. O doutor

Cirilo Rezende, um dos meus assessores, um dos melhores homens que eu conheci em São Paulo, nesse setor, ele tomava nota de tudo na hora, dava requerimento para o consulente, agora vai na tal seção assim, assim. O sujeito ia e ele ainda fazia um favor, dava um telefonema: “Olha, meu filho, meu chefe aí, chefe da repartição, eu já dei seu atrasado. Há dinheiro, por que vocês não pagam?” Então o consulente recebia, me lembro de um que recebeu seis milhões de uma vez. E então voltou depressa ao escritório para saber do doutor Cirilo quanto era. “Doutor Cirilo, olha, foi uma surpresa para mim, em uma semana recebi um atrasado meu. O senhor não cobra nada? O doutor João não cobra nada? Quais são os honorários do doutor João? O Cirilo Reis disse: “O doutor João não cobra salário, isso é uma promoção dele. Ele quis prestar uma gentileza a você. Agora, nas eleições próximas se você se lembrar dele ele fica agradecido.” Era uma fisiologia diferente não é, de chegar e: “Você quer uma consulta eu dou, mas me dá o teu dinheiro aí, me pague tanto pela consulta.” Ou então, “você quer uma consulta eu dou, mas então você vai assinar um compromisso de que você vai votar comigo, não é?” Ou coisa semelhante. “De que partido você é? Você não é do meu partido, então ...” Não tinha nada disso, era limpo. Limpo, o escritório. Por isso eu tinha até cuidado extremo em escolher o assessor. Precisava ser um homem limpo mesmo, se não podia ganhar dinheiro nas minhas costas sem eu nunca saber. Ao passo que assim não, eu deixava um amigo, a amizade. Daí que eu digo que a minha fisiologia no escritório trabalhista era alta fisiologia. Porque pior ainda era aquela solução da fisiologia sórdida comprar o voto, como tantos compram. Não se comprava votos, era assim que eu ia. E assim me reelei 20 anos.

MC - Eu queria fazer uma pergunta ao senhor, o senhor não mencionou ... O senhor disse assim, que o senhor estava conversando com seu amigo Guilherme Machado, falando do partido de fisiologismo baixo. Qual era o partido de fisiologismo baixo?

JB - Aí eu não devo dizer, era um daqueles, eram 13 legendas não. Mas eu não quero dizer, ofender amigos aí não é. E eu não me lembro exatamente. Comentava-se o fisiologismo de um determinado partido. Legenda ...

MC - Qual era o partido que se comentava na época?

JB - Nem me lembro mais. Confesso que não lembro. Eram 13, eram 13.

MC - Era aquele que, é aquele partido que ...

JB - Pedia legenda, era legendinha de balcão. Treze legendas partidárias numa luta, quer dizer, tirando os três partidos maiores, tudo mais é legendinha de balcão.

MC - Qual era os maiores partidos de São Paulo?

JB - Era PSD em primeiro lugar, MDB, UDN em segundo e PTB em terceiro.

MC - O senhor está falando do partido do Ademar de Barros?

JB - PSP.

MC - Esse é o partido que o senhor está falando.

JB - Como? Da fisiologia sórdida? Não, eles tinham elementos bons também, ainda que, não é, a etiqueta fosse ...

MC - Rouba mas faz?

JB - Rouba mas faz. E, mas era chefe, não é, Adhemar era chefe, ele era fisiológico, era dá cá e toma lá, mas ao mesmo tempo ele prestou serviços, não é? Ele era chefe, a chefia é uma qualidade, faltou conteúdo ético para o Adhemar, o que é importante.

LO - Ministro, o senhor acredita que ao longo da vida desse seu escritório em São Paulo, possa ter tido alguma facilidade dentro do INAMPS para conseguir, para facilitá-lo dentro da Previdência Social?

JB - Não, privilégio nenhum.

LO - O fato de o senhor ser político não lhe facilitava o trânsito dentro ...

JB - Facilitava, mas aquela suave pressão do prestígio ético. Eu sempre usei do meu prestígio para ajudar meus amigos, mas nunca violentei a lei. Eu sempre disse: “Olha, não me peçam coisas que impliquem em pisar no pé da lei, nem do regulamento.” Eu às vezes brincava: “No regulamento cuidado, hein! Pode dar um raspãozinho, mas não pode pisar no pé.” Porque a política é muito complexa. A gente não deve confundir a política prática com a política teórica, a política teórica é dos anjos a prática é dos homens. Olha, eu era presidente da Câmara, não era primeiro vice, o presidente me chama, homem ímpoluto, que eu tenho grande estima e guardo no coração, Bilac Pinto. Ele veio e me disse: “Eu acabo de receber um pedido do Eduardo Gomes.” Que era Ministro da Aeronáutica naquele tempo, Eduardo Gomes.

MC - Presidente? Que presidente que o senhor está falando, Castelo Branco?

JB - Presidente da Câmara, presidente da Câmara, Bilac Pinto.

MC - É, Bilac Pinto.

JB - Meu amigo, eu fui vice dele, ele morreu meu amigo, um amigo chegado. Um homem duro, linha dura, da UDN. E disse: “O Eduardo me pede, o brigadeiro me pede para nomear fulano de tal advogado, não ele requisita um funcionário.” Ele requisitou um funcionário. Eu disse: “Está certo, mas a nossa resolução na Câmara proíbe conceder essas requisições.” E disse: “É verdade, que coisa. Mas oh Batista, mas essa nós precisamos fazer.” Eu disse: “Então meu presidente, temos uma solução, vamos mudar a resolução primeiro. Uma requisição para cada ministro, só. Então para todos terem a mesma opção, o mesmo direito e assim o senhor salva o seu santo.” E fizemos assim, fizemos a resolução, e depois andamos, atendemos aos pedidos do brigadeiro Eduardo Gomes. Política tem dessas coisas. E o brigadeiro era um homem ímpoluto, era um símbolo de retidão, de correção, mas sabe que a política é uma coisa medonha. O político para ser perfeito, na acepção da palavra, no sentido idealista do termo, o político perfeito tinha primeiro, assim que assumisse, matar a mulher, matar os filhos todos, os primos de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto grau. Aí ele podia começar a administrar sem teias e sem pressões, o resto, o que, vocês me perdoem é um exagero, eu estou brincando com vocês.

LO - Mas o senhor teve esse tipo de dificuldade?

JB - Tive, quem não teve. Há pedidos que o indivíduo só nega mesmo por honra do santo. São pressões que todos sofrem, então precisa haver uma margem de tolerância na política. Não pode ser aquela honestidade, aquela retidão, aquela austeridade, aquela atitude digamos autoritária, severíssima que não transige nada. Tem que transigir, tem que ceder, tem que fazer concessões.

MC - Tem que fazer favores?

JB - Tem que fazer favores. Surgem as pressões, então a gente precisa ser um pouco tolerante no julgar o político por isso. Porque tem uma faixa que ele tem de ser tolerante e compreensivo. Não pode ser rígido, pois os mais rígidos que eu conheci tiveram suas tolerantes.

MC - Doutor Batista Ramos, eu queria que o senhor relatasse essa trajetória do senhor, desde o ano de 1950, em que o senhor se candidata a deputado federal e ...

JB - E perco a eleição ...

MC - E perde a eleição ...

JB - Fui segundo suplente, mas eu não quis assumir, não quis assumir.

MC - O senhor acha que perdeu a eleição?

JB - Porque não deu tempo, eu entrei três meses antes, e com o nome de Sancho. Para dizer que João Batista Ramos era Sancho, se soubessem, eu iria estar eleito de sobra, que o Sancho era lido, era o comentarista político mais lido do tempo, dos cronistas.

MC - Então o senhor perde essa eleição, mas o senhor continua no PTB, o senhor continua a fazer política?

JB - Eu continuei no PTB, eu não saí, não.

MC - Sim, mas o que o senhor fez nesse período até a eleição?

JB - Nesse período eu aperfeiçoei mais as minhas soluções trabalhistas, as minhas crônicas, a minha consulta. A minha sessão de consultas da *Folha* saía com nome. Eu respondi sempre uma média de dez consultas por dia, e saía pela rádio Nacional de São Paulo, rádio Excelsior. Todo santo dia, sete, sete e meia. E aí eu comecei mesmo, agora eu não posso perder, eu preciso entrar.

MC - Aí o senhor se candidatou outra vez?

JB - Em [19]54, aí ganhei folgado.

LO - A Previdência Social era tema dessas consultas?

JB - Era, no começo consulta só, mas depois de [19]60, depois da Lei Orgânica, a minha eleição foi muito fácil. Por causa da Lei Orgânica e da aposentadoria por tempo de serviço. Só aquilo me deu milhares de votos.

LO - Mas o Sancho chegou a escrever sobre Previdência Social?

JB - Não, não chegou.

LO - Ministro, será que o senhor podia fazer um breve quadro das relações entre o PTB e a Previdência Social nos anos [19]50?

JB - Anos [19]50, vamos ver se eu me lembro. Anos [19]50, Getúlio é um marco para mim sempre, a visita de Getúlio a São Paulo. Foi aquela apoteose. Naquele tempo as relações do PTB com a administração ...

LO - Com a administração da Previdência?

MC - Com a Previdência Social?

JB - A Previdência em 1950 estava muito distribuída, mas tinha uma parte boa, bom percentual de cargos estava com o PTB.

MC - O PTB manipulava institutos?

JB - Diziam que sim.

MC - E o senhor acredita que era assim? Que fosse assim?

JB - Olha, eu não posso negar nem afirmar porque eu não sei dos fatos concretos assim. Como é que eu vou afirmar, eu tenho medo de generalizar a crítica. Havia abusos sim, havia abusos como ultimamente houve abuso aqui.

MC - O senhor podia relatar quais os tipos de abusos, já que o senhor estava dentro do PTB?

JB - Não, mas em [19]50 eu não estava, eu estava no PTB, mas eu não participava de nada, eu era jornalista.

MC - Mas em [19]54 o senhor já era deputado ...

JB - Em [19]54 eu já era deputado federal, eu não participava. Sabe o que eu defendi em São Paulo, eu nunca tive uma delegacia, eu nunca tive nada na administração. Porque o meu único cargo mesmo que eu defendi, foi o doutor Cirilo Rezende, foi um assessor da Previdência. Ele era presidente da 1ª Junta de Revisão e Julgamento do INPS.

MC - Do INPS não?

JB - Nesse tempo era ...

MC - INPS?

JB - É, quer dizer, o presidente, os recursos, das delegações de benefícios, não é, os recursos vão para Junta, para essa Junta de revisão. Ele era o presidente. Modelou a Junta, ele foi um homem modelar, um dos homens melhores que eu conheci na Previdência no meu setor de São Paulo. Ele era presidente, modelar. E cedo ele dava a manhã para mim. Era isso o cargo que eu tive. Mas nunca eu cheguei dizendo: “Doutor Cirilo ... Ele era um homem que sabia se impor também, primeiro que eu sei me impor, sei o que posso pedir e a quem pedir. Segundo que eu sabia que o Cirilo não era homem de concessões abusivas, porque essa coisa de fazer uma concessão de um benefício indevido é um delito, é um crime. Eu nunca disse ao doutor Cirilo, ele está vivo lá, outro dia ele almoçou comigo. Ele agora deixou por causa de política, ele deixou o posto. Acho que agora eu não devia estar pedindo nada, então não pedi nada e ele não me pediu também. “Sabe doutor, 18 anos já que eu fui, agora chega, entendeu? Eu vou cuidar de outras coisas, eu tenho minha vida organizada, eu me aposentei, e não quis mais!” E não me falou mais disso. Mas esse homem prestou inestimáveis serviços, mas ele é um homem católico, de cursilho dos bons, cursilhista dos bons. Um homem que sente o problema humano. Eu tinha esse cuidado, meu auxiliar precisava ter noção do problema humano. Eu conversava muito com eles: “olha aqui, eu quero que o atendimento de vocês seja humano, não é?” Porque de regra, o segurado da Previdência, desde o meu tempo era um segurado pobre, não é? Às vezes o ferroviário vinha de Sorocaba, vinha de Ourinhos para fazer uma consulta para mim, porque ele lia na imprensa. Vinha de Sorocaba para pedir um empreguinho para o filho, tudo vinha. Então eu como não podia atender empregos, era muito raro, era pouco que se podia fazer, então eu tinha certa ojeriza a ficar pedindo emprego, eu pedia muito pouco emprego, só em casos extremos. Mas dava esse atendimento, porque esse eu podia dar largamente não é, para compensar a faixa estreita do empreguismo. Mas então, o doutor Cirilo, uma pessoa inestimável cênico, presto essa homenagem a ele, mas eu estava dizendo o que mais? O que vocês me perguntaram?

MC - Sobre casos concretos que o senhor se lembra, que tenham acontecido, de manipulação da Previdência pelo PTB.

JB - Não, eu não estava entendendo. Eu estava fazendo a minha defesa, porque eu não participei. Eu não tive cargo nenhum, eu nunca tive um instituto, nunca tive nenhuma autarquia, nunca tive nada.

MC - Mas o senhor lembra de histórias.

JB - Eu achei melhor eu fazer, eu agir através desse setor de prestação de serviços. Porque eu tinha o jornal que me facilitava, meu irmão presidente, tinha a rádio que me facilitava, eu prestava também um serviço informativo para eles, era elas por elas, eu não ganhava nada. Eu colaborava na *Folha* de graça, eu dava a minha, mantinha o meu programa diário, chovesse ou fizesse sol, na rádio Nacional de São Paulo e na rádio Excelsior, de graça. Porque eu tinha a minha publicidade que era a minha vantagem e dava a eles um serviço gratuito muito bem feito. Feito pelos assessores e ainda corrigido por mim, era esse o meu... daí porque que eu não fui dependente de cargos, essa a razão. Os outros são, quer delegacia, quero isso, quero aquilo, isso deu essas porcarias todas de que temos notícia. Não pode, eu sou contra política na Previdência e em qualquer setor. Vamos chegar ao ponto ideal de político não precisar mais e não poder mesmo, não se dar a ele a oportunidade de estar fazendo indicações para a administração.

LO - O senhor acompanhou o congresso de Previdência que ocorreu em 1953, o Primeiro Congresso Brasileiro de Previdência Social?

JB - [19]53.

MC - Dos trabalhadores da Previdência ...

LO - Trabalhadores da Previdência ...

JB - Eu participei daquele grande congresso do João Caetano, mas não foi de [19]53 e não, eu já era Ministro do Trabalho, foi em [19]60. Em [19]60 eu participei, fui sozinho, o governo não compareceu, eu fui o representante do Juscelino. Esse eu venci em um lance não. As reivindicações eram muitas. A Lei Orgânica foi uma odisséia para mim, não? Aí nesse congresso, aí eu tive uma saída, não interessa falar disso?

MC - Vamos chegar lá.

LO - Eu tenho ainda mais coisa que está passando, com relação ainda aos anos [19]50, a política na Previdência Social nos anos [19]50. Eu queria saber do senhor, quando ou quem que lhe deu a idéia de abrir um escritório sobre Previdência Social, foi uma coisa que saiu do senhor, da perspectiva.

JB - Olha, a sua pergunta é interessante, mas sabe que eu sou incapaz de respondê-la. Às vezes como nascem as coisas, é difícil saber como nascem, de conversa. Eu tinha jornal, meu irmão tinha rádio à mão, nem televisão tinha naquele tempo, tinha rádio. Era candidato, eu dizia: “Eu preciso prestar um serviço.” E eu sempre sofri de um mal, eu não fui por exemplo, eu nunca entrei numa grande onda de campanha presidencial, numa grande onda de campanha estadual, para governador, ou de senador. Nunca pude entrar nessas grandes campanhas, eu não me dava bem com essas coisas. Eu vi deputados, por exemplo, indo na onda do Jânio, que se elegia com grande votação, eu não fazia isso, eu nunca fiz. Eu não apoiei Jânio, eu não apoiei ninguém. Apoiei muito pouca gente, restritamente, porque não tinha vocação, era o meu temperamento, mau temperamento político o meu. Então eu tinha de fazer esse serviço, tinha eu ganhar o meu pão com o suor do meu rosto, do contrário não me elegia e era o meu escritório. Daí porque eu inventei isso. Eu disse: “Vamos fazer esse escritorzinho assim, e vamos dar esse atendimento assim atencioso, humano, cristão, para o trabalhador e fazermos simpatias.” É uma maneira de ganhar simpatias. É melhor que chegar na eleição e contratar cabos, eu nunca tive cabos. Eu não sei o que é cabo direito, raros períodos aí que eu tive uns cabinhos de prata. O estilo meu não permitia fazer campanha em base da peita e do suborno. Entendeu, porque isto, os homens de dinheiro, é isso só.

LO - Eu queria só mais uma questão ainda com relação à participação política nos anos [19]50. Eu vou repetir aquela pergunta que o Marcos colocou. O senhor poderia citar, o senhor falou que não era sua prática, mas a gente sabe que era prática política nos anos [19]50, essa possibilidade de manipulação da Previdência Social como seu instrumento de fortalecimento de poder por parte inclusive do PTB, o senhor mesmo colocou. O senhor lembra de casos ou de momentos em que isso se intensificou?

JB - No meu tempo já havia essa participação, como há, isso é muito da política. A fisiologia é inseparável da política. Porque os homens são fisiológicos, não é a política

que é fisiológica, não é? Por exemplo, eu não sei se vocês assistiram ao que se deu em São Paulo com Paulo Maluf. Eu me dou bem particularmente com Paulo, eu não voto nele porque acho que o Paulo é a melhor solução para São Paulo, mas eu gosto do Paulo pessoalmente. Mas o que aconteceu. O Paulo chamou o Marin e negociou secretarias. E o Ermírio boboca, puro não é, com aquelas linhas um pouco rígidas dele. Resultado, o Paulo transacionou, com o Marin e mais alguns amigos e distribuiu já o governo antes de ser eleito. Secretarias tais para você, um terço de secretaria para você, tanto para você. Essa é a política real.

LO - E nos anos [19]50?

JB - Era também, já era também. Vai do candidato, os candidatos de mais elevação, mais éticos não gostam dessas soluções, vão em frente, mas enfrentam dificuldades maiores. Os candidatos mais fisiológicos, esses negociam com antecipação. Isso é muito comum em política. E quem disser que não é ou está de má fé ou é muito ignorante em matéria de política. Essa é a realidade que eu vi 40 anos.

LO - O senhor acha que a direção colegiada representa uma diminuição da política na Previdência Social ou um aumento ...

JB - Como?

LO - A direção colegiada implantada em [19]60 pela LOPS, de certa forma representou o fim daquelas formas tradicionais de política, era uma tentativa de combater aquelas formas tradicionais de politicagem.

JB - Qual?

LO - A direção colegiada na LOPS.

JB - Era a nossa intenção. Aliás o Alves era um defensor. Aquele Alves ...

LO - O Waldemar Luis Alves.

JB - Ele era, ele defendeu tenazmente nessa reunião célebre do partido na Guanabara. Cinelândia, na sede do partido trabalhista. João Goulart do lado, eu, explicando a Lei Orgânica, o projeto conforme o meu substitutivo e centenas de líderes presenciando. Aí que veio a onda do colegiado, foi aí que nasceu.

LO - O senhor não tinha ...

JB - Não, eu não tinha essa idéia mas acolhi. Porque era partidário. Os trabalhadores todos querendo e dando as razões. Porque apenas por um presidente de instituto escolhido pelo Presidente da República ou por um ministro, que às vezes é um incapaz, um inoperante. Por quê? E por que não constituir um colegiado tendo representantes dos empregados, dos empregadores e do Governo? Eu achei razoável a proposta. Agora estão cogitando de novo, vide os abusos. Vocês lembram o que o Waldir fez antes de ir para o Rio Grande do Sul, assinou 7.000 designações.

MC - Waldir não, Jair Soares.

JB - Perdão, meu Deus do céu. Em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo. Me perdoem. Mais um cafezinho aí?

LO - Tenho uma pergunta para o senhor hoje. Nesse período em que o senhor em [19]54 ... Em [19]54 que o senhor está eleito, o senhor chega logo à Presidência de Comissão na Câmara?

JB - Meu êxito na política, se pode falar assim, foi só por um fato: eu era um homem trabalhador. Era trabalhador, eu levei a sério a coisa. Para ser deputado eu larguei de tudo, larguei de advocacia, larguei de jornal, larguei de tudo. Eu sou deputado. Deputado, o que eu devo fazer? Defender leis, projetos. E que leis? Aquelas que sejam mais ou menos na linha do meu partido. E que partido eu sou? Sou PTB, vou defender o quê? Qual era a maior lei que interessa para o país atualmente, para os trabalhadores? Lei Orgânica da Previdência. Peguei o projeto, foi a grande luta. A turma me ridicularizar, dizia: “O Batista é um poeta. Ele tirar essa lei. Isso tem mais de dez anos de casa, tem estabilidade.” Ainda me criticavam assim. Eu disse: “Eu vou mostrar para vocês, eu tiro.” Ainda tudo ajudou, os ventos sopraram para mim, quer dizer, um incidente com o Ferrari, o Juscelino chama o Jango e diz: “Quero um outro líder. Esse me deixa louco!” Por que o Jango ... o Ferrari. Vocês não conheceram o Alcides Ferrari.

MC - Alcides Ferrari?

JB - Alcides Ferrari, não?

MC - Fernando Ferrari.

JB - Então disse o Jango: “o Juscelino, é difícil, porque essa turma está me criando problema também para mim. Ferrari com essa coisa de mãos limpas, mãos limpas já está me deixando muito mal! E o que aconteceu, Jango pegou a relação do PMDB.

MC - PTB ...

JB - Do PTB e deu para Juscelino, quando chegou no meu nome o Juscelino disse: “Pára, o Batista é o líder.” Sabe por quê? Porque no ano passado Veja como o trabalho também em política rende. No ano anterior, isso foi em 1957.

MC - [19]56 ...

JB - [19]56, [19]55, eu já topei uma parada brava na Câmara. Eu era da comissão de finanças, e o Odilon Braga me chamou um dia em segredo, ele era da UDN, mas era meu amigo. Eu tive muito suporte da UDN, sabe. Não era o PTB que me apoiava não, a UDN era mais afim comigo. Ele chega e diz: “Olha, tem um projeto aqui que ninguém nem está vendo, mas que é de uma importância vital para o governo. Mas precisa um relator responsável para evitar abusos, erros.” Eu disse: “Qual é, Odilon?” Aquele que prorroga por dez anos a vigência das medidas financeiras que dão suporte ao BNDE. Ia acabar o BNDE, e Juscelino não queria porque era um instrumento nos métodos dele.

MC - Fundamental.

JB - Fundamental! Aquilo é o que era o que havia de importante em [19]54, [19]55, [19]56. Eu disse: “Então me dá.” Aí eu me assessoriei, o BNDE me deu o Lourenço, doutor Lourenço Filho, filho do educador que faleceu, me deu assessor, e vamos começar. Começamos a estudar o caso. Eu já tinha umas tinturas de economia e finanças não é, e me entreguei ao caso de corpo e alma. Larguei de tudo. Fiquei senhor do projeto e começou a luta. Depois de dois anos conseguir tirar da Câmara, foi para o Senado e voltou, e eu consegui. Eu liderei, o PSD não liderou nada. Fui como líder do PTB quem liberou a aprovação da lei.

MD - Do PSD?

JB - Do PSD era o Vieira de Melo, mas ele não conhecia a matéria, o relator conhece a matéria desses grandes projetos, quem conhece é o relator, não é líder. Líder coordena só. E eu que liderei, subi à tribuna 50 vezes. Defendendo as emendas do Governo.

MC - Um projeto de prorrogação do BNDE.

JB - Era a mensagem. Foi uma luta bonita. E no dia em que o Juscelino sancionou, eu estava em casa, estudando no meu quarto, lá no meu apartamento no *Champs Elisée*, no Rio, quando a minha empregada Bárbara bate na porta: “Doutor!” “O que é?” “O Presidente da República quer falar com o senhor.” Eu não conhecia Juscelino, a não ser muito de longe. “Ué, o Presidente quer falar comigo. O que ele quer?” “Não sei, doutor!” Ela até ficou assustada, nunca um Presidente me havia chamado. Eu vivia trabalhando, não estava preocupado em me projetar diante de ninguém. Quando chegou no telefone, ele era muito dado, não tinha o tratamento muito liso, muito amigo, fraterno, disse: “Batista, aqui é o Juscelino. Olha, eu estou sancionando a lei do BNDE, e sei que foi você que me tirou esse projeto. Se não fosse você eu não teria o banco prorrogado.

#### Fita 4 – Lado A

JB - Estou sancionando. Obrigado a você e disponha de mim. Não pedi nada, pedi o quê? Foi minha rotina, não é? Aí quando chegou em [19]56, [19]57, houve o problema de liderança, então quando ele chegou no meu nome ele parou. Ele me mostrou a lista e disse: “É este.” Podia até ser meu credor, não é, esse é um homem com quem eu posso contar e que tem fibra. Foi isso. Aí ele me fez. E depois em [19]60 de novo, ele me pagou duas vezes.

MC - No Ministério do Trabalho?

JB - Quando veio a lista ele viu João Batista. Mas por causa desse trabalho, e aí já tinha a Lei Orgânica em [19]60 não. Disse: “Esse também fez a Lei Orgânica de acordo comigo. Ele me apoiou.” Eu disse: “Presidente, só tem sentido eu ser Ministro se for para tirar a Lei Orgânica. Se não eu estou liquidado. Os trabalhadores estão como caninanas em cima de mim aí. É trabalho.” Uma vez aprovada a lei, havia uma segunda fase, uma outra fase, que era a da regulamentação. E uma terceira fase que era a da constituição dos colegiados, são três fases muito importantes. Agora, então, aprovada a lei, aprovado o projeto e

convertido o projeto em lei em 1960, aí surgiu o problema do regulamento. Eu usei desse regulamento como arma para pacificar o ambiente sindical que estava muito agressivo com o Juscelino. Houve então o célebre congresso do João Caetano, em setembro, outubro de 1960. E lá eu vi aquele tumulto, a turma exasperada, não. O Juscelino não compareceu. Ele me chamou e disse: “Eu não vou porque é problemático o desfecho daquilo. Os outros ministros, nenhum compareceu. Era eu mesmo o bode expiatório ali. Peguei, eles vieram me avisar que eu devia ser prevenido e levasse, que eu fosse armado com meus assessores, ou pedisse alguns detetives, para irem comigo disfarçados para evitarem qualquer tumulto. Mas eu pensei: O que eu vou fazer lá no meio de milhares de pessoas, com esses meus gatos pingados de assessores. Todos homens educados não é, e eu que não era nenhum Hércules. Eu disse: “Vamos sem arma nenhuma, não acha? Ou vencemos pelas boas palavras, pelo bom trato que vamos dar lá à turma, ou então enfrentamos, ou então vamos ter um massacre lá e não vai adiantar nada. Morrer com um revólver na mão, não é?”

LO - Esse congresso do João Caetano que o senhor está falando, é o congresso em que estava presente o João Goulart?

JB - Não, ninguém foi. João Goulart tirou o corpo, todo mundo ficou com medo.

MC - Que congresso foi esse, hein?

JB - O dia eu não guardei.

MC - Mas que congresso foi. Foi congresso dos trabalhadores?

JB - Trabalhadores em geral.

MC - Para tratar da questão da Previdência?

JB - Não, reivindicações em geral, inclusive a Lei Orgânica da Previdência.

MC - E o senhor era ministro do Trabalho nessa época?

JB - Eu era Ministro do Trabalho. Então o meu lance foi o seguinte ...

MC - Isso foi em [19]60?

JB - Foi em [19]60. Em fins de [19]60, setembro ou outubro.

MC - De 1960?

JB - 1960. Meu lance foi este, depois aquele barulho terrível que fizeram não é, vaias de cá, vaias de lá. Aí, quando eu tive a palavra, e presidido por um dos líderes sindicais do momento.

MC - O senhor se lembra do nome desse líder?

JB - Tinha, a cabeça não está ajudando mais, mas tinha todos.

MC - Clodosmith Riami.

JB - Esse que é líder comunista hoje, e candidato a deputado federal?

MC - Hércules Correa?

JB - Não.

MC - Deputado federal por onde?

JB - Deputado federal por São Paulo.

MC - Tenório?

JB - É, Tenório.

MC - Luis Tenório?

JB - Era um dos líderes ...

MC - Sindicais que estavam presentes nessa reunião?

JB - Estava, o Tenório.

MC - Ele é candidato a deputado federal pelo PCB?

JB - É, eu me dou com ele. Mas houve aquele tumulto inicial, mas afinal eu tive a palavra. Então, eu disse que havia examinado, superficialmente, as reivindicações que eles apresentavam ao governo, que ia levar ao presidente, que dependia de cúpula governamental resolver, mas que eles ficassem tranquilos que tudo seria examinado com muito apreço por eles, pelos trabalhadores, por quem Juscelino tinha grande estima, muita consideração. Mas que uma coisa eu poderia prometer para eles de concreto. Nada das reivindicações salariais podia ainda prometer, sem não é, que a questão fosse examinada pela cúpula do governo, mas que uma coisa eu podia prometer, que naturalmente ia satisfazê-los: que eu estava com a Lei Orgânica já pronta, não é, já era lei, não era mais um projeto. Eles haviam sido ouvidos de maneira quase integral, sobre quanto se tratava ainda da discussão do projeto. Muitas das reivindicações deles haviam sido atendidas. Em matéria não só do Plano de Benefícios, como também com relação à administração colegiada que era uma grande reivindicação deles. Mas que eu tinha então uma promessa a fazer, promessa que eu concretizaria acontecesse o que acontecesse, ainda que sob pena de não ser mais ministro, que era o seguinte: eu tinha 120 dias para regulamentar a lei, a nova lei, 3807. Mas que ao invés de regulamentada a eles em 30 dias, foi meu lance. E pegou, aí foi uma aclamação. Ao invés de 120 dias, 30 dias, e dei. Porque eu enquanto trabalhava na elaboração da lei, enquanto se aprovava a lei, se discutiam as últimas emendas que a câmara estava debatendo, eu já tinha uma equipe trabalhando reservadamente na elaboração de um regulamento, entendeu? Era chefiada pelo Moacyr Velloso. De maneira que quando se terminou a votação da lei eu estava apenas por detalhes e pormenores não é, na aprovação do regulamento, na feitura do regulamento. Mas no que eu pude, eu cumpri a promessa. Dei em 30 dias o regulamento com 500 artigos.

LO - São 183 artigos, mas incluem, não é, com os parágrafos são ...

JB - Não, não.

LO - O senhor quer a data?

JB - Quero.

LO - Antigo 183 ...

JB - Este é o da lei. Este não é o regulamento, entendeu? Aqui está regulamento, mas não é o regulamento. Esse aqui, projeto publicado no Diário Oficial de 5.Setembro.[19]60, esse é a lei, é a lei que tem isso aí. Mas eu dei uns 540 e tantos dispositivos para o regulamento. Depois eu devo ter ela aí. Mas foi um trabalho imenso. Devo isso em grande parte ao doutor Moacyr Velloso, que era um homem cuja cultura jurídica cobria todo campo previdenciário, devo ao Mário Pinto Passos, que foi meu assessor durante todos aqueles anos em que eu estudava o projeto primitivo, e preparava o substitutivo que afinal transformou-se em Lei Orgânica e em parte também àquela pessoa a quem me referi ontem, Rogério Guerra, que era mais especializado no setor mais ferroviário, da administração ferroviária. Mário Pinto Passos foi um grande colaborador, eu até fujo de falar o nome dele porque me emociona muito.

MC - Ele ainda está vivo?

JB - Deu a vida pela Previdência e morreu pobre sem poder tratar dos dentes.

Data: 21/10/1986

#### **Fita 4 – Lado A (continuação)**

LO - Nós estamos mais uma vez na residência do Ministro João Batista Ramos. É o nosso segundo encontro, nós acabamos de sair do gabinete do doutor Moacyr Veloso no Ministério da Previdência, e viemos diretamente para cá. E nós iniciamos a nossa segunda entrevista às quatro horas e cinco minutos. Com os pesquisadores Marcos e Luis Octavio, em mais uma etapa do Projeto Memória da Previdência Social, INAMPS, FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz. Dia 21 de outubro de 1986.

MC - Doutor Batista Ramos, eu queria começar perguntando ao senhor como é que se deu o primeiro contato do senhor com a Previdência Social?

JB - O primeiro contato deu-se quando me elegi deputado federal. Parece que eu já tive oportunidade de dizer que eu tinha um escritório em São Paulo para dar consultas gratuitas sobre Previdência e Trabalho a todos os trabalhadores, de gravata e sem gravata. Esse meu escritório tinha, eu tinha nesse escritório dois assessores, e o atendimento era um atendimento muito bom como eu já tive oportunidade de observar. Eu atendia o trabalhador sobre Previdência e Trabalho, dando-lhe respostas e consulta que me era feita, e dando a orientação que era necessário dar. Sem nenhum interesse material financeiro. Não havia consulta paga nem contratação de serviço. Quando se tratava de um caso que devia ser ajuizado eu mandava que eles procurassem outro advogado, não aceitava o caso. Eu era só consultado sobre as teses, sobre a interpretação de dispositivos e dos problemas previstos na Lei Orgânica, só isso. Agora, depois quando eu me elegi em [19]54, esse escritório já estava em pleno funcionamento. Chegando na Câmara, eu achei que eu devia escolher aquilo que eu chamaria um filão. Um filão para explorá-lo sob o ponto de vista político porém ético, no sentido de fazer amigos. Porque um deputado para se manter na Câmara Federal por mais uma legislatura precisa de muitos amigos, precisa fazer a sua clientela, mas não no sentido do clientelismo, de dar empregos. Fazer a sua clientela no sentido de fazer amigos, servindo os amigos. E eu servia através de consultas gratuitas sobre Trabalho e Previdência, era isso. E isso rendeu cinco eleições, 20 anos de Congresso.

MC - E o senhor na Câmara também se encaminhou para esse filão da Previdência?

JB - Sim, e na Câmara, aí era natural, não é? Aquele filão tinha que ser devidamente cultivado, então, eu aceitei ser relator da Lei Orgânica da Previdência Social, isso é, do projeto sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Que se não me engano, era o projeto 2119, dois mil cento e dezenove de [19]56. Esse era o projeto que havia. Então eu aceitei ser relator desse projeto, e passei a estudar a matéria. Me assessoriei com meus amigos de São Paulo que já trabalhavam comigo, me assessoriei também com uma certa liderança muito seleta dos trabalhadores de São Paulo, me assessoriei no Ministério do Trabalho com doutor Mário Pinto Passos, sobretudo com doutor Mário Pinto Passos, que foi o grande batalhador da Previdência, apaixonado. Eu brincava e o chamava de biblioteca ambulante. Eu dizia: “Mário Passos, a lei tal ...” Ele ia à estante e retirava o livro ou o processo em que se encontrava a lei necessária, a lei requerida. E então, cercado desses

elementos todos, é que eu pude elaborar então aqueles dispositivos que passaram a constituir o meu substitutivo, o meu substitutivo, entendeu? Ao projeto 2119 de [19]56.

LO - Que já era a terceira redação do original do Aluízio Alves ...

JB - Era...

LO - O senhor estava como relator da Comissão de Serviços Públicos da Câmara. É isso?

JB - Aliás foi boa a sua pergunta, muito boa porque me permite explicar também um pouco interessante. Eu quando fui para a Câmara, eu como previa que eu ia ter de me dedicar à Previdência, eu tratei logo de me colocar num ponto estratégico, que é serviço público, que ia dar o parecer, um dos pareceres de mérito, não é? E também me colocar estrategicamente na Comissão de Finanças, que era a última que ia ser ouvida, e que ia dizer onde estava o dinheiro, para atender aos benefícios, previstos no plano, do nosso projeto ao substitutivo. Então eu fiquei jogando dos dois lados, no serviço público, não é, que era o ponto de partida depois de justiça não é, era o ponto de partida de discussão da matéria e fiquei também do outro lado na Comissão de Finanças para afinal dizer onde é que estava o dinheiro para atender ao Plano de Benefício do projeto. Aí foi lance político.

MC - O senhor está dizendo Comissão de Servidores Públicos?

JB - Serviço Público.

MC - Comissão de Serviço Público, havia uma comissão na Câmara ...

JB - É uma comissão técnica, permanente, que dá parecer justamente sobre toda matéria relativa à legislação sobre servidores públicos, toda matéria que diz respeito ao assunto. E ali havia um setor que era vital, que eu incluía no projeto, no meu substitutivo também o IPASE, o que não consegui manter devido ao barulho que aquele deputado Coelho ...

MC - Saldanha Coelho?

JB - Não, ele é do Rio, do estado do Rio, deputado Coelho. Ele fazia uma oposição terrível e frontal à inclusão do IPASE no projeto, no substitutivo. Então eu retirei, tive de retirar quando se debateu a matéria na Comissão de Serviço Público, mas o resto permaneceu. Todos os outros substitutivos entraram, e mais tarde, muito mais tarde é que veio o IPASE a ser incluído no sistema atual.

LO - Quando o senhor está na Comissão de Serviços Públicos e o senhor recebe a terceira versão da LOPS, não é, a versão original que o senhor transformou, só um ano depois que o senhor vem receber o anteprojeto de lei do governo, não é, que o senhor junta...

JB - Eu juntei tudo, porque havia um mundo de projetos sobre Previdência, agora eu não sei analisar quantos, mas é quase centena. Era um mundo de matéria, era uma matéria imensa, não eram projetinhos isolados, tinha o projeto básico, o estudo básico anterior de real valor jurídico do Aluízio Alves. E uma verdadeira floresta de projetos legislativos sobre o assunto. Então eu juntei tudo, e a minha tarefa se constituiu então em apresentar sobre tudo isso um substitutivo consolidando toda a matéria.

LO - Quer dizer então que o senhor já trabalhava no projeto de uma LOPS, antes mesmo de vir o anteprojeto do executivo sobre a matéria.

JB - Já, e quando eu cheguei lá em [19]56, é que eu recebi o Projeto 2119 de [19]56.

LO - O Projeto 2119 de [19]56 que é este que o senhor está mostrando ? É o anteprojeto executivo?

JB - Sim, certo do Executivo. Recebi este e depois nesse serviço público, eu tratei de juntar tudo. Eu requeri para que toda matéria relativa à Previdência Social fosse junta, não é, fosse pensada para que eu pudesse depois estudar o substitutivo para todo aquele, para todas aquelas proposições sobre a Previdência Social.

LO - Eu queria ainda puxar um pouco pela memória do senhor. O senhor lembra se esse projeto é o que pela primeira vez coloca a questão das Juntas de Revisão e Julgamento, das JJR, Juntas de Julgamento e Revisão. Foi esse projeto do Executivo?

JB - Não que eu me lembre, aí vou puxar a brasa para minha sardinha. Que eu me lembre, a Junta foi criada no meu substitutivo. Não me lembro a origem mais, porque eu aproveitei de toda aquela matéria legislativa aquilo tudo que interessava a consolidar o assunto num só substitutivo. E no aproveitamento de tudo isso, talvez tivesse alguma proposta de Junta. Mas ele entrou no meu substitutivo, tomou corpo no meu substitutivo. O que era bom eu aceitei, o que não servia era incompatível com as linhas de um projeto dessa matéria, dessa natureza eu expurguei.

LO - A direção colegiada é outro tema que no projeto do governo vinha de forma um pouco diferente ...

JB - Muito mal.

LO - Ela não ia nomear os presidentes?

JB - Como era, como vinha sendo feito. O presidente dos institutos era nomeado pelo Governo. E isso se prestava a muita coisa errada, porque nem sempre, as escolhas não eram felizes, havia aquela coisa chamada fisiologismo de que vocês falaram ontem com muito interesse de esclarecer, e o fisiologismo aí funcionou muito. Maus presidentes, muitas vezes, e por vezes também presidentes bons e capazes. Mas então, vinha já uma sugestão, mas não era colegiado. Era uma sugestão ainda da Presidência individual. E eu agora devo prestar uma homenagem aos trabalhadores. Eu não preciso mais deles, mas deixa eu prestar uma homenagenzinha a eles. Saiu o Alves, a turma toda do Tenório, toda aquela gente daquele tempo, da esquerda mesmo, agressiva, que sabe como me comportei. No meu substitutivo, quando eu concluí o meu substitutivo eu fui evidentemente, eu fui assaltado por uma dúvida. Se eu vou agora jogar esse substitutivo na Câmara, no plenário, levar às comissões primeiro e depois ao plenário. Vai ser uma guerra muito grande em torno dessa questão também dos colegiados para dirigir os institutos. Que já se falava muito naquilo. Então eu levei ao partido, ao Partido Trabalhista na Cinelândia, a sede do Partido Trabalhista era lá. Jango compareceu, Jango compareceu, e eu é que fiz a apresentação do projeto, isso é, do meu substitutivo. Ainda não estava o colegiado inserido no substitutivo. Aí foi aquela onda dos trabalhadores, e eu achei, conversei com o próprio doutor Jango e disse: “Eu acho que a onda é muito grande, ou

vamos nela, ou ficamos contra ela.” Ele disse: “O que você acha?” “Eu acho que devemos adotar, porque é uma idéia que eu já examinei anteriormente, que eu acho razoável porque é uma experiência que se vai fazer.” Aquele sistema anterior do Presidente da República designar presidentes individuais, presidentes individuais para os institutos, não estava agradando muito bem. E eram tais os interesses financeiros e econômicos do instituto que eu achava que eles mereciam o colegiado para governá-los, foi isso. E então inseri o colegiado, entrou aí. Mas inseri já com força, não é, não era uma idéia que eu apenas havia discutido antes, mas ainda sem uma posição. Ali eu tomei posição: é isto, não é porque os trabalhadores querem, é isso que eu acho certo, eu acho que é defensável, então vamos defender isso perante as comissões e o plenário.

LO - O senhor acha então que isso de certa forma enfraquecia aquela organização fisiológica em que as pessoas eram nomeadas ...

JB - Eu acho que mal com o colegiado pior sem ele. Eu acho que toda a estrutura, todo o sistema em que entre a criatura humana é frágil. Não é por causa do sistema, porque o sistema é uma abstração, é uma idéia, é um pensamento. As coisas não funcionam bem pela fragilidade dos homens, dos administradores. E havia críticas por vezes severas a certos setores da Previdência em matéria de lisura da administração e dos erros mesmo da administração. Não só ilicitudes, mas também incapacidade.

LO - O senhor acredita que João Goulart apoiava a questão da direção colegiada? Porque sobre certo aspecto, eu vou explicar o porquê da minha pergunta, sobre certo aspecto o senhor mesmo mostrou, isso enfraquecia aquele poder que o João Goulart como vice-presidente tinha, como líder do PTB tinha em nomear presidentes, de certa forma ele tinha direito de nomear ...

JB - Mas no colegiado também sobrou uma faixa de liberdade para o Governo exercer. Porque no colegiado havia de seis por exemplo, havia dois representantes parece que do governo, eu não me lembro mais bem exatamente, dois dos empregados e dois dos empregadores, quer dizer, todas as partes interessadas na Previdência e que carregavam, e que arcavam com os ônus da Previdência, todas essas partes estavam contempladas no colegiado. Então eu digo que não foi eliminada a influência propriamente do presidente, vice-presidente da República ou do Presidente da República não, foi apenas um pouquinho limitada. Na realidade pouco limitada, mas Jânio era um homem muito esperto, Jânio não era um estadista mas era um homem muito esperto, entendeu. E ele percebeu que ficar contra aquela onda que pediu o colegiado não era interessante a ele como político. Jânio era muito de ir na onda, entendeu, quando sentia que a pressão era grande e que se impunha atender à reivindicação.

MC - Eu gostaria que o senhor colocasse de maneira mais precisa, o que era a pressão dos trabalhadores. Eles ameaçavam greves, faziam reuniões, faziam manifestações. Como é que o senhor sentia essa pressão?

JB - Você sabe que pressão tem muitos sentidos, inclusive pressão faz lembrar a pressão de uma prensa, por exemplo, em que se pode achatar qualquer coisa que esteja sob ela. Não era bem esse tipo de pressão física, não era essa pressão, era uma pressão no sentido da defesa com veemência, com eloquência, com vivacidade, evidentemente também com aquela atitude implícita: ou vocês nos atendem ou não podem contar conosco. Olha, isso para o político é muito sério. Ele conta até três ou senão até dez, antes de desatender.

MC - Mas quais foram as formas dessa pressão se manifestar?

JB - Foi essa. Nós queremos isso, isso é lícito, isso é válido. Nós precisamos participar da administração daquilo que é nosso. Porque o trabalhador sempre acreditou que a Previdência era dele, entendeu. Ou pelo menos ele estava certo num ponto, era para ele sobretudo, que os benefícios são benefícios para quem? Para os trabalhadores. E eles eram descontados nos seus salários, então eles achavam que deviam ter uma participação ativa na administração. Eu achei válida a argumentação deles.

MC - Doutor Batista, eu vou insistir. Por que a categoria dos trabalhadores muitas vezes colocam as suas demandas, mas muitas vezes não são atendidos. Particularmente nesse momento os trabalhadores ameaçaram com o que, uma greve geral, lançavam uma manifestação em frente ao Palácio do Governo ...

JB - Não chegou ameaça a esse ponto, mas estava subentendida. Não há coisa pior do que uma ameaça subentendida. Como se dissesse: se vocês acham que nós trabalhadores, para quem foi feita a Previdência não devemos ser atendidas quanto a nossa participação na direção dos institutos. Se vocês pensam assim, está bem, vocês então depois agüentem com as conseqüências. Vocês não vão poder contar com os trabalhadores. Isso é uma ameaça terrível para políticos, não é, não estavam falando com técnicos, vejam bem se estivessem falando com um robô ou com técnico independente de qualquer, fora de qualquer, quer dizer, alheio a qualquer interesse de ordem política, um homem que não tivesse intenção de candidatar-se a nada, evidentemente que essas pressões seriam muito frágeis, muito fracas. Mas estavam com políticos, Jânio que era o Presidente da República, Juscelino que era o Presidente da República, eu que era um deputado federal já líder de partido. Nós todos tínhamos uma sensibilidade muito mais aguçada para as reivindicações dos trabalhadores do que uma pessoa que não tivesse, e nós tínhamos ainda isso, nós estávamos defendendo os trabalhadores no partido trabalhista por uma circunstância muito simples, porque do outro lado esteve a União Democrática Nacional, UDN, estava o PSD, que não agradavam os trabalhadores que eram muito mais isentos, que eram muito mais independentes nas suas atitudes e posicionamentos porque eles faziam uma política diferente. Eles não tinham o voto do trabalhador. Será que me saí bem?

MC - Eu queria perguntar o seguinte: O senhor se lembra da presença de lideranças sindicais trabalhistas no Congresso, no momento, no processo de aprovação do substitutivo da LOPS?

JB - Lembro-me. Na Câmara?

MC - Na Câmara.

JB - Lembro-me, ontem não sei se eu tive oportunidade de contar a vocês. Havia quando lancei o projeto, primeiro ele foi às Comissões, os debates foram acesos nas Comissões. Desde serviço público até finanças, em justiça foi pouca coisa, foi pequena a discussão, mas eu defendendo em cada uma delas as posições do Partido Trabalhista como líder que era já ...

#### Fita 4 - Lado B

JB - Quando o substitutivo da Lei Orgânica foi aprovado pelas comissões, todas, isto é, e finalmente por finanças, aquela que dizia do dinheiro. Onde estaria o dinheiro para custear aquele Plano de Benefícios, audacioso naquele tempo? Quando chegou lá, aí eu podia pensar: E agora? Vou jogar isso no plenário e vai ser um Butantã. Porque há mais de dez anos estava enterrada a lei. Todos diziam, eu disse a vocês já, faziam chacota comigo. “O Batista não tira esse projeto, ele tem estabilidade na coisa, tem mais de dez anos o caso.” Eu disse: “Eu vou mostrar a vocês se eu não tiro.” E tudo ajudou, forças convergiram, o prestígio meu aumentou, eu pude fazer aquele serviço que fiz. Pois bem, mas aí vai a plenário, aí eu tinha que fazer a articulação. Aquilo que se chama a articulação, me escapa a palavra. Veja você que eu estou ficando velho mesmo. A articulação do plenário em termos de correntes partidárias. Bastidor! A política de bastidor era isso que eu queria dizer. Mas então no bastidor eu tramei. Comecei a conversar primeiro com Juscelino, Jango tinha, não tinha problema, estava a par de tudo. Juscelino, eu disse: “Presidente, agora a Lei Orgânica vai entrar em discussão. É uma bandeira para o senhor, interessa ao seu governo, porque o seu governo é escorado, por assim dizer, é sustentado por uma maioria de PSD. E o PSD mal grado os valores que tem, não obstante os valores que tem é um partido muito conservador. Reluta em fazer concessões aos trabalhadores: aposentadoria por tempo de serviço, com 80% ou 100% do valor da aposentadoria, o valor do salário. E aos 30 ou 35 anos de idade, aquela aposentadoria que vocês já conhecem. A questão aposentadoria especial por trabalhos penosos, perigosos, insalubres, que eu pus que não havia não é, ainda como norma geral. O auxílio natalidade para as crianças, para os parturientes, para as mulheres que dão à luz ...

LO - O auxílio reclusão ...

JB - Como? O auxílio reclusão. Eu fui atacado tremendamente. “O Batista quer dar prêmios para os bandidos!” Eu disse: “Não é isso, não é prêmio para os bandidos.” Eu explicava é prêmio para uma pobre mulher privada do seu chefe, como eu conhecia tantas que não tinham sequer o pão. Eu me apaixonei muito. Era minha tese, custou a vencer mas venceu. Pus a complementação, a complementação para aqueles que fizessem 30 anos e não quisessem se aposentar. Enquanto continuassem em serviço eles teriam uma complementação, um adicional de 20 ou 25%, quer dizer, nós inovamos muita coisa no projeto da Lei Orgânica.

LO - A cota da União e das empresas seria equivalente a do segurado.

JB - Sim, o princípio igualitário. As cotas seriam iguais para todos eles que eram o sustentáculo, sustentadores da Previdência.

LO - O senhor até colocou ao contrário do que vinha no anteprojeto do governo. O senhor lembra como é que surgiu essa idéia?

JB - Porque os trabalhadores defendiam essa tese. Agora eu confesso que nesse ponto eu estou me sentindo um pouco esquecido. Eu sei que nós estabelecemos a igualdade das cotas, foi a igualdade. Isso favorecia a todos de modo geral se víamos a questão sob o

ponto de vista moral. Porque como é que vamos, qual é o critério científico para se ajuizar diante de um plano de custeio, do estudo de um plano de custeio, não é, que parcela deve caber ao empregado, ao empregador e ao governo. Como cientificamente se avaliaram essas posições. Eu achei que era impossível, então vamos igualar isso tudo. Os três são participantes, o governo que tem a ordem social, que tem de defender o trabalhador, o empregado, o empregador que tem também de pensar em termos sociais, não é, nas suas relações de trabalho. Porque senão amanhã vai faltar. O escravo não é amigo, o escravo é um perigo, o filho sim é amigo, mas escravo não. Não deve tratar o trabalhador como escravo, deve também participar da maneira mais efetiva possível. E finalmente o trabalhador, esse é que é o grande beneficiário sob o ponto de vista mais imediato do benefício previsto na lei. Então vamos também dar a ele o ônus da participação. E todos concordaram com esse princípio igualitário, essa foi a série de argumentos do tempo. Não há outras inovações, eu estou esquecido. Aquele dispositivo que migra, agora parece que caiu, o atestado de quitação para as alienações. Agora restringiu-se muito aquilo ali, eu pus muito mais forte. Discutindo isso com Mário Passos ele me disse: “Deputado, por que nós não acabamos com essa patifaria entendeu, do comércio e das indústrias, dos autônomos e muitas áreas da sociedade, da economia social fazerem essas transferências de imóveis, essa transferência de bens entendeu, sem estar quitado com a Previdência. Por que não? Não se paga a Previdência, paga-se quando se quer.” Como até hoje, os atrasados são imensos, sempre foi uma verdadeira sonegação com relação à Previdência. Ninguém considerava a Previdência como qualquer coisa, como uma prestação essencial não é, para a solução de um problema social. Não, a Previdência paga-se quando se pode, assim. E eu quis acabar com isso e pus aquele dispositivo considerado draconiano também no custeio e eu estou falando com vocês, abrindo o coração, vocês estão percebendo. Não, estou preocupado em dar muito sistema no que estou dizendo. No custeio por exemplo, eu pus o jôquei, eu fiz entrar o Jôquei, a Loteria. O Lacerda um dia me chamou e disse: “O Batista você quer afinal baganas de cigarro para fazer o fundo da Previdência.” Eu disse: “O Lacerda, não é isso filho, é tudo soma. Por que os cavalinhos dos ricos não vão correr para os pobres também? Só para eles, eles não têm já a alegria das grandes exposições do Jôquei.” Essa gente que pode é que deve contribuir um pouco também. Aí deu uma guerra. Essa então foi estourar no fim do veto. Eu cheguei a me demitir quando o Juscelino, aquele chefe do gabinete aqui, se pôs a serviço do Jôquei para defender o Jôquei. Queriam tirar aquilo tudo de Jôquei, de Loteria de tudo. Estava a serviço dele, eu nem me lembro o nome dele mais. Mas eu disse ao presidente: “Não tem sentido mais minha posição na frente do Ministério. Se isso for vetado aí eu sobrei.” Aí o presidente que queria me prestigiar disse: “Não senhor, não se veta nada.” Foi assim o desfecho, nem fizeram tudo para tirar isso. E eu fui pondo, fui pondo, e exigindo: “Tem que contribuir!” E me bati, e havia um ambiente também simpático. Primeiro que eu tinha uma retaguarda também dos que trabalhavam. O doutor João Goulart não criava problema nenhum, o Juscelino também não criava. A princípio foi um pouco balançado, ele balançou um pouco diante da teimosia do chefe de gabinete dele. Não era o Vitor Nunes Leal não, era o daqui. Ele balançou-se um pouco, mas aí eu firmei. Eu disse: “Presidente, assim eu não posso mais ser seu ministro.” Aí ele disse: “Não, vamos continuar a discussão.” Continuamos a discussão e depois, essa é a parte final que eu queria contar para vocês, se for a oportunidade, se vocês quiserem saber.

MC - Eu queria que o senhor continuasse a colocar aquela questão de que o senhor quando foi para o plenário, o substitutivo, o senhor começou uma política de bastidores. Eu estou querendo colocar a questão da pressão dos trabalhadores no Congresso, na Câmara.

JB - Aí, quando entrou o substitutivo, afinal de contas, no plenário, na ordem do dia, aí foi a batalha mais brava. Substitutivo Batista Ramos, e estava formada a oposição, o PSD era contra muita coisa, a UDN contra muita coisa também, muitos dispositivos. A aposentadoria por tempo de serviço era celeuma, era o pomo da discórdia. Eu não podia ceder também entendeu, e uma série de objeções. A questão do custeio também surgiu com muita vivacidade. O Lacerda veio me falar nas baganas de cigarro, foi com ele que eu aprendi o termo baganas, eu não conhecia, é um fogueiro de cigarro, mas nunca tinha ouvido, acontece isso, difícil ter o dicionário todo na cabeça. Eu contestei, mas aí eu disse: “Não posso jogar isso em plenário.” Estava na ordem do dia, mas eu fui tirando, tirando, e comecei a articular. Aí entrou a política, o jogo político de bastidor. O primeiro homem que eu abordei como eu disse foi o Jango, não era problema, era aquilo que estava no meu substitutivo, a bancada devia votar comigo. A bancada também era coesa, entendeu, eu não encontrei obstáculos na minha bancada, foi trabalhista mesmo, na votação da Lei Orgânica. O Juscelino é que podia dizer sim ou não, aí ia ser o entrave, aí rodava tudo. Mas eu fui a ele e expliquei: “Presidente essa é uma bandeira do seu governo. Quando o senhor me nomeou disse que tinha sentido minha nomeação porque eu era relator da Lei Orgânica, entendeu. Era minha grande luta na Câmara.” Ele disse: “Não, você tem todo o meu prestígio.” Então fiquei armado, aí então fui ao PSD e como o PSD não encontrou apoio mais alto, e viu que ia deixar o próprio presidente em situação difícil com os trabalhadores, que estavam guerreiros fazendo celeuma, levantando as questões, debatendo as questões continuamente. E finalmente a UDN que era o cravo. Aí entrou um anjo da guarda, o Guilherme Machado que era meu amigo pessoal, e um homem muito lúcido, inteligência brilhante o Guilherme. Não amigo dos cargos, mas amigo das funções, uma vez eu disse isso dele, ele não fazia conta de cargos. Mas era um grande debatedor, era um grande discutidor de bastidor. Isso em política é uma espécie também que existe e merece menção no estudo da matéria. Eu fui a ele e disse: “Guilherme, agora vai entrar em debate a Lei Orgânica. Eu queria saber se você não está disposto a examinar isso tudo comigo. Para ver se nós tocamos tudo isso para adiante, mas precisaria a UDN ajudar um pouco. Se ela fizer uma guerra muito forte, junta-se ao PSD e derrota tudo. O PTB é muito pequeno, 70 deputados. O Guilherme disse: “Não, eu vou ajudar.” E pegou o Lacerda primeiro. É porque o Guilherme Machado era secretário geral da UDN e um homem muito conceituado, do grupo Vilar Pinto, Pedro Aleixo, o Campos, Milton Campos, o Rondon Pacheco, e era um homem muito bem entrosado nesse meio político da UDN, e era o secretário geral. Ele então me aproximou do Lacerda para debater o assunto. O Lacerda insistia naquela coisa de bagana de cigarro, bagana de cigarro. Eu disse: “O Lacerda, vamos abrir um pouco o horizonte. Vamos discutir isso com mais amplitude, vocês vão ser eternamente contra os trabalhadores?” E o Guilherme trabalhou muito bem nesse ponto. Foi o Guilherme não? E ele então provocou, vamos ter uma reunião porque você sabe, político não dá nada de graça. Político é um judeu, é um usurário do voto, não é. E então promovemos uma reunião, essa foi a tática que eu devo ao Guilherme Machado. Ele promoveu uma reunião do Lacerda que era o líder da UDN naquele tempo com os líderes sindicais do Rio e São Paulo na Câmara Federal. Na sala da UDN, e eu trouxe uma centena de líderes sindicais de São Paulo e do Rio. E na reunião que tivemos uma tarde no Palácio Tiradentes, o Lacerda ouviu tudo que os trabalhadores queriam dizer, não é? E os líderes se comportaram bem. Disseram que era uma reivindicação que eles não arredavam pé, e se firmavam naquela posição e esperavam que a UDN também correspondesse e não ficasse contra eles, não, os trabalhadores. E o Lacerda se moveu. Foi aí limpou-se o horizonte, era o PSD aquietado, engolindo a pílula por amor de Juscelino. UDN aquietada, mais compreensiva, percebeu também que era hora de abrir os olhos para uma área a que ela tinha sempre as vistas fechadas, que eram

os trabalhadores. Entra a UDN, entra o PTB que já era, fizemos uma maioria enorme para votar a matéria. E os pequenos partidos que eram ainda uns dez, eram miuçalha. Eram partidinhos fracos, fáceis de manipular. Isso nós tivemos entendimento com todos eles, não é. Sempre com aquelas onda de emendas, emendas. Não eram mais os pontos vitais, aposentadoria por tempo de serviço certo, plano de benefícios certo entendeu, participação colegiada certa. Mas agora vinham as emendinhas, emendinhas.

LO - Foram 240.

JB - Foram muito mais. Fora aquelas que nós fizemos retirar não oficialmente. Quase mil. Selecionamos tudo, tiramos e essas foram discutidas. Eu pus os assessores, dos que vinham comigo do Ministério do Trabalho a trabalhar com os deputados e comigo, e houve um crivo muito bem feito, sabe. E aceitamos umas emendas menores que não quebravam o plano depois de se aprovar. O dia que aprovou ...

MC - Doutor Batista, o senhor lembra em que ano foi essa reunião com os sindicalistas?

JB - Eu sei que foi setembro, outubro de 1960.

LO - [19]60?

MC - [19]60?

LO - Não foi a aprovação do substitutivo. Não é em [19]57, não?

MC - Em agosto foi aprovado o substitutivo?

JB - Não, pois é.

MC - Mas foi antes.

LO - O Substitutivo foi aprovado em [19]57.

JB - Não foi antes. Vamos rever a memória aqui. A lei foi aprovada em setembro ...

MC - Foi aprovada em agosto de [19]60.

JB - Setembro?

MC - Agosto de [19]60.

JB - Não tem aqui, eu tenho os dados aqui. Aqui está, publicada 5.Agosto.[19]60 não foi. Lei Orgânica, 10.Setembro, não, não. Não está aqui não.

LO - Essa aí em [19]56 é do governo. Foi um anteprojeto do governo.

JB - Não. Veja aqui um pouco. Aqui em cima está escrito aí, é muito pequena a letra, não dá para eu ver.

LO - Agosto de 1960 não é.

JB - A Lei, a LOPS.

MC - Mas quando é que foi a reunião?

JB - Foi anterior.

MC - Foi anterior ...

JB - Foi anterior. Foi justamente entre não, não. Foi entre a aprovação da lei, do projeto que se converteu na lei 3207 e a regulamentação, que eu tinha 120 dias para regulamentar.

LO - Então é de 1960.

JB - 1960. Depois da aprovação da lei. A lei estava aprovada mas o regulamento ainda teria 120 dias para organizá-lo. E eu então fiz a promessa formal no Congresso de que se eles se aquietassem, se eles se conformassem com as diretrizes do governo no momento. Tivessem paciência até que o governo resolvesse seus problemas salariais e eu lhes prometi uma coisa concreta. Eu tinha 120 dias para regulamentar a lei e ia fazer de tripa coração.

LO - Então na reunião com o Carlos Lacerda, o senhor já era ministro, o senhor não era mais deputado. O senhor era ministro.

JB - Não, não, aí eu não era. Eu era ministro já.

LO - O senhor era Ministro do Trabalho.

MC - Eu queria fazer uma pergunta. Eu queria voltar um pouco aos anos [19]55, porque ficou uma coisa interessante. O senhor um ano antes do governo lançar o seu projeto, o senhor já está de certa maneira arrumando, todos os projetos que existiam na casa, sobre a reforma da Previdência. Correto?

JB - Um ano antes de eu ser o relator ...

MC - O senhor já está arrumando ...

JB - Sim, eu estava com a mão na massa já.

MC - Eu queria saber por que, quer dizer, o senhor já está com a mão na massa por causa daquela trajetória de o senhor ter um escritório, de já ter um tipo de atividade ...

LO - O senhor sabia que o governo ia baixar um projeto ou um anteprojeto em [19]56, antes ...

JB - Não, não. Eu cheguei lá e achei ...

LO - O senhor chegou lá e achou o projeto do Aluizio Alves.

JB - Do Aluízio Alves.

LO - Estando como relator da Comissão do Serviço Público, o senhor recebe um ano depois o anteprojeto do governo sobre reforma administrativa da Previdência. O senhor chegou a ser avisado de que o governo estava preparando ...

MC - Isso era uma proposta do PTB?

JB - Não. Não acredito. A proposta do governo era muito deficiente. Como havia o projeto já, Aluízio Alves. Ia haver uma versão Aluízio Alves já antes desse projeto do governo, entendeu. O governo mandou esse, acho que para liquidar talvez até o projeto do Aluízio. Não digo isso, não afirmo, não afirmo, hein. Tenho medo de fazer uma falseta aqui, mas esse projeto veio e eu achei que ele de uma certa forma era uma coisa anódina. Os trabalhadores não queriam. Todo o Plano de Benefícios eu reformulei com benefícios novos e generalizando os benefícios. O Colegiado eu inovei, aceitei as reivindicações dos trabalhadores para se obter o colegiado na administração dos institutos, quer dizer, o que havia de essencial estava fora. Era uma leizinha muito, digamos assim, muito deficiente.

LO - As despesas, a União ficaria só com as despesas de administração, segundo o projeto do governo da Previdência. Tinha também a questão da casa popular. Como é que o senhor trabalhou isso? As reservas da Previdência todas seriam aplicadas em habitações populares ...

JB - Isso foi romântico, não vingou nada. A Previdência, as reservas delas não existiram. Foi uma batalha de Itararé. Eu tentei, eu pus um dispositivo também na Lei Orgânica depois me entendendo com o presidente, o Juscelino Kubitschek. Eu consolidei toda a dívida da Previdência num dos dispositivos da Lei Orgânica, das instruções gerais, quer dizer, a dívida seria consolidada naquela data e ela seria paga através de títulos do Tesouro Nacional que ficariam em depósito num departamento determinado não é, com um prazo X. Não me lembro se de cinco anos ou quanto era, e vencendo parece que um jurinho. Mas pelo menos para salvar a cara, estava muito feio aquilo também. O governo devendo daquela forma para Previdência. Não pode opor aposentadoria por tempo de serviço. Eu disse: “Como é que não pode. Paguem primeiro o que devem, para dizer que não podem dar mais.” Aquela dívida enorme, então eu tinha esse problema. Eu consolidei num dos últimos dispositivos da Lei Orgânica.

LO - Tenho ainda uma questão comparando esse anteprojeto do governo lançado em [19]56 com o substitutivo Batista Ramos de 1957, a gente percebe que em [19]56, o governo havia proposto a contribuição de 8% do segurado e do empregador. Mais tarde o senhor faz uma modificação passando de para 10%. O senhor lembra por quê?

JB - Lembro, acho que me lembro. Foi o seguinte, também o debate. Nós estamos falando aqui de muitos assuntos juntos e a gente se esquece até de outros importantes. Esse caso da contribuição foi também outro drama que tivemos para resolver. De fato, realmente, a contribuição devia ser uma contribuição mais alta para poder atender ao Plano de Benefícios. Porque o Plano de Benefícios que eu defendia no substitutivo era um plano audacioso. Essa aposentadoria por tempo de serviço era um fantasma do Aluízio. Era um engano, aquelas estatísticas que ele apresentou todas não resistiram a análises. Vocês estão vendo agora, está sobrando dinheiro. É questão que acabando com os esbanjamentos e as ilicitudes todas, há dinheiro de sobra na Previdência. Mas eu afirmava isso: Por isso

eu sustento. Se o governo deve milhões para a Previdência e não paga ele não pode querer estar amarrando Plano de Benefícios. Paga primeiro o que deve. Se o governo paga-se o que deve, se os empregadores pagassem as suas contribuições regularmente não haveria problema. Porque o trabalhador era obrigado a pagar porque era descontado em folha. Não haveria razão para levantar o argumento financeiro para impedir um Plano de Benefícios mais alto. Então entrou também a questão da contribuição em pauta. Mas e o problema da contribuição. Nós queríamos o dinheiro do governo com oito não é. Oito que vinha? Eu pus entre seis e dez. Justamente porque devido a essas dúvidas todas do custeio, em quanto ficaria o custeio desse Plano de Benefícios, então eu cheguei à conclusão do custeio dentro de uma faixa de seis a dez. Seria mais ou menos segundo as necessidades que fossem surgindo com a aplicação do Plano de Benefícios.

LO - Isso foi uma proposta sua?

JB - Quer dizer, eu não gosto de falar minha, minha, eu, eu porque isso é meio deselegante. Eu era a cabeça os outros ... eu que coordenava tudo, não é. Toda essa fase legislativa foi coordenada do princípio ao fim, por mim. Agora, eu evidentemente ouvia muito. E se eu venci foi porque eu fui capaz de ouvir, não é? Eu tinha o apoio do partido, eu discutia isso em bancada, discuti isso muito com os líderes também da própria UDN naquele tempo. Nosso futuro... nós de acordo pudemos estabelecer também esse ponto relativo à faixa de contribuições entre seis a dez. Em vez de fazer uma fixação rígida de 8% e logo depois, meses ou anos depois, verificarmos que aquela taxa, aquela contribuição era insuficiente para sustentar o Plano de Benefícios. Foi por isso. Então eu disse: “Olha, então vamos deixar de fixidez e abrir uma faixa de seis a dez. Se o Plano de Custeio mostrasse muito pesado e oneroso aumenta-se, porque podia se aumentar por decreto, não precisava lei. Já estava na lei. A lei de seis a dez, o decreto sete, oito ou nove. Podia o decreto depois regular, foi por isso.

LO - Agora, o senhor trabalha um ano juntando essas duas peças, que eram a terceira versão do Aluízio Alves e o anteprojeto do governo, quer dizer, só em [19]57 que ele vai para o plenário. Durante esse um ano o senhor trabalhou com que tipo de pessoa?

JB - Que ano?

LO - Nesse período de [19]56, [19]57, nesse período de um ano em que o senhor está juntando esses dois ...

JB - Eu trabalhava todas as manhãs das dez ao meio-dia, uma hora numa sala do Ministério do Trabalho assessorado, auxiliado pelo Mário Pinto Passos, e também pelo Euzébio Guerra depois. Eram os dois assessores que eu tinha. Muito competentes. Então eu discutia ponto por ponto, artigo por artigo, redação por redação. Nós íamos metodicamente estudando. Como a gente faz o estudo de assunto qualquer.

LO - O senhor pega um projeto de lei que estava abandonado, de certa forma estava abandonado, estava esquecido. Que a UDN havia esquecido, ou a UDN não havia apoiado. O senhor concorda comigo?

JB - Sim, os pontos principais ela não apoiava, ela apoiou depois.

LO - E de repente o senhor consegue trazer isso, consegue pegar esse projeto, elaborar um anteprojeto juntamente com o anteprojeto que havia sido oferecido pelo governo, e coloca isso enquanto um projeto do seu partido, quer dizer, ele se torna um projeto do PTB?

JB - Sim. Aí foi arte. Aí fui um político. Eu não era inábil, eu não era inábil. Porque eu soube articular. Se eu não tivesse as ligações que eu tinha na UDN eu não teria o apoio da UDN. Isso foi pessoal, entendeu.

MC - Eu gostaria de perguntar alguma coisa, reforçando essa questão.

JB - Agora, não, eu queria, eu tinha uma questão importante para dizer. Porque, como é que foi a votação final. Vocês não querem me perguntar?

LO - Nós vamos chegar lá.

JB - Então vou deixar no ar ...

LO - A votação final da LOPS?

JB - É, como foi aprovada, o dia que foi aprovada. É muito interessante, eu vou contar para vocês, o dia que foi aprovada. Dia treze ...

LO - O dia que foi aprovado o substitutivo.

JB - Os dias antes ... Os dias antes da aprovação do projeto, do substitutivo Batista Ramos, surgiu um diz que diz danado. Era emenda de cá, emenda de lá. Eram 13 legendas mais ou menos, naquele tempo. Chovia emenda de todo o lado. Eu disse: “Meu Deus! Que tempestade. Como é que vamos sair dessa?” Mas aí ... Substitutivo Batista Ramos! Entrava, tirava-se da pauta. Entrava na pauta, tirava-se da pauta. Entrava na pauta, tirava-se ... E eu não tinha condição de pôr em votação, porque podia cair. Mas aí funcionou de novo o anjo da guarda, o amigo. A capacidade de ouvir. Conversando com o Guilherme Machado, eu conto isso, eu presto uma homenagem a ele nas minhas memórias. Disse: “O Batista, você não percebeu. Você está debaixo dessa tensão, dessa luta, talvez você não esteja percebendo um aspecto menor que é muito importante para aprovação desse substitutivo. É que ele tem o seu nome: Substitutivo Batista Ramos. Isso está causando uma novidade danada em certos setores, em certas lideranças.”

LO - O senhor já era ministro?

JB - Não. Eu era deputado. Eu disse: “É verdade. Então eu preciso tirar o meu nome. Substitutivo dos líderes.” Quando eu fiz essa transformação, substitutivo dos líderes, olha, 70% ou 80% da oposição arrefeceu. Era rivalidade, porque isso no Congresso é muito comum no mundo inteiro, no nosso ainda mais. A rivalidade... No final chegava aquele projeto que era considerado inviável, chegava ao fim da sua votação com meu nome, substitutivo Batista Ramos. Unificou afinal, eu é que fiquei com o nome em São Paulo. Nos meios trabalhistas até hoje se lembram de mim. Mas, era um pouco, era uma concessão um pouco excessiva para um deputado só. Então eu disse “não Guilherme você tem razão.” Substitutivo dos líderes. Eu fui à mesa e troquei ...

## Fita 5 – Lado A

MC - Pode continuar.

JB - Substitutivo dos líderes. É com esta substituição do nome, com esta mudança de nome para o substitutivo, como que as rivalidades desapareceram. Vieram muitas emendas, mas mesmo assim mudou o ambiente do plenário e pudemos levar então. Aí eu joguei no plenário de uma vez e foi aprovada a lei. É verdade que nesse dia, eu me lembro, que eu caí sentado numa cadeira.

LO - Caiu de cansaço.

JB - Cansaço, exausto. O Viana Machado veio me cumprimentar e disse: “Olha, Batista, sua vitória”, me cumprimentou. Ele me disse: “Sua vitória você deve à sua humildade”. Foi assim “Sua vitória a você deve à sua humildade.” Isso é um pouco dramático para mim, estão vendo que eu estou sofrendo um pouco.

MC - É, eu acho que o senhor está sofrendo, mas está se alegrando ao mesmo tempo, mas, quando o senhor fica emocionado, é porque o senhor também está feliz, de estar lembrando estas coisas boas que aconteceram. Doutor Batista, eu queria voltar a uma questão que eu tinha colocado antes. É que havia quando o senhor começou a pegar esses vários projetos sobre Previdência Social, se havia algum apoio do PTB no sentido de o senhor encaminhar essa luta pela, quer dizer, pela reforma da Previdência Social. Havia algum apoio do PTB quando o senhor em [19]55 começou a juntar esses vários projetos sobre a Previdência Social. Se o senhor se sentiu respaldado pelo PTB.

JB - Quando eu comecei a juntar, não. Mas quando eu fiquei relator é que isso poderia surgir, o problema, não é, da rivalidade que é muito comum no Congresso e nas bancadas. Mas aí surgiu de fato um comenta... mas aquilo usando de uma linguagem bem popular, aquilo era um monstrengo, era um abacaxi, ninguém acreditava que eu tirasse, aí valeu a fé. Não acreditavam que eu tirasse. De modo que não fizeram obstáculo, como quem dissesse: ele pegou um monstrengo que pode derrubá-lo ou deixá-lo até mal, mas ele não tira isso, vai ficar perdido aí nas comissões. E eu não deixei, eu atuei com uma gana de quem estava lutando por uma coisa sagrada. Porque era o partido, eu achava que devia fazer qualquer coisa de importante para o partido. Daqui ficar lá pegando projetinho e de fazer as coisas fora de sistema, fora de uma solução harmônica para determinado problema como esse da Previdência, eu achava que não tinha sentido, ou fazia uma coisa grande, importante para o partido e para mim, ou não fazia nada. Então aceitei esse fardo.

MC - Então só a partir do momento que o senhor fez um substitutivo, é que o partido começou a respaldá-lo. Ou antes já havia algum ...

JB - Não. Louvado seja Deus, eu sempre fui trabalhador sabe, muito trabalhador, levava a coisa a sério, não brincava, quando eu fui eleito, eu descobri esse roteiro, esse filão como se diz, filão político, legislativo, para me aplicar a ele, quando isso aconteceu eu não me atritei com a minha bancada não, não tive atritos de espécie nenhuma, entendeu, que todos participavam mais ou menos da mesma idéia e não havia rivalidade com relação à minha pessoa, pelo fato de eu estar liderando o caso, justamente pelo o que eu disse e

repito, é que eles não ... talvez eles nem acreditassem que eu pudesse tirar esse, que eu pudesse tirar esse projeto, com centenas de projetos que havia sobre a matéria e transformar num substitutivo e levar à aprovação, não se acreditava, aquela brincadeira, a troça que faziam “Batista é um poeta vai tirar isso, tem mais de dez anos de casa, já tem estabilidade”, brincavam comigo. Eu dizia: “Eu vou mostrar para vocês que eu não tenho.”

MC - Doutor Batista Ramos, a que o senhor atribui que o projeto de reforma da magnitude que era do projeto de reforma da Previdência Social, de se apostar na unificação dos institutos da ...

JB - Não é unificação ainda, é unificação da Legislação.

MC - Da unificação da Legislação ...

JB - Novo Plano de Benefícios.

MC - Maior uniformização.

JB - Bem dito agora, o que nós queríamos na reunião, era a uniformização da legislação. Uma lei só para seis institutos, não cada instituto com a sua leizinha e seus regulamentos, não é, uma lei só, uniformidade; segundo: plano de benefícios comum portanto, está incluso, está incluído na primeira afirmativa; terceiro: administração colegiada e quarto: aqueles mil aspectos pequeninos, miúdos, mas que compõem o quadro, não é, de uma solução, de uma, para uma, com relação à Lei Orgânica.

MC - Mas de certa maneira já estava embutido neste, na Lei Orgânica uma futura unificação, o senhor não acredita?

JB - Sim, eu quis caminhar mais, a sua observação é muito boa, porque eu pensei, eu incluí o IPASE, eu tinha dito a princípio, eu queria já pôr o IPASE dentro do sistema, mas não encontrei respaldo na comissão de serviço público, porque o Lobo Coelho, olha, foi bom voltar ao assunto que eu me lembrei dele.

MC - Lobo Coelho.

JB - Lobo Coelho, que era do PSD do Rio, aliás, amigo meu, o Lobo Coelho que era um homem especializado em legislação do servidor público e conhecia de fato a matéria, ficou contra o projeto, contra o substitutivo, e ele dizia por que: “Porque o IPASE tem uma legislação específica, tradicionalmente específica, diferente completamente das origens e da evolução da legislação social comum, que é objeto do seu substitutivo, de modo que não vamos misturar coisas heterogêneas.” Ele tinha lá seu pingão de razão. Para fundir aquilo tudo, era preciso passarmos por uma fase primeiro como diria de derretimento daquilo tudo, para fundir uma nova peça, não é, isso era difícil e ele tinha interesse político em não misturar tudo, para dessa mistura fazer, permitir o nascimento de uma Lei Orgânica que abrangesse os seis institutos e também o IPASE.

MC - Mas que interesse político que ele tinha?

JB - Porque a política da Guanabara era o servidor público, ele fazia a política do servidor público da Guanabara. E ele era autor de uma lei cuja denominação agora não me lembro, eu não me lembro agora. Mas ele era autor até uma lei do tempo do Presidente Dutra, é do Marechal Dutra, ele era autor de uma lei, mas eu não me lembro bem o nome da lei.

MC - Mas qual era o conteúdo dela?

JB - É, servidor, tabela, era uma tabela relativa aos servidores, não me lembro bem do nome, eu sabia, mas ele defendeu essa tese e eu vi que se eu fosse querer defender também essa inserção, essa inclusão do IPASE no meu substitutivo, eu ia encontrar resistências muito maiores, eu disse, vá lá, vão-se os anéis, leva-tira, vamos tirar, então fizemos um acordo prévio de bastidores e tiramos, na hora eu concordei com a retirada, se não soçobrava tudo, corria o risco, entendeu, porque o pessoal, a Câmara, os deputados daquele tempo não estavam preparados para uma visão mais global da matéria. Seis institutos, está bom, eles são afins pela sua origem. Há maior afinidade de origem, de tradição e de tudo. Agora o trabalhador urbano das fábricas, do comércio, nem autônomo tinha, para pôr o autônomo olha aqui, outro trabalho, pôr o autônomo, mas havia então possibilidade de eu convencer o plenário para aprovar o substitutivo, com o apoio da minha bancada, quase toda era de acordo comigo. Mas não havia ainda preparação mental, intelectual, legislativa suficiente para que se admitisse essa entrada do IPASE, então concordei que se retirasse o IPASE.

MC - Doutor Batista Ramos, eu queria voltar à pergunta, a que o senhor atribui que outros projetos, que o projeto de uniformização das leis de uma certa unificação, unificação, não, mas uma certa unidade dos benefícios e a própria direção colegiada demorasse dez anos para que voltasse outra vez a se discutir, a se criar o substitutivo e finalmente a ser aprovado? Por que demorou tanto tempo para que esse projeto que não começa em [19]56, ele começa em [19]45, o próprio projeto do Vargas do ISSB, Instituto de Serviço Social Brasileiro, já é uma tentativa de uniformizar, de universalizar a Previdência. Por que é só em [19]60 que começando esta luta, quer dizer, efetivamente a partir de [19]56, com o seu substitutivo. Por que demora tanto tempo?

JB - Porque demorou tanto tempo. Deixe ver se captei bem sua pergunta, seu pensamento. Você pergunta por que levou-se tanto tempo para chegar-se a esta tentativa do substitutivo, não é?

MC - Por que demorou tanto tempo a se criar uma LOPS.

JB - Sim, é fácil de explicar. A LOPS é como vocês já perceberam, e já sentiram bem, a LOPS é Lei Orgânica, então para que houvesse essa organicidade era preciso que houvesse elementos pré-existentes, autônomos, não é, que pudessem ser por assim dizer, aparados das suas arestas e passassem a constituir um todo orgânico. Quer dizer, por exemplo, o IAPFESP, a CAPFESP, as Caixas originariamente, veja como foi nascendo a Previdência no Brasil. As Caixas vinham com a sua leizinha dos ferroviários, porque os ferroviários eram muito politizados e vinham já com a sua legislação, com a sua Caixa, com a sua aposentadoria por tempo de serviço, o ferroviário é precursor de aposentadoria por tempo de serviço, o IAPI não tinha, o IAPC não tinha, o IAPTEC não tinha, eu não me lembro disso, mas a Caixa dos Ferroviários era regida, não é, de maneira diferente, ela era especificamente regida por uma legislação. E essa legislação, já o IAPI, os industriários surgiram, depois o IAPC, os comerciários; depois o IAPTEC, transportes, e

assim por diante, quer dizer, cada instituto foi nascendo na sua categoria, a categoria que tem por natureza uma tendência à sua unificação, a sua organização, cada categoria foi criando a sua, não é, o seu bastãozinho, a sua fortaleza previdenciária, seu castelinho previdenciário, depois quando os seis estavam, haviam atingido um certo estágio de evolução, de desenvolvimento, era possível tentar uma unificação. Foi isso que se tentou, unificaram seis pelo menos, porque eles tinham algo de comum, que os tornava unificáveis, não eram coisas assim heterogêneas. Por que eu soltei o IPASE? Porque de fato ele tinha uma tradição muito mais antiga e anterior. O IPASE entre nós, se formos pesquisar muito, vai pegar Dom João VI, chegando no Brasil, lhe dando seus privilégios, aposentadoria prêmio, num período mais posterior, quer dizer, a gente vai descobrindo origens muito mais remotas no IPASE, da legislação do IPASE e do servidor público do que, entendeu, nos demais institutos, ele é muito mais velho. Por isso que eu achei, vamos tirar esse velho respeitável aqui, esse ancião do Lobo Coelho, senão vai nos atrapalhar, vai ser um trambolhão aí na frente, vamos unificar os seis mais novos ou então pegamos. É, até hoje se canta louvores ao autor da primeira lei de aposentadoria no Brasil.

LO - Elói Chaves.

JB - Elói, eu mesmo festejei o Elói, foi uma coisa. Naquele tempo era, veja bem, era alguma coisa a Lei Elói Chaves.

LO - Em São Paulo.

JB - São Paulo. Foi uma festa, quer dizer, tudo na vida, nasce, cresce e se desenvolve.

LO - 1953, 30 anos da ...

JB - Eu sou um unificador, eu sou um homem... minhas tendências são unificadoras. Eu acredito na unificação do mundo. Estou dando uma fora só para brincar com vocês. Não unificamos o país, não é, não unificamos as Américas de certa forma, sob o ponto de vista das várias unidades que compõem as Américas. A Europa não tem um parlamento já mundial, um parlamento europeu, elege deputados, não é, quer dizer, a tendência do mundo é unificar, a tendência da vida é unificar, a tendência da sociedade é unificar, já entra um pouco de filosofia, da nossa filosofia de ver as coisas.

MC - Mas parece que no período que se inaugura em [19]45, porque esse espírito da unificação, ele vem desde [19]45 começa pelo projeto do Vargas do ISSB, depois vem com o projeto do Aluizio Alves de [19]47, estou falando do espírito, não que tivesse dentro do projeto a unificação, mas o espírito da unificação ela vem desde [19]45, e além do Aluizio Alves há outros projetos que ensaiam idéias.

JB - Eu não cheguei a conhecer outros, mas admito.

MC - Agora a questão que se coloca é que, dentro da literatura que existe, é que a demora até 1960 para se aprovar essa unifor...

JB - Uniformização ...

MC - Uniformização e outras medidas no sentido de dar maior unidade ao instituto, ela de certa maneira, ela só foi possível em [19]60, porque antes haviam muitas resistências,

por parte de institutos, por parte de políticos, por parte do governo. Eu queria que o senhor tentasse relatar para nós, lembrando assim, quais eram os atores políticos naquele momento, não só políticos, mas sindicatos, institutos, que eram contra a LOPS.

JB - Que eram contra. Eu não me lembro dos que eram contra a LOPS não.

MC - Não o substitutivo, mas antes quem é que fazia resistência a que houvesse a unificação?

JB - A unificação, por exemplo, no caso do IPASE eu já relatei, o Lobo Coelho devido às linhas tradicionais do IPASE e as origens dessa legislação dos servidores, havia razão, era qualquer coisa de aparentemente, pelo menos, heterogênea para se jungir ao grande edifício da LOPS. Mas os outros seis tinham mais elementos em comum.

MC - Mas todos eles pensavam de maneira igual em relação ...

JB - Poucos indivíduos pensam, eu acho que poucos pensam, os outros vão juntos. Até uns não pensavam tanto, não, a coisa se vai surgindo assim, mais ou menos a esmo, de repente toma forma, numa discussão é muito comum isto, a gente entra numa reunião sem uma idéia assim pré concebida, nada, de repente põe-se um tema em debate e aquilo que parecia difícil de se reunir a unanimidade das opiniões, acaba reunindo. Ou acaba acontecendo o reverso, acaba surgindo uma desunião total. Mas aí havia razões, as razões eram os pontos comuns que havia com relação ao trabalho. Eu pergunto, a aposentadoria por tempo de serviço especificamente, os ferroviários nasceram com ela, entre nós. Por que não se havia de dar ao industrial, será que o trabalhador da indústria não é um homem tão trabalhador, quanto o ferroviário? Se havia sido dada aos iapiários, ao IAPI, por que não dar também ao IAPC, o comerciário, também não é um trabalhador quando ele pena durante trinta anos num balcão? Se demos aos comerciários, porque não íamos dar também as pessoas que trabalham nos transportes de cargas, não é? Porque são também trabalhadores, quer dizer, todos estão dentro de uma categoria de trabalho, trabalho é o elemento comum, ora então se uns têm um benefício em razão do trabalho, todos devem ter os mesmos benefícios, todos aqueles que se enquadram na mesma categoria trabalho, essa afinidade comum, esse fato do elemento comum trabalho, todos são trabalhadores.

MC - Eu quero fazer uma pergunta ao senhor ...

JB - Então isto é a razão precípua de fato, entendeu, que serviu de embasamento para que se construísse o edifício da unificação, são os elementos comuns.

MC - Por que o projeto do Aluízio Alves foi engavetado?

JB - Meu amigo, porque a UDN não tinha condições de tirar um projeto desses, cá entre nós, ela não tinha. A UDN era um PSD, mais estilizado, que deu grande ênfase às liberdades democráticas e aos direitos individuais, não é, de maneira que ela, entendeu, era conservadora. Elementos de grande valor que a UDN sempre tinha, mas era conservadora, valores a serviço do mais respeitável conservadorismo nacional, eram todos conservadores. O PSD conservadores, todos homens de negócios, homens de indústria, homens de fazendas, homens, enfim autônomos, advogados, médicos, engenheiros, altos funcionários, quer dizer, era gente de um certo nível, de um bom nível

intelectual e ético mesmo, mas gente de formação conservadora, quer dizer, para este tipo, para esta categoria de pessoas, para este plano intelectual de pessoas, para pessoas desse plano intelectual, entendeu, uma Lei Orgânica não desperta interesse, “Oh! Pensar em um trabalhador...”

LO - O senhor acha que isso pode ter sido apenas uma estratégia eleitoral do Aluízio Alves, do deputado Aluízio Alves, é porque na verdade ele não acreditava na aprovação em [19]47, tanto que abandonou o projeto.

JB - O Aluízio nunca foi um homem assim preocupado com as leis sociais não. O Aluízio é um belo parlamentar, um excelente parlamentar, mas muito enquadrado na UDN, está dentro do esquema udenista o Aluízio, não era vocação. Um médico, vou fazer um pouco de brincadeira, um médico pode pintar um quadro, entendeu, quem sabe ele é pintor, mas nem sempre, um cidadão qualquer pode fazer um parto, mas nem sempre é porque ele é parteiro, o Aluízio então ele fez esse projeto, as razões, só ele pode explicar, mas não foi com a vocação, com a preocupação de levá-lo adiante, tanto que ele se deu por vencido no meio do caminho. Eu quando peguei em [19]56 isso, estava nas gavetas há dez anos, ou mais, não é deprimente, não é desairoso para ele, porque eu o respeito e admiro, apenas acho que não era vocação dele, não era vocação da UDN, nenhum projeto social mais avançado, e isso seria, nem do PSD também e isso só podia ser vocação de um partido trabalhista que mal ou bem, mal ou bem, era um partido que tinha interesse em firmar o seu prestígio, cuidando da legislação trabalhista, para isto ele foi criado por Getúlio, é diferente. Quem na UDN, por exemplo, eu não percebi, afinal de contas vejam como são as atitudes, às vezes não é a atitude contra, não vamos atribuir à UDN e ao PSD, uma atitude contra propriamente, mas uma atitude desinteressada, não interessa a eles isso. Interessa a um homem de negócios, ao industriário, ao banqueiro, ao homem de grandes haveres, interesse ficar pensando em trabalhador e fazer lei. É diferente, a fábrica interessa às pessoas que estão num partido trabalhista, criado para fazer mesmo a defesa da legislação trabalhista, dos interesses dos trabalhadores, interessa a esse partido, firmar-se na opinião dos trabalhadores em trabalhar para eles.

MC - Sim, então, interessante, o elemento da UDN em [19]47 toma a resolução de apresentar um projeto que tinha um espírito já de unificação, e naquele momento não tem respaldo do seu partido e nem dos outros partidos, porque naquele momento o PTB também não ficou sensível ao projeto do Aluízio Alves. Por quê? Porque o PTB naquele momento em [19]47, não estava sensível a este projeto.

JB - Sim, não havia chegado a oportunidade, não é?

MC - Sim, mas por quê?

JB - Sim, a Câmara também, e bem de ver, lembre-se que a Câmara é um oceano, aquilo lá a pessoa nada em projetos, não é, ela nada sobre projetos, e evidentemente que cada um com seus problemas locais, pessoas, como também na UDN, no PSD e nos demais partidos, cada um tem seus interesses de clientela, no melhor sentido da palavra, não é, na lexitude clientelista, digamos assim. Todos têm seus interesses pessoais de preservação do seu nome, do seu prestígio para sua reeleição. Quer dizer, então no PTB havia uma razão específica, para que alguém dele se lembrasse da Lei Orgânica, que era uma grande bandeira como foi, havia razões específicas para isso que foi o partido criado pelo Getúlio, por Getúlio, pelo Presidente Vargas justamente para se contrapor ao conservadorismo dos

partidos conservadores e criar o grande impacto de que resultaria aquelas soluções de meio, não é, de partir o queijo pela metade, não acha, muito própria, muito própria dos governos. Porque o governo, vamos convir, eu não estou condenando o Presidente Vargas também, ele foi muito, o Presidente Vargas também foi um estadista, ele viu a luta social, PSD e UDN principalmente, o (TI) de Minas, por exemplo, elemento de um contingente menor, de outro lado ele disse: “E esses trabalhadores, e esse trabalhismo que está nascendo aqui quem vai defendê-los? Eu? Eles que tinham de antepor, digamos, fazer uma política, digamos, trabalhista pessoal, mas não podia, precisava de instrumento, quer dizer, o PTB foi um instrumento de Getúlio, para se antepor ao conservadorismo do PSD e da UDN. O que não exclui os grandes valores que estes partidos apresentaram durante este período todo.

MC - Mas ...

JB - Não sei se vocês estão aceitando a minha explicação. Podem me contestar, eu estou polêmico.

MC - A questão é a seguinte: Por que o PTB em [19]47, já que ele é um partido que representava a classe trabalhadora, não se sensibiliza por um projeto que de certa maneira levava em conta os trabalhadores.

JB - Quando? Por quê?

MC - Por que o PTB em [19]47, não se junta, não se une ao projeto do Aluísio Alves, já que ele era o partido que representava os trabalhadores, por que ele não se juntou a um projeto, que de certa maneira levava em conta os interesses dos trabalhadores, ou delegaria ... ?

JB - Mas o PTB, aí eu estou achando o Marcos um pouco hostil, me perdoe, ao PTB, me perdoe Marcos, eu estou brincando com você. Você precisa atentar para o seguinte, o Partido Trabalhista foi criado por Getúlio, Getúlio vem de [19]30 para cá, lembra-se da CLT como surgiu em [19]30, aquela coisa toda e depois de [19]30 como evoluíram as coisas, não havia nada quase naquele tempo em matéria de direitos trabalhistas, nasceu ali em [19]30. Agora estão ali quando Getúlio se vê diante dos elementos mais conservadores que o rodeavam e prestigiavam, ele viu que faltava um elemento para compor melhor harmonia no seu governo, que era o partido de esquerda ou meia esquerda, que ele contrapusesse aos interesses do partido da direita, e já esse partido advogava, sempre o Partido Trabalhista desde os primórdios, ele advogava a legislação trabalhista, defendia a legislação trabalhista já, mas a previdenciária é uma espécie de desdobramento da atividade do partido trabalhista, veja que de [19]30 a [19]47, são dezessete anos, o que é muito pouco na vida de um partido, já havia uma linha trabalhista se exercitando, se exercendo e depois de assegurar certos direitos é que tinham sentido como uma espécie de remate àquelas atividades trabalhistas anteriores, é que tinham sentido então o surgimento dessas preocupações maiores com a Previdência. Primeiro a legislação trabalhista, depois a legislação previdenciária, digamos assim, de modo geral, havia o desdobramento, mas ele não nascia, não podia nascer a Previdência antes, como falar em Previdência antes se os pressupostos da Previdência são trabalhistas, os direitos e obrigações, não é, do trabalhador, a relação de trabalho precisava ser muito bem regulada, não é, depois disso era natural que surgisse a Previdência, foi por isso. Podia haver um pequeno atraso, mas não houve assim esse descuido, não se podia admitir, eu jamais

poderia admitir que se pensassem em criar, fazer a Lei Orgânica quando Getúlio chegou ao poder.

MC - Eu não estou colocando isso. Não sei se ficou clara a minha pergunta. Em [19]47, dois anos depois de ter sido criado o PTB, o deputado Aluísio Alves da UDN, propõe um projeto que é de certa maneira uma tentativa de reforma da Previdência Social, que de certa maneira é uma forma de racionalizar a Previdência, de uniformizar os serviços, a lei. Este projeto em [19]47, ele não tem, o Aluísio Alves da UDN, não tem respaldo, nem da UDN, nem em outros partidos e particularmente o PTB.

### **Fita 5 - Lado B**

MC - Não se sensibiliza pelo projeto do Aluísio Alves, que era de certa maneira um avanço. Eu queria entender por que naquele momento, o PTB não se sensibiliza e oito anos depois, um deputado do PTB, chamado Batista Ramos, retoma esta luta e é respaldado adiante pelo PTB. Por que em [19]47, ele não, o PTB não se sensibiliza por este projeto e depois, oito anos depois ...

JB - Você sabe quando o PTB foi criado?

MC - Foi em [19]45.

JB - [19]45. Então, primeiro a legislação trabalhista como eu disse, depois é que surge o PTB, entendeu, veja ele tinha dois anos de idade quando surge o projeto Aluísio Alves, ele estava acordando, ele estava de fraldas, o PTB estava muito novinho. Muito novinho, não tinha tempo, não falava ainda.

MC - Então eu faço uma outra questão relacionada a isto. Por que a UDN que não respalda o Aluísio Alves em [19]47, aprovava em [19]60 a Lei Orgânica da Previdência Social?

JB - Apoiara em [19]60?

MC - Por quê?

JB - Sim ...

MC - Já que ele não se sensibilizava com o trabalhador.

JB - Aí é fácil, Marcos explicar, muito fácil, está evidente nos fatos. É que a política obedece a um processo evolutivo natural, as coisas evoluem, o processo político, a sua maior atividade, ou menor atividade depende em muito dos fatos sociais, do surgimento dos acontecimentos sociais, então, primeiro o fato social de onde surge a corrente que se corporifica e se organiza no partido, então há um processo evolutivo também em cada partido, como na UDN houve, esse processo evolutivo consistiu justamente ao fato de que a UDN, depois, primeiro ela, lembra quando ela nasceu. Foi em [19]45 mais ou menos também?

MC - A UDN ela se formaliza em [19]45, mas ele vem desde [19]43.

JB - Junto com a candidatura Brigadeiro, lembra-se? É do tempo de vocês?

MC - Eduardo Gomes, é bonito e é solteiro.

JB - Lembra-se bem, ela nasceu assim como um partido para combater a ditadura, anti-ditadura.

LO - Sociedade Amigos da América.

JB - É. Como?

LO - Sociedade Amigos da América em [19]43.

MC - Manifesto dos mineiros.

JB - Manifesto dos mineiros, aquela coisa toda. Então ela surgiu assim, a UDN, como o anti, o anti autoritarismo, em defesa dos ideais democráticos. Democracia no estilo clássico, com os direitos e garantias constitucionais, aquela coisa toda, eleições livres, essa coisa toda. Ela nasceu assim como um partido liberal, democrático, mas em função de uma situação política muito delicada do país, que era a luta contra as imposições autoritárias da ditadura, e você vê bem, que foi a sua grande luta, ela não estava preocupada com outras coisas, ela não estava, ela queria, ela tratava, eu classificaria a UDN como partido que surgiu para defender a democracia em sua acepção clássica de direitos e garantias individuais, não é, dentro de uma constituição com poderes, poderes esses com as suas atribuições muito bem definidas, eleições diretas, entendeu, em todos os níveis, voto secreto. É esta a democracia clássica que a UDN apresentava como seu programa. Então ela não tinha preocupações sociais ainda, no sentido obreiro, proletário, ela veio nessa direção de garantia dos direitos de defesa dos direitos individuais, democracia, da forma democrática, despreocupada, não preocupada ainda com a área social. Lembre-se bem disso. Depois que ela foi acordando, daí porque acredito que o Aluizio tenha sido um certo, de certa forma, um pioneiro no pensamento social da UDN, mas não teve, ele lançou uma semente boa, num terreno completamente desapropriado, num terreno que não era o próprio terreno, sem aquelas condições de fertilidade específica para que essa semente pudesse medrar, aí ele teve aquela idéia feliz e lançou, mas no sentido teórico, doutrinário, ficou aí, quer dizer, eu não peguei naquilo, eu deixei aquilo, eu fui à prática, eu fui aos fatos, eu disse: “Olha, eu não vou me preocupar em dar ...”. O substitutivo Aluizio negava, tirou a aposentadoria por tempo de serviço, sob argumento claro, declarado muitas vezes, por escrito e verbalmente. O próprio Aluizio me disse quantas vezes, “Sou contra porque os institutos não podem suportar este ônus”. Eu dizia: “Você está errado, me desculpe, entendeu, pode suportar, sim senhor. Eu desafio e vamos fazer a tentativa, a experiência”. Ele era contra esses pontos básicos, eles eram contra, a UDN ficou contra depois, já dentro da linha, do espírito do próprio Aluizio, ficou contra as reivindicações mais importantes da Lei Orgânica, era contra tudo, quase tudo, só queria aqueles benefícios já conhecidos de aposentadoria por velhice, auxílio invalidez, aqueles benefícios conhecidos. Mas ele representava este espírito novo dentro da UDN, mas de certa forma ainda muito restritivo, porque ele era contra a aposentadoria por tempo de serviço, e está isso nos anais aí, está isso o projeto dele, eu tenho tudo aí, ele era contra, ele não defendia o colegiado nada, ele não queria que eu pusesse, como dizia Lacerda,

aquelas baganas de cigarro para fazer o monte, criar os fundos, os recursos, para atender o plano de benefícios lá do substitutivo. Ele era contra tudo isto, depois que ela amadureceu. Lacerda autoritário, porém um homem de grande visão, Lacerda sentiu que era preciso uma aproximação com os trabalhadores, que eles iriam ficar de novo contra o povo. O povo que derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes ia derrotá-los de novo. Daí o lance do próprio Guilherme Machado, vamos aproximar a UDN dos trabalhadores. A UDN e seus líderes precisavam conversar com os líderes sindicais, não conversavam, pareciam inimigos, quer dizer, de certa forma tirando o penacho do PTB, não é. Era esvaziar de certa forma o PTB. Você se lembra do governo do Dutra, [19]45.

MC - [19]46 a [19]50.

JB - [19]46 a [19]50. Um governo de coalizão. Lembra-se do governo de coalizão, pois é. Por quê? O que aconteceu? Já era o realismo do Juraci Magalhães. Juraci achava que a UDN estava numa postura muito anti-política, muito prejudicial à captação do voto popular de certas áreas, em certas faixas. Então era preciso aproximar a UDN do realismo político, dar, criar o realismo dentro da UDN, que ensejou a participação da UDN no governo Dutra, não é. Ela foi se popularizando devagar. E na Lei Orgânica, o lance que se deu de aproximar o Lacerda dos líderes sindicais foi um lance excelente. Eu queria, a UDN contra seria o diabo. Iam me dar um trabalho terrível, passava mas ia ser uma pedra no caminho, não é, ou muitas pedras. Aí quando entrou-se com aquela solução, vamos aproximar Lacerda dos líderes. Foi uma reunião ótima Lacerda rindo para eles. Não sei quem tem essa fotografia, eu tinha, não achei mais. Então, eu respondo então sucintamente à sua questão. Eu acho que a UDN, o Aluízio apresentou um projeto inviável, no momento, dentro da UDN, porque a UDN era muito conservadora, não anti trabalhista, mas era muito conservadora, preocupada com outra etapa da vida democrática, ela, talvez coitada, pudesse até ter uma desculpa muito boa para esse posicionamento dela. Nós estávamos preocupados em primeiro organizar o país, fazer uma democracia de verdade, nada de ditadura, constituição, voto direto, poderes bem definidos, com as suas atribuições, transição de governo, sucessão de governos, os partidos livres, direitos e garantias individuais, era isso que ele queria conquistar e fez bem, foi uma luta gloriosa que afinal venceu. Os ideais da UDN também estão aí como vitoriosos de certa forma. Não com os excessos, com os erros, mas há um saldo aí de vitória. Agora essa era a preocupação dela, democrática, regime democrático, não era preocupação ainda trabalhista. Getúlio mais vivo, muito mais esperto, mais terra e terra. Disse: “Olha, está bom, vocês são conservadores, UDN e PSD então vocês representam meu braço direito. Deus o salve. Agora eu quero um braço esquerdo para jogar contra vocês e daí sair uma média, com relação às reivindicações populares. Então vinham as reivindicações. De quem? Do PTB. Não era a UDN que apresentava, que levantava a bandeira para aumento de salário, não. Nem PSD, era o PTB. A Previdência então nasceu com Aluízio, mas nasceu inviável. Precisou do PTB vir depois, para salvar o projeto, e aí modestamente entrou o Batista Ramos.

LO - Ministro eu vou aproveitar a deixa ...

JB - Vocês me perdoem, se por vezes ...

MC - Não, vamos lá ...

LO - Eu vou aproveitar a deixa da volta. A discussão do substitutivo Batista Ramos lembrando que nós estávamos justamente naquele momento, nós estávamos conversando sobre o momento que esse Substitutivo é aprovado em [19]57. Eu gostaria só de ilustrar ou melhorar e ajudar o senhor a se lembrar, dizendo que foi no dia 9 de novembro de [19]57, o Substitutivo vai a plenário e ele leva 250 emendas. Com essas emendas ele volta às comissões de legislação social que era o Aarão Steinbruch, a sua comissão de serviço público, com o senhor e a comissão de finanças que estava o Aluízio Alves de volta. O Aluízio Alves entra na comissão de finanças. Ele trocou de comissão porque em [19]47 ele era da comissão de legislação social e vai para a comissão de finanças para justamente com o deputado Aarão Steinbruch e com o senhor é, regularizar a situação das emendas, e que quatro ou cinco dias depois volta a plenário para ser definitivamente aprovado. O senhor lembra dessa negociação com o Aluízio Alves e o Aarão Steinbruch, para regularizar o Substitutivo Batista Ramos incluindo nele as emendas?

JB - As emendas foram feitas de acordo, quem selecionou foi o Mário Pinto Passos, havia duas fases: primeiro a fase de aprovação da lei, aí foi o Mário Pinto Passos ...

LO - Ministro João Batista Ramos eu vou então retornar à pergunta que eu havia colocado, aquele momento, na aprovação do substitutivo Batista Ramos em 1957, na Câmara dos Deputados, em que o substitutivo ganha, vai a plenário, ganha duzentas e cinquenta emendas e volta durante três ou quatro dias, ele é submetido rapidamente às comissões de legislação social, comissão de serviço público e comissão de finanças, nas quais os relatores eram o Steinbruch, o Aluízio Alves e o senhor. Como é que foi essa reordenação nestas três comissões?

JB - Essa volta regimental do projeto das comissões, ela foi apenas para dar os retoques. Era um retoque no retrato, porque os pontos fundamentais já estavam estabelecidos. Não havia nada mais para resolver sob o ponto de vista da estrutura da substitutivo. Porque o problema dos benefícios não tinha nada o que alterar, o programa do plano de benefícios, e sobretudo a aposentadoria por tempo de serviço que tinha sido ponto de discórdia. Não tinha nada que alterar, todos concordamos nesse acordo de bastidor, tinha o problema da administração colegiada também, não tinha nada mais para alterar, estava assente entre o acordo também dos líderes, quer dizer, foi para os retoques finais. Coisa de três dias.

LO - E nestes três dias o senhor teve a oportunidade então de conversar com o Aluízio Alves?

JB - Não, não, cá entre nós, eu não quero estar sendo indiscreto, mas o Aluízio, eu acho o Aluízio às vezes, muito desinteressado de tudo.

LO - Mesmo nesse momento?

JB - Achei. O Lacerda sim, o Lacerda é que deu mais trabalho até esse acordo que fizemos posterior à esta reunião promovida pelo deputado Guilherme Machado, entre ele, Lacerda e os líderes sindicais do Rio e São Paulo. Feito, depois disto, aí o Lacerda também aquietou-se. Mas ficou naquela coisa, falava que concordava, mas que sempre chamava a atenção para certos aspectos delicados da lei, aquela coisa. O Aluízio deve ter dito alguma coisa, mas eu não me lembro. Eu acho que o Aluízio, o mérito do Aluízio foi no serviço doutrinário que ele fez anterior, naqueles que eu encontrei, mas que não me serviram de quase nada, porque nós tínhamos um plano já, um plano geral de unificação

e isso sim, estava de pé, mas tínhamos de introduzir aquelas modificações que a UDN ia repelir, que o PSD também repeliu, que era justamente o plano de benefícios que eles achavam audacioso e a administração colegiada que eles não aceitavam, o resto não tinha mais significação, eram questões menores, tinha uma porção de coisinhas.

LO - A participação do deputado Aarão Steinbruch como relator dessa comissão de legislação social, o senhor acha que teve alguma contribuição?

JB - Não me lembro, quer dizer, que não teve. Ele trabalhou depois no fundo do décimo terceiro salário. O Darci nega, hein, o Darci nega ...

MC - Mas a participação do parlamentar Aarão Steinbruch não foi uma participação de destaque em relação à questão da Previdência?

JB - Não, nem me lembro. Houve muita gente, foi um enxame de deputados, a última hora quando viram que o bolo estava no forno e já no ponto de ser retirado, entendeu, bolo pronto praticamente, assado, então foi um enxame aquela coisa.

LO - Ele era relator da comissão de legislação?

JB - É. Mas já está tudo estabelecido. Para poder pôr em votação a matéria em plenário eu tive primeiro de articular o bastidor, feito o acordo de bastidor com os partidos, com as lideranças o resto era, digamos, era retoque do retrato, pontinho aqui, pontinho ali, esqueceu disso, esqueceu daquilo, nem me lembro mais disso. O duro foi trazer a UDN para o projeto.

LO - O projeto do Aluizio Alves de [19]47 incluía os trabalhadores rurais, ele continuou a defender a inclusão dos trabalhadores rurais depois do substitutivo Batista Ramos?

JB - Não me lembro. Não me lembro porque naquele tempo era, eu achava que não podia haver possibilidade de conciliar as duas coisas, se não, se a UDN estava contra a aposentadoria por tempo de serviço porque era onerosa, imagina agora, estender a Previdência para o rural. Não havia recursos aí eu cedi, eu percebi que era audácia demais, naquele tempo não havia, nem que fosse o mínimo, um mínimo, de benefício. Não tínhamos base, não tínhamos elementos estatísticos, não tínhamos nada, informações ou informe para saber se era possível incluir a aposentadoria, isto é, um benefício qualquer, mais relevante, de maior importância ou substancial para os trabalhadores rurais. Era cedo.

LO - Quanto aos trabalhadores, aos empregados domésticos, eles foram excluídos?

JB - Foram. Não se tinha base, os trabalhadores domésticos continuam excluídos até hoje, agora está, excluído não, ele está incluído, eles se aposentam, eles têm o benefício da aposentadoria, mas eles devem estar excluídos dos benefícios que a ...

LO - É, nós estávamos falando então dos trabalhadores domésticos, não é?

JB - Sim. O doméstico tem uma situação muito especial, ele está sujeito a uma legislação especial, até hoje ele contribui com uma parte o empregador contribui com a outra, mas a Previdência, ele se aposenta, ele tem aqueles benefícios já da Previdência. Mas naquele

tempo eles não foram incluídos, não foram incluídos justamente por isso, era uma situação muito especial, era, aquilo que se ia fazer já se considerava um avanço muito grande na Previdência, primeiro: a junção de todos numa organização só, Lei Orgânica da Previdência Social. Segundo: aquela celeuma que se levantou em torno da aposentadoria por tempo de serviço e da aposentadoria especial por serviços penosos, perigosos, insalubres; do auxílio reclusão, todos esses benefícios novos que eu incluí, eles receberam, sofreram uma grande resistência da parte dos partidos em geral. E de modo que, uma dúvida muito grande quanto às possibilidades na área dos recursos, será? Se avançássemos mais podíamos, entendeu, podíamos dizer que haveria recursos para suportar tudo isto. Esta era a grande dúvida então tivemos que não pôr os domésticos naquela ocasião. Veja bem que, também a situação dos domésticos, era uma situação delicada aquele tempo. E eles entraram afinal, por uma lei especial. Não guardo número de lei. Mas finalmente, mesmo o CLT, eles têm reivindicações muito atuais, como eles não são organizados e a situação deles é muito especial, eles ainda não estão enquadrados na legislação do trabalho como os demais trabalhadores da CLT.

LO - Alguém reivindicava pelos domésticos e pelos rurícolas?

JB - Não. Também tinha isso, as lideranças de industriários, agressiva de comerciários, transportes de cargas, de ferroviários, saudosa memória me elegeram muito, me deram muito voto. Essas lideranças, todas, os segurados, os bancários esses sim que tinham liderança, como disse ao senhor a Previdência nasceu através da organização, entendeu, destas categorias, em sindicatos, e com liderança, porque sem isso não há reivindicação e sem reivindicação não há legislação protetora, não há legislação reguladora da matéria. Não é a lei que cria eu acho que sobretudo a fonte mesmo fundamental do surgimento dessas reivindicações todas, da Lei Orgânica, elas vieram das categorias, eram eles os aguerridos, o resto ...

LO - Ministro, então este substitutivo Batista Ramos é aprovado, na Câmara ele vai para o Senado. [19]57 é aprovado na Câmara até [19]60 fica no Senado. O senhor acompanhou a tramitação dela no Senado?

JB - Aí eu era ministro, aí eu fiquei em cima.

LO - Durante esse tempo de três anos, [19]58, [19]59, o senhor acompanhou ela no Senado, ela quase foi posta de lado.

JB - Não, não foi não, ela foi posta de lado, mas eu fiquei em cima quando ministro eu fui em cima. A Lei Orgânica saiu por isso, essa concorrência de fatores.

LO - Isso é curioso que ela fica no Senado um ano parada e de repente, claro ...

JB - Eu era Ministro do Trabalho.

LO - Em três dias ela é aprovada.

JB - Pois é, mas porque eu fui em cima, fui à liderança, falei com a liderança e pus os nossos assessores todos às ordens para as objeções que eles por ventura pudessem fazer, entendeu, e pedi que apressassem, que era linha política do governo Kubitschek.

MC - Eu gostaria que o senhor colocasse, no início da seção de hoje o senhor colocou que era uma preocupação, havia uma preocupação muito grande por parte do Juscelino Kubitschek, no sentido de aprovar a Lei Orgânica da Previdência Social. Como é que era a relação do governo Juscelino Kubitschek e os trabalhadores?

JB - Era cordial, mas nunca, não muito amistosa, não muito chegada não. Porque os trabalhadores não são propriamente ... Chegam a ser amigos do governo, que eles estão permanentemente reivindicando, invalidamente, legitimamente as suas vantagens e o governo também não pode ceder assim à primeira investida ou à primeira reivindicação, o governo tem que consolidar, fazer o seu jogo, ouvir, ver o que pode fazer, não atende tudo, atende parte, sempre foi a nossa política, quer dizer, reivindicações salariais, salário mínimo era uma batalha que não tinha fim, eu como Ministro do Trabalho tive que dar um salário mínimo alto para aquele tempo, não me lembro mais, era uma reivindicação pesada e Juscelino concordou, mas assim a contragosto sabendo do ônus para as empresas tudo, era uma situação muito delicada a do governo e Juscelino era muito simpático, eu acho que Juscelino era muito humano entendeu, ele não pressionava, ele tinha qualidades de estadista o Juscelino.

MC - Agora, o senhor acredita que a preocupação do governo em aprovar a LOPS, era uma forma do Juscelino, do governo Juscelino estar mais próximo dos trabalhadores, se sentir mais respaldado pelos trabalhadores?

JB - Ele quis agradar os trabalhadores, tanto que por isso me prestigiou, depois se eu contar como foi a promulgação, isto é, a assinatura. É promulgação, não é? A sanção. Como foi a sanção, aí vocês verão.

LO - O senhor pode contar?

JB - Pode ouvir, cinco minutos. Depois de pronta a lei, entrou a segunda etapa que foi a sanção, mas depois da sanção teve então a regulamentação, são três grandes etapas. Na sanção surgiu outra onda, a mesma onda que havia contra a aprovação, porque as classes com seus, as classes conservadoras com seu *lobby* muito ativo e competente fez o que pôde para evitar, mas fechada a porta, fechada a porta das restrições aí surge a segunda etapa, a sanção. Eu fui a Juscelino e disse: “Presidente, agora a sanção.” Ele disse: “Está certo”, mas disse ele a mim “há muitas restrições Batista à lei, no que tange sobretudo ao plano de benefícios e também ao custeio e lá está entendeu, por exemplo, o percentual sobre os jôqueis a onda é grande, aí com memoriais, e lá está a loteria entendeu, você incluiu lá muitos, muitas exigências financeiras de categorias e classes que estão aí em polvorosa reclamando, a Federação das Indústrias e do Comércio, muito operantes...” Eu disse: “Presidente, eu fiz aquilo tudo de acordo com o senhor e as lideranças, de maneira que eu, por exemplo, só posso dizer que não concordo com nenhum veto, não é.” E delicadamente eu disse a ele: “Presidente veto nisso, quer dizer, o senhor me demitiu”. Foi essa conversa mesmo. Delicadamente, suavemente eu disse: “Eu não posso ser ministro mais, Presidente, porque isso foi minha vida, agora eu ela, ou eu, ou era comigo ou então eu tenho que ir embora”. Foi isso que eu disse a ele. Então ele disse: “Então vamos pensar um pouco, como aquele jeitão dele, vamos marcar uma reunião aqui, era no Alvorada, vamos marcar uma reunião, você vem, o Sete Câmara está aí virá, o chefe do gabinete está aqui”, -me escapa o nome dele é que eu fiquei com muita mágoa contra ele, sabia, eu engulo o nome dele todas as vezes que vou falar dele- “Vem fulano”. Que era homem que levava ao Presidente os memoriais, como havia levado antes aos líderes

restritivos ao projeto da Lei Orgânica. Eu disse: “Presidente, quem mais?” Ele disse, ele citou estas pessoas, disse Jango, Jango está aí, ele tem que estar presente.” Era mais ou menos estas pessoas e mais um oficial de gabinete de Minas, muito simpático, um gordo, me esqueço o nome dele, está bem. No dia aprazado, dias depois, foi tudo rápido, lá fomos nós às nove horas da manhã para o Palácio da Alvorada e nos reunimos no quarto dele, eu conto isso nas minhas memórias, ele acordou assim assustado entendeu, e ele veio de cueca, perdão se estou falando isso, mas não tem nada, ele era muito familiar conosco homens todos amigos dele, de cueca, apressado, calçando as calças, sentou e disse: “Vamos minha gente, vamos resolver isso, vamos resolver isso.” Deu a palavra ao chefe do gabinete dele. O chefe disse: “Pois é, Presidente, o senhor já sabe o meu ponto de vista, eu sou contra o plano de benefícios, o programa, o plano de benefícios porque ele é muito oneroso e também contra por outro lado, até contraditoriamente, cá entre nós, contra aqueles, aquele ônus que o projeto vai estabelecer, quer estabelecer, aquele ônus que o projeto quer estabelecer com relação ao Jóquei, ao Jóquei, à Loteria e mais alguns itens”. Agora não me lembro mais, estou falando pela memória, não lancei mão de uma coisa escrita para falar com vocês.

### Fita 6 – Lado A

JB - Então, o presidente olhou para mim e disse: Percebeu que ninguém queria se manifestar, olhou para mim e disse: “Batista o que é que você diz?”. Eu disse: “Presidente, eu acho que o projeto é fruto de uma auscultação geral, é fruto de um trabalho conjunto, não acha? O senhor foi ouvido em tudo também, pelo menos nas grandes linhas, de modo que eu sou contra qualquer veto. Porque se o senhor veta isso o senhor derruba o substitutivo. Perde o sentido por uma razão muito simples, se nós estamos argumentando, dizendo que o plano é oneroso, que o Plano de Benefícios é muito benefício para uma Previdência pobre, se nós estamos nesse pé, sustentando esta tese como é que vamos querer diminuir ainda mais as rendas do custeio, tirar renda do Jóquei, excluir o Jóquei da participação, da contribuição, excluir a loteria, coisas de azar, entendeu, como é que vamos excluir estes vários itens. É um aumento de contribuições mesmo que virá necessariamente. Nós não podemos excluir nada porque o plano é oneroso. E há uma contradição entre dizer que o plano é oneroso e ao mesmo tempo dizer que devemos excluir verbas do custeio. Presidente, eu confesso ao senhor, me perdoe a franqueza. Aqui são todas pessoas suas amigas ligadas ao senhor. Eu não posso concordar de jeito nenhum com qualquer veto. O senhor é presidente faz o que bem entender, mas eu não posso concordar.” Aí generalizou-se a discussão. Ele olhou para Jango. Jango disse: “Não, eu estou com o Batista”. Ele tinha essa vantagem, ele era partidário sabe, “Eu estou com o Batista”. Olhou para um oficial do gabinete também não tinha nada a acrescentar. Então vira-se Juscelino e diz: “Mas então eu estou vendo que há uma controvérsia aqui, entendeu, e como é que vamos sair dessa? E se eu vetasse apenas algumas coisinhas.” Aí eu, aí eu subi delicadamente a serra. E disse: “Presidente, o senhor me perdoe, se for para vetar, Presidente, então eu me sinto ... não tem mais sentido eu ser o seu Ministro do Trabalho. O senhor me perdoe a franqueza porque isso foi a minha vida, eu dei de energia o que eu não tinha, há anos trabalhando afincadamente sem nenhuma outra preocupação. Se não tirar a Lei Orgânica, virou-se paixão minha, eu tenho esse mal, me apaixonava pelas causas”. Nessa hora eu não tive lágrimas não, eu fui duro. “Presidente, não tem mais

sentido a minha posição no seu governo, que eu disse ao senhor quando aceitei o ministério. Presidente então agora então, tem sentido porque eu vou tirar a Lei Orgânica se o senhor me apoiar” eu disse: “certo”. “Certo”. Aí entra o Sete Câmara que foi o anjo da guarda, quer dizer, não sei porque cargas d’água ele estava ali, ele era prefeito, era qualquer coisa ali. Ele disse: “Não presidente, eu acho que o senhor veta a lei toda ou não veta nada”. Me ajudou muito. E o presidente também não queria que eu me demitisse, eu tinha sido um bom escudo para ele nessa luta toda, trazendo os trabalhadores debaixo daquela esperança contínua de melhoria, de reivindicações atendidas, e então ele olhou para mim, olhou para o oficial, o chefe de gabinete dele e disse: “Então vou sancionar e não veto nada”. Nova vitória pelo menos preliminarmente ganha. E disse “Está bom, não veto nada, não veto nada”, com aquele jeito espontâneo dele, eu agradei, saímos, o chefe do gabinete dele saiu pisando em ovos, furioso comigo, mal me cumprimentava depois disso. Ele estava a serviço, na realidade, ele estava a serviço, para um *lobby* declarado, estava na cara. Porque tirar setores da sociedade ricos que podem contribuir com a Previdência, porque tirar isso e ao mesmo tempo dizer que o plano é oneroso. Era uma contradição terrível, então saímos dali tudo certo. Agora eu disse: “Mas o presidente é político, ele desconfiou de que ainda podia haver uma onda contra, ele ainda não tinha sancionado ali em presença nossa, ele estava ainda de calça sem paletó, só tinha vestido a calça, saímos dali, no outro dia foi sancionada a lei. E agora disse: “Mas como agora entendeu, sancionada a lei, como é que vamos fazer a coisa solenemente, não é?”, aí vem outro lance, aí entrou graças a Deus a cabeça política, entrou a cabeça política. O Juscelino eu conheci, o Juscelino de perto ele queria muito apoio popular, apoio, sustentação de governo e eu planejei então o seguinte: “Presidente, disse a ele, olha aqui que essa sanção não seja feita assim friamente, o senhor sanciona, uma lei não é um projeto comum”, ele disse: “Mas o que é que você pensa”. Eu disse: “Eu vou chamar as lideranças de São Paulo e do Rio”. E trouxe numa semana eu botei trezentos líderes aqui dentro do Planalto.

LO - No Planalto ou na Alvorada.

JB - Não, no Planalto já, naquele patamar, naquele salão de baixo, era todo vazio e mandei rapidamente ornamentar aquilo, tapete vermelho, e meio pedestal, dois níveis, para ele, para sua majestade, um outro nível para autoridades que pudessem vir e depois os líderes nas suas cadeiras, tinha mais de trezentas cadeiras. Eu fiz aquilo num instantâneo. No dia, lá fomos. Eu fui buscar o Presidente de manhã, no Alvorada, cheguei lá ele já estava pronto, o Jango já estava lá. Então veio atrás no carro, o Presidente, Jango e eu, no caminho, vejam como eu tinha razão para preparar aquele ambiente que também o amparasse e evitasse que ele tivesse uma dúvida sobre a deliberação tomada, ele chega para mim, na frente de Jango e diz: “Oh, Batista você acredita nessa estória de colegiado? Será que isso vai Batista?” Eu disse: “Presidente, vamos fazer o seguinte: eu tenho de acreditar, eu sou obrigado a acreditar, porque eu acho o seguinte, se o senhor entregar um jato a um piloto de teco-teco ele vai ao chão, mas se o senhor entregar um jato a um comandante de verdade, ele voa bem.” Ele riu. “Está bom, então vamos em frente.” E lá fomos nós, chegamos lá, ele assumiu a posição e foi recebido debaixo de um aplauso! Aquela salva de palmas, trezentos naquele salão do canto debaixo, e houve então, e eu falei, apresentando, a honra que tínhamos de receber o Presidente, os líderes para celebrar o grande acontecimento e que o Presidente ia dar o plano de benefícios a matéria relativa ao custeio, todo o mérito do anteprojeto e da lei, da lei não, do substitutivo. Tudo era de conhecimento dos trabalhadores e eu não ia discorrer sobre o assunto, que seria inútil, desnecessário e inoportuno, mas que o presidente daria a grande novidade, deixei para o

rei, como era do prazer dele. Depois Jango falou aos valorosos trabalhadores, também dizendo que a novidade como o Ministro havia anunciado seria dada por Juscelino. E o Juscelino, ele sabia aproveitar essas horas, ele era terrível. Anunciou, falou ligeiramente sobre o plano de benefícios, falou sobre a Lei Orgânica, a grande reivindicação dos trabalhadores, que o governo recebeu com o máximo de simpatia e que acabava de atender. E que naquele dia, naquela hora ia sancionar solenemente a Lei Orgânica da Previdência Social, o estatuto tão reivindicado e desejado pelos trabalhadores do Brasil, e aquela coisa toda, os construtores de Brasília, aí Brasília entrou no meio também e foi aquele ... Mas antes disso, disse: “Mas tenho a novidade, fiquem vocês sabendo meus amigos que essa Lei Orgânica, apesar de todas as restrições que se fizeram a ele, entendeu, vai ser sancionada sem vetos.”

LO - Nesses três momentos ... Dos três a dramática vigília lá do 24 e 25 de agosto, em que o senhor consegue a aprovação, que o senhor falou que caiu da cadeira de cansaço a noite inteira trabalhando pela aprovação da LOPS, essa que é o momento da ascensão presidencial e o próximo que o senhor vai contar agora que é o momento do regulamento, a construção do regulamento da Lei Orgânica.

JB - Tem o terceiro agora do congresso e o quarto ainda que é o de minha renúncia.

LO - O senhor continua, depois eu faço a pergunta.

JB - Pois bem, tudo vitória. Eu estava satisfeito, pelo menos meu grande projeto tinha saído, foi minha grande luta, agora então tratava-se de regulamentar a lei, o Moacyr Veloso, o Mário Pinto Passos, Eusébio Guerra, já estavam trabalhando porque eu combinei com eles deles trabalharem desde o princípio da aprovação parcial para não atrasarem depois a regulamentação e disse então, eles já haviam avançado muito na feitura do regulamento, aí eu comecei a pensar nesta regulamentação, quinhentos e tantos artigos tinha o regulamento, mas nisto interfere um novo episódio os trabalhadores promoveram um congresso no Rio, no João Caetano, é João Caetano. E as notícias as mais alarmantes, reivindicam, reivindicam, exigem, eram reivindicações salariais entendeu, eram reivindicações de várias espécies, mas lá estava inclusa a Lei Orgânica da Previdência o quanto antes. O Presidente então me telefonou e disse: “Batista os boatos são muitos eu não vou comparecer, você vai, você é meu Ministro do Trabalho, você vai no meu lugar, Jango também deve ir.” E citou mais algumas autoridades que iriam, então no dia lá fui eu, foi naquele dia que eu fui sem arma, sem nada porque com uma arminha eu ia apanhar mais ainda, lá fui e levei meus dois assessores só, começou a seção, aquela coisa, bate pé, bate pé porque eles queriam a presença do Presidente, queriam a presença de Jango, Jango tinha sumido como era de costumeiro quando a coisa apertava, ele ó ... Mas e começou a coisa, no final eu tive a palavra, depois de ouvir as reivindicações todas foram entregues memoriais, eu disse que os memoriais estavam entregues e que eu os ia levar ao Presidente, estava certo de que o Presidente como de costume, ia fazer o máximo possível, para atender o mais possível as reivindicações deles, dos trabalhadores, mas que eu não podia, eu não podia apresentar soluções, não era da minha alçada, da minha esfera, mas que eu tinha alguma coisa a oferecer a eles, um presente, estava na minha esfera de ação, é que eu tinha, pela Lei Orgânica já sancionada na presença deles, com grande apoio e aplauso deles, eu tinha 120 dias para regulamentar a Lei Orgânica e que eu num esforço inaudito ia dar aquela regulamentação para eles, não em 120 dias, mas em 30 dias. Aí foi aquela ovação, foi o suficiente para aplacar, se você não dá uma coisa, tem que dar alguma coisa, não dá isso, mas dá aquilo. E aquela ovação, um pega-pega depois, teve gente

saindo pela janela tudo isso, mas comigo não, me respeitaram, me trataram muito bem, me ovacionaram, havia a briga dos pelegos lá no fundo do teatro, e terminou-se muito bem. O Presidente ficou muito satisfeito e estava vencida portanto a terceira etapa. Posso contar a quarta? Então pronta a Lei Orgânica, aí não se fez solenidade mais, ela foi assinada por mim, a regulamentação foi assinada, não vou contar detalhes, Moacyr, Euzébio Guerra, Mário Pinto Passos, eles se reuniram comigo para apurar os últimos detalhes do regulamento, umas dúvidas que eles tinham que eu precisava resolver, mas tudo pronto, agora a quarta etapa, era preciso agora a regulamentação ser executada. E na regulamentação estive o provimento dos cargos colegiados, os colegiados, então marquei com o Presidente, uma reunião, uma entrevista, fui a ele disse: “Presidente, agora última etapa, os colegiados são seis, não é?” Com ... eram seis, vamos ... Meia dúzia de colegiado, tinha meia dúzia de pessoas, de representantes em cada um deles sendo que um elemento do governo, representantes dos empregados, representante dos empregadores. Eu disse: Dos cargos que o senhor pode designar, me lembro tinha conselho, também, tinha outros cargos. Eu disse, ele olhou para mim e disse: “Você quer algum cargo para pessoas que tenham colaborado com você na feitura da lei?” Eu disse: “Quero Presidente, eu só tenho três casos Moacyr Veloso, Mário Pinto Passos e Euzébio Guerra.” E contei a história dos três não é, Moacyr é o homem que cobriu o campo, um homem que tem uma cultura geral em matéria previdenciária, previdenciária bem ampla, um dos melhores homens que eu conheci aí nisto, ele era um Casmurro, fechado tudo isso, mas é um homem de qualidades intelectuais e sério. O Euzébio Guerra, Previdência ferroviária tinha trabalhado também com desinteresse aí que está o problema, e o Mário Pinto Passos que eu disse, até me emocionei quando contei que trabalhando como uma fera um dia eu percebi que ele não tinha dentes e não podia pôr uma dentadura, só pôs depois que eu arranjei um emprego para ele, mais tarde em Brasília com Machado Neto, para ele comprar dentadura, uma dentadura, mas existia só esses três que colaboraram muito e são homens que têm condições de serem bons executores e nesses colegiados se não houver presidente, homens assim de cabeça boa, eu tenho medo, aí entra aquilo que o senhor disse; “Será Batista que esses colegiados vão funcionar?” Depende de quem o senhor puser. Agora o senhor pode mesmo fazer o provimento, o senhor que escolhe, o senhor me consulta eu digo que tenho esses três, não compromissos mas esses três, essas três obrigações de contemplar aqueles que mais se deram. Ele disse: “Está certo, então componha tudo.” Eu então arrumei tudo, recebi as indicações dele tudo isto, e pus o Moacyr Veloso no tope, no Departamento Nacional de Previdência Social, na presidência porque era o órgão de coordenação e controle da Previdência, era por assim dizer a chefia, o ponto mais alto da cúpula previdenciária, que eu achava essencial ter um homem como ele, pelo saber, pela capacidade e depois pus Euzébio Guerra no IAPFESP e pus o Mário Pinto Passos no IAPI. Foi uma coisa mais ou menos assim, só me lembro bem do Moacyr Veloso. Eu e o presidente, marcamos um encontro, uma audiência, ele assinou tudo, me entregou em mãos e disse: Agora você, você. Eu vim para esta casa, para este apartamento, o Moacyr Veloso chegou depois que eu cheguei e eu disse: “Doutor Moacyr agora é a sua parte, o senhor vai pessoalmente levar isso ao ...” esqueci o nome dele, muito bom diretor da imprensa oficial, era um homem que colaborava muito conosco, me escapa o nome dele. Entrega ao diretor porque isto precisa sair amanhã entendeu, é desejo também do presidente, ele disse: “Pois não. Combinamos tudo foi. No outro dia, sete ou oito horas da manhã bate esta campainha, era Moacyr Veloso. Eu mesmo que vim abrir, estava sozinho aqui, vim ainda de pijama, ele quieto com aquele jeitão dele, mostrou o *Diário Oficial*. Houve umas modificações, ele me disse, me tiraram da presidência, me puseram não sei onde, noutro instituto, tiraram o Euzébio puseram o Monte, e puseram noutro instituto, tiraram o Mário Pinto Passos, puseram noutro instituto. Contra aquilo

que tínhamos combinado não é, e eu, aquilo foi como me desse um tapa na cara, me senti ofendido. O Presidente como é que muda de noite isso, sem me dar um telefonema “Não, Batista preciso alterar três cargos aqui por razões políticas que depois eu explico ou nem explico.” Tem que dar uma satisfação para o ministro, não é? Ministro não é capacho, eu não fui capacho. Aí eu peguei a tramontana. Talvez tenha abusado, minha família, meu irmão mais velho me criticou. Mas você era presidente. Eu disse: Não, mas eu não era ministro escravo, eu aceito ser ministro enquanto eu também for respeitado. Então foi o que aconteceu eu escrevi uma carta malcriada pro presidente, aqui mesmo. “Presidente, disse-lhe desde o princípio que só tinha um sentido, entendeu, a minha ida para o Ministério que era tirar a Lei Orgânica da Previdência Social dentro do congresso, disse mais ao senhor, entendeu, quando se tratou do provimento dos cargos que eu só tinha três compromissos morais, que era designar para aqueles cargos de maior relevância, três homens que têm altura para dirigir a Previdência, que têm qualidades.” Uma coisa assim mais ou menos. “Já que houve essa modificação sem eu ser ouvido eu preferi apresentar ao senhor a minha demissão.” Foi isso, seca. Um pouco malcriada. Ele sumiu três dias, era danado, Presidente da República, ele percebeu que eu telefonei e queria falar com ele e percebeu que eu estava irritado, ele não me atendia, três dias. Afinal ele chegou não sei de onde parece que ele tinha viajado, o oficial de gabinete dele me telefonou e disse: “O Presidente recebe o senhor hoje.” Eu fui lá, para biblioteca dele, aquela saleta. Aí eu entrei ele olhou para mim e disse: “Batista, que tempestade em copo d’água é essa que você está fazendo”. Eu disse: “Presidente, eu não estou fazendo tempestade em copo d’água, o que aconteceu é aquilo que eu disse na carta.” “Mas eu não recebi carta nenhuma.” Eu disse: “Sim, mas eu mandei.” “Mas o que você disse na carta?” “Eu disse Presidente apenas isso, aquilo que muitas vezes eu disse ao senhor, que não tinha sentido para mim o Ministério do Trabalho se não fosse para tirar a Lei Orgânica, e na hora do provimento dos colegiados o senhor me consultou e me perguntou se eu tinha compromissos. Eu disse para o senhor que naquele porções de cargos que tinha aí, parece que eram 21 naquele tempo, nessa porção de cargos que tinha, eu tinha três homens que deram sangue e saúde e o senhor me altera isso de noite ou deixou alterar. Quem foi o moleque que fez isso presidente? Eu quero dar um peteleco nesse moleque na tribuna da Câmara.” “Ele ficou ...” “Não, não havia razão para isso, você devia falar comigo primeiro, antes de escrever carta, ele não havia mesmo recebido a carta.” Eu estava ... Eu perdi a tramontana mesmo foi, meu temperamento às vezes não me ajuda mesmo sabe, mas eu estava apaixonado, quem tinha dado o que eu havia dado, eu não queria colocar três filhos ou três amigos ou três parentes, mas três escravos da Previdência com uma vida dedicada à Previdência e que eu reputava dos melhores elementos da Previdência, para evitar que houvesse [TI] das nomeações políticas que fossem avacalhar aquilo antes da hora, era essa a minha preocupação e eu perdi a tramontana. Aí eu disse: “Está bom”. Ainda foi delicado comigo. Eu disse: “Há jeito”. “Mas porque você não falou comigo antes.” “Não deu jeito de falar com o senhor antes.” Eu disse: “Mas o senhor repara, há jeito de reparar ainda.” Ele disse: “Não, agora não tem mais reparação.” Então Presidente, então está bem, eu vi coelho atrás, então o senhor tem meu cargo à sua disposição”. Levantei para me despedir ele perguntou: “Quem é que você acha que deve ser seu sucessor, me dê uma idéia”. Ele foi delicado. Eu disse: “O Aluizio que é o meu, que é o chefe, o diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, era um homem de linha, de alta linha no setor do trabalho, outro departamento, não é, ele presidente agora é fim de governo. Ele disse: “Está certo. Agora você está, você sai magoado.” Eu disse: “Saio presidente, eu preciso dar uma, eu preciso dar uma coçada no moleque que fez isso. Eu não sabia que tinha sido ele. Foi ele, era ele, foi ele, ele deixou. Naquela noite que eu saí do Palácio foram os pedidos. E sabe como é a gente que vive perto do Presidente, que janta com ele, é um perigo. Jogou, “Presidente

o senhor vai tirar o Moacyr Veloso e pôr aquele homem do IAP...” ele era parece dos bancários, pôr esse, nem me lembro mais o nome dele, era um homem trabalhador, mas não tinha o gabarito do Moacyr, jurídico não tinha, muito longe e nem, eu acho e nem o outro gabarito, o moral entendeu. Eu disse: “Está bom. É só isso que eu quero, o senhor me desculpa”. Então fui seco, me deu a mão e me despedi bravo.

MC - É interessante que o senhor está dando uma visão da sua saída do Ministério que não bate, com a versão que existe no dicionário de história. No dicionário de história biográfica, a versão que se coloca é a seguinte, que houve uma greve dos marítimos em [19]60, em que houve uma repressão policial, e o senhor se colocou contra a repressão policial, e aí o senhor saiu do Ministério.

JB - Meu Deus, como se faz história ...

MC - A saída do Ministério do Trabalho foi causada por uma greve racional dos marítimos que teve dura repressão por parte de tropas federais. Não tem nada a ver com isso?

JB - Nada, nada. Nossa Senhora e os meus netinhos queridos. Mas foi isso. Aí eu fui para Câmara reassumir no dia seguinte. Aí o PSD e o PTB ficaram restritivos comigo, não queriam que eu tivesse esta atitude, a Ivete veio aqui me comunicar que havia sucessor para mim, entendeu. “Eu já sei. Eu já falei com o Presidente é o próprio Alírio está certo.”

MC - O Alírio era do PTB também.

JB - Quem?

MC - O Alírio.

JB - Não, era um técnico, mas era um homem de nível bom, muito bom nível. Aí eu fui e queria tempo para me explicar. Eu estava mesmo, eu estava cansado, esgotado. Eu tinha gabinete aqui em São Paulo, gabinete no Rio e gabinete no avião. Porque não havia tempo, era muita coisa, era mudança naquele ano também, fizemos a mudança para Brasília, problema habitacional que era horroroso, com invasões, a gente não tinha sossego para nada, três problemas seríssimos, moradia com escassez terrível de habitações, mudança com aquelas tensões todas, a Lei Orgânica da Previdência em cima de mim, fora os outros problemas, mas eu estava mesmo muito agastado, mas não foi por isso eu fiquei muito sensibilizado, achei que o Presidente tinha sido deselegante comigo, é isso. Eu pensei que fosse um oficial dele, eu desconfiava do chefe de gabinete, que derrotado na reunião, ele vingou-se de mim, está bom, também agora os peões aqui eu mudo e mudou, deve ter sido ele. Mas fui para Câmara, o PTB nem o PSD me deram tempo para eu me explicar, mas aí o Adauto Lúcio Cardoso que era nascido, que mais tarde foi presidente da Câmara e eu primeiro vice-presidente dele, ele veio para mim, nós nos dávamos muito bem, entendeu, o Adauto que saudade dele, ele disse: “O Batista eu vou arranjar um tempo da UDN, ele queria se vingar. Eu disse: “Eu aceito, você me dá na hora da UDN, e eu preciso dar uma lavada nessa gente, eu não aceito isto assim.” E fui na tribuna e dei, entendeu, contei toda a história como foi, foi isso. Agora houve uns apartezinhos do Juruna, aquele que foi cassado, Juruna não. Abelardo não, outro o Abelardo. Foi cassado, correram aqueles boatos, que eu me demiti porque eu tinha interesses outros no ministério e que eu tinha nomeado muita gente. Uma série de

explorações, meu Deus do céu, eu disse: “Não é nada.” Encerrei todo o episódio com esse discurso e nunca mais falei no assunto.

MC - Já que o senhor está colocando a questão do Ministério do Trabalho, colocando a sua atuação também como Ministro do Trabalho em relação à LOPS, eu gostaria que o senhor voltasse a colocar para a gente, já que o senhor falou, já na seção de ontem, como é que o senhor chegou a ser Ministro do Trabalho?

JB - Eu cheguei a ser Ministro do Trabalho conforme eu disse, porque eu era trabalhador. Uma pequena piada. Pelo seguinte: eu quando fui eleito, eu não tinha nenhuma tradição política, eu vinha de um jornal, tinha sido redator chefe, advogado, redator chefe da *Folha da Manhã* e me elegi a presidente da rádio Excelsior de São Paulo que era da *Folha*, eu fui presidente, que eu lancei, fui eu que lancei um convênio com a rádio Nacional de São Paulo, para poder levantar um pouco a rádio Excelsior, havia um convênio. Mas como é que foi, como é que foi mesmo a sua pergunta? Por que ... Ah! Eu, Quem chega na Câmara assim fica meio às tontas à procura de um caminho, o que eu vou fazer, vou fazer política de tribuna, não era meu feitio, eu no fundo sempre me senti um homem relativamente tímido, eu só sou audacioso, quando me provocam, aí eu reajo, é a reação do tímido, mas eu não era homem de muita tribuna não, não gostava de tribuna e não gostava também daquela altercação, daqueles debates muito violentos, eu não queria fazer adversário, nem inimigo, minha formação cristã me ditava sempre ...

## Fita 6 - Lado B

LO - O senhor estava falando que a sua formação cristã ...

JB - Sim. Sempre me aconselhava, me induzia a viver bem com os parlamentares e eu na tribuna era agressivo, eu tinha descoberto isso em mim, observação de amigo: “Batista, você é tão liano, é tão cortez na conversa, na intimidade, quando você vai para tribuna, você parece uma fera.” Era curioso isso, como se dissesse, era o tímido que tinha receio de ser superado, então ele avançava, agredia, antes de ser agredido eu tinha qualquer coisa assim, não com estas cores, com este colorido, mas com uma nuance, mas então eu achei, tenho que sair trabalhando o que eu sabia fazer bem, era bacharel, sabia estudar, era estudioso e a experiência jornalística ajudava, então eu disse, descobri o filão, disse, é essa Lei Orgânica. Não, não, não era a Lei Orgânica, mas isso era em [19]56, mas em [19]54 não tinha Lei Orgânica, mas tinha o BNDE, o projeto do BNDE que me foi oferecido para que eu fosse o relator pelo deputado Odilon Braga.

MC - Odilon Braga.

JB - De saudosa memória, era da UDN, ele presidia como substituto, a comissão de finanças uma vez me chamou e disse: “Olha, tem esse projeto do BNDE, muito importante apesar de não ter aparência, brincou comigo, que era uma autuação de uma folha, uma mensagenzinha do governo, vi aquilo e nem dei importância, aí comecei a ler depois em casa, estudar e disse: “Olha, isto aqui é um projeto que merece uma dedicação,

metas de presidente, umas das grandes metas do presidente só se executaria, se cumpriria através do BNDE, indústria básica aquela coisa toda, era prorrogação por dez anos.

MC - O senhor poderia detalhar um pouco mais o que era esse projeto por favor?

JB - O projeto tratava justamente de prorrogar por dez anos a existência do Banco de Desenvolvimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento e ele, o projeto tratava da criação de umas alíquotas de impostos que iriam constituir o fundo, as reservas para o banco desempenhar as suas atividades, com relação à indústria básica, ao fomento da indústria básica. Era isto em essência. Mas então eu peguei, estudei e falando com o líder eu disse: “Olha, eu quero um contato com o presidente do banco, do BNDE” e tive esse contato. O Ulisses era presidente na fase de aprovação e nesse contato eu acertei, eu escolhi um assessor, que não era um economista, mas era um moço muito inteligente, filho do professor Lourenço Filho, depois teve um fim trágico, suicidou-se, não sei porque até hoje, mas talentoso. Me assessorou filialmente, ele era muito mais moço que eu, e fraternalmente, estudava comigo, fizemos todo o plano que tínhamos que desenvolver para aprovar o projeto, tinha que tramitar pelas comissões, saber finanças, aquela coisa. E houve muita oposição de certos setores ao projeto, inclusive da UDN entendeu, inclusive gente do PSD como o Lafer que veio falar comigo. “Batista, é muita coisa prorrogar esse banco por dez anos, essas medidas todas, esses fiscais que são impostas aí, para fazer as reservas, constituir as reservas que serão base para a operação do banco, tudo isso eu acho que você devia meditar por cinco. Mas eu achava que se eu era governo e o presidente pedia dez eu devia dar dez, aí era questão de opção e aceitei a tese. E fiquei estudando a coisa, estudei vários meses e levei à tramitação, quando chegou na parte final, aprovado na Câmara, aprovado no Senado, voltou para a Câmara, surgiu também um mundo de emendas e o líder da maioria que era o Vieira de Melo, não entendia muito do assunto, porque estes projetos básicos de certa importância que versam sobre matéria econômica ou técnica, matéria assim mais complexa, em regra o líder raramente entra no mérito, nem pode, nem ele tem tempo, ele tem que coordenar, na sua liderança, tem que coordenar a sua bancada, entendeu, e defender aqueles projetos de interesse do governo mas de uma maneira um tanto superficial, com muita atenção para os aspectos políticos da situação e o Vieira era ótimo orador, mas o Vieira não entendia muito da matéria, na votação final do projeto na Câmara. Depois que veio do Senado fui eu que liderei, eu subia a tribuna não sei quantas vezes, foram dezenas de vezes sustentando cada emenda, nas comissões tinha aqueles debates, acessos com Guilherme Machado mesmo. O Guilherme não foi, o Guilherme me criticou, o Último de Carvalho do governo aí que estava, gente do governo Lafer, Último de Carvalho, eles guerreavam o projeto, eram contra o projeto, que oneravam as impressões fiscais, não encontram muito apoio nas áreas conservadoras em pelo menos muitas áreas das áreas conservadoras que ... é ônus, é ônus para o produtor, para o fazendeiro, para o industrial, para o comerciante e o Último fez um discurso bravo, ele era dissonante, barulhento. O mais engraçado foi um incidente que eu tive com ele, posso contar? Pelas tantas ele se exacerbou zangado, e eu num certo momento eu pedi licença para um aparte e disse: “Me estranha muito que vossa excelência, um homem, um próspero do PSD do partido que apóia o governo está aí nessa posição, nesse posicionamento tão hostil ao governo, ao projeto do governo que é vital como instrumento das metas de Juscelino ...”

LO - O senhor pode continuar. Estava falando da lei ...

JB - Veio o episódio. Aí o presidente vira-se para mim e disse: “Eu não posso concordar, eu acho que vocês não devem aprovar essa lei, não podem aprovar essa lei que é muito onerosa, coisa assim”. Houve um pequeno incidente aí, o Juscelino disse: “Eu não quero que se aprove essa lei.” Fez assim ó ... Juscelino era autoritário também. Eu não quero, não quero, não quero, Falcão tem razão. Aí eu fiz assim também para ele ó ... Eu vou tocar presidente. Um pequeno incidente. Fiz para ele assim também, para ele saber que eu não tinha medo dele, “Eu vou tocar presidente, eu não posso dar meu voto, não posso porque presidente, eu nunca votei, deixei de votar aquelas leis que se refiram a reivindicações dos trabalhadores, foi toda minha linha, eu fui eleito por trabalhador. Em São Paulo eu fui eleito por gente, ferroviário, gente que amanhecia nos trens.”

LO - O Ministro que antecedeu o senhor, parece que tinha feito uma lei prorrogando o prazo dos líderes sindicais, que eram os presidentes dos sindicatos. O senhor revogou a prorrogação do prazo e obrigou a existência de eleições.

JB - Aí eu não estou me lembrando.

MC - Deixa eu colocar de maneira mais clara. O Ministro Fernando Nóbrega ele durante um tempo promulgou um decreto-lei, eu não sei ... Em que adiava as eleições para os sindicatos. Fazia permanecer nos sindicatos as mesmas lideranças sem haver renovação através das eleições, isso foi até [19]60 quando o senhor como Ministro do Trabalho revogou esse decreto-lei.

JB - Aí eu não me lembro.

MC - O senhor não se lembra não. Pelo que parece ... É, na época do Juscelino ...

JB - Devia ser, devia ser lei, devia ser um decreto, decreto ...

MC - Parece que na época do Juscelino ascendeu, havia uma certa ascensão do movimento sindical e principalmente das lideranças de esquerda.

JB - Tenório, aquela turma, o Falcão, o Dante Pellacani, aqueles líderes do porto ... Batistinha ...

MC - O senhor lembra do Batistinha?

JB - Me lembro, é, me lembro. Os nomes assim me escapam, que eu lidei com tanta gente ...

MC - Era o Hércules Corrêa ...

JB - É, o Tenório estava ali naquele tempo.

MC - Então, havia assim uma ascensão da liderança sindical ...

JB - Waldemar, de Santos, que era terrível.

MC - Portuário.

JB - É portuário, da estiva lá. Ameaça assim. Aquela gente me fez sofrer muito e eu como Ministro do Trabalho atendi 99% das reivindicações dos trabalhadores. Quando neguei uma eles se irritaram comigo, e me disseram que faziam parar o país em 24 horas. Eu tive um acesso, aí eu xinguei. Atendo vocês 99 vezes e quando uma eu não posso dar, porque o Presidente se nega e o governo não pode. Não me lembro o que era. E vocês me ameaçam de parar o país em 24 horas. Aí eu disse, uns xingos. Não quero repetir.

LO - O senhor lembra, ou tem ainda na memória que o deputado Armando Falcão, que foi o deputado Armando Falcão quem fez um projeto de lei propondo a direção colegiada nos anos [19]50 para Previdência Social?

JB - Não lembro disso. Se foi ele, morreu na cesta.

LO - Eu queria ainda voltar ...

JB - Mas essa lei veja bem, essa lei de [19]58 que eu fui também, esse projeto, e foi que eu incorporei, foi daqueles projetos que eu reuni para depois pôr no substitutivo. Mas não, dar aposentadoria por tempo de serviço somente aos bancários mas generalizando. Todos os trabalhadores têm direito. Por que só bancário, não é? Ou não dá para ninguém ou dá para todos.

LO - Ainda com relação ao período da aprovação da LOPS no Senado, no tempo em que ela estava no Senado, o senhor lembra da participação do senador Lima Teixeira, parece que ele foi decisivo ...

JB - Eu me lembro do Lima. O Lima foi solidário, quer dizer, solidário assim de pouca prosa né, que ele não era um homem combativo, mas era um bom elemento.

LO - É, o senhor falou também que logo após a LOPS ser aprovada antes da sanção, houve algumas tentativas de veto de gente com calma é, algumas dessas tentativas. Eu queria saber se o senhor se lembra de alguma tentativa de veto por parte do DASP, do IAPB, ou do próprio Ministério do Trabalho. Veto de última hora à LOPS.

JB - Especificamente assim eu não me lembro. Porque eram tantas, eram tantos os memoriais, entendeu, e as objeções. Uma das grandes objeções era esse custeio, não é, custeio. O plano de benefícios do projeto do substitutivo do Batista Ramos é um plano audacioso, avança muito o sinal, não há recursos para isto. Isso era uma celeuma, isso era mesmo o Aluizio. O Aluizio era e a UDN e o PSD eram contra.

LO - O Moacyr Veloso não era contra, não.

JB - Era tecnicamente.

LO - Tecnicamente ...

JB - Ele não era homem de me enfrentar.

LO - O regulamento elaborado pelo senhor, pelo Moacyr Veloso e as pessoas que o senhor citou, ele não alterava substantivamente alguns trechos da Lei Orgânica da Previdência

Social. Ele foi só um regulamento adjetivo, ou ele chegou a alterar substantivamente alguns pontos?

JB - Olha, isso é uma pergunta difícil de responder, só vendo em caso concreto. Porque, porque foi tanta coisa versada na Lei Orgânica. A Lei Orgânica tem 163, 193, 180 dispositivos e o regulamento tem 540, 515, não sei, mais de 500. Quer dizer, pode ser que sim, o regulamento a rigor, o regulamento de uma lei de acordo com a constituição, quando ele é feito pelo Governo Federal, pelo presidente, por exemplo, no caso de uma lei federal, ele deve ser para fiel execução da lei, é o texto de constituição, regular o regulamento para fiel execução da lei, logo ele não deve ficar aquém, nem ir além do texto. Daquilo que o texto contém do seu conteúdo, não é isso? Não é um decreto de competência federal é um decreto regulatório é diferente. E às vezes mesmo nos regulatórios entendeu, eles criam direitos, é muito comum isso. Pode ser que tenha acontecido, mas ele ...

LO - O senhor falou um exemplo, eu teria um exemplo. O caso do regime de Previdência Social que foi criado pela LOPS, regime único, unificado para todos. O regulamento revigorava todos os outros seis regimes anteriores, na medida em que garantia que aquele trabalhador que tivesse ligado ao IAPI teria todos os direitos do IAPI.

JB - Isso foi da minha lavra.

LO - Quer dizer, o senhor criou sete regimes diferentes de Previdência Social.

JB - Não. Olha aí. Olha o nobre advogado me atentando, atentando contra mim. Não. Aí não. Não, Otávio, não foi. Porque na hora de se criar uma nova lei o advogado, o jurista, o legislador se depara com um problema sério, a lei deve entrar em vigor logo após a sua publicação, é um dispositivo legal, e a lei posterior revoga a anterior, é outra regra. Então entrando a Lei Orgânica em vigência a partir de 1960, no dia e mês que dela consta, era preciso atentar para esses aspectos jurídicos. Como iam ficar os segurados dos vários institutos que vinham em regimes diversos ? Cada um tinha um plano diverso. A unificação urgia portanto que se desse uma solução para essas situações anteriores. Se não me falha a memória, e aí eu sou obrigado a tomar um café novamente em júbilo, se não me falha a memória faz 20 e tantos anos, eu tinha dito neste dispositivo seguinte aplicam-se, ficam mantidos os direitos anteriores dos institutos, isto é, o direito do segurado dos institutos fica mantido, a não ser quando a nova lei o beneficie, então ele pode fazer a opção, eu fiz questão de pôr esse dispositivo, não sei como está na lei. Você quer ver. Você quer ver se acha aqui, é no fim. Isto aí. Um pouco. Só que os meus óculos aqui não dão. Mas deve ser um dos últimos artigos. Só que não dá para eu ler. Aqui nas informações gerais. A atual Caixa dos Servidores, enquanto os atuais ... Enquanto não ficar ... dentro de 60 dias o Presidente da República. Temos aqui não um direito adquirido, que não é um direito adquirido ter direito a uma aposentadoria, por exemplo. É uma expectativa de direito juridicamente, é preciso forçar muito os princípios jurídicos para chamar de expectativa de direito, de direito adquirido. Então eu fiquei então face dessa situação como fazer com os direitos e expectativas. Com a expectativa de direito em que está o segurado do IAPC, do IAPTEC, do IAPB, do IAPM e do IAPI, eles então ficam com os seus direitos, de se aposentar, por exemplo, se for o caso, de aposentadoria por tempo de serviço, de se aposentar de acordo com o tempo exigido pela lei que os rege, agora se entretanto a Lei Orgânica for mais benéfica a eles, eles podem optar pela Lei

Orgânica, é assim que eu pude conciliar. Isso deu largas discussões com meus sucessores, mas prevaleceu essa idéia.

LO - O senhor falou, o revogado, disposições ao contrário, parece que isso foi colocado meio de última hora também, quer dizer, não estava certo de que essa Lei Orgânica iria revogar ...

JB - Não. Mas tinha que revogar as questões em contrário. Toda lei isso é de praxe, se o legislador não puser entendeu, qualquer pessoa que pegue a lei põe.

LO - Não foi o que aconteceu no caso da LOPS, quer dizer, uma pessoa pegou e colocou de última hora.

JB - Sim. E se não pusesse não havia mal também. Porque é uma expressão que bem analisada não tem grande fundamento. Revogam-se as disposições em contrário. Porque se a lei mesmo sem esse dispositivo, num certo dispositivo, revoga uma lei anterior, se a lei anterior e se se revoga uma lei anterior por uma lei nova, se revogou a lei anterior. Revoga-se as disposições em contrário é uma, é tipicamente aquilo que nós chamaríamos usando a linguagem popular, é tipicamente chover no molhado.

LO - Eu tenho ainda com referência à LOPS uma questão, quer dizer, nós sabemos que a LOPS duplicou a Lei Orgânica da Previdência Social aprovada em [19]60, ela duplicou o auxílio natalidade em dois salários mínimos.

JB - Dois e dois, dobramos tudo.

LO - Dobrou o auxílio natalidade, as aposentadorias, as aposentadorias melhoraram muito, as aposentadorias eram contabilizadas a partir do último ano de trabalho que poderia gerar até uma certa fraude, de contribuir com mais e as aposentadorias eram iguais ou quase igual ao salário que o sujeito recebia, a mesma coisa em relação às pensões que ficaram quase iguais, os critérios para cálculo de benefícios eram muito simples e muito abertos, muito fáceis talvez de burlar mas também muito justos para com o trabalhador, salário de contribuição, era o último ano de salário de contribuição que daria a aposentadoria, introduzia a aposentadoria por tempo de serviço, a LOPS parece que também previa gastos com despesas de hospedagem, transporte dos trabalhadores. Ora, essa série, esta lista de benefícios ela tinha em contrapartida uma lista de contribuições que pudessem garantir isso, quer dizer, agora eu não estou defendendo o argumento atuarial, mas eu estou recolocando a questão para o senhor.

JB - Não, mas você está, aí Luís Otávio, você está colocando esta questão que você está dizendo que não está colocando. Está dando uma de bacharel perigoso. Aí isto está preso à questão básica, aí para mim não é saber se há uma receita específica para cada benefício específico, se há, por exemplo, uma renda específica para aposentadoria por tempo de serviço, se há uma lei específica, uma reserva, se há recursos específicos para uma aposentadoria especial, não é isto, não se podia fazer isto na Previdência, não havia jeito. Nós tínhamos que fazer uma lei global, quer dizer, os benefícios são estes: tais, tais, como você enumerou. Agora o custeio é global, o custeio vem de várias origens: contribuição de empregado; empregador; do governo, digamos tripartite. E assim vem a cota de Previdência chamada a antiga cota de Previdência, depois mais outras parcelas vindas da loteria, outras parcelas tiradas também ao Jôquei e assim por diante, mas elas formam

então um fundo, este fundo é para atender inespecificamente, não especificamente aqueles benefícios todos, cada um de acordo com a sua definição contida na lei, entendeu, se não compreendeu ou não entendeu, ou discordou, retruque porque eu sou discutidor.

LO - Eu queria era ouvir realmente o seu argumento para ficar registrado, mais uma vez. Agora em todas as questões, quer dizer, efetivamente a LOPS avançou em muito na questão da definição de seguridade social do trabalhador brasileiro, mas por que a LOPS não tocou na questão da legislação de acidente de trabalho?

JB - Acidente de trabalho. Vamos ver se eu me lembro naquela ocasião, mais tarde ...

LO - Que ainda era privatizado, naquele momento a LOPS não cita a questão do acidente de trabalho.

JB - Aquele problema da amplitude. Qual a amplitude ideal de uma Lei Orgânica? Eu acho que essa amplitude cingiu-se no caso específico do nosso substitutivo da Lei Orgânica, ela cingiu-se, essa amplitude cingiu-se apenas àqueles setores afins. Aposentadoria por tempo de serviço pra os seis institutos, aposentadoria por invalidez pros seis institutos, aposentadoria especial pros seis institutos, auxílio reclusão pros seis institutos, auxílio funeral pros seis institutos, quer dizer, nisto há um elemento comum que autoriza a generalização mas se fosse por acidente, ou acidente já difere um pouco do plano previdenciário, quer dizer, podia pôr, mas de certa forma postiza no momento, pelo menos no momento. Porque veja bem o acidente é aquela eventualidade, aquilo que acontece ao trabalhador imprevisivelmente no seu trabalho, ele machuca uma mão, machuca um pé não é, enfim é vítima de um acidente conceituado universalmente, mas então isto é mais caracteristicamente, é um fenômeno, vamos dizer assim, é um fato que pertence a uma categoria diversa acidente do trabalho é uma coisa, agora ao lado do acidente há uma figura, uma figura parecida, aparentada na Lei Orgânica, que é a invalidez não é, porque se o acidente gera invalidez provisória ou definitiva ele cai na Lei Orgânica.

LO - Mas seguro de acidente de trabalho é considerado internacionalmente um seguro social.

JB - É seguro social, sim, mas quando o seguro social o IPASE era seguro social também, tinha aposentadoria social, só que era estatal, previdência estatal, só era estatal. Agora, então a rigor não havia necessidade de juntar acidente de trabalho com a Previdência, a rigor não havia, podia também como depois foi incluída, não foi. Não foi incluída depois. O acidente foi incluído. Mas naquela ocasião já era muito o que estava fazendo. O que estava fazendo para nós já era, com as objeções que nós ouvíamos, agora botar mais o acidente dentro ali. Se era invalidez por acidente. Agora sim, depois eu não me lembro bem como é que está a lei de acidente agora, mas ele está dentro da previdência.

LO - Não, hoje ele é estatizado. Foi estatizado com INPS em [19]67. Agora a estatização do seguro de acidente de trabalho estava no projeto do Aluizio Alves, isso é que é curioso, ele é retirado da Lei Orgânica da Previdência Social. Se lembra, por que foi retirado?

JB - Aí entrou o consenso. Não foi pessoalmente nada de pessoal meu. O acordo que se fez no momento era apenas entre os seis institutos, não pudemos nem por o IPASE entendeu, então também o acidente não se pode por, porque ainda não havia uma certeza

do quanto aquilo poderia significar sob ponto de vista financeiro. Sempre o problema do custeio era a guerra. Será? Será? Não é, porque afinal se pusesse o acidente de trabalho também na Previdência ...

### Fita 7 – Lado A

LO - Ministro, o senhor me dá a liberdade então, eu estava colocando, de discordar do senhor, com relação ao seguro de acidente do trabalho. Que a Companhia Sul América de Seguros que detinha o monopólio durante muito tempo, e depois continuou a exercer, sem monopólio, o seguro de acidente do trabalho, ela trabalhava com o seguro que dava lucro. Quer dizer, ao contrário de ser um ônus, ele ainda dava lucro ...

JB - Era a crítica ... Agora, não se pode pôr por essa explicação geral que eu já dei em várias oportunidades. Colocar os seis em uma legislação só, com um custeio único dos seis, entendeu, já era um avanço muito grande na Previdência. Era esse o argumento. Não vamos mais por pingentes na Previdência. Naquele momento é o que pensaram. Não vamos por mais, porque mais um problema que nós ... vão aumentar as dúvidas a respeito do custeio. Haverá recursos para isto? Porque o seguro por acidentes, o acidente acaba sendo uma prestação.

LO - Mas ele é um seguro que é pago pelo empregador?

JB - Sim, mas onerava. Que o empregador já estava onerado com a sua contribuição. Aí ele tinha ...

LO - Mas esse empregador já pagava, só que ele pagava à Sul América. Ele pagava a uma empresa privada?

JB - Sim, mas podia. Eu não estou negando que pudesse constar ... Entendeu? Eu não nego que pudesse constar. Podia por. Podia por no IPASE e também não se pôs. Podia por, mas se você pensar um pouco, ele podia entrar para os domésticos ... Também não se pôs. Agora depois, podia ser os rurais. Não se pôs ...

MC - Mas será que não havia uma pressão por parte das empresas privadas de seguros no sentido de não estatizar? O senhor se lembra de um *lobby*, de repente até a gente poderia classificar assim, um *lobby* das empresas privadas?

JB - Também! Havia o lobista, também, trabalhando, mas não é isto que decidiu. Aí o lobista pode ter o seu êxito não só com relação a isto, porque ... Tivemos que descobrir o IPASE, os rurais, os domésticos. Tudo isso foi, e também excluída a Previdência Social, excluiu-se da Previdência Social. Se excluiu não, não se incluía o acidente, ainda que já se reconhecesse àquele tempo que era o acidente uma fonte de grandes receitas, grandes rendas, para as empresas seguradoras. Mas não havia elemento. O Congresso não tinha elemento para juntar mais peso, entendeu? No prato da balança que representava os ônus. Esse é que era o problema. Filosoficamente, juridicamente podia-se ajeitar quando, como depois se ajeitou, incluir. Mas já era tão pesado o fardo da Previdência. Eu não estava dizendo: Não queria que o Jóquei contribuísse, não queria que loteria contribuísse, não queria aumento de contribuição. Era uma frente única contra o aumento de contribuição.

Como é que podíamos pôr mais coisas? Porque depois daquele momento ... É preciso sempre julgar as coisas, Luis Otávio, dentro das contingências do tempo. Em cada tempo é possível fazer uma coisa, dentro das contingências do tempo. Em cada tempo é possível fazer alguma coisa, e não mais. Às vezes, hoje o que para você e para mim parece claro, entendeu, que uma instituição devesse ser assim ou assado, àquele tempo não era. Não havia condições legislativas, quer dizer, não havia estrutura nem parlamentar para isso, porque ... Eu só não fui chamado de santo, Luiz Otávio. Viu Marcos? Só não me chamaram de santo. Eu fui, houve quem me chamasse de protetor de bandidos, porque eu queria aposentadoria especial, uma pensão para a família daqueles que haviam delinqüido. Não era incentivar delito, era a família, era a criança. Éramos movidos por interesses válidos, humanitários.

MC - Doutor Batista Ramos, eu queria que o senhor nos colocasse um pouco a questão de como foi a discussão sobre a parte da assistência médica nesse período de formulação da LOPS. O senhor se lembra se houve alguma discussão em particular da questão, específica da questão da assistência médica, já que até então só alguns institutos prestavam assistência médica e outros não? E com a LOPS ...

JB - Aí entra o problema, de novo o problema do recurso, não é? Por exemplo, era sabido que os bancários, por exemplo, tinham um serviço muito melhor, assistencial. A Previdência tem o setor propriamente do benefício, a área do benefício. E tem também a parte assistência. Essa é assistencial. Na assistencial pesa mais ainda. Ela é mais um ônus. Então tudo você vê que na contingência legislativa às vezes esbarra no problema dinheiro para atender aquilo que se quer ou que se reivindica. Então era restrito o serviço, e o argumento era esse, que não havia recursos. Não tinha nem para pagar os benefícios básicos, quer dizer, os benefícios que eram pagos aos trabalhadores porque eles contribuía, também, contribuía de maneira ponderada para ... Não se tinha certeza de que esse custeio pudesse ser mantido. Havia dúvida. Quer dizer, a assistência médica sofria restrições, que a lei estabelecia, se não me engano, se a memória não falha, eram 20 ou 25%, não é? Da receita do Instituto deviam ser dedicados à assistência médica. Era muito restrita. Muito restrita a receita para a assistência, e com aqueles outros problemas que vocês conhecem, as dificuldades, uma série de coisas, deficiências de administração, tudo isso. Há muito. A assistência médica, ela é muito deficiente, mas já existe ... Era o nada que já existe hoje. Foi uma vitória. Mas naquele tempo era mais restrito, que os tais 20 ou 25% não davam ...

MC - Sim, mas pelo que parece a LOPS, ela ampliou, quer dizer, ela obrigou a certos institutos que até então tinham uma tímida assistência médica a ampliar seus serviços. O senhor se lembra assim de uma discussão específica sobre essa parte?

JB - Não, não me lembro não. Eu nem tenho ela aí na mão, estou falando de memória.

MC - Sim, mas na memória o senhor se lembra de uma discussão no parlamento, quer dizer, na Câmara sobre a questão da assistência médica, de ampliar a assistência médica?

JB - Houve. Discutia-se muito. Discutimos muito. Ampliar, ampliar. As idéias já existiam, entendeu, mas os recursos não existiam.

MC - A discussão era em cima de ter recursos?

JB - Era. E nós estávamos numa fase muito nebulosa na Previdência, nós não sabíamos a quem atribuir aquelas deficiências em matéria de benefícios que se pagava aos trabalhadores segurados. Nós não sabíamos a causa. Era porque a contribuição era deficiente, era devido ao fato dos empregadores viverem atrasados e não pagarem, entendeu. Era devido ao governo não pagar a sua dívida que se acumulava ano a ano, entendeu? Havia uma série de dúvidas e problemas difíceis que nós não tínhamos elementos estatísticos, dados. Tínhamos de trabalhar assim, na base da fé. Da mesma forma que a UDN e o PSD, entendeu, e o projeto Aluizio haverem, da mesma forma que eles cortaram a aposentadoria por tempo de serviço, não incluíram, dessa mesma forma, que eles fizeram isso, também não se sabia, entendeu, não se sabia nada, a respeito realmente de como, onde estariam os recursos para atender à assistência médica. Não se sabia nem se podia atender àqueles benefícios que estavam na Lei Orgânica, muito menos agora se ampliasse a lei de 20 ou 25% da receita, não é, o atendimento à assistência médica.

MC - Quer dizer, nesse período que está se, que está tramitando o substitutivo, Batista Ramos, os institutos ... Como é que está a situação financeira dos institutos? Havia muito uma colocação da crise financeira?

JB - Naquele tempo?

MC - É.

JB - Naquele tempo, na Lei Orgânica nós pusemos que o governo suplementaria todas às vezes ... Que o governo não ficou com um percentual fixo de contribuição. Era assim o empregado e o empregador, mas o governo entraria sempre com o déficit, só responderia, se não me falha a memória, responderia pelas despesas de pessoal.

MC - Administração.

LO - Custeio principalmente, e administração e déficits.

JB - Mas não benefícios. Mas quando houvesse um déficit na receita de benefícios o governo entrava para suplementar. Era a solução que se deu. Porque, veja que solução de insegurança.

LO - Sem saber ...

JB - O problema é saber o quanto vai ser. Não havia previsão, porque nunca funcionou. Aquela questão de reserva técnica, isto é coisa de brincadeira, conto da carochinha. Nunca funcionou.

MC - Como é que estava esta situação dos institutos, financeiramente?

JB - Má. Porque o governo, os empregadores não recolhiam as suas contribuições como deviam. Muitos setores negavam-se a recolher. Os empregados é que arcavam com a sua contribuição porque eles eram descontados em folha. A União com os seus grandes atrasados, entendeu, que eu procurei consolidar na Lei Orgânica através daqueles títulos, não é, do Tesouro Nacional, ficariam depositados no Departamento Nacional de

Previdência Social, coisa assim. Mandeí pôr isso lá, entendeu. E fizemos assim para salvar a cara pelo menos, por enquanto salvar a cara. Depois a gente salvava o resto do corpo.

LO - O senhor acha que a pressa na aprovação, na pressa de aprovar, quer dizer, que ele ficou parado, sem estudar. De repente em seis dias, numa semana, deu a louca ...

JB - Deu a louca ... Não, não deu a louca. Eu era sensato. Eu não. Não deu a louca, não. Sabe o que é que ocorreu ... Tudo na vida tem um momento de maturação. Também a lei tem. Há um certo momento em que ou você faz a coisa ou não faz. Se você largar, fizer corpo mole, e quiser emprestar o seu ritmo àquilo que está rodando a sua frente, você perde a parada. Eu ou ia num marche-marche firme, entendeu, para resolver o problema, ou eu abandonava aquilo, como o Aluizio abandonou. Fez o brilharete dele, fazendo um estudo bonito, doutrinário e morreu. Foi o epitáfio da Lei Orgânica. Segundo epitáfio, porque ninguém mexia, não tinha coragem. E a UDN não queria. O PSD não queria e ninguém queria quase. Era preciso um audacioso.

MC - Ministro João Batista Ramos, como é que foi a situação de negociação do pagamento pela União da dívida que havia na época, quer dizer, a União tinha uma dívida para com a Previdência. O senhor parece que como Ministro do Trabalho negociou essa dívida conseguindo para a Previdência 80 milhões de cruzeiros antigos.

JB - É. Não, ali a dívida era muito grande. Nós fizemos um levantamento na ocasião da aprovação da Lei Orgânica, do projeto. Então, há um dispositivo especial nas disposições gerais. Deve ser nas disposições gerais da Lei Orgânica, em que se estabeleceu que a dívida seria transformada, seria convertida em obrigações, consolidada através de obrigações do Tesouro Nacional, em tantos milhões. E seria entregue com o prazo X, parece de 5 anos, não me lembro bem, com juros, também não me lembro o percentual, seriam, esses títulos da dívida pública, depositados, mas que no Departamento Nacional de Previdência Social ... E lá ficaram. A minha parte foi essa. Depois não mais me interessei.

MC - Vamos dar uma pausa. Está ficando um pouco tarde.

LO - Não, faz a pausa. Faz a pausa.

MC - A União pagou à Previdência 80 milhões de cruzeiros. E pagou num momento que era tradição da União não pagar nada em termos de Previdência. O que me deixa curioso é saber como é que o senhor negociou isso?

JB - Aí as negociações não eram muito complicadas, quanto a ...

MC - O senhor se lembra quanto à questão da negociação, quer dizer ...

JB - Foi com o presidente mesmo. Foi com o Presidente para que ele mandasse dar dinheiro, uma parte da dívida, mas o importante não foi isso. Isso foi parcela, foi oferecido parcela. Porque o importante era a consolidação da dívida naquela data, para efeito de transformar aquilo num título de crédito da Previdência. Definitivo, quantitativo, específico. E transformou-se então a dívida em obrigações do Tesouro Nacional. Essas obrigações foram entregues ao Departamento da Previdência Social, ao Departamento

Nacional da Previdência Social. E ficaram depositadas ali com um jurinho de 5% que eu acho que nunca pagaram.

LO - 5% ao ano. Isso em [19]62 virou lei.

JB - É, virou lei. Mas a gente não sabe, não conhece contabilidade, real do país. Hoje você não está vendo a luta para saber o que é o déficit nacional. Aí os financistas do governo, com toda a boa vontade e boa intenção, a luta ... Porque o déficit aí é isto, aquilo... Quanto é? Quanto está? Quanto é? Eu acho que nem sabem. Isso é um rolo. É uma roda que gira com uma velocidade intensa, diária. Diariamente aumenta a dívida. De modo que para pegar um flagrante, pegar um flagrante ainda é possível, mas num certo momento se pode fixar, a dívida é tanto, é um problema muito sério, na grande, na contabilidade do Estado. Muito sério. Não uma casa do “seu” Manoel da esquina, o nosso fornecedor de frutas. Que chega lá e diz: “Seu Manoel, quero ver a sua escrita”. O Seu Manoel pode sonegar também, esconder, renegar, na coisa de medo do imposto, mas há possibilidade de se conhecer a situação financeira individual. Há possibilidade de se conhecer a situação financeira de uma pessoa jurídica. Mas é muito difícil se conhecer a situação de uma... financeira da nação. Daí essa balbúrdia que muitas vezes se descobre aí, nas finanças nacionais. Por falta, pelos erros do passado e pela grandeza das quantidades em jogo, dos volumes financeiros em jogo, não é.

LO - Ministro, eu queria contar com a boa vontade do senhor, por ceder ainda mais algumas horas, umas poucas horas para nós terminarmos a entrevista mais tarde.

JB - Amanhã que dia é?

LO - É, nós interrompemos então agora.

Data: 22/10/1986

### **Fita 7 – Lado A (continuação)**

LO - Nós estamos então no dia 22 de outubro de 1986, em nosso terceiro encontro com o Ministro João Batista Ramos, vamos então dar continuidade à entrevista.

MC - Ministro Batista Ramos, eu gostaria de saber como é que era a situação dos institutos nesse período que o senhor pega a questão da Previdência Social. O senhor é o relator do substitutivo. Como é que era a situação, por exemplo, dos institutos? Quais eram os institutos melhores, que estavam melhores, quais eram os institutos que estavam assim, numa situação mais crítica. O senhor se lembra, na época? Quais eram aqueles mais reivindicativos, quais eram os mais, menos reivindicativos?

JB - Quais os que estavam melhor, não é? Sob o ponto de vista financeiro?

MC - Financeiro, em termos assim também de pressão, em termos políticos, quais eram os que apareciam mais?

JB - Deixa eu conseguir entender a sua pergunta. Aquele tempo, o Instituto que mais se parecia, que parecia mais forte, acho que até financeiramente, mais bem organizado, parece que era o IAPI.

MC - IAPI?

JB - É. Dos industriários. Era uma força. Era força. O IAPB estava também financeiramente bem. IAPB, bancários, IAPB. Essa é a minha impressão, não é?

MC - Sei.

JB - E o resto, IAPC também. Já transportes de carga já vinha num outro plano, eu acho, e, também o IAPFESP, dos ferroviários ia mais ou menos. Uma certeza parece que eu posso ter, é que o mais, que estava em melhores condições financeiras naquele tempo, e mais bem organizado era o IAPI.

MC - IAPI?

JB - Disso eu tenho certeza. O resto é uma, assim, apresentaria assim numa segunda posição, ou em várias posições secundárias.

MC - O senhor tinha muito contato com o pessoal do IAPI? Funcionários do IAPI?

JB - Não, tinha mais com ferroviário.

MC - Ferroviários?

JB - Que era a minha origem, porque eu fui eleito praticamente. No começo da minha carreira eu fui eleito deputado federal pelos ferroviários.

MC - Como é que se deu essa ligação do senhor com os ferroviários? O senhor tinha dito já na seção de ontem que uma parcela significativa dos votos que o senhor conseguiu era dos ferroviários. Isso por que razão?

JB - Uma razão fácil de se explicar. É que eu atendia no meu escritório de questões trabalhistas muitos ferroviários, porque eram eles que nos procuravam mais. E aconteceu que eu fiz também desde o início uma dobradinha nas eleições de [19]50 e depois em [19]54. E posteriormente mesmo, ainda fiz uma, a mesma dobradinha, como o mesmo parlamentar. Eu havia feito uma dobradinha nessas primeiras eleições com o deputado Cássio Champoline, que era ferroviário. E ele tinha sido funcionário da Sorocabana, havia se projetado, entendeu, ao conseguir da Assembléia uma lei muito importante para os ferroviários. Aquela que dava uma complementação aos aposentados aos 30 anos de serviço. Como eles se aposentavam com 80%, essa lei estadual permitia que a Sorocabana, como autarquia que era do governo, complementasse esta aposentadoria com mais 20%. Isso deu muitos votos para o deputado Cássio Champoline, e deu para mim parte também. Começou por aí. Depois eu fui me relacionando mais e mais, que o ferroviário era um grupo muito trabalhador, digamos assim, até abusando um pouco do tempo, era um grupo aguerrido, nas eleições. E eles tinham uma organização muito curiosa, era uma organização que se representaria com atividades assim circulatorias. Ferroviário circula, não é? Todo dia, os ferroviários não de escritório, os ferroviários mesmo, da linha, como chamava. E eles tinham grande facilidade de se intercomunicarem, e levar a propaganda de um deputado, de um candidato, de outro. E eles se prestavam muito para este intercâmbio, esta comunicação entre os vários setores da ferrovia. Isto acontecia na Sorocabana, na Noroeste mesmo, na Paulista, até na Central. Eu tive muitos votos da Central. Eu tive votos de todos os ferroviários. Eu tinha muito voto de ferroviário.

MC - É. Votos dos ferroviários. E por que razão o IAPFESP, no final, deve ter sido nessa época, que o senhor está se lembrando, no final dos anos [19]50, por que o instituto não ia bem?

JB - Eu já disse a você que ...

MC - IAPFESP?

JB - A situação do IAPFESP não era das piores, não. Não era das piores, não. Pelo que me lembre. Porque quando eu digo situação boa quero dizer, os institutos que eu considero bons eram aqueles que davam, que pagavam pontualmente os benefícios aos seus segurados, não é? E que davam assistência médica razoável. O IAPFESP fazia isto.

MC - E por que, pelo que parece, existia uma certa divisão entre aqueles institutos que eram, que davam prejuízo, em que a sua despesa era maior do que a receita, e havia um certo equilíbrio, e o IAPI é considerado um instituto que sempre tentou estabelecer um equilíbrio, até às custas de uma certa assistência. O IAPI sempre foi ...

JB - Eu considero o IAPI praticamente o modelo daquele tempo. Mas o IAPFESP não era dos piores, não. Os ferroviários eram muito trabalhadores, muito disciplinados, tinham espírito de classe. Eles trabalhavam direitinho também.

MC - Sim.

JB - Mesmo estando bem. Quanto ao IAPI, o Instituto dos Industriários. Mas era um bom instituto. Não havia, naquele tempo essa preocupação não era a maior no princípio, quanto ao problema financeiro. Os pagamentos dos benefícios estavam sendo feitos, havia uma assistência médica já mais ou menos razoável, não é, o IAPI era muito melhor, os bancários era muito boa, e no IAPFESP não era ruim não.

MC - Não era ruim ...

JB - Sobretudo porque as grandes cidades, havia facilidade de conseguir organizar o setor de serviços também. Que eu me lembre então, procurando reativar a memória, o modelo era sobretudo, o mais organizado, o mais eficiente, me parecia mesmo ser o IAPI. Depois tinha o IAPB, era menor, um instituto menor, mas era um instituto muito bem organizado e tinha recursos também. E por aí afora. Mas o IAPFESP não estava mal, não. Não me lembro assim de atrasos. Havia atrasos financeiros, entendeu. Na realidade, as reclamações, essas sempre eram abundantes. Havia muitas reclamações em todos os setores, mas dava para ir levando.

MC - O senhor que teve muito contato com os ferroviários, e de certa maneira com o pessoal do IAPFESP, o senhor se lembra de alguém que tenha tido cargos importantes no IAPFESP, que até agora, que até hoje esteja vivo? Cargos de direção no Instituto dos Ferroviários e Servidores Públicos que esteja vivo?

JB - Não me lembro não.

MC - Não se lembra de nenhum?

JB - De ninguém, praticamente de ninguém. Já faz mais ou menos... A partir, digamos de [19]50 para [19]86, são ...

MC - 36 anos.

JB - 36 anos.

MC - É muito tempo.

JB - Mesmo indo de [19]54, mesmo partindo de [19]58, outra legislatura, faz praticamente, mais, 30 anos e mais. De modo que é coisa longínqua. Havia uma certa sucessão. Eu me lembrava do meu setor. Que eu não fazia uma política nacional no IAPFESP. Eu fazia mais a minha política estadual. Eu cultivava muito, por exemplo, os ferroviários de São Paulo, e lá, agora me lembro, me lembro de autoridades menores, não é. Me lembro de um delegado que eu consegui manter durante muitos anos, como era o nome dele? Eu defendi muito esse delegado. Tinha uma cara de poucos amigos, era um homem sério. Está fugindo o nome dele da minha cabeça. Hoje ele é árbitro em São Paulo, ele exerce uma função de avaliador judicial. Se aposentou. O nome dele não me vem aqui,

mas era um homem de grande conceito. Capacidade e probidade, ele tinha. E eu prestigiei este homem.

MC - Sei. O senhor depois se lembra o nome dele.

JB - Se me vier ...

MC - Seria importante para nossa pesquisa saber desse ...

LO - Eu queria uma informação. Wilson Pinto Ribeiro que o senhor falou ... Wilson Pinto Ribeiro, o senhor lembra dele?

JB - Não.

LO - Eu estou confundindo. Tudo bem.

MC - Uma outra pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: o senhor foi um dos que mais lutaram para que a direção colegiada fizesse parte da Lei Orgânica. Isso também diante da pressão dos trabalhadores ...

JB - Das reivindicações, dos trabalhadores.

MC - Em que parece ...

JB - A partir daquela reunião como eu já disse anteriormente, realizada na sede do PTB na Cinelândia ...

MC - Na Cinelândia ...

JB - Com a presença do doutor João Goulart, e uma centena ou mais de líderes.

MC - De líderes?

JB - Sindicais.

MC - É, em algumas entrevistas que a gente fez, e também lendo um pouco literatura sobre o tema, nós vimos que havia uma série, havia uma certa polêmica em relação à direção colegiada. Uns dizendo que ela era muito ineficiente, que ela de certa maneira aumentou todo o clientelismo existente à época, outros dizendo que ela era democrática, que fez com que os trabalhadores pudessem atuar, pudessem eleger seus representantes. Como é que o senhor vê essa situação um tanto quanto conflituosa, em relação à direção colegiada?

JB - Eu confesso que não acompanhei as atividades e a atuação desses colegiados depois de constituídos. Não acompanhei, não. Sabia apenas de notícia, que eu me isolei depois de [19]60, deixei o Ministério, fiquei muito atarefado também, eu me isolei e fui cuidar de outras coisas. Ouvia dizer, às vezes lia alguma coisa sobre a matéria, mas a rigor não me preocupava mais do assunto. Mas eu tenho uma convicção um tanto quanto de princípio, com relação à matéria. Eu não acredito em sistemas. Eu não acredito em formas

de administrar, eu acho que um serviço sempre tem ou comporta uma melhor organização para ele. Há sempre uma maneira melhor de organizar um serviço, em determinado setor numa sociedade, seja ele de que natureza for. Assim por exemplo, os institutos podem ser organizados tendo no seu tope, no seu mais alto posto, um só presidente como era, não é. E é, não é? E pode também ter um colegiado na sua direção. São duas formas, duas formas de administrar. Eu acho que ambas podem ser boas, que vai muito dos homens. Eu não ligo muito para forma por isso. Eu sou um desiludido de lei, de norma, de regras jurídicas que estabelecem formas de administração, formas de governo. Até formas de governo. Acho tudo isto uma brincadeira de criança ainda, mal esclarecida, ou não amadurecida na vida. Eu sei muita experiência da vida. Então eu acredito que houve bons administradores pessoais, individuais, e houve maus administradores individuais, porque a onda era esta naquela tempo. Me lembro mesmo nessa reunião, no Partido Trabalhista, com a presidência do doutor João Goulart, quando se discutiu isto, incentivava-se muito a administração pessoal. Queria-se o colegiado, mas eu acho que não era tanto defeito da administração pessoal, porque o mau administrador, sobretudo naquele tempo, dada a ...

### **Fita 7 - Lado B**

MC - Depende?

LO - O senhor estava falando que a questão era a mentalidade?

JB - Era a mentalidade. Por exemplo, um administrador pessoal, individual, mau, pode ser substituído, se a cúpula, se o governo, entendeu ... for capaz de compreender o que está acontecendo, for bem informado, pode ser substituída essa administração pessoal, de maneira que não há propriamente uma administração pessoal, é a mentalidade do tempo. Agora, também a administração coletiva. Eu acho em princípio, digamos assim, mais democrática, em princípio. Porque se trata de uma, de institutos que se organizaram. É natural que esses trabalhadores que participam, que são por assim dizer, as bases estruturais do sistema, que eles queiram participar da organização. É muito comum. Quem deve dirigir uma empresa? Aqueles que são proprietários, não é, daqueles títulos, daqueles direitos, não é? Que constituem a estrutura jurídica da organização. Então quem deve administrar um instituto, a rigor, em princípio, devia ser, entendeu? Um colegiado que fosse composto, que se compusesse de representantes do governo, grande interessado na administração, na boa administração do Instituto e dos aspectos sociais, as iniciativas em geral, os empregadores que contribuem, e os empregados, que são os maiores interessados, não é? Porque eles que auferem as maiores vantagens do instituto, que são os benefícios que lhes são pagos, e a assistência médica que lhes é prestada. De modo que a rigor é isto. Mas eu também não dou muita importância a isto, porque também pode se compor, podem se compor colegiados fracos, com maioria fraca, com gente que sofra muita injunção política, não é. Quer dizer, de todas as formas eu acho que um instituto pode ser bem administrado e mau administrado. Eu não tenho fetiche, o feitiço da forma. Não me encanta a forma, me encanta muito a estrutura, o homem que é tudo na vida de uma administração. É isso que eu concordo. E eu acho que nessas duas fases, entendeu, não só de administração individual e de administração colegiada, eu acho que houve coisas certas e erradas em todas elas, pelo que eu via antes de [19]60, e depois de 1960.

MC - O senhor considera que a entrada da forma de administrar da direção colegiada foi muito mais uma pressão dos trabalhadores do que propriamente uma iniciativa do governo?

JB - Foi, foi. Não tem dúvida.

MC - Isso é uma situação. Isso é um fato?

JB - Podemos dizer isto com todas as veras.... porque os trabalhadores reivindicam tenazmente, com aquele argumento que eu achava válido também. “Isto foi feito para nós, a Previdência é nossa ... Como o petróleo sempre foi nosso. A Previdência é nossa, e nós queremos uma participação na administração daquilo que nos pertence.” Era válido o raciocínio. Agora, resta saber se eles sempre tiveram capacidade para administrar. Aí é que está. Condições para administrar. Agora, falharam muitas vezes, eu ouvia dizer, mas também os elementos do governo. Tenham paciência, falharam muitas vezes também, ou mais vezes. Então eu acho que naquele tempo o mal era a injunção política. A escolha de presidentes de institutos e de administradores que nem sempre tinham condições para exercer uma atividade ou uma tarefa dessa magnitude.

MC - O senhor tem lembrança de administradores, de representantes tanto do governo, dos empresários ou dos trabalhadores que atuaram dentro dos institutos, assim, o senhor ...

JB - Eu não lembro de ninguém.

MC - Que chamaram a atenção do senhor?

JB - Não. Eu não me lembro.

MC - Que tenha chamado a atenção do senhor?

JB - E depois eu tive tantas coisas que me aconteceram. Depois disso eu, em [19]60 eu fui me desligando um pouquinho mais. Só o meu escritório que eu mantinha em São Paulo, de atendimento mais jurídico, técnico, porque era a fonte das minhas eleições, dos meus votos, de modo que me limitei. Eu não tinha presidente nenhum, não reivindicava nenhum presidente. A única coisa que eu reivindiquei, que me lembre, foi a manutenção do doutor Cirilo Resende como presidente da 1ª Junta de Revisão do INPS, porque era um homem de probidade, carreira feita, 30 anos no IAPC, um homem muito decente, entendeu, e que tinha capacidade e tinha zelo. Tanto que a 1ª Junta sempre primou pela sua posição, pela sua posição, digamos assim, pioneira, não sei se pioneira ...

LO - Isso no IAPI?

JB - Não.

LO - No INPS?

JB - No INPS já.

LO - Depois do fim da direção colegiada?

JB - É, foi. Esse homem sim, até hoje eu tenho certa tristeza quando digo, quando conto que a política, entendeu, exigiu a substituição dele para satisfazer um deputado de São Paulo, que aliás, de Previdência nada entende. De modo que isto, acho triste, triste na administração pública. Afastarem um homem por política. Por mim eu acabava com essa coisa de política se meter na administração. Em princípio eu acho isto nocivo. Eu prefiro técnicos bem formados, esclarecidos, conhecedor da sua tarefa, porque a política, ela é comprometedora. Pouca gente tem capacidade para saber separar o joio do trigo. Quer dizer, um administrador indicado por um certo chefe político de uma zona, para administrar um setor da Previdência, ele é um homem que fica praticamente amarrado à política desse chefe, ou desse homem. E é muito suscetível às impressões, que nem sempre são aquelas que se limitam a obter coisas legítimas. Há sempre o abuso. O interesse vital, político, pode levá-lo a pressionar o administrador escolhido por ele, mantido por ele a praticar certos abusos. Eu sou contra esse tipo de política, que eu chamo de politicalha, que eu nunca fiz esse tipo de política.

MC - É, mas o senhor fez parte de um partido que usava e abusava desse tipo de política, não?

JB - Sim, em termos. Todos, não é. Cada um. Não se pode querer isolar a Previdência a esse mal, digamos assim, da má influência política nos órgãos de administração previdenciária. É um mal que existe em todos os setores de administração pública no Brasil. E em setores ainda mais delicados e perigosos para o bem público. Existe isso no setor do Ministério da Fazenda, existe isso no setor dos ministérios que ... Qualquer ministério! Não há um ministério que não tivesse sofrido influências políticas poderosas. E isso que deu isto que está aí. Essa é a verdade. Quer dizer, eu acho que o mal, que é. Foi um mal, houve erros, abusos na Previdência, é sabido isso. Os jornais publicaram escândalos, até agora mesmo os jornais noticiaram escândalos tremendos, aqueles abusos inomináveis, a industrialização, da comercialização dos benefícios, uma coisa horrorosa, falsificações de alto a baixo, com organizações que participaram, médicos, funcionários, advogados. Roubando, retirando da Previdência bilhões. Tanto que o dia que cessou isto, louvada seja, nesse ponto, a Nova República. O dia que se acabou com essa roubalheira nos institutos, não há mais déficit, não está havendo déficit. Logo retiraram até o quê? A parcela de contribuição dos aposentados. Não está sendo mais descontada. E outras coisas. O que faltava era o quê? Autoridade na administração. Mas isto não é só na Previdência. A Previdência tinha os seus “colarinhos brancos”, entendeu, mas o “colarinho branco” é uma instituição nacional. Eles se descobrem em todos os setores da administração. E a soma de todos esses colarinhos brancos em todos os setores da administração que dá como resultado o quê? O déficit nacional, entendeu, e outras coisas muito prejudiciais à nação e à sociedade.

LO - Então, eu tinha uma pergunta que nós deixamos passar, e que como faz parte do currículo do senhor, eu gostaria que entrasse, é saber como hoje está incluído no currículo do senhor a viagem com o Dutra em 1949 aos Estados Unidos, não é? O senhor viajou com ele quando ele era Presidente da República. É, isso é um momento de aproximação muito grande do senhor, já com o Presidente da República e tudo. O senhor não poderia contar pra gente, pra nós, como foi essa viagem?

JB - Boa vizinhança. Mais nada. Não havia problema maior no tempo. Pelo que eu me lembro eu fui escalado como representante da Folha. Eu fui como representante da Folha da Manhã, e participei dessa viagem aos Estados Unidos, fomos uns dez jornalistas mais

ou menos, que eu me lembro. Representantes de jornais de São Paulo e do Rio e de outros estados, mas poucos. A maioria foi São Paulo e Rio. Foi uma viagem agradável, mas assim sem maior sentido para jornalistas. Não tinha maior sentido. Eles tinham ... Quais as preocupações nossas? Apenas acompanhar o Presidente em viagem, mesmo de boa vizinhança. Foi retribuição já. Pelo que me lembro o Presidente foi retribuir uma visita, não me lembro agora, foi do Presidente Truman, não é? Pelo que me lembro, vagamente. Eu não senti nada demais naquela visita. Lá eu mandei algumas notas sobre a situação econômica do Brasil, da América Latina, mandei para *Folha*, passava pelo telex. Nada mais. Não teve sentido maior, não.

LO - Eu queria ainda mais um esclarecimento sobre este período. A rádio Excelsior era de propriedade do Doutor José Nabantino, seu irmão?

JB - É complicado contar isso. Vocês querem ouvir? Ainda tem fita aí para isso? Vou tentar resumir em poucas palavras. A organização era, por um lado a *Folha de São Paulo*, existe a empresa Folha da Manhã S/A, entendeu? A *Folha de São Paulo* é um título, já registrado como de propriedade da Folha da Manhã S/A. Por outro lado ela tinha um canal, a Folha da Manhã S/A tinha um canal, que era rádio Excelsior, que era da Folha, não era do Nabantino assim nominalmente. E a Folha da Manhã S/A era constituída de três grupos de acionistas. O Alcides Ribeiro Meireles, que entrou de alegre no negócio, a pedido do doutor Fernando Costa e o Zé Nabantino Ramos, meu mano, que entrava como superintendente. Alcides Ribeiro Meireles, presidente. José Nabantino Ramos, presidente, representando o Costa Neto, Benedito Costa Neto, que era procurador geral do Estado, era candidato a deputado federal, e depois ia ser Ministro da Justiça do Dutra, do Marechal Dutra. E o terceiro grupo, era representado pelo Conde Chiquinho Matarazzo, que designou pra representá-lo na empresa, como diretor comercial, o senhor Clóvis Queiroga. Era esse o trio que comandava, mas representando esses três grupos. Era isso. E a Excelsior eram canais apenas, naquele tempo. Existia a rádio, aquela era antiga. Não, a rádio Excelsior já existia, funcionando no ar. Depois passou para mim quando eu me desliguei da *Folha*. Eu me desliguei, e quando me desliguei eu estava numa situação assim, já deslocado, um pouco deslocado, não queria estar voltando mais a advogar, a não ser alguma coisa, e estava na *Folha*. Eu era muito independente, eu estava criando muito caso para a *Folha*, não? Eu era um cronista muito atrevido, eu era o “Sancho”, como eu disse a vocês e eu catucava ou cutucava os figurões do tempo, não? O doutor Fernando gostava muito de mim porque eu gostava dele. Eu sempre o poupava muito. Mas fazia as minhas troças com os demais políticos, e eu feria interesses. Eu feri interesses até da *Folha*. Uma vez eu escrevi, por exemplo, uma crônica, eu inventei uma história da luta que havia entre o Embaixador José Carlos Macedo Soares, que era o interventor de então, e o Fernando, a briga dos dois. Eu contava isto nas minhas crônicas, e apelidei o embaixador José Carlos Macedo Soares de Zezé da Baixada. E isso pegou, e o Zezé da Baixada me custou a minha demissão. E a *Folha* dependia do Banco do Estado, de uma renovação de um débito, de um débito para aquisição da própria *Folha* naquele tempo. Não me lembro de quanto, 5 milhões, ou 5 mil contos, não sei quanto era a fortuna. E quando os dois diretores foram visitar o Embaixador, dizia ele que a *Folha* estava ainda saindo de uma crise muito séria, que era da transferência de propriedade e da necessidade de compra de material, de máquinas, de uma série de coisas. E o Embaixador tratou-os muito bem, recebeu-os na residência dele, de propósito. E lá no fim disse: “Olha, existe lá uma coisa, que eu quero que os senhores também me resolvam. Existe lá um atrevido chamado “Sancho” que é o irmão do Nabantino que estava na reunião, calcula... Coitado do Nabantino, tenho pena dele. Ele diz: “É bom afastar esse malandro lá, que ele não

gosta de mim, é meu adversário ...” Coisa assim, coisa boba. Que eu era cronista, e eu era muito lido naquele tempo. Eu tinha graça naquele tempo. Isso me levou a uma advertência séria. A administração me chamou, Nabantino mesmo me chamou e com o Clóvis, que era, e o doutor Alcino Ribeiro Meireles, que era um homem muito bom, se divertiram muito com o fato. Mas achavam que eu estava criando problemas, e eu fui ficando assim meio descontente, e depois criou outro caso, daí eu achei melhor. Eu tive um desentendimento com o meu mano, por causa disso. Eu disse: “Olha, não vou procurar problema. Então vou embora”, entendeu? E fui embora. Então eles reconheceram o serviço que eu tinha prestado, e a minha solidariedade à Folha em lutas terríveis que houve. A *Folha* teve lutas terríveis, para que o conde Chiquinho não tomasse conta dela. A *Folha* então disse: “Então você fica, passamos as ações para vocês, os sócios concordam, todos, então fica para vocês a rádio Excelsior, mas com a dívida”, com a dívida que era enorme. Então eu tive ... Aí entra o Lucas Nogueira Garcia; Eu fui ao doutor Lucas e disse: “A situação é essa. Eu vou receber a rádio mas com essa dívida ainda que vai ser paga em muitos anos. Eu queria saber se o senhor está disposto a me dar uma ajuda, até que eu deslanche lá, que eu vou receber isto muito endividado”. E ele: “Não, não. Esse problema de dívida não tem nada não, vamos conciliar a rádio Excelsior.” E passei para ela, e comecei a reorganizar a rádio Excelsior. Aí foi outra luta, para deslançar e sair daquela situação difícil em que eu me encontrava, eu precisei então lançar a rádio Nacional de São Paulo. Aí, mas isso foi através de um convênio da rádio Excelsior, pessoa jurídica, com a rádio Nacional do Rio, federal. Aí que eu consegui. Mas para isso outros lances eu precisei dar. Mas interessa para vocês essa história?

LO - Não, por enquanto interessa.

MC - Mas, e o senhor também tem outro fato interessante que é, o senhor foi professor da Universidade Mackenzie?

JB - Fui.

MC - Professor de Direito Financeiro?

JB - É.

MC - E ...

JB - Princípios de Direito Financeiro.

MC - Princípios de Direito Financeiro . A Mackenzie sempre foi considerada uma universidade bastante conservadora. O senhor concorda com isso?

JB - É.

MC - É, não é?

JB - Sempre foi considerada. Ela é freqüentada por rapazes que são regra geral, filhos de família de recursos, não é, de modo geral.

MC - De modo geral?

JB - Hoje está muito mais misturada, que há muito. Eu tive alunos meus que eu sei que trabalhavam, lutavam. Tanto que a Mackenzie tinha cursos noturnos também. Mas eu só lecionava o matutino. Fui eu, no meu tempo, era eu, o Ulysses, o José Maria Alkimin, José Maria Alkimin não, o Ministro Alkimin, que faleceu aqui no Supremo, e o presidente atual do Supremo, o Ministro Alves.

MC - Professores lá da Mackenzie?

JB - Da Mackenzie. Ao mesmo tempo éramos nós ...

MC - Sim.

JB - Eu dava financeiro ou finanças, Ulysses dava direito internacional privado, o Ministro Alkimin, que era desembargador a esse tempo, dava Processo Civil, e, faltou um, Ulysses dava processo, não, internacional privado, e o Alves dava direito romano. Foi um período bom.

MC - Seis anos que o senhor ficou dando aula, sendo professor?

JB - É. Seis anos. Depois, aí fui eleito presidente nacional da ARENA. Eu continuei, mas não agüentava mais, eu amanhecia para dar aula.

MC - Espera aí, só um instantinho. Aqui coloca que o senhor em 1964 foi professor de direito financeiro?

JB - Foi. Não, não ... Não é verdade.

MC - O senhor não foi professor nessa época não?

JB - Espera um pouco, me ajuda a pensar, que é tanta coisa nessa pobre vida, que eu nem sei ...

MC - Não, está colocado aqui na biografia do senhor. A partir de [19]64 o senhor foi professor de Direito Financeiro na Faculdade Mackenzie.

JB - Não, eu posso me lembrar dos acontecimentos que me ajudam a memória, [19]67, [19]68, foi o AI-5, não foi?

MC - Foi.

JB - [19]68.

MC - O senhor estava dando aula nessa época?

JB - Com o AI-5, eu fiquei sem atividade parlamentar. Ficamos quase um ano, lembram-se? Foi aí. Eu fui para São Paulo, me abolei na casa de meu mano com a mulher e as duas filhas, meu mano fazendeiro, já falecido, e comecei a procurar emprego. E aí o professor Nabantino, ele disse: “Não, você fica com uma das cadeiras. Eu estou com duas. Uma é ...”. Ele era da USP, professor de Direito Financeiro da USP, tributário, era

tributário, tributário é um dos ramos do direito financeiro. “E eu passo para você o Direito Financeiro no Mackenzie”. Então a congregação, houve a proposta lá à congregação, e a congregação por unanimidade a Congregação Mackenzie apoiou o meu nome. Era reitora, também fui apoiado pela reitora, a Ester de Figueiredo Ferraz. Aí eu fui convidado ...

MC - Então foi depois da Revolução que você foi professor?

JB - Foi.

MC - Está certo.

JB - Foi. Logo, eu ligo o fato ao acontecimento político, porque eu brincava: Agora estou desempregado, com família. Se recebia na Câmara apenas, apenas a parte fixa, que não dava para viver de jeito nenhum. Eu estava ainda com dívidas de fazenda, com o negócio meu todo encrocado e tal, o irmão que administrava, mais moço, era homem de idéias grandiosas, fazendo grandes coisas, e aquilo de certa forma me apertou financeiramente e eu precisava trabalhar. Não podia contar com fazenda, que era um tal de investir, investir, que não acabava mais. Renda mesmo eu não via. Então eu fui, fiquei lá aquele tempo todo. Aí gostei, continuei. Depois que veio, que a Câmara foi reconvocada, aí eu voltei para o exercício do meu mandato, mas continuei lecionando mais uns quatro ou cinco anos.

MC - Sim.

LO - Em 1962, [19]63, até o momento da Revolução, do Golpe Militar, qual era, aonde o senhor estava? O senhor estava em São Paulo ou ...

JB - Não, aqui. Eu fui deputado 20 anos. De [19]54, deputado, político desde [19]50, mas só me elegi ... Em [19]50 eu saí como segundo suplente, depois deputado federal em [19]54, aí, [19]54, [19]58, [19]62, [19]66, [19]70, cinco legislaturas. E [19]74.

LO - Como o senhor recebeu a notícia, quer dizer, o senhor sabia de antemão que iria haver um golpe ou tinha, antecipou?

JB - Não, não sabíamos nada. O golpe que o Costa e Silva deu, me lembro bem, foi ... Eu já não era presidente da Câmara. Eu fui presidente da Câmara.

MC - Mas ele está falando do Golpe Militar de [19]64. Não está falando do AI-5 não.

JB - Foi por ... Eu fui presidente da Câmara em 1976.

MC - [19]66?

JB - Não ... [19]66! 1900 e ... Não ... Que é que foi?

MC - O senhor foi presidente da Câmara, o senhor foi vice-presidente da Câmara em [19]65.

JB - [19]65...

MC - Com o ...

JB - Bilac Pinto. É, e com o AI-2, em [19]66 o ...

MC - O senhor, em agosto de [19]66, o senhor assume a presidência da Câmara.

JB - Mas no fim ...

MC - Agosto de [19]66.

JB - É quando o Adatao renunciou.

MC - Renunciou. Exatamente.

JB - Renunciou à presidência. E depois, aí eu fui eleito em [19]67, presidente da Câmara. Aí depois, em [19]68 eu não era mais presidente. Quem me sucedeu foi o José Bonifácio.

MC - É, em [19]67 o senhor é presidente, aí, exatamente ...

JB - Aí foi o golpe ...

MC - Do AI-5.

JB - Do AI-5 no fim do ano.

MC - É. O Luis Otávio estava perguntando pro senhor em relação ...

JB - O golpe foi em [19]68, [19]68 ... outubro ...

MC - E em [19]64?

LO - Eu estava me referindo a ...

JB - Eu estava aqui, trabalhando.

MC - Sim, mas como é que foi a situação?

LO - O senhor sabia? Isso que eu estava perguntando, se o senhor sabia?

JB - Ninguém sabia nada.

LO - Não, alguns parece que sabiam ...

BR - Não sabiam.

MC - Não estava no ar a estação?

JB - Não sabiam. Quem? Os deputados? Deputados?

LO - Esperavam ...

JB - Esperavam nada. Deixa eu ver se me lembro de algum fato. Porque eu soube ... Porque o fato do golpe ... Sim, foi o voto que a Câmara deu negando licença ...

LO - Isso é em [19]68, Ministro.

JB - Pois é, [19]68.

MC - Não, mas ele está colocando em [19]64.

LO - Em [19]64?

JB - [19]64! A Revolução de [19]64, de 31 de março, não é?

LO - 31 de março.

JB - Jamais 1º de abril ...

LO - Então ela é 1º de abril?

JB - [19]64. Eu estava ... Quando estourou eu estava em São Paulo. Estava dormindo. Um camarada bateu na porta: “Acorda seu deputado, o senhor está deposto ...”

MC - O senhor apoiou o Golpe Militar?

JB - Hein?

MC - O senhor apoiou a Revolução?

JB - De *modus in rebus* todos apoiamos, não é? Eu era deputado do PTB, PTB não era, propriamente não apoiava a Revolução, mas eu, eu pessoalmente reconhecia. Eu não fazia parte do grupo que acompanhava Jango naquelas investidas sindicalistas, peronistas. Jango ... A coisa foi mais ou menos assim: Jango estava exercendo já ... [19]64 ...

MC - Estava exercendo a Presidência da República ...

JB - A Presidência da República. Foi isto mesmo. A Presidência da República. E começou a ser trabalhado pelo Brizola. Não vão contar isso para o Brizola, hein. E pelos amigos pessoais dele. Achavam que a inflação estava assumindo um aspecto cada vez mais alarmante, e que era preciso então que o governo fizesse qualquer coisa de extraordinário. Eu me lembro da aflição de Jango no Palácio da Guanabara, eu fui convidado para ir lá. Convidado para ir lá. E lá havia uma grande reunião de líderes sindicais no Palácio da Guanabara. Jango aflito, aflito com o preço das mercadorias, que era o cântico do momento e a reivindicação do momento e a mágoa do momento, de parte dos trabalhadores. Então o Jango dizia assim: “Quem pode conter esta situação? Deus do céu. Olha o que eu mandei verificar: A Hidrazina, eu me lembrei agora, o preço nas farmácias, o preço do laboratório, o preço em vários lugares é uma coisa descomunal a diferença, compreendeu. Ele queria dizer que havia uma roubalheira muito grande nos preços, como

sempre houve, não é? E ele estava desesperado. Eu sentia assim, que Jango assim um pouco no ar, sem saber a quem se amarrar, a quem se amparar. Eu sentia esse ambiente nesse dia. E as coisas foram evoluindo cada vez, cada vez assumindo um caráter mais perigoso. E Jango sofria certa influência do cunhado, do Brizola. Sofria certa influência do Brizola, porque o Brizola foi sempre um homem de muita firmeza no querer. Vocês conhecem como eu, o temperamento dele de coisa pública. E ele era um homem que estava numa posição assim anti-americanista, não é? Falava-se muito no capital espoliador norte-americano e estrangeiro. Falava-se na necessidade do nosso nacionalismo ser mais preservado e aquela coisa, inflação terrível. E Jango teria então sido de certa forma impressionado pelo Brizola. Brizola teria feito uma análise a ele dos fatos que se passavam, da situação econômica do país, econômica e financeira. E amedrontado Jango: “Você precisa fazer qualquer coisa. Ou você faz ou outros virão fazer em seu lugar”. A conversa teria sido essa, pelo que eu soube. E Jango, que era tímido e assustadíssimo, deixou-se levar naquela onda socializante, mas via sindicalismo de Perón. Era o que se falava naquele tempo que o Jango teria na mente, teria em mente implantar no Brasil. E mal assessorado, penso eu, porque havia aquele general, lembram-se do nome dele? Que era Ministro do Exército. Era o ... não me lembro agora. Ele estava mal cercado, o Jango... Se tivesse naquele tempo militares mais conhecedores da situação das tropas, não teria feito aquilo. Ele estava mal cercado. Então houve a célebre, o célebre comício do dia 13 de ...

### **Fita 8 – Lado A**

LO - No célebre comício da Central do Brasil em 13 de março de [19]64.

JB - Eu fui convidado para ir e a própria Ivete falou comigo. A própria Ivete falou comigo. “Está tudo preparado, o golpe vem aí mesmo, vai haver qualquer coisa de extraordinário, entendeu?” Mas eu pensei, pensei e não era do meu feito, entendeu? Tomar essas atitudes assim sem conhecer direito o que ia acontecer, ou as conseqüências do que ia acontecer, eu achei melhor não entrar naquela parada, porque eu também... eu nunca fui considerado um elemento de esquerda, eu era considerado um elemento mais conservador da bancada. A esquerda era o Almino, era aquele grupinho, o Covas entendeu, o Márcio...

MC - O Márcio é mais adiante?

JB - Mais adiante, o Márcio era mais adiante. Mas ele já era deputado eu acho. Era aquele grupo. Havia um grupo de esquerda e um grupo ...

MC - Da Parlamentar Nacionalista.

JB - Da Frente Parlamentar Nacionalista, acho que era isso mesmo. E havia um grupo mais conservador. Eu não pertencia a grupo, mas vivia mais no meu canto trabalhando, minha preocupação na Câmara não era fazer política, era legislar. Daí porque eu tive aqueles êxitos que tive, eu não entrava em grupos, não participava de grupelhos nada disso.

MC - O senhor era considerado o mais conservador, o senhor está dizendo.

JB - É, eu era considerado o mais conservador.

MC - O senhor se considera conservador.

JB - Quer dizer, os rótulos assim representam pouca coisa. A minha legislação não foi conservadora, a minha Lei Orgânica era uma das grandes reivindicações dos trabalhadores. Eu não estava preocupado com rótulo de ser conservador ou de não ser, entendeu, eu estava preocupado em fazer leis boas, aquilo que eu podia fazer eu era mais digamos assim é, como se dizia, está me fugindo a palavra, eu era assim mais prático, um termo mais ...

MC - Mais pragmático.

JB - Mais pragmático, eu era mais pragmático. E não queria saber de muita luta política. Eu sou de esquerda, eu sou de direita, eu acho que o partido devia existir como partido e sair para uma solução pragmática, se saísse para luta ideológica eu acho que ia ser pior. Eu não acreditava na possibilidade de nenhuma reforma, de uma revolução de profundidade no Brasil naquele tempo como até hoje não há. Não acredito, não há material humano. O brasileiro não é um revolucionário sangrento entendeu, ele é mais um conservador, o brasileiro. Porque o sujeito que tem sua casinha, sua família, seu dinheirinho entendeu, seu automóvel, seu fusquinha entendeu, ele leva a sua vida, a grande classe média paulista e por exemplo e carioca, ela quer saber de sossego e paz para ir para praia. Não quer saber não de revolução sangrenta, quando falar em pegar no fuzil, no fuzil para guerrear, matar ou morrer, aí é que eu quero ver. Não acredito no brasileiro, o brasileiro não é de muita briga, o brasileiro é mais um conservador por natureza. Então eu naquele tempo era assim como um bom burguês, mas não preocupado com ideologia, preocupado em que o PTB sempre tivesse, que eu já havia sido líder, sempre invés de discutir ideologias tratasse de discutir programas objetivos e realizáveis, nada de utopia. Uma vez conversei com o Almiro por exemplo, nessa ocasião está me vindo à memória, disse o Almiro: “A coisa está azedando, hein, pelo que eu ouço aí”. Eu disse: “É, pois eu acho ... o senhor não acha um pouco audácia demais avançar tanto?” Ele disse: “Mas como? Precisamos avançar” e encerrou-se a conversa. Quer dizer, ele dizia ... Era um homem muito mais digamos assim, revolucionário, era mais audacioso nas suas posições ideológicas. Eu sempre descri dessa coisa de ideologia também. Eu creio muito no momento atual entendeu, que a única solução possível para evitar um maior conflito, derramamento de sangue, a luta fratricida, eu prefiro defender a tese de que os partidos devem se congregar, e dentro dos partidos as correntes adversas devem se congregar, não em torno de ideologia porque não é possível, cada um assumiu a sua posição, mas em torno de programas práticos objetivos para podermos sair da crise e mais tarde vamos ver se os horizontes clareiam ou se há possibilidade mesmo para uma grande transformação da ordem social e política. Mas no momento eu acho que a convergência deve haver em torno de programas. Foi o que o Tancredo fez entendeu, Tancredo agiu assim. É o que o Ulisses faz, o Ulisses não tem nada de esquerda, o Ulisses não tem nada também, seria mais um conservador, eu conheço o Ulisses na palma da mão, mas se ele sair para uma atitude ideológica ele será abominado em dois tempos, dentro do seu próprio partido. Porque os progressistas o liqüidam. Então ele fica naquela, no centro da gangorra entendeu, nem cá, nem lá. Mas que os dois venham a mim e que eu vá para cima.

LO - Eu estava perguntando para o senhor e o senhor estava narrando sobre o episódio no comício da Central.

JB - Eu não fui e aí, porque não fui, não fui cassado. Porque não fui ao comício, não fui cassado. Porque a turma que foi ao comício, estava lá toda retratada numa chapa muito bonita e depois na cassação me disseram que aquelas pessoas todas foram devidamente, receberam uma cruzinha na testa para serem cassadas e foram cassadas.

MC - O senhor acha que o senhor não foi cassado porque não foi no comício?

JB - Porque eu não fui. Porque aqueles que foram, foram cassados, eu não vi nenhum escapar não. Mas eu não fui por uma questão de tendência, que eu achava que não tinha sentido essa luta ideológica. A minha formação religiosa também sempre me tirou dessas lutas intestinais, eu não acredito muito nos partidos, não acredito nas ideologias. Eu acho que tudo isso é uma luta, é um posicionamento válido, que é humano a luta pelo poder que cada um matiza, rotula como quer, mas eu acredito muito no homem, o que precisa reformar na sociedade para que ele possa amanhã praticar uma ordem de coisas ou o país praticar digamos, como se ter um governo de altura que atenda os reclames sociais de maneira válida mesmo, para que se atinja este estado ideal da sociedade através dos governos é preciso ainda a maturidade, o amadurecimento das massas e do povo. O povo ainda está muito despreparado para uma alta democracia. Vocês vejam por exemplo os Estados Unidos, todos os seus defeitos, já tem uma democracia que ninguém discute. Como dizia um americano para mim uma vez, como é que é isto aqui, hein? Então, quando tiramos o Jango, “Então, tira um Presidente, não é?”. Tira. “E põe outro” ... É. “Sem eleição?” É. “Ah! ...” Ele achava aquilo engraçado. O Brasil, você vai na Inglaterra você vê, não se discute mais entendeu, o rei esvaziou-se o rei, de maneira real, profunda e ele foi posto do seu trono, mas o senhor Rei, Sua Alteza entendeu, só pode usar da palavra em determinados momentos para determinados fins, quem governa e administra é o chefe de Estado. E o chefe de Estado praticamente é o Primeiro Ministro.

MC - Doutor Batista Ramos, por que o senhor depois, quando teve a Revolução, houve a cassação dos partidos e com o AI-2 a criação de dois partidos, o senhor fez a opção pela ARENA, por quê?

JB - A sua pergunta é terrível, hein, Marcos? É terrível.

MC - Mas o senhor tem uma resposta.

JB - Pouca gente sabe, mas eu tenho a resposta. Aconteceu o seguinte, naquela hora todos estávamos assim no ar, quando o Médici chamou ...

MC - Médici não, o Castelo Branco.

JB - Sim, aí foi Castelo. Quando Castelo ... sim, Castelo discutindo com os amigos teve essa saída. Disse “A Revolução ainda não chegou no poder legislativo, não é? É preciso agora que chegue até lá.” Como? Constituindo uma chapa de elementos que possam conviver com a Revolução. Então mandaram buscar o Bilac Pinto em Washington. E o Bilac não é homem de reivindicar cargo também. É um grande conservador, entendeu, tinha raízes muito profundas que ele também era um homem muito rico, onde está o teu tesouro está o teu coração. (TI) a fortuna da mulher que ele soube administrar. E ele estava

lá, foram buscar de andor. Que Bilac não é de vir. De dizer venha só com um andor para vir, e quatro pessoas para carregá-lo. Chegou aqui. Chegou aqui então era a chapa encabeçada pelo Bilac, era a chapa da Revolução para derrotar o Mazzili que se havia se perpetuado na presidência da Câmara. Há sete anos ele vinha, e mais sete ficaria. Como na história do Jacó, mas se deixassem. Mas na ocasião resolveram pôr um ponto final naquilo. Aí restava então organizar a chapa quem seria o vice-presidente, o segundo vice-presidente aí foi. A luta foi em torno dessa organização. Eu não participei de nada. Eu estava dormindo aqui, me lembro sozinho naquela ocasião, quando batem a campainha, foi o assistente do Guilherme Machado aquele feiticheiro de Minas Gerais, que sempre me deu bons conselhos, que ele é um homem que não tem um amor ao cargo, mas tem um amor à função. Um homem muito correto, muito sério e lúcido, muito lúcido. Chegou, foi falar comigo. Disse: “O que há Guilherme, senta aí” isso foi aqui mesmo, olha organize-se a chapa e seu nome foi aventado para primeira vice-presidência pelos pequenos partidos. Porque os partidos vão acabar mas já não. Mas o seu nome seria para vir primeiro vice-presidente porque seu nome é aceito. Eu disse: “Mas meu Deus e a UDN? São 92 votos da UDN. O PTB racha com o meu nome.” Ele disse: “Mas o que você espera do PTB?” Eu disse: “Eu não espero nada, mas eu não estou reivindicando nada também.” Ele disse: “Não, é a sua hora”, ele é muito positivo, “é a sua hora. Você é o candidato da UDN.” Aí eu arregalei os olhos. “Mas a UDN vai me aceitar?” De 92 votos, você tem 91 aceito o seu nome”. Aí eu disse: “Olha, deixa eu dar um balanço no PTB, o PTB também estava acéfalo, rachado também entre mais conservadores e mais esquerdistas. E então, surgiu também lá a oportunidade para escolha de chapa e para organização da liderança. Meu nome surgiu para liderança vetaram, meu nome surgiu para um outro posto vetaram. Eu era tido como conservador e para três postos a bancada me vetou, quer dizer, me jogaram de lado, porque eu não servia para cargo nenhum, segundo a corrente mais ideológica, esquerdista. De outro lado vinha a UDN e me dizia, venha que nós te damos 91 votos, que aceitamos você para primeiro vice-presidente. De outro lado o PSD, eu consultei o PSD, também disse: Não, você nós aceitamos. Então eu estava com a faca e o queijo na mão. Aí, mas eu ainda fiquei meio assim, um pouco assustado com a proposta, sempre eleição é um risco e fui embora para São Paulo, fiquei três dias lá, conversando com irmão ... “Olha surgiu isso, eu estou assim ainda em dúvida”. Mas passaram os três dias voltei, cheguei aqui, quando cheguei aqui encontrei o Hotel Nacional em polvorosa, Bilac havia chegado de andor, já estava na suíte presidencial, entendeu, se discutia tudo. E não se discutia mais, a chapa era Bilac presidente, Batista Ramos 1º vice-presidente e por aí vinha a chapa, um elemento de cada partido, elementos de todos os partidos. Foi isso que aconteceu, quer dizer, eu sobrei no meu partido pelo fato de ser considerado um elemento de direita. Eles me conheciam muito pouco por dentro, eu nunca me mostrei por dentro a muitos, a muito poucos. Por outro lado, o outro lado me queria. Não tinha obstáculo, meu nome era um dos poucos nomes que não encontravam restrição. Era primeiro vice e só porque é vice a gente não dá muita importância. Para vice aceitei. Eu nem aceitei, deixei correr. Eu ganhei, eu tive mais voto que o Bilac, estourei, estourou minha votação no plenário, tive mais de dez votos que ele. O Bilac foi aquela vitória assim de cabeça de jôquei sabe, mas o meu, não, meu nome estourou dentro do plenário.

MC - O senhor está explicando por que o senhor chegou a ser vice-líder, não vice-presidente da Câmara isso em [19]65, agora eu gostaria de saber por que o senhor optou pela ARENA?

JB - Pela ARENA estava aí já a origem. A ARENA, o Presidente Castelo Branco queria acabar com os partidos, e acabou com os partidos, acabou com o AI-2, que foi a causa da

demissão do Nilton Campos. Doutor Nilton não quis, doutor Nilton era um homem de muito princípio e disse: “Não, eu não vou assinar isso.” Não fez escândalo, não fez barulho e se demitiu, não é. E ele muito magoado com a Revolução já porque ele tinha tido em casa, aqui, jantando comigo Rondon Pacheco, Guilherme Machado, ele contou um caso que teve em Belo Horizonte da família, a família amiga dele e que o nome agora eu não me lembro, ele havia feito um pedido ao presidente para ver se poupava aquelas perseguições que havia em Belo Horizonte. O presidente prometeu tomar providências e não tomou, ele ficou muito magoado e também foi uma das pedras com que ele construiu a renúncia dele. E depois juntou-se também o fato do AI-2 que se anunciava e também completou-se o quadro e ele se demitiu. Mas então, isso quanto à ARENA. Mas então a ARENA foi uma consequência da dissolução dos partidos, então ficou todo mundo assim, desarvorado. E eu vou para onde, para cá, para lá, ninguém sabia mais aquela revolução no que ia dar. Castelo tinha uma coisa que se impunha, era a respeitabilidade, ele era um homem sério, sério mesmo, foi o período mais sério da Revolução, austero, vida simples aquela coisa toda ... E organizaram a ARENA, e eu que já tinha sido primeiro vice-presidente, aceitei e optei pela ARENA. Foi isso que aconteceu, porque eu não tinha mais, se eu fosse para ARENA, o MDB já era uma oposição mas essa oposição tinha aquela ala de esquerda muito aguerrida, ela é que liderava, o MDB que surgiu não era o PMDB, era o MDB, ela que liderava e ela liderando eu também não tinha nada o que fazer nela, porque ela me tinha vetado para tudo. O que eu ia fazer lá, eu lá sempre seria um indesejável para eles. Aqui não, eu era recebido assim na palma da mão, tratado com todas as honras, me oferecendo cargos, tudo.

LO - É lógico, era um líder trabalhista de São Paulo ...

JB - Não, aí entra o Rondon, o Rondon insistia em que devia ser eu o primeiro vice-presidente, porque eu já tinha uma certa tradição política dentro da Câmara, devido àquelas coisas, tinha BNDES lá atrás, eu já tinha tido Lei Orgânica da Previdência que eu movimenteí aquele mundo todo, entendeu, e ele defendia a tese, sempre defendeu a tese de que era preciso que o Partido Trabalhista viesse com uma ala para constituir a ARENA. Então cindiu-se uma parte do PTB ficou no MDB, e outra parte veio para ARENA, foi o que aconteceu. Foi um racha, pois um meio a meio, eu não sei quanto quantitativamente, quanto representou esta repartição mas foi isso que aconteceu.

MC - O senhor antes mesmo de entrar na ARENA, o senhor no PTB, pelo que o senhor já relatou aqui nas outras seções da entrevista, o senhor mostrou assim uma grande, boas relações com a UDN. O senhor tinha grandes amigos na UDN, o senhor ...

JB - Mais amigos na UDN do que no meu próprio partido.

MC - A que o senhor atribui isso?

JB - Afinidade.

MC - Ideológica.

JB - Não. Não é bem ideológica. Porque também, poucos na vida, poucas pessoas conhecem meu pensamento filosófico social, econômico. Mas por exemplo, o Guilherme Machado conheceu entendeu?

MC - Então era questão assim de amizade.

JB - Amizade, o Guilherme morava aqui ao lado, nossas crianças foram criadas juntas, o Rondon morava ali naquela ponta do bloco A, as nossas crianças brincavam juntas, essas coisas todas ... interessante, essas coisas todas funcionam em política amizade pessoal, quer dizer eu tinha muito mais ligações pessoais com eles do que com o partido propriamente dito. Contribuiu muito, a minha carreira estava muito ligada ao Guilherme. Muito. Que ele era um homem que gostava da função, porque eu brincava com ele, “não gostava de (TI)”, não estava ligando, mas ele manipulava, ele no bastidor era de uma agilidade, uma capacidade de conversar e de articular muito grande, o Rondon também, quieto, o oposto. Mas era um homem muito sensato e eu descobri neles, uma coisa que eu descobri em poucos elementos do meu partido, muito caráter e homens de palavras. Não eram fingidos comigo. Isso eu acho muito importante isso, estabelece também afinidades. E como eu não era com eles, éramos, uma palavra minha seria cumprida, uma palavra deles eu sei que no dia da minha eleição, eu podia correr o risco deles me darem um trambolhão, sendo eu de outro partido. No dia, na hora, à tarde, à noitinha, cinco horas, seis. Eleição, Rondon sentado na primeira fila aí da Câmara, eu cheguei e disse: “Rondon, olha aqui quantos votos você acha que eles têm no PTB?”. Ele disse “17”. Eu disse: “Não, rapaz vou ter muito mais, a metade do PTB vota em mim”. Que interessava ao PTB também ter um elemento seu. Porque não tinha nem vinculado com a esquerda do PMDB, do PTB, eu não tinha animosidades, eu não tinha adversários, eu nunca fui homem de cultivar essas coisas de hostilidade, eu achava isso uma coisa errada entendeu, eu disse: “Olha, eu trago mais.” “17 você traz.” Ele assim sentadinho. Eu digo: “Trago. 17 eu trago”. “E da UDN que eu quero saber. O Guilherme me falou de uma votação que eu estranhei, que pudesse ter. Agora está aqui Batista, olhe.” Abriu a folha de votação. “Está aqui, está, está, está. Só isso que não vai votar em você.” A UDN tinha essa coisa. Com todo conservadorismo que eu pudesse querer, vamos dizer, assim etiquetá-la ou atribuir a ela, eles tinham um caráter, eles tinham umas qualidades muito importantes na vida política. Para certas pessoas que não querem estar fazendo traficância. Não querem estar dando palavra aqui, falando ali. Enfim, intrigando um colega com outro, ou dizendo que vão fazer uma coisa. Apoiar e não apoiá-lo, porque o voto é secreto. Então diz que e depois vota contra porque o voto é secreto, quer dizer, eu notei sempre na UDN essas qualidades. Essa gente com que eu lhe dei, era gente de fio de barba como Bilac. Sultão como se dizia, caladão. Mas era um homem se dissesse para você: “Olha, Luis Octávio, amanhã às tantas horas vai acontecer isso assim com você.” Ia acontecer, porque ele chegava para fazer, porque eles tinham caráter. Então, eu dizia, eu dizia ao Rondon. Olhei para ele bem nos olhos dele: “Vocês vão me dar realmente o voto?” “O Batista não chateia, vai embora”. Era meu amigo íntimo. Pronto, se o Rondon disse isso acabou-se. Mas se outros talvez me dissessem eu não ia acreditar. Entendem vocês? Naquela jogada terrível entendeu. Eu joguei com homens muito firmes e o PSD me deu o resto da votação uma parte grande, só PSD eu ganhei estourado.

MC - O senhor acredita que essa relação que o senhor teve de identificação com certos elementos da UDN o levaram também para a ARENA?

JB - Também.

MC - O senhor acha que isso aí também foi de certa maneira uma ...

JB - Acho, porque o MDB ficou com a esquerda e com a ala direita também. Conservadores mas uma ala progressista muito agressiva ativa e de gente inteligente e boa como o Covas, gente de posição, o Almino muito inteligente e talentoso, um belo tribuno mas a ARENA era mais conservadora.

MC - E o senhor se identificava mais com esse ...

JB - Mais conservadora. Eu me identificava mais, não por ser conservador, mas porque daquele lado eu ia ser maltratado, eu não tinha sido recebido quando se tratava de escolherem os seus, os parlamentares para provarem os cargos em outras situações. Eu senti que eu estava isolado e posto num canto, como se fosse um menino que fosse apanhado fazendo alguma arte que merecesse castigo e fosse posto num canto da sala. Quiseram me tratar assim. Eu disse “Olha, assim também não, eu bobo não sou. Você querem me tratar assim, eu largo vocês a pé.” E foi o que eu fiz e larguei.

LO - O senhor acha que mesmo com um presidente general, o partido do MDB, mesmo com a presença do PSD grande lá dentro do MDB naquele momento era um partido de esquerda, acentuadamente de esquerda.

JB - Não era oposição. Era oposição aguerrida. Porque eles lutaram. Mas com amigos pessoais por exemplo, o Martins Rodrigues era o líder, era meu amigo, nossas mulheres viajaram juntas, eram amigos chegados entendeu, eu me dava muito bem, quer dizer, eu sempre tive um relacionamento pessoal muito bom com os partidos todos, eu nunca fui de fazer pirraça, nem hostilizar colegas. Minha tendência era colaborar, ajudar, compreender, achar que todos tinham suas razões, e esse espírito de compreensão é que me ajudou muito.

MC - Ministro Batista Ramos, de certa maneira o senhor se aproximou então da Revolução nesse período?

JB - Eu não me aproximei da Revolução ...

MC - Mas o senhor foi para um partido que de certa maneira era a base parlamentar da Revolução ...

JB - Sim. É lógico, eu não tinha outro jeito. Ou renunciava, eu tinha que optar entre a oposição e o governo, eu preferi ficar com o governo, dadas as circunstâncias que ocorreram.

MC - Sim.

JB - Era muito comum isto: “Onde é que está fulano?”. Fulano. Aqui. Então vou para ali. Acontecia muito disto. “Fulano está aqui.” Não. Então vou para ali. O meu lugar não é aí. Aí eu não tenho chance.

MC - E quanto à atuação da Revolução naquele momento, como o senhor se colocava diante de um movimento militar que cassou pessoas, que matou pessoas, colocou muita gente no exílio. Que, de certa maneira ... Como é que o senhor se colocava?

JB - Eu, pessoalmente eu nunca aprovei violência de espécie nenhuma, nem cassações nem outra espécie de violência, eu era contra isso tudo, eu me ressentia quando isso acontecia, mas isso não dependia de mim, quer dizer, eu nunca delatei um amigo para que ele fosse cassado, nunca dedurei como se diz vulgarmente, tenho a consciência tranqüila e todos sabem disso. Desafio alguém que levanta e diga Batista denunciou. Eu nunca fiz isso, eu convivía muito bem com todos e queria ver se nós íamos transigindo um pouco com a revolução para sairmos desse túnel. É o que todos pensavam. Ninguém pense que a ARENA na sua maioria estava batendo palmas para a Revolução, não estava, aí quem calava não consentia, quem cala consente. Nem sempre isto é uma, é preciso analisar isso em face da realidade, nós éramos contra tudo isso. A grande maioria da ARENA era contra. A UDN que estava apoiando o governo em massa, que o PSD também dividiu-se, parte foi para oposição, parte ficou com a ARENA. PMDB, é PMDB e ARENA. Mas essa turma do PSD também grande parte tinha uma verdadeira repugnância pela revolução. Era uma ilusão ver aqueles blocos assim constituídos de um lado MDB, de outro lado ARENA e pensar que os elementos todos que estavam na ARENA apoiando o governo entendeu, estavam ali entendeu, todos batendo palmas, não estavam batendo palmas, estavam consentindo para ver como sair da crise, se ia ser dissolvido o congresso, não ia ter nada. Como iam acabar os partidos daí há pouco pelo AI-2.

LO - E [19]68 ...

JB - Havia muita gente magoada dentro da ARENA, gente perseguida dentro da ARENA, mas o que se havia de fazer? Era uma situação difícil ... outra coisa, a maioria não era de gente rica, você se elege, você larga a advocacia, você abandona tudo, você vai para uma Câmara Federal no meio do seu mandato, você vai ser cassado para onde é que você vai? Se tem família é preciso considerar essas situações difíceis também. Eu não tinha propriamente esse problema agudo, mas também era um homem que não tinha condições de viver sem o meu subsídio como a grande maioria não tinha, você diz: Mas isso não é utilitarismo. Ora, meu filho, quem na vida pode atirar a primeira pedra, a vida tem dessas contingências, você tem que tomar as posições, salvar quanto possível os seus princípios, mas também não querer jogar a sua família numa situação de miserabilidade ou de pobreza, não acha? Para sair de uma situação dessa é preciso estratégia. O que aconteceu, muita gente que estava na ARENA, estava suportando a ARENA, muita gente que estava no PMDB, também estava suportando aquela situação, porque não podia ficar na ARENA grande ala, grande parte do PSD. Logo os conservadores quase forçados também estavam lá e a UDN nunca foi governo de verdade, estava na ARENA fustigando, fustigando, entendeu, o governo, porque a vocação da ARENA, da UDN, nunca foi uma vocação governista, ela sempre foi de oposição, mesmo fazendo oposição entendeu, aparentemente num partido de oposição ela detestava aquela situação. Eles queriam era democracia que fosse rápida a revolução, que se voltasse logo a normalidade constitucional, que se fizessem as eleições gerais e se normalizasse a situação. E quanto, até permite ainda, um fatinho que elucida bem. Uma vez conversando com o presidente Castelo Branco.

## Fita 8 - Lado B

LO - O senhor estava falando de conversa entre o senhor e o Castelo Branco falando sobre o Herbert Levy.

JB - “Este Herbert Levy era um homem muito curioso, o senhor não acha?” Ele era muito espontâneo, muito franco comigo. Eu disse: “Por que Presidente?”. Disse: “O senhor não vê? Ele quer situações no governo, ele quer participar do governo, é candidato a isso, aquilo, mas o senhor já viu os discursos dele na Câmara ? São todos contra a política cafeeira do governo.” Eles eram assim, o grosso da UDN era anti governo mesmo dentro da ARENA na fase mais aguda da revolução, eles queriam o retorno o quanto antes. E nós participávamos dessa idéia, ninguém estava querendo aquilo.

LO - Eu quero dar um esclarecimento à fita, esse encontro que o senhor estava tendo com Castelo Branco foi aqui em Brasília no Palácio do Planalto.

JB - É. Não sei se no Planalto ou na Alvorada. Num dos dois.

MC - Doutor Batista Ramos, eu queria colocar um fato que é colocado na sua biografia que é o seguinte: O Adauto Lúcio Cardoso era presidente da Câmara isso em [19]66 e ele renunciou à Presidência da Câmara porque havia uma imposição pelo Palácio do Planalto pela cassação de 12 deputados.

JB - Não, já tinha havido. Já tinha havido a cassação de uma meia dúzia.

MC - E ele parece que renunciou por essa causa.

JB - Por causa disso ...

MC - E o senhor assume a presidência da Câmara?

JB - É.

MC - O que o senhor achou da posição do Adauto e mesmo do senhor de assumir a presidência quando o presidente da Câmara renuncia porque é contra a cassação de deputados.

JB - Sim. O Adauto vejam só, porque o Adauto. Eu queria muito bem ele, tenho lembrança grata dele. O Adauto era um *Dartagnan*, ele não precisava ter feito aquilo, porque nós vínhamos na Câmara todos suportando aquela situação na esperança de dias melhores, que aquilo passasse, porque o governo estava prometendo constantemente normalizar a situação do país e fazer tudo voltar à normalidade. Como com atraso acabou voltando, mas e sobretudo Castelo era um homem idealista. Muita gente o chamava de ditador, não era nada disso, ele era um homem forte, rígido, eu chamo de um democrata rígido. Quando ele fez ... Quando o Adauto fez aquilo. O Adauto era amigo pessoal dele, Castelo era eleitor do Adauto no Rio, mas o Adauto tratava com o Castelo assim com muita intimidade, não é. E Adauto não admitiu que Castelo cassasse porque Adauto dizia o seguinte, era uma construção mental que ele fazia porque não tinha fundamento pelo que eu examinei e analisei depois. Ele tinha essa idéia. O presidente me prometeu não cassar ninguém enquanto eu fosse presidente. Ele construiu isso, enfiou isso na cabeça, ele era apaixonado, o Adauto, ótimo amigo mas apaixonado. E ele construiu isso e houve

as cassações, aquela meia dúzia de cassações, o nome agora eu não me lembro. Cunha Bueno entrou...

MC - Cunha Bueno. Cunha Bueno é agora, não?

JB - Não. Não esse Cunha é o pai. Houve aquelas cassações e ele então achou-se, considerou-se ferido porque Castelo teria faltado à palavra dada a ele, não cassaria. Então vocês vejam agora o que eu pude ver. Eu tinha dúvidas sobre esta construção mental do Adauto, prometeu não cassar. Eu tive de substituí-lo. Eu não queria substituir Adauto, eu tenho a consciência tranqüila. Porque, sobretudo porque eu era o primeiro vice dele, escolhido por ele, e também porque eu queria muito bem a ele. E ele a mim, ele me tratava com muita deferência, mandava aqui até docinhos para ele que a minha mulher fazia, eu mandava para ele, nós gostávamos dele. Aquele parecia um mosqueteiro. Qualquer coisa ele desembainhava a espada e ia no inimigo, era o temperamento dele. Eu assumi, veja bem, mas antes de assumir foi aquela corrida, todos estávamos em campanha quando, vamos ver se eu consigo rememorar uns detalhes aí, que ajudam a formular melhor meu pensamento, que a memória precisa reunir elementos, para ler aqui eu tenho tudo isso escrito, mas aqui procurando ainda me valer da memória. Eu estava em Bauru fazendo minha campanha, estava na casa do diretor da estrada.

MC - Da Noroeste?

JB - É. Conversando com ele, fazendo uma visita a ele, quando a rádio patrulha bate na porta. É, era um sargento, um tenente lá que vinha expressamente me procurar. O Presidente Castelo Branco me convocava com toda urgência para o Rio. Lá fui eu embora. Dia de tempestade, o diretor de estrada mandou me levar no avião da estrada até São Paulo, em São Paulo peguei um avião da VASP para ir para o Rio. Cheguei à noite telefonei para o Presidente. “Presidente estou aqui”. Me disse: “Eu amanhã cedo eu aguardo o senhor logo à primeira hora, nove horas o senhor pode chegar aqui?” Amanhã cedo, às nove horas. Levava o *Jornal do Brasil* no braço aqui, em que se falava da situação, era uma entrevista do Adauto, ele puxou assim, até foi um pouco indelicado, mas ele tinha aqueles rompantes, mas não é, ele era um homem educado. Quando eu me apresentei e dei a mão para ele, ele me cumprimentou, puxou assim o jornal e disse: “Eu quero que o senhor me diga. Peça o Adauto para dizer que dia, hora e local eu prometi a ele que não cassaria ninguém. Nunca lhe prometi.” E chorou. Ele era um homem sincero. Vejam aqui como as personalidades se contradizem, os dois choraram. Os dois estavam certos. Sabe o que aconteceu, depois analisando com vários amigos do partido o Adauto não queria a cassação, tinha intimidade suficiente com Castelo para esperar que ele não fizesse nenhuma cassação durante a presidência dele Adauto. De modo que, quando aconteceu aquilo ele considerou uma traição a ele, a amizade dele e essa amizade para ele era uma promessa. Como se dissesse: Ele tão meu amigo, não poderia cassar sem me consultar. Só que ele se esquecia de que se Castelo consultasse ele Adauto, Adauto seria contra a cassação e ele Castelo não podia deixar de cassar porque ou ele cassava ou seria cassado. Porque os presidentes foram sempre todos enquadrados pelo que eu examinei, pesquisei, sempre vi presidentes enquadrados. Como Castelo com toda sua personalidade ele mandou pela força moral que tinha, pela autoridade que tinha, porque não tinha tropa, a tropa era o Costa e Silva. Ficava falando sozinho às vezes, como falou 24 horas deposto sem ninguém saber. Naquela crise militar do Rio.

MC - Crise militar do Rio ...

JB - Do Primeiro Exército. Queriam tirar Castelo, a linha dura.

MC - Quando o senhor diz que ele era enquadrado por que haviam pressões dentro do Exército?

JB - Muito grandes, ele não cassou porque quis não, também ele consentiu, ele participou, mas se ele não participasse ele seria também eliminado do governo. Como logo depois ocorreu se não fosse o Costa e Silva ter a tropa ele teria sido afastado do governo. Ele chorou no peito do Costa e Silva. Mas então veja você agora porque essa história toda que você está dizendo. Pode perguntar. É o seguinte era uma situação difícil a nossa eu pensei assim, se eu renunciar também desaba a casa, aí desabava tudo. Eu tinha pão, ia para casa do meu irmão fazendeiro que me abrigou depois, entendeu, ia trabalhar, meu irmão tinha jornal, me dava serviço, eu me arranjava, a família não era grande, mas aquilo é diferente, a casa desabava em cima de todos não, ia ser um parlamento, não se dissolve assim, como se estivéssemos num regime parlamentarista, o americano em que as eleições são mais..., os mandatos são menores, o sujeito está sempre em posição de se preparar, está sempre preparado para uma eleição, aqui desabava. Se eu na hora, eu me fechasse, eu podia dar um ato, um ato aparentemente bonitinho, eu também renuncio com Adauto, mas ia acontecer isso. Aí o primeiro vice renunciava rodava tudo. Eu era o único homem que podia segurar a coisa e ir atravessando aquela situação e depois aqui se passou nessa sala. Passaram acontecimentos muito curiosos. Ele ficou em cima de nós assim, como um tenaz, Castelo no Rio. Quando, naquela crise de junho, julho, quando Adauto rebelou-se, lembra-se antes da renúncia? Primeiro do meio do ano ele rebelou-se e ficou pedindo licença do Márcio, lembra-se?

MC - Mas isso foi ...

LO - Isso foi em [19]67, [19]68.

MC - [19]68.

JB - Espera aí um pouco, estou fazendo confusão. Nós estamos em [19]64 ainda, não é?

MC - [19]66, quando o senhor assume a presidência da Câmara.

JB - É, eu na primeira vice-presidência da Câmara, mas para eu assumir tinha havido já fatos anteriores, a crise estava largada dentro da Câmara. As cassações vinham sendo desde o começo no governo, no mandato do Bilac não tinha havido cassação, foi sorte do Bilac, então era o Bilac que tinha renunciado, era capaz também, Bilac era aquele durão, intransigente nessas coisas. Mas não houve nada, graças a Deus entendeu, na dele é que aconteceu, foi uma falta de sorte. Então a conclusão é esta, respondendo à sua pergunta, na hora eu não renunciei, porque se eu renunciasse não era a minha renúncia. Era a Câmara que seria fechada, o congresso seria fechado porque, por exemplo eles estavam com a faca e o queijo na mão. Como depois mostraram, entendeu?

LO - Em 1968 o senhor ainda ...

JB - Eu podia fazer umas bravatas, ressalvo muito bem isso, eu podia fazer, eu tinha coragem, porque quando foi preciso, eu dizer certas verdades, eu disse ao presidente. Nunca tive medo do Presidente da República. Desde a Revolução eu os tratava com muita

independência, eu nunca fui nenhum subalterno de presidente, nem vivia xeretando o palácio. Eu só ia quando precisava de mim, me chamavam aí em função da minha tarefa, mas eu não era subalterno, não. Mas tive a minha dignidade ali, eu achava ou eu transigia e assumia e os amigos pedindo pelo amor de Deus, assume isso porque senão cai a casa.

LO - Em 1968, no caso que o senhor estava falando do Márcio Moreira Alves, o senhor votou com o governo ou com a Câmara?

MC - No episódio do Márcio Moreira Alves.

JB - Eu posso fazer a confissão, eu votei com o Márcio. Havia revolta geral, quer dizer, a turma na hora de eu votar, a turma piou não, a turma sofreu na hora que eu fui votar, eu nunca falei no assunto com ninguém. Eu não podia falar no assunto.

MC - Mas o senhor votou ...

LO - Com o Márcio Moreira Alves.

JB - Eu votei pela denegação da autorização entendeu, do congresso para processar o Márcio. O governo processar o Márcio. Foi um voto de consciência mas eu não fiz alarde nada, não.

MC - O senhor foi lá votou e tal.

JB - Eu fiquei quieto, o voto era secreto, cheguei lá, não entrei na briga, não fiquei xingando o governo, nem podia, e que não era meu temperamento. Mas a consciência aí esteve tranqüila. Eu estava muito ligado ao Guilherme, Pedro Aleixo, outro é o Pedro Aleixo também coitado, foi cassado só porque teve uma indiscrição telefônica.

MC - Como é que é esse caso, ele teve uma indiscrição telefônica?

JB - Foi o Pedro Aleixo.

MC - Pedro Aleixo era ...

LO - Vice-presidente do Costa e Silva.

JB - Ia assumir, na doença do Costa e Silva ele ia assumir. Mas ele antes, na dúvida de que pudesse assumir não que havia restrições a ele e aquela coisa que eu disse a vocês, a UDN no governo era um anti-governo, ela era interessante, eram homens muito independente, não se vendiam não, eles tinham caráter, eu presto essa homenagem a eles. Nos outros partidos havia homens bons também, mas na UDN eu percebia mais resistência na liderança, eles eram mais homens do anti-governo de oposição do que muita gente que estava na oposição por circunstâncias acontecia isso, a contingência política. Mas ele então telefonou, queria ter uma conversa com Minas.

MC - Com quem?

JB - Com vários elementos.

MC - De Minas?

JB - De Minas. E nessa conversa teria dado a entender, perguntado se poderia contar com as forças militares de Minas com a região que está sediada lá. De modo que as coisas estavam muito tensas. Isso estava sendo tudo gravado.

LO - Isso quando o General-Presidente Costa e Silva já estava adoentado?

JB - Adoeceu. Na hora da substituição.

LO - Agora quando o senhor votou para o Márcio Moreira Alves, isso foi antes ?

JB - Foi antes.

LO - Agora o senhor tinha consciência de que a Câmara podia ser fechada, porque o governo ameaçava fechar?

JB - Tinha plena, plena, eles fechavam.

LO - E o senhor sabia que o seu voto teria contribuído para ...

JB - Quer dizer, o Presidente, quer dizer, o primeiro vice em que o governo podia confiar um pouco não acha, mesmo com o coração pelo menos pela necessidade de suportar o vexame entendeu, se eu tivesse uma atitude independente e tal ...

LO - Ali o senhor aceitou, o senhor aceitou e assumiu. Agora foram dois anos depois em torno, em 1968 ...

JB - [19]67, não aí eu assumi, isso com o Adauto, depois em [19]67 eu fui eleito presidente pelo plenário. Aí não houve influência de governo. Eram quatro ou cinco candidatos da ARENA. Aí [19]68, aí já em fins de [19]68 foi o AI-5 que acabou com os partidos, com as legendas todas, acabou com os partidos.

LO - Quando o senhor votou com o Márcio Moreira Alves o senhor tinha consciência de que o Congresso ia ser fechado?

JB - Consciência de ser fechado não, mas corria o risco. Porque a turma aqui estava muito mal informada entendeu. Anunciava-se a última, havia votação, entendeu, primeiro o que fizeram do caso Márcio, o Márcio foi imprudente não podia chamar os militares de canalhas não, chamou de canalhas. E foi gravado pelos coronéis que tinham esses serviços, num quarto da Câmara.

LO - O senhor conhecia esse quarto, sabia ...

JB - Não, mas sabia. Que eles viviam, que eles tinham, era uma rádio escuta, era SNI. Aquele bravo, estão gravando tudo, mas quando a mesa mandou censurar este excesso do Alves, do Márcio Moreira Alves já era tarde. Aí então, quando viu o Costa e Silva, Costa e Silva recebeu o resultado. Negaram, pode-se então xingar de canalha ofender a vontade as forças armadas, onde está a nossa maioria, pelo menos para salvar o cara. Não temos

maioria, o governo está sem maioria. Pau neles! Era o coronelão, o sargentão, o Costa e Silva. Costa e Silva não era um Castelo Branco.

LO - Tem um depoimento antes da esposa do Costa e Silva que diz que foi meio a contragosto que ele assinou essa cassação.

JB - Acredito também porque quando é, isso é de um amigo meu, como definir o que a linha dura, que era de linha dura, você não podia apontar José, Antônio, Francisco. Você não podia apontar as pessoas, era um estado de espírito. E centenas de pessoas das Forças Armadas e daquelas pessoas que já estavam em posições boas, vantajosas e que queriam manter suas posições, então criou-se aquela carapaça, a linha dura. Mas é difícil de identificar quais são os elementos da linha dura, é um estado de espírito.

LO - Agora quando o senhor é presidente da Câmara ascende ao governo o General Médici.

JB - Eu fui presidente da Câmara, eu fui com Castelo, eu fui com Costa e Silva, Costa e Silva não, não, eu assumi no dia 15 de março de 1967. Era Costa e Silva.

MC - Ficou o ano inteiro de [19]67 como presidente da Câmara?

LO - Ficou até [19]68 como presidente da Câmara.

JB - Foi até o princípio de [19]68.

LO - Até o fechamento do Congresso?

JB - Não, até março, até fevereiro de [19]68. Aí o Zé Bonifácio ganhou a eleição de mim, entendeu e assumiu, e no fim do ano houve então o AI-5 com a cassação.

MC - Doutor Batista Ramos, o senhor foi presidente da ARENA, quer dizer, parece que depois da Revolução de [19]64, uma ascensão política grande, o senhor foi vice presidente da Câmara, depois o senhor foi presidente da Câmara culminando no início da década de [19]70 com a presidência da ARENA. O senhor presidente da ARENA, por sinal num período que foi o período mais difícil do regime militar, quer dizer, o senhor foi... parece, quer dizer, eu acho que talvez tenha sido o período de maior repressão no Brasil, que foi a época do Médici, um regime de terror, o senhor era presidente da ARENA, numa época que era um regime de terror, na sua qualificação não?

JB - Eu não acredito em regime de terror, não. Eu acho que estou achando que é um pouquinho de exagero.

MC - É, o senhor está achando um pouco ...

JB - Terror não, era como vinha, o Costa e Silva era a mesma coisa. Recrudescer dizem, os jornais dizem que recrudescer. Exato, parece que aparentemente parece que recrudescer um pouco a situação porque no regime do Médici houve também muita violência. Houve. Mas eu não me lembro assim especificamente de quais foram elas. Era um regime também, digamos autoritário.

MC - O senhor não acha que foi mais autoritário que nos outros governos militares?

JB - Mais autoritário do que nós? Não sei não. Confesso que ... dizem que, eu ouço vozes no sentido de que foi. Eu ouço vozes no sentido de que foi, mas não sei não. Eu não vi. Porque agora eu confesso que eu também cheguei à presidência da ARENA. Não foi porque o Médici me amava, não. Foi mais devido ao Rondon Pacheco. Foi mais devido ao vizinho Rondon Pacheco, que era meu amigo. Ele que é muito político e objetivo, ele pensou assim, Presidente eu vou constituir a chapa, ele teve arbítrio total para constituir a chapa no equilíbrio e ele achava que eu representava o Partido Trabalhista ainda. Eu não era um dos homens do Partido Trabalhista mais em evidência ainda, era um deles. Mas estava na ARENA. Então ele me pôs para primeiro vice presidente dele. Mas foi mais dialética dele, do que prestígio meu junto do Presidente.

MC - O senhor está colocando de uma maneira como se na época, o senhor está colocando que diziam muitas coisas da época. Eu acho que depois da abertura política a gente pode entrar em contato com notícias sobre o período do governo Médici. É de torturas, de assassinatos.

JB - Sim, mas nós não sabíamos, eu não sabia das torturas. Eu só soube de um caso. Do Paiva. A morte do Paiva, do Rubens Paiva.

MC - O senhor não sabia na época do período de torturas, de pessoas que sumiram, de pessoas tendo que ...

JB - Não. Isso apareceu muito depois. Depois que esses bastidores saíram não é? Na ocasião, podia falar alguma coisa. Mas não sabia. E o que nós podíamos fazer? O que eu disse para vocês. Se os Presidentes eram uns enquadrados, calcula agora os pobres dos deputados e senadores.

MC - Sim, mas o senhor assume a presidência de um partido. Partido que é base de sustentação parlamentar de um regime que na época era cada vez mais autoritário.

JB - Base parlamentar que não tem autoridade administrativa nenhuma, base parlamentar que não tem nenhuma posição de chefia do setor militar, que não pode, que mal se comunica com as Forças Armadas que vivem no seu círculo legislando.

MC - Então por que ser presidente de um partido como este?

JB - Navegar, navegar. Às vezes a gente não está numa posição meu amigo Marcos, não está numa posição para fazer uma coisa de uma noite para o dia. Nós temos que construir, e às vezes esperar, sofrer, ter paciência. Se nós não tivéssemos tido paciência, esse Congresso, esse Parlamento não tivesse tido a paciência ou se poderemos chamar essa posição de comodismo ou de adesismo. Se nós não tivéssemos tido essa paciência, entendeu? Então a coisa estivesse talvez muito pior, não havia essa paciência. Agora todos não tiveram, os melhores homens da República não tiveram e Pedro Aleixo com toda sua autonomia e independência e individualismo, e o doutor Nilton Campos com toda a sua formidabilidade com o seu conceito nacional de primeira linha como político brasileiro. Toda aquela gente, podemos citar 50, 100 nomes. Todos tivemos de ter paciência de suportar aquela situação.

MC - Mas parece que o senhor não foi só complacente, não, porque parece que o senhor tinha alguma simpatia mesmo pelo governo. Está aqui escrito numa reportagem aqui, eu estou sendo um pouco “advogado do diabo”, porque por aí é que dá. É por aí que a gente consegue, também o máximo de informações do senhor.

JB - Pode ser advogado do diabo, eu tenho o anjo da guarda muito forte.

MC - Na revista *Veja*, isso é claro, fez algum tempo. Na revista *Veja* de 1961, o senhor nessa época era presidente da ARENA, em junho de [19]61 o senhor deu uma entrevista à revista *Veja* que o senhor fala o seguinte: “Em torno da ARENA gravitam as correntes populares fascinadas pelo bom governo do Presidente Médici.”

JB - Mas, mas vocês estão esquecidos. Eu não sei se eu disse isso, eu não sei. Isso está entre aspas?

MC - Está entre aspas. Está aqui.

JB - Mas então é uma barbaridade.

MC - 16 de junho de 1961.

JB - Eu não sei se eu disse isso. Mas agora eu respondo. Faz de conta que eu disse. Eu vou responder. Mas naquele tempo vocês estão esquecidos daquele apoteose que foi a vitória da Copa.

MC - Milagre brasileiro.

JB - Milagre brasileiro. Os hinos que se entoavam em todos os cantos do País ao milagre? O Delfim com aquela pança, com aquelas enxundias, entendeu, a dar normas na esfera econômica financeira do país. Naquela época enquanto viveu, existiu o governo Médici, ele foi muito respeitado também, porque ele pessoalmente, era um homem também respeitável. Ele era um homem sóbrio, quieto, entendeu, trabalhador. Não era nenhum negociata, nada. Se alguma coisa se fez em torno dele é outra coisa, que não há governo que não se manche com certas companhias. São próprias do governo, entendeu. Mas ele era um homem ímpoluto, um homem sério e cercado dessa auréola, o santo que fez o milagre, que até nos trouxe a Copa do Mundo. E a apoteose aqui quando chegou Pelé, subiu naquela tribuna lá de frente do Planalto e o Presidente Médici fazendo uma embaixada com a bola de futebol no Palácio da Alvorada. Ele fez um governo respeitável.

MC - O senhor se dava bem com o Presidente Médici?

JB - Dava, sem intimidade maior, intimidade de político, aí naquele tempo do governo dele eu contesto veementemente. E confirmo isso que eu disse entre aspas aí.

LO - O senhor acha que ele efetivamente, quer dizer, que havia uma política de liberdade para os trabalhadores, quer dizer, que havia um ...

JB - Não. Liberdade como essa aqui não. Eu estou com medo que essa vire orgia sabe, eu estou com muito receio de que abriu-se, abriram-se as comportas do regime de maneira muito abrupta e sem a estabilização econômica imprescindível para que isso acontecesse

com segurança. Então com a abertura as reivindicações choveram. É natural, teve abertura, mas choveu de uma maneira assim violenta. Principalmente em consequência do recalque de 20 anos. Então a explosão, a explosão democrática, digamos assim, nem foi uma abertura democrática, foi explosão. Muito logicamente explicável por esse simples fato que eu mencionei. Instabilidade econômica, situação séria sob o ponto de vista econômico e financeiro, inflação quase galopante, entendeu, e ... abra-se tudo, abram-se as comportas em homenagem aos bois, a boiada invadiu tudo. Eu diria mantenho as minhas aspas.

MC - Mantém suas aspas. Mas foi nessa época também que o senhor conseguiu chegar ao Ministério...

JB - Deixa eu contar para vocês, eu vou contar a vocês como é que um presidente é enquadrado. Eu recebi uma vez aí, há dias parece que andou andando outro dia aí. Uma visita do D'alambert que é Secretário do Estado do Governo aí. D'alambert com a senhora do Rubens Paiva e a filhinha também. A mulher e a filhinha. Com três cartas na mão, eu era presidente da ARENA, me pediram uma coisa só, queriam que eu levasse ao Presidente aquelas cartas em que se pedia ao governo que dissesse onde estava o Rubens, se estava vivo e onde estava, não queria mais nada. Aquilo me comoveu até. "Disponha, como não?" Pus no meu despacho. No primeiro encontro que eu tive com o Presidente, no final do despacho. "Senhor Presidente, agora eu tenho um caso aqui particular, é um caso mais sério. Essas cartas que eu recebi, eu recebi a visita e essas cartas da viúva, da viúva, olha, ato falho. Então eu já sabia mais ou menos, as notícias eram muito ruins ... E eles só querem saber aonde está. É o mínimo que eles querem saber, é o mínimo. Ele olhou para mim até com um olhar bondoso, paterno. E disse: "Não, me dá aqui, eu lia as cartas", ele respondeu? Contrastando com a simpatia ...

### **Fita 9 – Lado A**

LO - O senhor estava falando então de que o Presidente recebeu as cartas com muita atenção.

JB - Simpatia. Com muita simpatia, mas que não respondeu, não é isso? Não respondeu e ele não era homem de não responder, ele era muito atencioso comigo.

LO - E por que o senhor acha que ele não respondeu?

JB - Enquadrado, mandou pro Rio informar, e o Rio deu a resposta, esse moço foi integrando uma comissão, uma comissão não, uma patrulha para localizar um aparelho comunista em plena massa do estado do Rio e foram recebidos a bala e ele morreu, só que puseram ele na frente né. Foi isso ... acho que foi que aconteceu.

MC - Parece que as relações do senhor com o Presidente Médici eram boas, porque ele o nomeou Ministro do Tribunal de Contas da União, isso na época, isso em [19]73.

JB - É, mas agora vocês estão sabendo da história por dentro, a história por fora é uma beleza, uma das coisas mais difíceis é fazer história, eu tenho medo quando leio minha história, eu sabia, quem foi, onde estava o motivo da minha nomeação, eu tinha deixado, que era combinação, eles não gostavam muito de mim, os revolucionários não, tinham umas restrições, tanto que eu fui sucedido na ARENA pelo Filinto Müller.

MC - O senhor era próximo ao Filinto Müller?

JB - Próximo, andávamos juntos mas não misturávamos, não nos misturávamos.

MC - Por que está dizendo assim, o senhor era presidente da ARENA e depois foi nomeado Filinto Muller como presidente da ARENA, o senhor também foi nomeado presidente da ARENA?

JB - Não, fui eleito pelo diretório.

MC - O senhor foi eleito pelo diretório, mas a indicação de um presidente da ARENA naquele momento não passava pela Presidência da República?

JB - Mas o Rondon tinha muita força naquele tempo, o Rondon que me fez praticamente presidente da Arena, se tivesse posto outro nome...

MC - Seria vetado?

JB - Não, seria aceito também.

MC - Seria aceito, está, desculpe.

JB - Aí que está.

MC - E para o Filinto Müller, o que influenciou?

JB - O Filinto tinha sido escolhido para coordenar a Associação do Médici, havia uma ala, inclusive desse Leitão aí ...

MC - Leitão de Abreu?

JB - É, falava muito na continuidade do ...

MC - Do Médici?

JB - Do Médici, era insubstituível, lembra, um tal do governo do terror, se esquecem do momento, o momento era todo apoteoticamente um momento de apoio ao Presidente Médici, entendeu, e queria-se até que ele continuasse, que ele não saísse, a coisa nos quartéis, no alto comando era essa, Médici, é Médici, mas se não for possível Médici que seja então um Geisel, não podendo ser o Ministro, dizia o próprio Ministro do Exército, eu não posso ser, se o Médici não quer que seja então o meu irmão, foi essa a conversa, agora vejam por que eu fui nomeado ministro, o Presidente Médici, eu tive um trabalho imenso na presidência da Arena, meu trabalho imenso não foi badalado aqui não, o meu

maior trabalho foi participar da Lei Orgânica dos partido e viajar o país inteiro ensinando a eleição, como fazia a eleição, que a nossa preocupação maior era que houvesse eleições, mal ou bem fazia qualquer coisa no sentido eleitoral e fui eu o grande divulgador daquela lei sobre organização dos partidos, foi elaborada pelo governo, passada pelo crivo do Ministério da Justiça, da Arena, também pôde dar suas, seus palpites e discutida em última instância no gabinete de Leitão de Abreu com a presença minha, presença do Filinto Müller, presença do General Freire líder na Câmara e a presença do Ministro da Justiça, o ... Ministro da Justiça o ...

MC - O Alfredo Buzaid?

JB - O Alfredo Buzaid, nós em que última instância aprovamos aquilo. Ora e eu, trabalhando muito, já havia um compromisso já do Rondon com o Presidente de eu ser sucedido depois do fim do mandato pelo Filinto Müller e a coordenar a sucessão e essa coordenação da sucessão era a recondução de Médici, se possível, se impossível então uma outra saída, está bom, então eu empossei o Filinto, pus ele eleito do diretório, fiz um discurso modestia à parte bem feito, alto, apresentei a ele, propus também como elemento do partido.

MC - O senhor elogiou o Filinto Müller na época, período?

JB - Elogiei.

MC - Por educação ou porque o senhor gostava mesmo dele?

JB - É estilo parlamentar, como é que eu vou ...

MC - Estilo parlamentar.

JB - Vossa Excelência, tem muita gente que não merece excelência não.

MC - O Filinto Müller não merecia não? O Filinto Müller merecia?

JB - Como homem político merecia, até aquele defeito dele grande que ele jogou muito comunista no rio, quando era polícia. Mas isso é outra história, história velha, ele não era mais, o homem que eu conheci não era este, ele era um homem mais educado, mais polido, mas tudo correu bem e eu então deixei a presidência da Arena, surge a vaga no Tribunal de Contas da União, sabe que essas vagas são muito disputadas porque é um fim de carreira bom, não se trabalha demais quando não se quer, eu trabalhei muito, escrevi até um livro e além disso ... E, quando surgiu a vaga houve então consultas, havia uns quatro candidatos e eu estava na lista, quando a lista foi para o Presidente Médici, quem ligou foi o Buzaid, o Buzaid era meu colega de turma, da turma de [19]36, mas isso é pouco importante, mas eu fui o pai da criança dele, dos olhos dele, eu fui, meu último trabalho na Câmara foi ser presidente da Comissão Especial para o Código de Processo Civil, que era a alma dele, o trabalho da vida dele, um Código de 1.200 artigos, todo processo civil e foi o presidente que coordenou tudo, quando ele, quando foi sancionado o (TI) de Código ele me levou para apresentar com ele e o José Frederico (TI) de São Paulo, à meia-noite depois, depois do jantar, encostado assim no batente da garagem vira assim e disse para mim, feliz da vida, só soube que tinha sido naquele dia do tal processo: “Oh, Batista eu te sou infinitamente grato.” Brinquei com ele “Não, não quero, estou cansado

de tudo, vou sair disso, vou embora para São Paulo, eu quero que você vá lá, prestigia o governador de São Paulo, e vai, você me chama para ser seu secretário lá, dá uma secretaria, eu quero ficar no meu estado.” Eu estava assim meio chateado. Agora então na hora da leitura dos ... o Presidente chegou, chegou o Buzaid e disse para o Presidente: “Currículo dos quatro.” O Médici sabe essas coisas também, ele gostava de ver as qualidades da pessoa, ele leu os quatro currículos, mas o Buzaid é muito expressivo quando lê, ele lê muito rico, ele é um vernaculista, ele fala sem erro, você pode escrever o que o Buzaid disse e a correção é muito pequena, mas expôs com aquela capacidade que o Buzaid tinha, os currículos dos três e naturalmente carregou um pouco o meu, não, eu tinha talvez credenciais que os outros talvez não tivessem mesmo, e pelo que eu sabia os candidatos não tinham meu currículo, quando chegou no meu ele disse, olha dos quatro, disse o Presidente Médici: “Convida o Batista Ramos.” Pois eu devo mais a minha nomeação ao Alfredo Buzaid, devido a essa circunstância que a turma ignora, pensa que foi o Médici, não sei o que, foi nada, foi o Buzaid porque eu fui o pai, do filho dele, essa é a verdade.

LO - Eu tenho uma pergunta. De certa forma o senhor falou ontem que a Lei Orgânica da Previdência Social foi o trabalho de uma vida, quer dizer, o senhor se dedicou um tempo imenso, o senhor não ficou magoado em perceber que esse Lei Orgânica foi com a intervenção dos IAPs, com o fim da direção colegiada, ela foi maltratada, foi destruída, foi transformada por esse regime que o senhor está apoiando?

JB - Fiquei magoado, mas com a experiência que eu tenho da vida eu cheguei à conclusão que nada nos pertence, eu trabalho, trabalho mas depois que eu termino a obra, olha eu lavo as mãos e escapo, não adianta você ficar chorando em cima das coisas que fez.

LO - O senhor não tentou mais então, nunca mais teve contato com as questões da Previdência?

JB - Não quis saber, não, não quis saber, não me interessou mais, me interessa assim, quero que tudo vá bem, não é? Mas assim, apegar-se àquilo como quem perdeu um filho? Não, seja feliz, porque senão a gente sofre muito, a gente precisa substituir os valores já realizados, o que você pode criar, não é? E levar a bom termo por outros, a vida é renovação, não morar em cima das coisas passadas, eu tenho coisas maiores para pensar.

MC - O senhor foi Ministro do Tribunal de Contas depois chegou à presidência do Tribunal de Contas e quando da abertura política e quando ela de certa maneira estava se ampliando o senhor se filiou ao PMDB?

JB - Não.

MC - Em [19]82, o senhor ...

JB - Não, eu não era mais ministro.

MC - Sim, quando a abertura se ampliou, isso no início dos anos [19]80, o senhor se filiou ao PMDB, não foi isso? Tem até na sua biografia aqui com a presença do Ulysses Guimarães.

JB - E todo o Estado Maior lá de São Paulo.

MC - Todo Estado Maior de São Paulo, por que o senhor optou pelo PMDB já que o antigo MDB o senhor não sentia à vontade, o senhor sentia como se fosse aquele pessoal que o hostilizava.

JB - É fácil de explicar: sabe, as coisas evoluem, não é? Eu quando fui escolhido pelo ministro eu pensei que descansar no Tribunal de Contas, mas cheguei lá, comecei ver, comecei a ver uma porção de coisas novas, que muita gente, pouca gente conhece bem a mecânica do Tribunal de Contas, eu passei a conhecer com certa profundidade, passe a estudar e cheguei a, primeiro uma atitude, que posição eu vou tomar aqui? Eu fui algum elemento político ainda, sou um elemento político ou não sou mais e cheguei à conclusão que eu não era mais um político, eu era um juiz e o Ministro do Tribunal de Contas da União tem as mesmas regalias, privilégios e obrigações, de qualquer juiz, não é? Ele tem as mesmas prerrogativas e obrigações dependente, é irremovível, é irredutível, aquela coisa toda, os predicamentos da magistratura. Eu era magistrado, eu me sentia magistrado como de fato eu era para julgar as contas do governo, então eu disse “aqui eu vou ser ministro, acabou a política, isso é passado, agora eu sou juiz e juiz não é político” e aí agi com muita independência e aí magoei o governo, o que aconteceu e eles não quiseram mais saber de mim, foi isso.

LO - Como é que o senhor magoou o governo, o senhor pode explicar?

JB - Eu critiquei as contas do Presidente Médici com dureza, o que eu vi de errado eu critiquei, eu não, porque eu fui relator das contas do governo, contas presidenciais como diz a Constituição, contas do governo, do Presidente da República diz a Constituição, eu fui o relator, 1974, é eu fui [19]73, [19]74, fui relator das contas de [19]73 e eu vi que era preciso dar uma cutucada na administração, não no Presidente, não tive nada com o Presidente, o Presidente não é responsável propriamente, a não ser que se apure sua responsabilidade, as contas do governo em geral, dos ministérios e me veio à mão um processo do DNER, Departamento Nacional de Estradas e Rodagem que, com pareceres técnicos muito severos, orçando as falhas, mostrando as contratações irregulares ...

LO - Ministro Andreazza?

JB - É, as prorrogações de contratos, reformas de contratos também de uma maneira assim sem concorrência, quer dizer, uma série de irregularidades, o conceito do diretor naquele tempo não era bom nos Tribunais, isso funciona muito...

LO - Era o ...

JB - Resende.

LO - Ministro Resende.

JB - Não, não era ministro, não.

LO - Não, que veio a ser ministro depois.

JB - Que veio a ser ministro depois, não. Do Tribunal não.

LO - Não, que veio a ser Ministro de Estado dos Transportes.

JB - Ministro do Estado, o primo dele que foi Ministro do Tribunal de Contas, e eu fui duro com ele e como presidente eu desempatei uma votação em que se julgavam as contas do DNER do Resende, eu considerei irregulares as contas dele, começou aí, isso foi bomba porque os jornais danados, deram ênfase, chegaram depois de certo momento no Tribunal e começaram a dar assim: “Surge o quarto poder.” Era devido a mim, porque eu era duro com eles, não era duro assim parcial, eu era duro porque eu via muita coisa errada, eu dizia “precisava acabar com aquilo”, eu precisava querer mudar de vida, não era querer pegar fulano como, no pelourinho para sacrificá-lo como bode expiatório, não era isso, eu queria dizer com franqueza o que estava havendo, o que a administração precisava saber, o que precisava corrigir, o que estava errado, era essa minha luta no Tribunal, eu era juiz e como juiz eu não devia mais fazer política. Eu atendia qualquer partido, qualquer pessoa que me procurasse, prefeito do cafundó, eu nunca perguntei de que partido era, de amigo de quem era. Se havia contas irregulares, erradas, se eu podia ajudar para consertar coisas, se não havia má fé, ilicitude, se havia (TI) aí consertava, o Sarney quantas vezes me procurou, o Sarney gosta de mim, uma vez, a última vez que nos encontramos ele disse: “Batista, você nunca faltou comigo, hein?” Foi a última frase dele...

MC - Doutor Batista Ramos ...

JB - Mas viu só, me entendeu a posição? Então foi aí que eu tomei posição de juiz, eu não podia mais fazer política lá dentro que não errou, podia ser intransigência mas seria com qualquer partido, mas se viesse coisa errada, fosse de quem fosse, de governo ou de oposição eu castigava, castigava assim, está errado, é irregular, isso infringe artigo tal, número tal, isso é susceptível de pena, aplique-se a pena, era isso que eu fazia e não gostaram, esse pobre desse Portela falecido por exemplo, chegou até a me tratar mal no Itamaraty, dava-se comigo fraternalmente, me olhava assim ...

MC - No Itamaraty?

JB - No Itamaraty, num banquete, eu era convidado para os banquetes e me encontrei com ele no Itamaraty, e no que fui abraçá-lo notei ele muito reservado comigo, restritivo, como se dissesse: “Você está traíndo o partido.” Ele era muito o governo, demais não, era demais, e era candidato à Presidência da República, então já estava encarnado no novo cargo, na nova esperança, Deus não quis, não desejei a morte dele mas foi muito incorreto comigo. Deus o tenha, não precisava fechar a cara para mim, fez isso porque, porque primeiro eu não devia nada a ele pessoalmente, não acha, prestei serviço ao governo impessoalmente, agora eu ministro havia de continuar fazendo política e cobrindo e tampando as coisas erradas.

MC - Então como político, o senhor se permitia cobrir coisas erradas?

JB - Não, como político a transigência tem uma faixa muito maior, você como político, como político engole muito sapo, você engole, como não, só a vivência, conversa com os homens vividos aí quem não engoliu uma saporaria já em política e sapo boi! Viu e não pode reagir, estomacalmente falando, se vocês estão me entendendo ...

MC - É, mas voltando aí à questão do senhor optar pelo PMDB, então quer dizer que o senhor se sentiu assim é ...

JB - Eu, eu sobrei.

MC - O senhor sobrou ?

JB - Se eu quisesse entrar para outro partido iam me receber muito mal não, compreendeu? Se a chefia, a cúpula do partido começou a me tratar de ou, não me convidavam mais para um banquete, não me convidaram mais, riscaram da lista do Itamaraty e eu fui ser considerado *persona non grata*, encontrei-me com Figueiredo quando se reformou o general de Exército de quatro estrelas, meu contra parente, o nome dele me escapa, parece que minha memória não está tão boa, era o general, depois me vem, está aqui dançando na minha presença, na minha memória, mas eu fui, ele me convidou, eu era o único civil no meio de algumas centenas de militares, generais, coronéis, era o único, porque esse general era um contra parente meu e me convidou e disse: “Batista vai lá hoje, hoje eu me despeço, ele era quatro estrelas e general do Exército que chefiava um dos departamentos aqui do Comando Superior, e eu fui, o Figueiredo entrou, era esperado o Presidente, passou por mim, estendeu a mão de cara fechada.

LO - De óculos escuros ainda?

JB - É, cara fechada, “Ah, vão para o diabo, não sou mais político, não sou mais nada”. Fui lá para, em consideração a um convite pessoalíssimo de um amigo Tourinho: Se reformou e foi para o Rio Grande do Sul, o Tourinho é casado com uma Medeiros, meu irmão Nabantino, falecido, é casado com a outra irmã de modo que nós tínhamos relação de família. Mas foi isso, mas qual é ...

MC - Não, mas eu gostaria de saber o seguinte, quer dizer, a sua opção pelo PMDB é porque o Rei já não queria mais o senhor?

JB - Não, eu, eu era *persona non grata* devido a esse posicionamento novo meu no Tribunal como juiz, não era mais um homem político, agora o mal veio de se pretender que um homem que foi político que vira juiz, ele deve continuar político-partidário, eu não entendia assim, eu acho que político era político, você diria: mas político engole sapo, eu disse sapataria, sapo-boi, entendeu? Era pouco engolir 20 anos de sapo, de ditadura, pensa que eu fiz aquilo tudo, que a maioria dos meus colegas parlamentares fizeram aquilo querendo, não, todo político tem, quer preservar sua dignidade, sua postura diante do eleitorado e diante do próprio povo, não quer assim se entregar, não acha de corpo e alma a uma situação revolucionária, todos de certa forma uns mais outros menos tinham suas restrições.

MC - Eu imagino o seguinte, um instantinho, o senhor imagina a seguinte situação: o senhor candidato do PTB nos anos [19]50 tendo como base eleitoral ferroviários, como o senhor disse, gente aguerrida, talvez muitos deles na época do Golpe Militar tenham sido cassados ou mortos mesmo, porque os ferroviários tiveram tradição até [19]64 de ser uma classe de vanguarda no movimento trabalhador, o senhor imagina aqueles, aquela sua base eleitoral vendo o senhor atravessar os 20 anos de regime militar sendo presidente da Câmara, sendo presidente da Arena, sendo presidente do Tribunal de Contas nesse período autoritário, o que o senhor acha que pensaria um ferroviário que tenha votado no senhor quando o senhor estava, quando o senhor ... não eu quero apenas saber o seguinte,

o que acha esse ferroviário que votou no senhor nos anos [19]50, quando o senhor era do PTB?

JB - Mas eu fui candidato e não me elegi. Em [19]82, eu fui candidato, puseram na lista lá.

MC - Então o que aconteceu, o ferroviário mudou, ou o senhor que mudou?

JB - Tive 14 mil votos. Não ... é que você está um pouco distante do meio político, você não conhece a alma do político e a alma do eleitor. A política tem seus segredinhos, eu estive dez anos afastado, perdi muita coisa, mais de duas legislaturas, eu quando vim para cá para o Tribunal, eu como deputado mantinha meu escritório que me deu 20 anos de mandato, cinco mandatos, mas acontece que depois de 20 anos de mandato eu me desloquei para o Tribunal, não foi, Brasília eu já estava, mas Brasília- São Paulo, fazendo o eixo. Mas como ministro eu achei que não podia manter aberto o escritório político que não era justo, político é uma coisa, agora ministro com as prerrogativas de Magistratura não pode fazer política, então eu quebrei a ponte, liquidei escritório, indenizei meus funcionários, fechei tudo, entreguei o prédio e fiquei sem base eleitoral dez anos, quando eu voltei foi muito em cima da hora, eu tive um ano só de luta, de passeios, mas voltei nessa situação, dez anos de afastamento, meu escritório dissolvido há dez anos, meus amigos esparramados pelo estado cada um já com outra posição em razão dos acontecimentos durante esse período que não é pequeno para o Brasil que vive em eterna fermentação política, pouco dinheiro, eu não tenho fortuna, tenho uma mediania, tenho meus proventos, tenho umas propriedades que me dão quatro ou cinco mil cruzados por mês de renda apesar de valerem, serem boas propriedades, meus apartamentos pequenos em São Paulo, que eu estou querendo vender, e um no Rio, esta casa é minha mansão e um terreno aqui, é o que eu tenho, tem um certo valor econômico, mas de renda me dá quatro mil por mês, eu não podia viver disso, agora eu só podia contar com o meu provento para minha campanha, não é? Podia dispor de uma propriedade, eu já havia disposto antes, mas isso é dinheirinho pequeno em São Paulo que é uma luta daquela, o meio tinha mudado muito, o ambiente, quer dizer, as pessoas que eu pude procurar falaram, me deram 14 mil votos, sem eu dar dinheiro quase, foi uma coisinha que eu dei, dava assim para custear transporte, custear uma propagandazinha, mas um dinheirinho que eu nem posso dizer quanto era, que é ridículo falar isso em São Paulo, não? Perto daqueles monstros que dispõe de milhões para fazer uma campanha, que eu nunca fiz isso, meu escritório me manteve cinco anos sem eu comprar votos, sem eu dar dinheiro, aí que estava a virtude de meu mandato, porque eu servia como escravo, de dia, e de tarde, fizesse chuva ou fizesse sol, estavam lá meus assessores, ganhavam muito pouco, muito meus amigos, porque tinham outras atividades, para atender o trabalhador, dar consulta, orientá-lo, ser uma espécie de, fazer uma espécie de psicoterapia com ele, deixar que ele desabafasse, dissessem as verdades contra o governo, xingassem o governo devido à inflação (TI) xingassem os institutos devido à demora na concessão dos benefícios, eu tinha essa gente, esse pugilo, esse núcleo que era precioso para mim, que me dava sempre uns 20 mil votos ou mais, só ele, o resto eu tinha no interior, mais uns 20 mil, quer dizer eu encontrei tudo derrubado, não tinha mais estrutura, agora como é que eu ia reconstituir isso, eu não tinha dinheiro, então eu disse “Então vamos fazer uma passeata, se der deu, se não der para viver eu tenho”, meus proventos dão para eu viver direitinho e ainda sobra um pouquinho. Logo porque mais, estou no fim da vida, o que eu tenho mais que fazer, pois é. Agora o partido também é uma parte cômica aí, eu conto isso nas minhas memórias. Mas então eu percebi que o PMDB estava também eletrizado, muita gente me

fez essa pergunta que você me fez, muitos me fizeram, todo programa de televisão, rádio me fazia essa pergunta, então eu explicava que houve foi isso, eu era deputado, depois virei, virei ministro, ministro tem as garantias mas sem as obrigações de um magistrado, não pode fazer política e isso me incompatibilizou com o governo, o governo me riscou, eu deixei de ser um amigo do governo, um elemento ligado ao governo, passei a ser uma *persona non grata* do governo, ora isso me jogou do outro lado de novo, me jogou do outro lado, eu não podia mais fazer carreira chegar, eu ia agora mendigar para o PSD me dar uma, pois eu não queria entrar por certos elementos que estão lá na vanguarda do PSD, eu não queria entrar, eu não queria entrar pelo partido, porque o partido PTB estava escangalhado também, estava na mão da Ivete, não acha? E muito enfraquecido, eu só podia entrar pelo PMDB que me apoiava aqui, quem é que freqüentava meu gabinete, era o Benevides que fez aquela lei de fiscalização, entendeu? Era o candidato ao governo de Minas, como é o nome dele, o outro senador ...

MC - O Itamar Franco.

JB - O Itamar que vivia lá “Batista me arranja isto”. Meus relatórios, aqueles relatórios às vezes reservados mas que o Ministro podia conceder, podia informar e eu que alimentei muito essa gente aí, gente da oposição e o governo não queria saber de nada, queria esconder, foi isso que aconteceu, faltou tempo, mais dois anos se eu ficasse, pudesse ficar lá e dinheiro que eu não tinha para jogar, eu disse: “Eu não vou vender o pouco que eu tenho, nessa idade.”

LO - O senhor ainda contou com o grupo, com o apoio do “Grupo Folha” ou não?

JB - Não, a *Folha* estava com o grupo Otávio Frias, não não pude, não tive nada deles não pedi.

LO - O senhor fala muito da influência do doutor ... como irmão mais velho, o senhor acha que ...

### **Fita 9 - Lado B**

LO - Era casado com a Yeda, do senhor general Tourinho, o senhor acha que isso em algum momento aproximou o senhor dos generais que tomaram o poder?

JB - Não.

LO - O Zé Nabantino de certa forma influenciou o senhor a entrar para a Arena?

JB - Não, porque ele, meu irmão era apolítico, ele não fazia política. A *Folha*, essa linha que a *Folha* tem hoje, imparcialidade em face dos partidos, a *Folha* não tem partido, isso é linha que o Nabantino estabeleceu, eu mesmo ia sobrar quando entrei para o Partido Trabalhista de São Paulo, ele me avisou, você vai ter aqui sua coluna, é o máximo que eu posso conceder aqui, eu não posso quebrar a linha política da *Folha*, eu tenho

imparcialidade, é isso que dá a força da *Folha*, eles estão fazendo a *Folha* até superar *O Estadão* lá.

MC - Eu queria perguntar uma coisa ao senhor, retomando um pouco a questão da Previdência. O senhor é parlamentar no período em que houve mudanças profundas na Previdência Social ou seja na época da unificação, quer dizer, com a unificação muitas coisas foram mudadas a nível da Previdência Social. O senhor concordou com a forma como foi feita a unificação dos institutos?

JB - Com a forma?

MC - Que foi feita a unificação, quer dizer, houve em 1967 a criação do INPS ou seja houve a unificação dos institutos, acabaram os institutos.

JB - Sei, um só.

MC - Só ficou um, o senhor concordou, o senhor acompanhou e ...

JB - Aí foi a Lei [19]72 ou a [19]67?

LO - [19]67 com ....

JB - A [19]66 então.

LO - 1966.

MC - O senhor concordou com o processo de unificação dos institutos?

JB - Eu já disse a vocês a pouco que eu não dou muita importância a formas, a sistemas sob o ponto de vista formal, disse a vocês. Quer dizer, para mim junto ou separado não dou importância maior ao fato, o que é preciso é que essas unidades funcionem bem, que mesmo quando você diz: houve a fusão de novo, juntaram-se os institutos num só, o INPS, sim mas as unidades na realidade têm, elas são muitas vivas, elas têm sua autonomia própria, o IAPI é o IAPI, o IAPC ...

MC - Não o IAPI... não existe mais o IAPI.

JB - Mas existe no fato o industrial, mas existe na realidade um núcleo anterior que permanece com muita vitalidade, industrial é industrial, ferroviário é ferroviário, quer dizer, quer dizer desde que essas classes sejam bem atendidas com a nova sistemática eu apoiaria a nova sistemática.

MC - O senhor acha que neste período de unificação que foi o período também do regime autoritário, o senhor acha que a Previdência melhorou ou piorou?

JB - Eu acho que não melhorou muito não.

MC - Melhorou?

JB - Não.

MC - Não melhorou?

JB - Não acho não. Porque eu não dou importância à forma.

MC - Sim, mas em que a Previdência não melhorou?

JB - Não, meu Deus, agora nestes anos todos é que estouraram os grandes escândalos, os desfalques, a indústria das aposentadorias, os crimes de falsidade, isso estourou depois.

MC - A que o senhor atribui isto?

JB - Àquela tese minha, vocês são moços vão se convencer quando tiverem cabelos brancos, são muitos, são brotos ainda.

MC - Qual é a tese do senhor?

JB - Pouco vale a forma, o que vale é a estrutura da coisa, pouco vale o rótulo, a etiqueta, o que vale é o conteúdo do vasilhame, o que vale não é o rótulo que se prega, entendeu? Numa etiqueta que se prega numa garrafa, num recipiente, o que vale é o conteúdo desse recipiente, o que vale em tudo na vida não é forma, não é sistema, não é lei, tudo isso pode muito pouco, eu reconheço que um serviço sempre tem uma melhor forma pela qual ele pode funcionar mas que o essencial reside no conteúdo, no homem que é a vida de tudo isso, que dá vida a tudo isso.

MC - Doutor Batista Ramos eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor, o senhor é ...

JB - Aqui, isso até me levaria a uma digressão, mas está fora do nosso caminho, entendeu? Constituinte, aguardem para ver, vai valer muito pouco, algumas novidades, alguma inovação, de novo vai se declarar que a propriedade é ter o caráter social, entendeu? Mas na realidade o que existe, a lei não passa, entendeu, de uma norma e a norma é abstrata, ela é feita no papel branco que recebe tudo, agora, o que vale é a estrutura social, o material social, o material humano que vai aplicar essa norma, eu acho que a norma vai ser aplicada, é isso que vale.

MC - O senhor não acha que com esse tipo de pensamento o senhor está jogando muita água para regimes autoritários, já que a norma, a lei é pelo menos um ponto de referência que as pessoas têm para poder dizer que uma coisa é arbitrária ou não.

JB - Não mas eu não sou contra a norma, eu estou sustentando que a norma ...

MC - O senhor está subestimando a norma e a lei.

JB - Não, eu não subestimo, eu dou a ela o lugar dela, não pense que você fazendo uma lei você resolveu o problema, não pense que você fazendo uma reforma na Constituição, uma reforma na Legislação Previdenciária você vai reformar as instituições previdenciárias, não, não pense que você fazendo uma Constituição você vai reformar os costumes e vai reformar o país, não, isso vale pouco, isso vai valer na medida em que as estruturas sociais comportarem as modificações inovadas, introduzidas. Eu tenho, eu

postulei já uma norma, veja você, para o Victor Nunes Leal que era jurista e professor de Direito Político, eu perguntei: “O Victor, eu vou, eu vou, minhas conclusões filosóficas, vou dar uma para você, viajando para Monte Alto na terra de, Monte Alto não, Alto de Minas, aquele fim de Minas lá ...”

LO - Montes Claros.

JB - Montes Claros, olha seja qual for a forma ou sistema de governo, o grau da sua eficácia ou da sua eficiência será sempre dado pela sociedade que o praticar. É uma norma de Direito, Ciência Política, e Direito Público para mim, não me iludo mais com forma, eu estou com 76 anos, eu estou cansado de ver formas, entendeu? Leis, normas, eu mesmo ajudei a fazer muitas, entendeu? E vejo como que na prática existe essa defasagem, essa quebra daquilo que se desejaria que fosse reproduzido na esfera prática e que se contém na norma genérica, quer dizer, então eu não estou desprezando a norma como você está dizendo.

MC - Não, eu não estou dizendo, eu estou provocando.

JB - Não eu estou apenas pondo a norma no seu lugar, ninguém se iluda com norma, se não se acompanha, a norma não se acompanha da conduta, do comportamento social, ela pode muito pouco, ela pode um pouco, mas se a estrutura falhar, olha o nosso Plano Cruzado, você não está vendo, ele funciona, funciona. Onde esteve o pequenino erro dos economistas modernos, nos nossos moços, que ironicamente alguém chamou dos moços de Campinas. Eles são moços de talento, eles pensaram muito bem, mas acontece que estabeleceram uma reforma válida, ética entendeu, de interesse popular, apresentada com todas as boas intenções do governo Sarney, que o Sarney é um homem altamente bem intencionado mas que na prática encontrou estruturas irremovíveis quase, veja fora a cesta básica em que está funcionando o plano cruzado o que tem acontecido em matéria de água e de furos. Tudo que saía da cesta básica você vê está sendo furado, você vá ao seu cabeleireiro, ao seu barbeiro, você vá comprar um aparelho para maqui... um aparelho qualquer... mais sofisticado, enfim você saía da roda da cesta básica de alguns, de alguns núcleos ainda relacionados com ela e em tudo mais se fraudava a lei, por quê? A norma é sábia, é de um governo bem intencionado mas na hora da prática o boi, o boi em vez de ficar de pé fica deitado.

MC - O boi voa ?

JB - Não, o boi deita, queriam desapropriar o boi de pé como se disse outro dia, ele deitou ...

MC - O que o senhor acha dessa Nova República, hein?

JB - Eu sou, não sou, quer dizer, eu acho que ela é muito bem intencionada e está fazendo tudo o que pode.

MC - Sim, o senhor acha melhor ...

JB - Mas sempre aquela bato nisso, meditem para no outro encontro vocês discutirem comigo os assuntos. Não esquecer de que ela, a administração Sarney, se baseia essencialmente, fundamentalmente no Plano Cruzado, agora, na esfera econômica

financeira, não falando de dívidas certo, isto é outra coisa, isso que diz respeito à regulação dos preços do congelamento, preços e salários congelados, altamente bem aceita pelo povo, veio a entender a reclamação do povo, o povo precisava, não podíamos ir mais naquela espiral inflacionária que aí esta hora, não houvesse o Plano Cruzado, teria levado o país a uma crise sem precedentes, eu não sei se o governo que está aí estaria aí, eu não sei, que a fermentação política estava sendo tremenda e também certos setores das Forças Armadas, que essa gente pensa, essa elite que está dirigindo o país agora, esse ministro, esse Leônidas, tudo diz que é um homem bem intencionado, os elementos que eu conheço aí deles são elementos sadios, bons, lúcidos, querem que as coisas andem bem. Aqueles assessores militares do Sarney são homens também muito credenciados, de muitas qualidades. Agora, vejam bem que isso tudo, toda atuação do governo se tem traduzido no Plano Cruzado, é isso o Plano Cruzado, é a popularidade do Sarney, mas ele é furado, ficou uma ilha da cesta básica de modo geral, cercada de furos de todos os lados esse é, por quê? As estruturas sociais não comportam, nossos homens de negócios, nossos pecuaristas, nosso comerciantes, nossos industriais, eles se negam a colaborar mais, se habituaram ao alto lucro, se iludiram até com aquela onda inflacionária, que a inflação ajude a eles, as classes favorecidas, ao pobre não, porque os reajustamentos salariais não são compatíveis com os aumentos de preço. Desculpe que escapei um pouco.

MC - Eu queria saber do senhor se o senhor tem alguma autocrítica a fazer em relação a sua vida pública, já que nós estamos assim de certa maneira finalizando nossa entrevista, o Luiz Otávio ainda tem algumas perguntas, mas eu gostaria de saber se o senhor tem alguma autocrítica, talvez fosse melhor o Luis Otávio fazer as perguntas, não?

LO - Eu tenho aliás uma pergunta só para encerrar, uma pergunta que ficou faltando aqui para o nosso questionário. O senhor falou que esse apartamento que nós estamos foi comprado pelo IPASE através do IPASE, como é que se deu isso? o senhor falou que hoje paga muito pouco e tal, quer dizer, isso foi geral aqui em Brasília ...

JB - Foi, foi, o Presidente Castelo Branco decidiu, baixou um ato mandando vender todos os apartamentos que estava sendo ocupados por funcionários públicos e parlamentares, então tudo aquilo que aquele tempo estava alugado, como é, todo edifício aqui, senadores, deputados, ministros, funcionários públicos de nível mais alto, até médio, todos compraram, mas em prestação, eu estou pagando há 25 anos, e foi norma. Agora também correu outro boato que o governo está com dez mil moradias aí dadas a funcionários de certo nível e que as mordomias, as chamadas mordomias, e talvez a solução fosse vender, mas depois parece que o governo voltou atrás, eu não sei, não resolveu ainda vender.

LO - O senhor acha que essas vendas dos prédios construídos pelos Institutos, parece que não foi só do IPASE, outros institutos também construíram também aqui em Brasília e muito no início de Brasília, o senhor acha que foi uma boa política?

JB - Mas tinha que ser assim, porque essa criação de Brasília, a criação de Brasília foi um milagre, só o gênio do Juscelino podia conceber isso, eu acho o Juscelino um grande homem de Estado, com todos defeitos que tem como todo mundo os têm mas ele foi um grande realizador, ele sonhou e realizou, eu vi como isso nasceu, agora de maneira que eu acho que essa Brasília tinha naquela época, eu fui ministro em [19]60 e vi, que coisa medonha, que luta pela habitação, pela moradia, a corrida em torno da moradia, Nossa Senhora era uma disputa entendeu, de desesperar. Porque o Juscelino queria mudança. E ele pagava qualquer preço para que os deputados viessem para cá, que magistraturas

viesses, magistrados, os funcionários públicos, porque para cá fluíssem o máximo possível de cidadãos, de criaturas que pudessem começar a formar o grande núcleo, que depois seria a cidade. Então Brasília não nasceu de um arruamento, de um ponto de pouso, um arruamento, uma vila, uma cidade, isso o Jorge Amado descreve muito bem nesse último livro dele que eu acabei de ler. Não é assim, Brasília foi improvisada, Fiat Lux, Fiat, *citatem, cita, citate, citate* eu não sei se meu latim está certo: “Faça-se Brasília.” O Juscelino fez assim e fez-se Brasília, foi assim, não nasceu naturalmente obedecendo àquele processo evolutivo das cidades, não é? Nasceu abruptamente, num Fiat, então precisava que o governo se transformasse em mãe, em pai e mãe. A Câmara era uma maternidade, eu me lembro como presidente mesmo, como eu sofri, era uma ... é ainda uma maternidade, é uma maternidade, só falta dar o leite na mamadeira para os deputados e senadores.

LO - É, mas os institutos de Previdência ...

JB - E os institutos precisavam criar, eram os instrumentos do governo, que isso era o governo, precisavam criar moradias para poder trazer gente, muita gente não podia vir naquele tempo, isso atrasou a criação de Brasília porque não havia moradia suficiente, então precisaria construir. Juscelino, quando eu assumi o Ministério do Trabalho, agora você faz me lembrar disso, me disse assim: “Batista, você sabe o seu antecessor o Nóbrega foi um homem desidiioso”, quer dizer, não quis ofendê-lo “Mas foi um homem que me atrasou muito Brasília porque deixou de fazer, construir duas mil moradias por um descanso, ou por descaso”. Entendeu, queria construísse, construísse, não parasse, entendeu? Quando eu cheguei aqui uma vez, eu estava aqui neste apartamento ele me telefonou: “Olha, pega o Sebastião Paes de Almeida”, que morava aqui: “Pega o Sebastião e vai com ele (TI) isto, vai, é para você ver o que o (TI) o que está fazendo, ele é pioneiro, precisa construir, precisa construir.” Era o desespero dele, como é que ele ia fazer Brasília sem casa? Compreendeu a neurose do tempo? Isso era neurose, senão não fazia Brasília.

LO - O curioso é que os institutos arcam com os prejuízo para que grupos de deputados e tal, acabem se beneficiando de certa forma, não é? Os institutos tomaram um prejuízo tremendo.

JB - Sim, mas você sabe não foram os institutos, isso digamos assim, a Nação, o Tesouro, a Nação, o Tesouro Nacional, que afinal tudo isso é Nação, tudo isso é Tesouro Nacional afinal de contas, tudo isso é Brasília ...

LO - Mesmo que o governo não contribua, mesmo que só os trabalhadores ...

JB - Mas não tinha, não haveria Brasília sem esse prejuízo, agora veja as coisas mais filosoficamente Luiz Otávio, olha da distância, da distância para você ter perspectiva, para se fazer Brasília só podia ser assim, não sei se contei para vocês uma conversa de Juscelino com o Presidente do banco, do BNDE, o presidente que me contou, me escapou o nome dele agora, o Lucas, o Lucas ...

LO - Garcez, governador de São Paulo?

JB - Não, o Lucas Garcez foi governador de São Paulo, o Lucas ... era o Lucas ...

LO - Lucas Lopes?

JB - Era o Lucas Lopes, disse o presidente: “é preciso planejar Brasília”. Porque ele estava vendo que a guitarra estava funcionando. A máquina de fazer dinheiro estava ali rolando, e faz dinheiro não havia o que chegasse e um homem sensato como o Lucas Lopes teria, eu acho que foi ele mesmo quem me contou, então como Ministro da Fazenda teria dito, o presidente está muito duro, muito sério, nós vamos aí para uma inflação danada, que inflação é aquilo lá também, foi um grande jato inflacionário, Brasília é um jato inflacionário desconhecido, ocultado e Juscelino parou um pouco, ele era muito engraçado não, começou a andar de lá para cá e disse: “Mas o fulano, mas se eu for planejar Brasília eu não construo Brasília, compreende?” Brasília é obra de um louco manso, brilhante, com qualidades de estadista como foi Juscelino, mas era um homem destemido para realizar, realizou mas à custa de, não é? De grandes sofrimentos nacionais, de grandes despesas para o Tesouro Nacional, eu como, quero dizer, o fato em si eu dou razão a você, foi um erro, custou caro, Brasília custou cara, inclusive para os institutos, mas só com Brasília só a esse preço se poderia ter Brasília, de outro jeito não teria, você não podia chamar a pessoa para morar debaixo de uma árvore, está claro?

LO - Está, eu agora repito a colocação do Marcos, quer dizer, na medida em que nós estamos finalizando eu queria deixar, inclusive a questão que ele coloca, se o senhor tem alguma revisão a fazer, alguma autocrítica a fazer do seu trabalho ou de sua vida?

JB - Não tenho não, assim de cabeça, a verdade que eu ainda não cheguei em *in extremus* ainda apesar de 76 anos eu estou trabalhando, lendo, estudando.

LO - Não, o senhor está muito bem, o senhor tem muita coisa pela frente se Deus quiser.

MC - O senhor gostaria de colocar alguma questão assim já que a gente está finalizando?

JB - Não, agora a minha principal preocupação é o meu livro, eu estou trabalhando nele duas ou três horas por dia, pela manhã e às vezes até de tarde, mas o meu livro é, justamente é, o que está pronto para ir para o pré... para ir para editora, está com o Guilherme Machado para uma revisão em algumas passagens políticas que, talvez ele, de que ele se lembre mais do que eu não, ele participou, eu não quero também estar ferindo suscetibilidades, então eu dei para ele, ontem ele me telefonou, está lido, está tudo bom, tem apenas algumas observações, falei quando você vier até aqui para conversar. Mas tem o segundo volume que são as raízes deste livro, esse livro pega, pega o autor de 33 anos vai até os [19]70 não é, [19]72. E agora eu vou apresentar outro volume, está pronto, 300 páginas também, vai do nascimento aos 33 anos, é a história deste pobre conversador que está aqui recebendo vocês com muita satisfação.

LO - Ministro, a satisfação é toda nossa, quer dizer, até o momento, nós só temos a agradecer a sua dedicação, o seu empenho em procurar ser sincero, em procurar abrir o coração como o senhor falou, eu queria dizer que eu estou agradecendo em nome nosso como pesquisadores, em nome da Fundação Oswaldo Cruz, em nome dos pesquisadores do futuro que vão ter este inestimável documento para recuperar a história e a memória da história do Brasil e colocando então o microfone aberto para o senhor finalizar a entrevista.

JB - Meu caro Marcos, meu caro Luis Otávio, eu apenas tenho a declarar que estou, fiquei muito satisfeito com a visita de vocês, como representantes da Fundação Oswaldo Cruz, porque vocês me deram uma oportunidade de desabafar um pouco, coisas do passado, de

relembrar coisas, lutas que me foram altamente gratificantes e que também por vezes me trouxeram muito aborrecimento, muita pena para mim, mas afinal de contas tudo bem, lembrando o nosso grande poeta senhor Shakespeare, vocês conhecem tão bem quanto eu “Tudo é bom se acaba bem” *All is good let's end is well*, de maneira que no fim já da minha carreira, já na reta final da vida, eu só quero agora terminar as minhas memórias porque sempre é uma contribuição, a história de uma vida sofrida, de muita luta, em que eu me confesso por vezes como se tivesse num confessionário, nem tudo se pôde dizer no livro, porque eu escrevi 600 páginas e vi que não haveria editor que quisesse, quem quisesse imprimi-las, mas só saem 300 agora, serão 300 para o ano que vem e quanto o mais eu digo e dizia a vocês eu não estou em *in extremus*, não posso dizer que eu disse tudo que só na hora da morte quando há tempo é que a gente faz ao padre a confissão total não é? E ainda esperando absolvição, não é? E se Deus Nosso Senhor quiser julgar, julgar-me com a graça que eu sempre contei dele, evidentemente que ele há de me dar prazo para pagar as dívidas que porventura ainda tenha a saldar e que ele bondoso como é me faça esse, permita que esse pagamento seja feito em prestações razoáveis, ainda que com juros e correção monetária e eu pagarei tudo. Eu sou um homem crente, cristocêntrico, cristocêntrico, e Jesus é o centro da vida para mim, de tudo, de todo meu pensamento, eu creio que por isso mesmo eu me sinto de certa forma tranqüilo na vida.

MC - Então está, muito obrigado.